

## **DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA**

O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
REABILITADO E HABITADO

**Vasco António Folgado Custódio**

(Licenciado)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura,  
Especialização em Arquitetura

### **Orientação Científica:**

Professor Doutor Arquitecto Daniel Jesus

Professor Doutor Paulo Pereira

### **Júri:**

Presidente - Professor Doutor Arquitecto José Aguiar

Arguente – Professora Doutora Arquitecta Bárbara Massapina Vaz

Documento Definitivo

Lisboa, FA.Ulisboa, 27 de Julho, 2022



# Resumo

*Compreender uma cidade, é, para lá dos seus monumentos, para lá da história inscrita dentro das suas pedras, reencontrar uma maneira de ser, particular dos seus habitantes.* Levi-Strauss, C. (1955). É deste modo que se ensaia o entendimento da cidade de Lisboa e posteriormente se trabalha a reabilitação do Convento de Arroios. Associada à premissa de Levi Strauss, e a informar um método de trabalho, socorremo-nos depois de Aldo Rossi (2001), quando aborda a temática da visualização da cidade do geral para uma subsequente intervenção no particular: “Não creio que devemos ver estes elementos em si, mas vê-los sim, como elementos de uma formação unitária.”

Tendo como base estes modos de entender e intervir em meio urbano, o trabalho sistematiza uma proposta de intervenção arquitectónica nesse meio, baseada na possibilidade de reabilitação do Convento de Arroios. Implicada tanto a nível de reabilitação arquitectónica como também através da sua associação à proposta de construção nova, desenvolve-se uma solução dignificante para o monumento e para a cidade, pela via programática de oferta de habitação acessível, pela complementaridade proposta com a oferta de comércio, serviços e espaço público, de modo a reinserir o Convento, social e economicamente, numa zona tão particular e central de Lisboa, como é a Freguesia de Arroios.

Será estudado o Convento de Arroios quanto à sua história e quanto ao seu estado actual. Do ponto de vista histórico, o objectivo será contextualizar a sua implantação na cidade, relacionando-a com outras implantações de conventos em Lisboa, assim como com as diversas tipologias conventuais e de organização do espaço da cerca, tanto no passado como no presente, enquadrando-os através de uma representação cartográfica no século XXI. Deste modo, transpõe-se o tempo verbal para o presente, onde a Política na Arquitectura terá lugar de relevância, de modo a ser possível atingir uma maior compreensão dos

vários factores que levaram o Convento de Arroios ao estado de degradação e de abandono parcial em que se encontra.

**Palavras-Chave:** Património | Política Patrimonial | Reabilitação | Habitação | Inserção

# Abstract

*Understanding a city is, beyond its monuments, beyond the history inscribed within its stones, to rediscover a way of being, particular to its inhabitants. Levi-Strauss, C. (1955). It is in this way that the understanding of the city of Lisbon is tested and later the rehabilitation of the Convent of Arroios is worked on. Associated with the premise of Levi Strauss, and informing a working method, we resort to Aldo Rossi (2001), when he approaches the theme of visualizing the city in the general for a subsequent intervention in the particular: I do not believe that we should see these elements in themselves, but rather see them as elements of a unitary formation.*

Based on these ways of understanding and intervening in the urban environment, the work systematizes a proposal for architectural intervention in this environment, based on the possibility of rehabilitation of the Convent of Arroios. Involved both in terms of architectural rehabilitation and also through its association with the proposed new construction, a dignified solution is developed for the monument and for the city, through the programmatic way of offering affordable housing, through the proposed complementarity with the commercial offer, services and public space, in order to reinsert the Convent, socially and economically, in such a private and central area of Lisbon, such as the Parish of Arroios.

The Convent of Arroios will be studied in terms of its history and its current state. From a historical point of view, the objective will be to contextualize its implantation in the city, relating it with other establishments of convents in Lisbon, as well as with the different conventual typologies and organization of the space of the fence, both in the past and in the present, framing them through a cartographic representation in the 21st century. In this way, the verb tense is transferred to the present, where Politics in Architecture will have a relevant place, in order to achieve a better understanding of the various factors that led the Convent of Arroios to the state of degradation and partial abandonment in that is found.

**Keywords:** Heritage | Heritage Policy | Rehabilitation | Housing | Insertion

## **Agradecimentos**

Aos meus orientadores, o Professor Daniel Jesus e o Professor Paulo Pereira.

Primeiro ao Professor Daniel Jesus, que já tendo sido meu professor noutros anos, aceitou este desafio de me ajudar a circunscrever as problemáticas da política para o Convento de Arroios. Obrigado pelas discussões de política e de projecto. Obrigado por discordar comigo em vários aspectos projectuais, é preciso descomplicar! Obrigado pelas lições.

Segundo ao Professor Paulo Pereira por toda a ajuda disponibilizada mesmo antes de ter aceite a orientação, e um especial agradecimento, pelo acompanhamento das últimas semanas de trabalho.

À Arquitecta Hélia Silva pela disposição mostrada na realização deste trabalho, por me mostrar alguns conventos de Lisboa numa outra perspectiva e pela partilha de informação crucial ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor José Miguel Silva pelas conversas animadas à volta de conventos, na transposição do passado para o presente.

Ao Professor Virgolino Jorge pela ajuda na descodificação dos espaços conventuais de Arroios

Ao Professor José Aguiar pela ajuda prestada sempre que foi necessária.

Aos meus pais que me transmitiram a maior parte do meu ser e saber.

Pelas viagens, ensinamentos, paciência, e por este presente envenenado que é o gosto pelo património.

Ao Afonso, porque ser irmão não é agradecimento suficiente, pela partilha de momentos passados e vindouros.

À Teresa, primeira e única de seu nome, pela calma, pela agitação e pelo afecto. Pelo constante apoio.



*Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que actualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o género humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos. Mas isto é o que há muito hesitava em dizer, por ver como seriam paradoxais essas afirmações. Efectivamente, é penoso ver que não há outra felicidade possível, particular ou pública.*

(Platão, 1949)

**Nota Prévía:**

Por opção do autor, o texto apresentado não segue o actual acordo ortográfico em vigor em Portugal desde 13 de Maio de 2009, seguindo o acordo ortográfico anterior.

# Índice

Resumo .....	3
Abstract .....	5
Agradecimentos .....	7
Introdução .....	13
I – Do Património e da Memória .....	17
O Convento de Arroios.....	18
- A História e a memória do convento.....	18
- Na actualidade.....	23
Património arquitectónico.....	27
Política patrimonial.....	33
- Intervenção Política no Património .....	34
- O caso português relativo ao Convento de Arroios .....	40
II – Da Reabilitação .....	47
Reabilitação de conventos na cidade, caso de Lisboa.....	49
Práticas de reabilitação conventual.....	56
Casos de estudo de reabilitação conventual.....	61
III – Da Habitação.....	69
O habitar n(um) Convento.....	71
Habitar para além da casa – O direito à cidade .....	80
Casos de estudo de modelos habitacionais .....	84
IV – À Intervenção.....	89
Levantamento arquitectónico do edificado.....	91
Proposta urbana.....	103
Do reabilitado e reconvertido ao construído.....	108
- Programa.....	108
- Definição projectual .....	112

Considerações finais .....	127
Índice de figuras .....	129
Bibliografia.....	135
Anexos .....	139

## Introdução

*Compreender uma cidade, é, para lá dos seus monumentos, para lá da história inscrita dentro das suas pedras, reencontrar uma maneira de ser, particular dos seus habitantes.* Levi-Strauss, C. (1955). É deste modo que o entendimento da cidade de Lisboa e posteriormente do objecto arquitectónico a ser trabalhado, o Convento de Arroios, será feito. Uma compreensão esta, enunciada por Levi-Strauss, e que, quanto ao modo de trabalho, se seguirá uma premissa que Aldo Rossi (2001) utiliza, quando aborda a temática da visualização da cidade no geral para uma póstuma intervenção no particular: *Não creio que devemos ver estes elementos em si, mas vê-los sim, como elementos de uma formação unitária.*

Tendo como base este modo de entender e intervir num meio urbano, o objectivo principal de uma intervenção arquitectónica no Convento de Arroios, tanto a nível de reabilitação como na criação de construção nova, é propor uma solução, o mais dignificante possível para o monumento e para a cidade, que pela via de oferta de habitação, proposta de comércio e espaços públicos, reinsira o Convento, socialmente e economicamente, numa zona tão particular e central de Lisboa, como é a Freguesia de Arroios.

Será estudado de igual forma o Convento de Arroios quanto à sua história e quanto ao seu estado actual. Do ponto de vista histórico, o objectivo será contextualizar a sua implantação na cidade, relacionando-a com outras implantações de conventos em Lisboa, assim como com as diversas tipologias conventuais e de organização do espaço da cerca, tanto no passado como no presente, enquadrando-os através de uma representação cartográfica no século XXI. Deste modo, transpõe-se o tempo verbal para o presente, onde a Política na Arquitectura terá lugar de relevância, de modo a ser possível atingir uma maior compreensão dos vários factores que levaram o Convento de Arroios ao estado de degradação e de abandono parcial em que se encontra.

Esta relação entre a História, a actualidade e as políticas aplicadas aparece de modo pertinente, quando o entendimento da cidade, anteriormente referenciado de Levi-Strauss e Aldo Rossi, é colocado em prática e

contextualizado com o modelo de cidade europeia, assim como com o património nela existente. Ao longo da História moderna, a cidade e o património foram alvos de transformações tanto a nível da população vivente dos espaços, da função dos próprios espaços e dos impactos económicos que tiveram e geraram. Esta evolução da cidade e seus edifícios ao longo dos séculos foi possível consoante as medidas políticas adoptadas e aplicadas pelos governos vigentes. Nesta continuidade da urbe, o papel político da Arquitectura sempre foi fundamental ao longo da história para afirmar o poder estatal, intimidar, ou puramente providenciar lazer, salubridade ou melhores condições de vida à população, mas, independentemente de como foi aplicada, esteve sempre presente. Como refere Woods, L (2007), *A Arquitectura é um acto político por natureza. Tem que ver com as relações entre pessoas e como se determina a mudança nas condições de vida. E Arquitectura é o instrumento primário no processo dessa mudança – porque está relacionado com a construção do ambiente onde se vive e das suas relações.*

A questão da reabilitação arquitectónica, neste caso de um edifício patrimonial histórico, será de extrema importância, devido à aplicação que terá no projecto final. Através de uma observação das técnicas e práticas de intervenção no Património edificado, procurar-se-á interpretar o resultado obtido em diversos casos de estudo e entender que impacto as intervenções de reabilitação e de reconversão tiveram nos meios sociais e políticos das cidades onde foram efectuadas, com foco maior nas intervenções realizadas em território português.

Partindo da premissa anunciada por Choay, F. (2018), na qual argumenta sobre a aplicação póstuma que um edifício patrimonial tem, referindo a sua possível descaracterização, *Museificação, disneylandização, pastiches são o sinal de uma esterilização progressiva, de uma incapacidade para construir um universo tecnicizado e monossémico.* Pretende-se concluir ou averiguar se será possível através da reabilitação e reconversão de um edifício patrimonial, num século XXI, transportar para este projecto final as *características da imaginação e memória colectiva, o carácter típico dos factores urbanos.* Halbwachs, M. in Rossi, A (1956). Entenda-se por memória: *A memória colectiva torna-se a própria*

*transformação do espaço, a cargo da colectividade; uma transformação que é sempre condicionada por aqueles dados materiais que se opõem a essa acção.*

Esta reflexão no propósito da reabilitação patrimonial, aplicada num edifício da cidade de Lisboa, aliada a um entendimento interdisciplinar entre política, factores sociais e História, será constante nos primeiros capítulos deste trabalho, de modo a se desvendar, qual será a melhor solução de reabilitação, construção e de modelos habitacionais a aplicar no Convento de Arroios, com o objectivo final de simbioticamente se integrar, revitalizar-se a si e ao lugar de Lisboa onde se encontra.



# I – Do Património e da Memória



*Figura 1 - O Convento de Arroios CIRCA 1920*

# O Convento de Arroios

## - A História e a memória do convento

Os temas da memória e da história do Convento de Arroios em Lisboa surgem como ponto inaugural desta dissertação, por se considerar relevante um enquadramento temporal que possa vir a explicar a importância do dito Convento e, quiçá, possa também servir de ponto de partida para desvendar problemas, soluções e vantagens que possibilitem um maior entendimento para o desenvolvimento do projecto de Arquitectura.

*A memória corresponde, (...) a um fenómeno de grande amplitude. Podendo ser traduzida, de modo genérico, pelo termo “consciência”, a sua actuação não se reduz todavia à rememoração de objectos sensíveis ou inteligíveis. Ela é, antes e acima de tudo, consciência de si, fundamento da identidade humana.* (Dias, B., 2011). Esta *consciência* traduz-se inteligivelmente no Convento de Arroios, como será perceptível tanto pela História como na actualidade deste. Edifício secular, antiga porta de entrada e saída de Lisboa, transporta em si não só a sua memória enquanto construção física e das diversas funções que já albergou, mas também como elemento central na evolução da cidade, pela sua história, pelas pessoas envolvidas e afectas ao Convento e pelas transformações políticas e sociais pelas quais passou. Esta contínua metamorfose do seu corpo e da sua envolvente, revela uma constante rede de possibilidades que sempre o rodearam.

*Memória não significa, apenas, consciência de si, mas sobretudo consciência da possibilidade de si – passada, presente e futura.* (Dias, B. 2011). Assim como prelúdio às possibilidades futuras envoltas no Convento de Arroios, a memória deste, que ao contrário da imaginação colectiva é intemporal, terá continuidade (ou não) de acordo com as acções que no presente são tomadas. Santo Agostinho escreve sobre uma renovação cíclica da memória, que nos próximos capítulos tentar-se-á entender, de que modo será possível a preservação da memória edificada e colectiva do Convento, a par de uma proposta de intervenção arquitectónica.

*A expectativa é das coisas futuras e a memória das coisas passadas, ao passo que a intenção de agir (intentio) é do tempo presente, através do qual o futuro se converte em passado.* - De immortalitate animae.an.III,3. Cf. Cícero, Tusc. I, 27 –. (Agostinho, S. 2004).

Aquando da sua fundação, por Dona Catarina de Bragança em 1705, o Convento de Arroios, projectado pelo Arquitecto João Antunes, tinha o nome de Noviciado da Companhia de Jesus, a Arroios, o qual tinha como principal função a preparação de padres jesuítas para missões na Índia, sendo, portanto, à época um colégio Conventual. Seguiu uma linha estilística conventual concordante com a de outros conventos jesuítas, (...) *quer no continente, quer espalhados pelas possessões ultramarinas, com particular relevância no Brasil, onde ainda hoje se podem admirar, especialmente na cidade de São Salvador da Baía.* (Leone, J. 1993). A maioria da forma ainda hoje visível do convento data desta primeira construção e todas as dependências, circulações verticais e horizontais, assim como a área da cerca antiga foram mantidas quando o Convento transitou de posse.

Em 1755, o terramoto que assolou Lisboa, teve também como consequência indirecta a cimentação política de Marquês de Pombal, que afirmou o seu poderio logístico e orçamental para o reino de Portugal à época, afastando em 1759 a ordem Jesuíta de Portugal através de um *decreto que reflectia um tenebroso “choque de ambições”* (Leone, J. 1993). O Convento de Arroios em 1759, sem os prévios ocupantes, foi dado às Religiosas da Conceição, que previamente ocupavam um Mosteiro em Carnide, que ao contrário do Convento de Arroios, não sobreviveu ao terramoto de 1755, passando, a partir de então a chamar-se Convento das Freiras da Conceição a Arroios.

O Convento localizava-se à época, na denominada Estrada de Sacavém, estrada principal à saída das portas de Lisboa que seguia em direcção a Norte. Este dado conjuntamente com a importância económica e social que os conventos e outras casas religiosas tinham, permite antever que este Convento teve uma certa importância para a cidade de Lisboa e seus “visitantes”. Servia

como ponto de trocas comerciais, chafarizes foram surgindo nas redondezas devido ao elevado número de riachos (arroios) existentes, habitações, largos e ruas começavam a convergir para este “arrabalde” da cidade. As freiras do Convento distribuían comida aos mais desfavorecidos e durante as Invasões Francesas em 1807, alimentaram uma significativa parte da população que chegava a Lisboa à procura de refúgio da guerra, como também aos soldados franceses a comando do General Junot.

Com a vitória na Guerra Civil portuguesa dos Liberais contra os Absolutistas, foi determinada em 1834 a dissolução das ordens religiosas, ficando o Convento das Freiras da Conceição suspenso até ao falecimento da última freira, momento em que foi anexo o espaço do Convento ao Hospital de S. José a 16 de fevereiro de 1892.

Nesta nova fase do Convento, denominado então como Hospital de Arroios, servia para o atendimento de epidémicos, mudando de serviços passado poucos anos, em 1898, para atender exclusivamente doentes tuberculosos e alterando também, mais uma vez, de nome para Hospital Rainha Dona Amélia.

Com a queda da monarquia em 1910 e a mudança do regime para uma República, o Convento volta a chamar-se Hospital de Arroios e continua com a função hospitalar para tuberculosos, onde nos anos 30 expande essa função, abrindo uma escola médica. Entre 1916 e 1917 a Câmara adquire ao Estado 10.615 m<sup>2</sup> da cerca do hospital para fazer o 2º troço da Avenida Almirante Reis (entre a Estrada da Circunvalação e a Alameda) e construir a rotunda da futura Praça do Chile. Esta diminuição dos terrenos do Convento a par das intervenções arquitectónicas nos Anos 50, nas quais foram criadas novas dependências como o acrescento de um novo piso no último nível do edifício e uma casa mortuária perto dos jardins na ala Norte, são as últimas marcas reveladoras do estado actual do edifício. O Hospital de Arroios é desactivado em 1992 e o edifício mantém-se devoluto desde então. O terreno foi comprado por uma empresa privada e após tentativa de dar seguimento a um novo projecto para o Convento, chumbado pela Câmara de Lisboa, o Convento encontra-se praticamente ao abandono e em ruína, à excepção da igreja que foi entregue ao culto Ortodoxo da comunidade Ucraniana de Arroios.

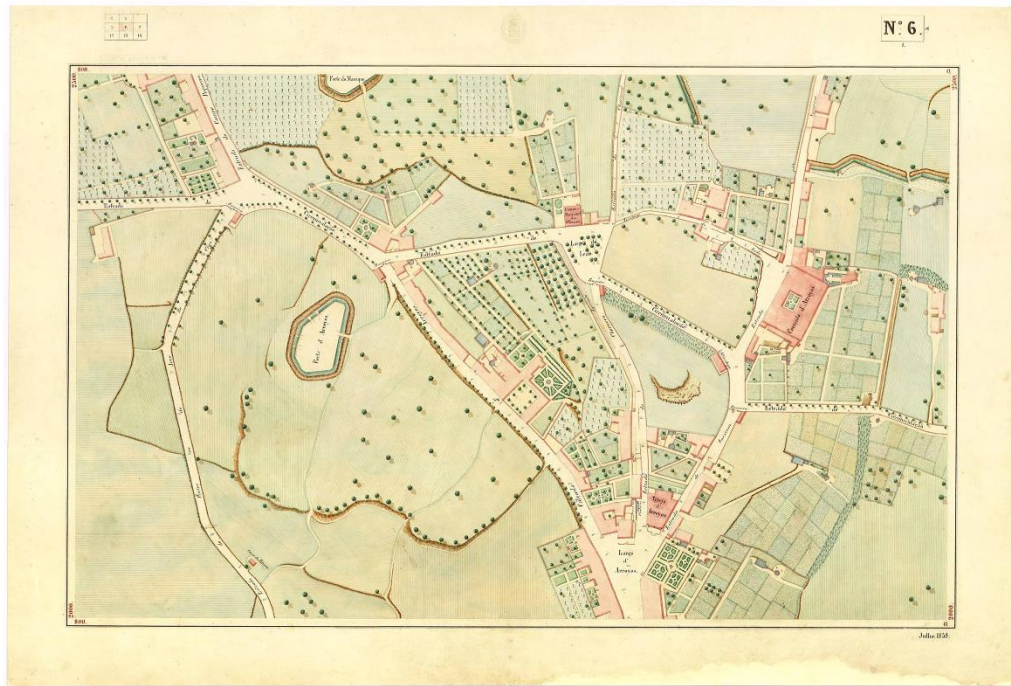


Figura 2 – Demonstração da evolução da área envolvente do Convento de Arroios. Sem escala  
acima: Planta de Filipe Folque, 1858 / abaixo: Sobreposição com planta de F. Santos, 1909



Figura 3– Demonstração da evolução da área envolvente do Convento de Arroios. Sem escala  
acima: Planta de F. Santos, 1909/ abaixo: Sobreposição com fotografia aérea, 2022

## - Na actualidade

Neste tópico far-se-á uma descrição do convento, tal como se encontra hoje, ao ano de 2022. Será uma descrição arquitectónica, do seu estado de conservação e da condição urbana onde se insere. Do ponto de vista da arquitectura do edifício, por não me ter sido permitido visitar o interior do edifício pela empresa privada proprietária do Convento, parafrasearei em anexo parte de um texto consultado na página web Monumentos, que descreve com precisão as dependências existentes e métodos/elementos construtivos empregues.

Na intervenção realizada nos Anos 50 do século XX, de notar a construção a sul de acessos verticais e horizontais, construção visível da via pública pela diferença estilística e de materiais construtivos e também a remodelação de algumas alas médicas com a criação de novas paredes divisórias. Na ala Norte foi construído um anexo com dois pisos onde se instalou a morgue. Por fim foi renovado o sótão, criando-se o 3º piso para a instalação de novas enfermarias, obra que não chegou a ficar concluída.

Como referido, o Hospital de Arroios encerrou em 1992 e o edifício encontra-se devoluto desde então. Mudou de posse várias vezes, tendo sido primeiramente comprado pelo Ministério das Finanças, depois pela Estamo Participações Imobiliárias S.A, pela Fibeira Imobiliária, pela Euro Imobiliária, sendo a actual proprietária a Reyalurbis, S.A. Um parque de estacionamento privado nos terrenos ainda existentes da cerca do Convento é a única actividade que ainda está em função no exterior do referido edifício. No interior, agora em estado de degradação, com risco de derrocada parcial e total da cobertura (ver Figura 4.), algumas actividades, como concertos, tomaram lugar na última década, mas nada mais. Vários projectos de arquitectura foram submetidos à Câmara de Lisboa pelos variados proprietários do Convento, que tendo sido reprovados e não tendo havido preservação do imóvel, deixaram o Convento chegar ao estado de abandono em que hoje se encontra.

A envolvente do Convento que cresceu inicialmente devido à sua existência na antiga estrada de Sacavém, tornou-se independente do futuro do Convento depois da ampliação da Avenida Almirante Reis na 1ª República –

então baptizada Avenida D. Amélia. A pré-existência conventual, fugindo à linha edificada da envolvente, assume-se como um corpo independente de certo cariz monumental por estar num ponto de intersecção de culturas e de realidades socioeconómicas díspares. A Avenida onde se encontra sempre foi, desde o fim da ditadura portuguesa em 1974, um espaço de multiculturalidade e de relativa pobreza, acentuada nos anos 80 e 90. Foi a partir do início do século XXI, alvo de intervenções públicas que foram revitalizando não só edifícios já decadentes como também o espaço público que os congrega. Hoje o facto de se encontrar entre a Avenida Morais Soares (a Este) e o Largo de Leão (a Oeste), tendo uma linha de metro à sua disposição a escassos metros das suas portas, revela a gentrificação e, ao mesmo tempo, num ambiente único na cidade, a realidade multicultural e económica flutuante. Ponto de partida para entender como o Convento de Arroios pode vir a congregar, ao invés de enclausurar.

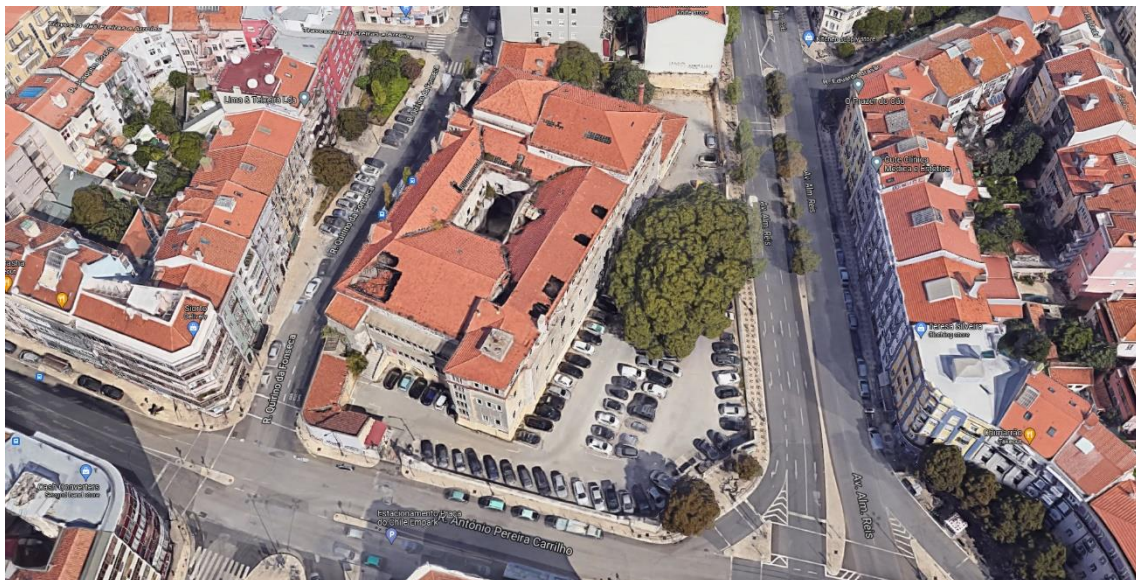


Figura 4. Vista aérea do Convento. Imagem Google Maps. 18/10/2021



Figura 5. Estado do claustro do Convento de Arroios ao século XXI



Figura 6. De convento, a hospital, a abandono – no topo, piso 0 do claustro; abaixo, piso superior.

## Património arquitectónico

Em seguimento do capítulo anterior, onde o factor da memória associada ao Convento de Arroios foi exposto, explicita-se agora, a razão pela qual o objecto de estudo pode e deve ser considerado património.

Primeiramente, é necessário compreender, que somente no início século XX o conceito de património ganhou maior relevância e impacto quanto às medidas políticas relativas à arquitectura do passado. Previamente existia somente o conceito de Monumento, conceito esse que ganhou foros normativos no século XIX, derivado sobretudo de um sentimento revivalista das artes e estilos de épocas precedentes, que levaram a um outro olhar e cuidado para com obras arquitectónicas, principalmente da época clássica, românica e gótica, que tinham em comum serem edifícios religiosos e militares de considerável porte, investimento estético e/ou monumentalidade.

Num século XIX pleno de mudanças técnicas e sociais, despoletadas por uma revolução industrial, inicialmente europeia, autores como John Ruskin e Viollet-le-Duc, foram preponderantes para a classificação do que é “ser” Monumento e da sua possível defesa e preservação, não só do edificado, como também da memória das nações que os Monumentos representavam. (...) *o monumento, sob formas variadas, existe em todas as culturas e sociedades humanas. Aparece como um universo cultural.* (Choay, F. 2018) Este “universo cultural” comum a todos os países, foi a partir do final do século XIX explorado de um espectro mais afunilado, mais individual, começando o conceito da Monumentalidade da Arquitectura a ser associado à História que o rodeava e que este tinha criado, (...) *na sua relação com a história (seja ela qual for), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstracto de saber.* (Choay, F. 2018)

Esta noção de identidade é o preludio ao nascimento do *património* como o conhecemos, da passagem do legado; *do ponto de vista temporal o conceito de “património” revela várias etapas da sua evolução histórica. Na primeira refere-se ao patrimonium na sua acepção jurídica patrimonial, aquilo que é legado pelo paterfamilias na sociedade romana. Refere-se ao sistema de*

*propriedade, como bens que se transmitem de pais para filhos. Coexiste com outras formas de herança cultural, associadas ao culto religioso, à transmissão de poder, ao prestígio da posse de objectos de valor artístico, etc. (Custódio, J. 2011). Esta transmissão de uma herança cultural, por via de uma permanência monumental histórica da Arquitectura, teve no final do século XIX um contorno nacional exponencial nos países da Europa, criando-se através de medidas políticas a noção de Património Nacional e Património Arquitectónico, como algo a ser valorizado, preservado e respeitado; O conceito de “património” – para Mohen – (...) naquele século passou a significar também (...) os bens legados pela grande família nacional. “Cette notion – refere Mohen – est donc propre à un pays: il est constitué par une selection de “trésors nationaux” ou d’équivalents choisis parmi les oeuvres produites. (Custódio, J. 2011).*

Hoje, neste início do século XXI, vivemos num mundo veloz, pleno de informação e do seu contrário, de estímulos diversos, que faz com que o ser humano recaia sobre o aspecto da *memória*, para dar algumas respostas a quem é neste novo mundo, como refere Marc Augé (2016): *Esta necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é a contrapartida da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de “sobremodernidade”, a fim de darmos conta da sua modalidade essencial: o excesso. Não entraremos numa análise extensiva desta afirmação, mas podemos dar aso a uma hipótese: a de que este excesso sobremoderno não seja só de acontecimentos ou de tempo ou de espaço ou de ego, mas antes a conjugação destes factores, traduzido num possível excesso de patrimonialização que ocorreu nas últimas décadas. Paradoxalmente é o património arquitectónico a forma construída que dá um sentido ao presente, senão ao passado.*



Figura 7 – William Turner – The fighting temeraire

A mudança dos tempos, do útil ao obsoleto

Esta questão do excesso poderá ser problemática ou não, de acordo com o uso ou o tratamento e enquadramento que se faz de um determinado objecto patrimonial. Entenda-se património também como uma permanência. Como algo que nos chegou e que chegará a outros, assim: *O problema das permanências apresenta duas frentes: por um lado, os elementos permanentes podem ser considerados como elementos patológicos; por outro, como elementos propulsores.* (Rossi, A. 2016). É no entendimento destas permanências, no modo como elas nos foram transmitidas, e no modo como comunicam com a sua área de influência no espaço, que poderemos encontrar uma resposta que propulsione interacção social, cultural e económica, para não falar de um entendimento do “Eu”, por via do que nos precede, adequado ao presente, projectando uma hipótese de futuro. *O espaço social está rodeado de monumentos não directamente funcionais, (...) perante os quais cada individuo pode ter o sentimento justificado de que, na maior parte dos casos, lhe são preexistentes do mesmo modo que lhe hão-de sobreviver. Estranhamente, é uma série de rupturas e descontinuidades no espaço que figura a continuidade do tempo.* (Augé, M. 2016).

Assim, entendendo o património arquitectónico como uma permanência construída, que deverá ser propulsora e não patológica da sociedade, enquadrada numa continuidade de espaço e tempo que nos transcende, mas dá significado, nestas condições não é um excesso, é porventura o seu contrário. E, atendendo a esta permanência construída através do tempo e do espaço, a questão da classificação do Convento de Arroios como um todo e não só parcial, fica aliás como diz Aldo Rossi (2016) quanto às cidades, respondida: *(...) o próprio problema dos centros históricos como partes da cidade; enfim, o estudo da cidade por partes. Não creio que devemos examinar estes elementos em si, mas vê-los, sim como elementos de uma formação unitária.*

Ora, o valor cultural do Convento de Arroios foi reconhecido no decorrer do século XXI, dentro do quadro de valores e dinâmica do conceito de património que temos estado a explorar. Questiona-se é que a sua classificação publicada no *Diário da República*, 2ª série – N°248 – 24 de Dezembro de 2012, através da portaria nº 740 – M/2012, como monumento de Interesse público, fosse somente, atribuída à Igreja do Antigo Convento de Arroios. É certo, que através da mesma

portaria se fixou a *zona especial de protecção do monumento referido no artigo anterior conforme planta de delimitação constante em anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante*. (Barreto Xavier, J. 2012) (ver figura 8). A definição de Zona Especial de protecção (ZEP), estabelecida no âmbito do Decreto de Lei 4º 309/2009, tal como refere o seu 43º *tem a extensão e impõe as restrições adequadas à função da protecção e valorização do bem imóvel classificado*. Porém, no caso desta classificação, os valores presentes prendem-se mais com o conceito de monumentalidade do século XX, do que com o actual conceito de património cultural aplicado à arquitectura visto no presente texto. Da classificação ficaram de fora os vestígios, ainda existentes, do antigo Convento de Arroios, reduzindo-a ao lugar de culto – a igreja.

Considerando também que os factores de Monumentalidade, presença da História e persistência da Memória estão presentes no Convento de Arroios, será seguro, após esta reflexão, dizer que se trata de um edifício patrimonial, e deveria ser considerado Monumento como um todo e não só uma pequena parcela.

Quanto ao futuro a dar ao património construído, e olhando para a cidade como um conjunto também desses vários patrimónios arquitectónicos locais, nacionais e mundiais, transmitidos por pessoas, para pessoas, habitantes dos determinados espaços; o futuro propulsor, esse passa do diálogo entre o património existente e as pessoas viventes do espaço, dado que, *Ampliando a tese de Halbwachs, direi que a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e, tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva*. (Rossi, A. 2016)

Estando definido o Convento de Arroios como Património Arquitectónico, as questões que se colocam a todo o património construído, também se aplicam neste caso; Preservar como? Restaurar? Reabilitar? Para quem é este património? Meu? Dele? De todos?

*O que está em causa na problemática actual do património, se nós quisermos optar pelo destino do Homo sapiens sapiens mais do que pelo do Homo protheticus, é, repitamo-lo, é a capacidade da nossa espécie de habitar o mundo e de continuar a desenvolver o que tenho, de resto, chamado a nossa*

“competência de edificar”. Com efeito, a edificação material do nosso quadro de vida vem da mesma competência simbólica que a linguagem. E, assim como a competência de falar (uma linguagem articulada) envolve idênticamente o locutor e o auditor, também a competência de edificar envolve idênticamente construtor e habitante. (Choay, F. 2018)

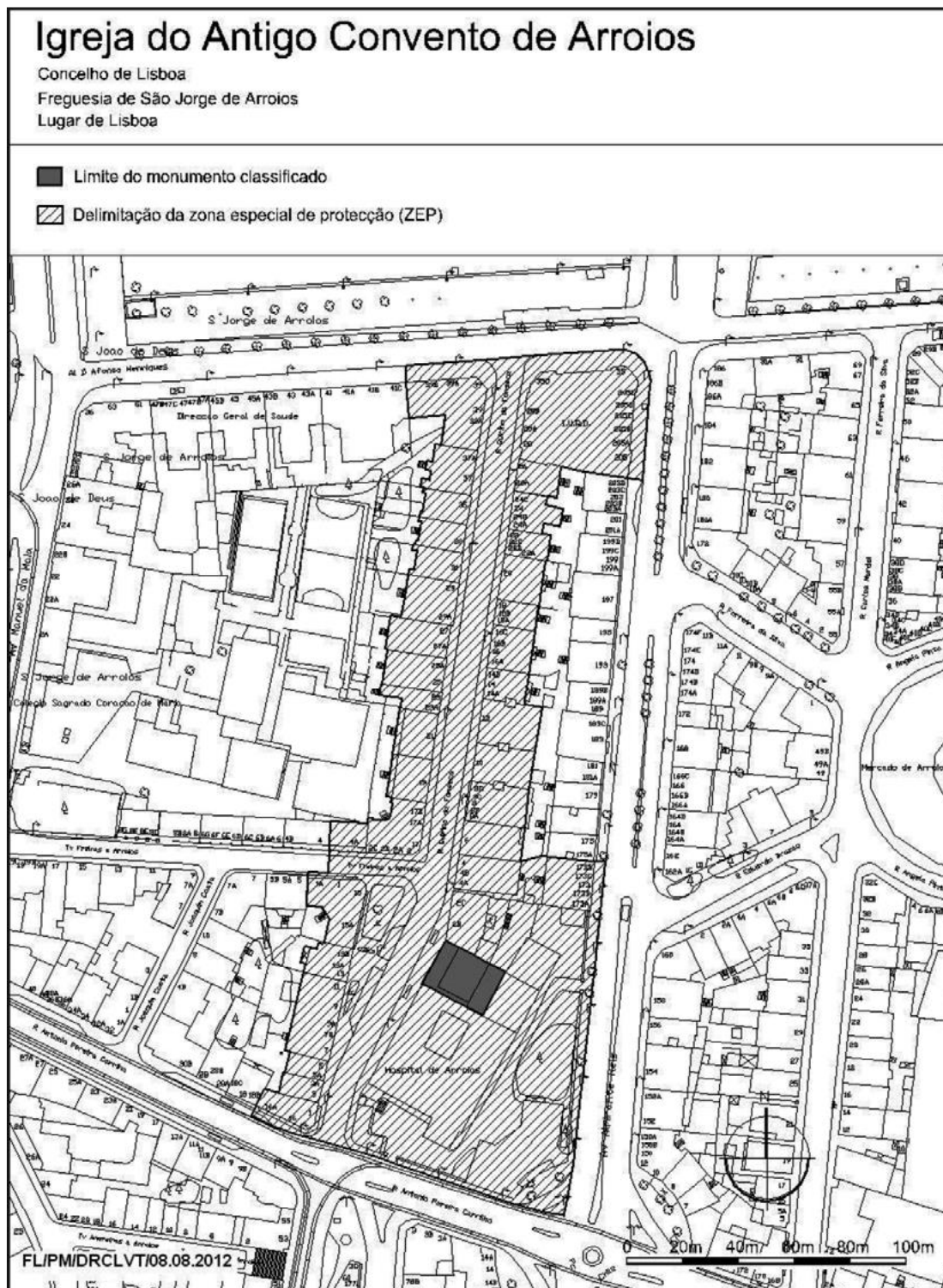


Figura 8 – Distinção de diferentes zonas de classificação patrimonial para o Convento de Arroios

## Política patrimonial

*Se a arquitectura dos factos urbanos é a cidade, como pode desta construção estar ausente aquilo que constitui o seu momento decisivo – a política? (Rossi, A. 2016)*

Pensar no património, como foi previamente visto, não é somente idealizá-lo como algo utópico ou académico para ser apresentado num guião de boas práticas, é algo que do pensamento deve levar à execução. É neste momento que entra o papel político, aplicado pela arquitectura, para o património edificado.

A política inscreve-se, neste século XXI, como a ferramenta que a sociedade democrática encontrou, de eleger representantes que actuam sobre as mais variadas matérias de ordem pública e privada, que dizem respeito à população, pertencente a uma determinada região, um país, zona económica partilhada, etc. A arquitectura e o património, como foi entendido, são as plataformas pelas quais se coloca no mundo real as transformações e vontades societárias, que por vezes transcendendo o espaço e o tempo, refletem a cultura e a sociedade. Entende-se, portanto, *Arquitectura como um acto político por natureza* (Woods, L 2007), que no caso de uma permanência construída, como o Convento de Arroios, se inscreve numa *cidade como uma ideia de democracia e de igualdade social, (...) território que é construído pela sociedade e não o inverso, contrariando o isolamento político da arquitectura e a ilusão de cidade.* (Álvaro, D. 2013).

Interessa aprofundar, daqui em diante, principalmente como o papel político da arquitectura e de entidades governamentais, quer de Ministérios da Cultura, Finanças ou mesmo Municípios, têm agido perante o monumento patrimonial, e também, averiguar que medidas e iniciativas, foram tomadas para o Convento de Arroios, pelo Estado e pelos cidadãos.

## - Intervenção Política no Património

Retomando a ideia exposta no capítulo anterior, de que o futuro propulsor para o património edificado passa entre a relação do património existente com as pessoas que habitam o espaço, veremos alguns casos de como se tem entendido e agido no património na Europa e Portugal desde o século XX até hoje.

Após se ter analisado no ponto anterior o Convento de Arroios enquanto bem patrimonial, cabe agora expor a definição de “herança cultural” e o mote de agir perante ela. Definição da UNESCO, que relaciona a sociedade e o património pela identidade cultural em 1989:

*The cultural heritage may be defined as the entire corpus of material signs – either artistic or symbolic – handed on by the past to each culture and, therefore, to the whole of humankind. As a constituent part of the affirmation and enrichment of cultural identities, as a legacy belonging to all humankind, the cultural heritage gives each particular place its recognizable features and is the storehouse of the human experience. The preservation and the presentation of the cultural heritage are therefore a corner-stone of any cultural policy.* (Documento 25 C/4, 1989, 57, apud, Jukka Jokilehto, ob. cit., p.1. in Custódio, J. 2011)

Através da delimitação de duas acções fundamentais para o património, este excerto da carta da UNESCO, coloca em primeiro plano o papel político para com a preservação e apresentação deste mesmo. Um papel que tomará forma através de medidas políticas na arquitectura e cultura, áreas de acção que são fulcrais para preservar e dar continuidade à identidade dos espaços e das pessoas. Como diz John Ruskin (2008) (...) *there are two duties respecting national architecture whose importance it is impossible to overrate: the first, to render the architecture of the day, historical; and the second, to preserve, as the most precious of inheritances, that of past ages.* Este pensamento para com o património tornou-se transversal pela Europa ao longo do passado século, criando e influenciando políticas para com o património construído e também para com as cidades consideradas históricas. Portanto, pode-se dizer, que existe no presente, uma consideração política e social para com esta matéria, derivada

de décadas de pesquisa, protecção e intervenção no mesmo, no entanto, também existe a hipótese em torno da qualidade ou da forma de como essas medidas foram tomadas e também de qual foi a finalidade principal, que as intervenções no dito património, tiveram; se o fim, ou o objectivo, foi o de criar o tal *legado para toda a humanidade* vivenciar, como esclarece a UNESCO, ou se se transformou num *isolamento político da arquitectura e a ilusão de cidade*, como Álvaro Domingues assim como outros autores referem, como algo a evitar.

O assunto do tipo ou da qualidade das medidas políticas tidas perante o património arquitectónico, prende-se pelo *valor* que dito património tem, possa vir a ter, ou como foi entendido pelas entidades directoras. No entanto, é do interesse do presente trabalho, esclarecer o valor de património que segue a linha de pensamento ontológico que temos vindo a apresentar: (...) *valor de património (...) é um valor de localização ou de “centralidade” para os que lá trabalham ou moram; é o valor das infraestruturas já instaladas mesmo se nalguns casos, carentes de reforma; é o valor acumulado de investimentos de milhões de cidadãos nas suas casas, nas suas lojas, nos seus armazéns ou mesmo fábricas.* (Portas, N. 1983). O valor de património apresentado por Nuno Portas vai coincidir com a definição de património arquitectónico encontrada no capítulo anterior, revelando que existe uma atenção e entendimento, mesmo em Portugal, para a direcção que as políticas patrimoniais devem seguir.

No entanto, se fosse esta linha de pensamento a ser posta em prática, todos os monumentos arquitectónicos seriam de facto da população, vividos pela população e seriam elementos propulsores de cultura, da sociedade e por sua vez da economia. Através de um enquadramento político, que primará por não ser tendencioso, veremos se a linha de pensamento defendida por vários autores aqui apresentados, foi de facto colocada em prática.

*A linguagem política é naturalmente espacial (que mais não seja quando fala de direita e de esquerda) sem dúvida porque lhe é necessário pensar simultaneamente a unidade e a diversidade – sendo a centralidade simultaneamente a expressão mais aproximada, mais figurativa e mais material desta dupla e contraditória imposição intelectual.* (Augé, M. 2016).

Esta noção de “esquerda e de direita” na política encontra-se difundida pela Europa, principalmente desde o início do século XX. Têm noções de intervenção na cidade, arquitectura e património bastante diferentes entre elas, como veremos, ou não existentes, ou direccionadas somente ao lucro imediato, o que segundo autores como Ruskin não deveria ocorrer. Atentando também se considerarmos que *restaurar ou conservar monumentos não é propriamente uma “política de esquerda mas tão somente um dever mínimo de cultura.”* (Portas, N. 1983). Fundamentando então, que tem havido uma atenção e cuidado para com o Património Arquitectónico, e que, se cumpre, pelo menos em países mais democráticos, o *dever mínimo de cultura*, importa averiguar de que modo é que as políticas de reabilitação, restauro e conservação têm sido feitas e qual é o público a que se destina o Monumento dignificado.

É nesta atribuição do destinatário do património que vários autores, arquitectos e historiadores, revelam inquietação, pois tendencialmente tem havido uma reabilitação sim, do património arquitectónico, mas não na sua totalidade “nacional”, nem considerando factores já vistos como a *memória, sociedade, habitantes, cultura*. Veremos este exemplo espanhol: *A perda do património existente nas nossas cidades, ou a sua recuperação para o uso quase exclusivo de grupos sociais de alta renda, inscreve-se, com todo o rigor, nesta lógica de ordenamento que se tem manifestado, e se manifesta, com a privatização da cidade e o território. Se houve, como ninguém duvida, várias manifestações que apontam para a conservação do património, elas seguiram a referida lógica, ou seja, um tratamento privatizado independentemente das reais necessidades sentidas pela população.* (Rivera, J. Altés, J. González Fraile, E. R. Sola, J. 1999).

Atendendo ao que os autores espanhóis dizem sobre a *privatização da cidade e do território*, que indica a existência de medidas políticas que assentam sobre o valor económico e não o valor arquitectónico e patrimonial, veremos se existe este fenómeno somente na vizinha Espanha, ou também o há noutros Estados. Seguimos com um caso francês onde *se impõe o valor económico do património. (...) Em 1978, o chefe de gabinete Jacques Duhamel, então ministro da Cultura, afirma que “o património é uma riqueza fóssil que se pode gerir e*

*explorar como o petróleo”; (...) oito anos mais tarde, o ministro do Turismo preconiza explorar [o património] como parques de atracções (Choay, F. 2018).*

Este “cuidado” para com o Património Arquitectónico, certo de que implicando a sua devida classificação e reabilitação, denota também a existência de políticas que primam pela privatização dos espaços sem consideração pela população, e ainda por outras que transformam os espaços em produtos fósseis, podendo então ser explorados e licitados como se um barril de *brent* na bolsa de Nova Iorque se tratasse. O objectivo destas reflexões não é de menosprezar o valor económico que um determinado Monumento possa vir a ter, *qui ça*, seja até de propor uma valorização económica destes, mas por via da cidade, do uso atento à cultura e aos seus habitantes. Deste modo previne-se uma excessiva privatização do património, que como vimos, é a herança do Estado para todos, e porventura também a sua museificação. *As nossas cidades estão a transformar-se em museus (monumentos rebocados, expostos, iluminados, sectores reservados e ruas pedonais), ao mesmo tempo que desvios, auto-estradas, comboios de grande velocidade e vias rápidas nos afastam delas.* (Augé, M. 2016). Esta realidade exposta por Augé aproxima perigosamente uma cidade a um não-lugar, também por sua via, através da exploração geral do seu património arquitectónico, pode incorrer numa oferta menos verdadeira, no que toca à memória, cultura e vida dos espaços. *Esta cruzada pelo consumo mercantil do património não é somente prejudicial aos visitantes, ao mesmo tempo enganados quanto à natureza do bem a consumir e colocados em condições de amontoamento e ruído totalmente impróprias a qualquer deleite intelectual e estético. Conduz também frequentemente à destruição dos lugares classificados, tanto pela edificação das necessárias estruturas de recepção (hoteleiras e outras) como pela eliminação de actividades criativas ligadas à cultura local e sua identidade, particularmente no caso dos países do Sul.* (Choay, F. 2018)

O que a autora acima referenciada entende da situação actual no património, é a sua perda de identidade, descaracterização e a sua partição. *O território apresenta-se balcanizado pela “pureza mercantil” da lei da oferta e da procura e gentrificado à conta das operações de realojamento para os excluídos do mercado.* (Jesus, D. 2018). Estas patologias identificadas, tornadas possíveis

por medidas políticas desvinculadas dos conceitos essenciais já expostos, criam uma rotura da sociedade como a conhecemos, dando origem a uma possível consequência da sobremodernidade existente para Marc Augé. Este também identifica um factor que pode explicar este acontecimento: (...) *não-lugares empiricamente recenseáveis e analisáveis cuja definição é antes de mais, económica, só se perguntam para onde vão, porque sabem cada vez menos onde estão.* (Augé, M. 2016). Ora, esta questão de *onde vêm, para onde vão*, é inteiramente compreendida no conceito de património, refere-se à tal herança cultural colectiva por parte de um estado, para a população usufruir quotidianamente, herança essa que sendo sua, será porventura cuidada e terá valor acrescido, quer cultural quer eventualmente económico. Caso que não acontece, pois não se verificam medidas políticas que considerem na prática, a questão apresentado por Augé de onde estão ou de onde vêm, o que seria o ideal para o património arquitectónico

De modo a evitar que desapropriações do património arquitectónico colectivo aconteçam, que se perca a identidade de uma cultura, e para que seja possível haver uma transmissão desses bens, de modo que a cidade e os seus monumentos sejam *lugares* de vida e com vida, questiona-se a validade de certas medidas políticas existentes, assim como de exemplos expostos e abre-se a hipótese da criação de novas medidas. *Na coexistência dos lugares e dos não-lugares, a pedra de toque será sempre a política.* (Augé, M. 2016).

Se quisermos pensar em medidas políticas, que assentem em modos mais enquadrados com a ideia que temos estado a defender, será primeiro necessário equacionar a não privatização geral do espaço público e do Património Arquitectónico; entender e respeitar os valores de Património e a carga de memória, não como algo do passado, mas como algo transgeracional, que no edificado possa ter um impacto positivo e inclusivo para a sociedade. Dando uso ao monumento, não somente como um museu petrificado no tempo, ou como um empreendimento que poucos cidadãos conseguem ter acesso, tornando-se assim uma espécie de *ghetto* monumental, mas como um espaço público de trocas comerciais, de intercâmbio cultural e multigeracional, de vida na cidade. Exemplificando com uma proposta de linhas de intervenção perante o Património:

*A reconquista da competência de edificar e de habitar um património contemporâneo e inovador na continuidade do antigo passa, também, por uma propedêutica envolvendo um conjunto de urbanistas, arquitectos e habitantes na reapropriação e na reutilização sistemática das heranças (locais e construções) nacionais e locais e das suas escalas de ordenamento. Por outras palavras, devíamos arrancar os locais e os edifícios antigos ao gueto museológico e financeiro. O objectivo é realizável nestas condições:*

*- dotar os lugares de novos usos adaptados à procura societal contemporânea;*

*- renunciar ao dogma da sua intangibilidade e ao formalismo da restauração histórica;*

*- saber proceder às transformações necessárias associando o respeito do passado e a aplicação das técnicas de ponta contemporâneas.*

(Choay,F. 2018)

Veremos como foi entendido no âmbito político o Convento de Arroios, considerado previamente, como Monumento Patrimonial.

## - O caso português relativo ao Convento de Arroios

De modo a compreender as medidas legislativas portuguesas pelas quais o Convento de Arroios se encontra regido, nomeadamente a classificação da Igreja do Convento como monumento de interesse público e a restante área conventual e envolvente como Zona Especial de Protecção, far-se-á uma breve contextualização, de como as medidas políticas para com o Património Arquitectónico têm sido feitas. Entenda-se, também, que não somente as medidas em vigor, mas as perspectivas perante essas medidas de intervenientes na área da arquitectura e antropologia, devem ser consideradas.

*As políticas para as áreas antigas também têm tido nomes diferentes, (...) há vinte ou trinta anos, falava-se de “conservação” e de “restauro” quando se defendia que as áreas antigas monumentais deviam ser conservadas e restauradas como eram dantes, impedindo qualquer modernização do seu ambiente. Mas pela mesma época também se falava de “renovação” ou “renovação urbana” e, sob esse termo cândido, fizeram-se em centenas ou milhares de cidades por esse mundo as maiores devastações de áreas antigas, deixando demolir edifícios baixos ou de média altura, para construir sobre eles grandes vias e viadutos, apartamentos e edifícios luxuosos de habitação ou de escritórios. (Portas, N. 1983).*

O autor acima referenciado apresenta certas problemáticas existentes na defesa e actuação perante o património, essencialmente presentes em *áreas antigas*. Tratando-se de uma referência dos anos 80, hipotetiza-se se a mesma situação ainda acontece. Apresentaremos o quadro legal português no qual o Convento de Arroios se insere, com base em 2009, mas de uso actual.

A Igreja do Convento encontra-se classificado, como já referido, como Monumento de Interesse Público, e a definição de área ZEP relativa à área conventual e respectiva cerca, presente no Decreto de Lei 4º 309/2009, como refere o seu artigo nº 43, *tem a extensão e impõe as restrições adequadas à*

*função da proteção e valorização do bem imóvel classificado. Estas classificações encontram-se abrangidas no Decreto-Lei n.º 138/2009 do Diário da República, 1.ª série — N.º 113 de 15 de Junho de 2009, uma vez que criou o fundo de salvaguarda do Património Cultural.*

De acordo com este enquadramento legal, prevê-se:

*A resolução dos problemas que afectam o património cultural passa pela criação de um conjunto variado de instrumentos financeiros públicos adequados a garantir a salvaguarda da nossa herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento constitui uma tarefa fundamental do Estado nos termos da Constituição da República.*

*Por outro lado, dá -se cumprimento ao disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro, que determina a criação de um fundo, no âmbito do Ministério da Cultura, para a reabilitação e conservação dos imóveis classificados da propriedade do Estado.*

Este quadro de “intenções” apresentadas em *Diário da República*, relativamente ao Convento de Arroios, terão ou poderiam ter, consequências práticas como:

*Artigo 3.º*

*2 — O Fundo de Salvaguarda destina -se, ainda, a:*

*b) Financiar operações de reabilitação, conservação e restauro de imóveis classificados no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro;*

*c) Financiar a aquisição de bens culturais classificados, ou em vias de classificação, designadamente, através do exercício do direito de preferência pelo Estado ou de expropriação;*

*3 — O Fundo de Salvaguarda pode estabelecer mecanismos de articulação com outros fundos públicos ou privados que tenham como objecto operações de reabilitação, conservação e restauro de imóveis.*

Dos regulamentos apresentados, poder-se-á concluir que de facto em Portugal existem mecanismos governamentais e orçamentais, efectivados perante legislação apropriada que respondem à necessidade de salvaguarda e de intervenção adequada no Património construído classificado como de interesse nacional ou público. No entanto, perante o caso concreto do Convento de Arroios, pode-se considerar que nenhum desses mecanismos foram colocados em prática. Não foram financiadas nenhuma operações de reabilitação nem restauro neste monumento classificado, nem que somente parcialmente; não se financiou nem adquiriu o bem classificado pelo *direito da preferência pelo Estado* ou se expropriou, pelo contrário, foi vendido pelo Estado ao privado (embora a venda tenha ocorrido antes deste decreto ter saído, a sua possível aquisição póstuma não aconteceu). Também, aquando nas mãos do privado, o tal *Fundo de Salvaguarda*, não foi articulado com o(s) proprietário(s) privado(s), pois este(s) não tinha(m) em vista a reabilitação ou restauro do Convento.

Na existência de legislação que poderia ter protegido o Convento de Arroios, prevenindo que ele nos chegasse actualmente no estado de degradação evidente em que se encontra, e que pudesse revitalizar o edifício e a sua envolvente, confrontamo-nos com a realidade de que nada disso aconteceu.

Questiona-se a validade ou aplicação das leis relativas ao património construído em Portugal, veremos alguns exemplos que poderão esclarecer:

*Portugal possui um sistema muito precário de protecção do seu património urbano. Este enquadra-se na política geral de conservação do património arquitectónico que favorece nitidamente uma abordagem objectualista, dirigida ao “monumento classificado”. A maior parte dos países europeus desenvolve políticas activas de salvaguarda deste património, suportando-as nos respectivos instrumentos políticos, em normativas e apoios financeiros fortes – tal não é ainda, infelizmente, o nosso caso. (Aguiar, J. 2002). O mesmo autor, revelando uma falência no sistema de protecção do edificado identifica também que (...) Em termos económicos, o actual sistema também penaliza fortemente quem quer conservar ou reabilitar.*

Embora exista legislação para a protecção do património, quando se age perante este, denota-se uma possível desvalorização do construído, potenciada por uma vontade, por vezes “privada”, de construir algo novo de raiz. Interessa argumentar o contrário, referindo que *Pretende-se esgotar as possibilidades apresentadas pelo património edificado existente antes de proceder à sua substituição, relacionando a defesa-uso desse património com a não privatização (ou, pelo menos, com o controlo da excessiva privatização) do espaço urbano.* (Rivera, J. Altés, J. González Fraile, E. R. Sola, J. 1999). Factor este que vai contra as recomendações da carta de Atenas como sugere o seu segundo artigo: *Os monumentos são considerados bens públicos, pelo que, na sua gestão, se defende a primazia do interesse colectivo sobre o privado;* (in Aguiar, J. 2002).

Retornando à frase inicial de Nuno Portas, constata-se que esta problemática na acção perante o património construído não é de hoje, nem do início do século XXI, já vem de antes. Quando este fala das partes antigas de cidades considera (...) *essas áreas um recurso patrimonial colectivo e um “capital fixo”, uma política de esquerda opõe-se ao desperdício selvagem com que o capitalismo urbano destrói e substitui o que existe antes de esgotado o seu valor de uso só para acumular mais lucros.* (Portas, N. 1983). Entende-se na resposta ao problema identificado por Portas que existe uma conotação partidária, no entanto à época de 80 assim como hoje, parece ser essa “ala” política a que pretende actuar no Património do modo que temos vindo a argumentar neste trabalho. Estando agora subjacente que esta problemática é temporalmente transversal, o autor luso também propõe um “mote” de agir: *Ao propor o lema “conservar renovando” ou “renovar conservando” defendemos uma política de recuperação física e de reutilização social do parque de edifícios existentes, que se opõe quer à ideia de que as áreas antigas são museus mortos, para turista passear e fotografar, quer à ideia de que são pasto para as maiores ganhuças sem qualquer proveito para a colectividade.* Sublinhando a problemática, Portas (1983) propõe *a revitalização das áreas centrais sem as deixar destruir, é a reutilização de edifícios e de jardins antigos que perderam o seu uso tradicional (conventos, quartéis, solares, edifícios correntes que se foram esvaziando...), é a conservação dos quarteirões com a modernização das*

*suas casas e dos locais de comércio e artesanato, considerados como um património que tem valor económico (o das construções e instalações) e social (o dos grupos sociais modestos que na sua maioria os ocupa) independentemente do maior ou menor valor arquitectónico de cada edifício que compõe esse quarteirões.*

Sintetizando esta proposta, Nuno Portas considera que é através de uma recuperação física e de uma reutilização social do edificado (patrimonial) e da sua póstuma reutilização tanto económica como social, de edifícios de variado cariz arquitectónico e monumental (exemplo de conventos), que reside a solução para a intervenção patrimonial. Denotando um público-alvo socialmente abrangente, que se baseia na população que costuma viver os espaços a ser intervencionados, e na transladação de uma intervenção que segue estas linhas directoras no Convento de Arroios, teremos que ter em atenção o modo de actuação. Com as melhores intenções em mente de servir a *memória* colectiva representada pelo Património edificado, concretizando a reabilitação do Convento para uso não privado mas sim público, de poder económico reduzido, será necessário ter em atenção que *muitos dos lugares projectados com o intuito de redignificar a existência popular, acabam por sublinhar as fronteiras entre a riqueza e a pobreza: não fora a garantia optimista de que o conceito perdeu a utilidade histórica, e poderia tomar-se a produção do espaço urbano como ilustração material da (tantas vezes declarada) extinta luta de classes.* (Jesus, D. 2018). Deste modo, seria possível inscrever a intervenção no Convento de Arroios numa linha política que tem directrizes já existentes, fundamentando que é possível colocá-las em prática do modo exposto por Nuno Portas, servindo assim a população vivente do espaço. No entanto, entendendo a existência de uma ainda existente *luta de classes*, o que uma intervenção deste género no Convento de Arroios poderá despoletar é uma *interação de classes*. Defendendo ainda, que rotulando o público-alvo apenas de cariz social, como se a reabilitação de um convento de um bairro social se tratasse, seria pouco positiva na relação do lugar com a envolvente, criando um *gueto* num espaço que deveria congrega.

Concluindo, e tendo agora uma perspectiva de que modo as políticas existentes podem contribuir para a preservação dos espaços e reabilitação dos

edifícios, que aliada ao apresentado *modus operandi* perante as políticas, poderá reinscrever o Convento de Arroios em espaço público passível de ser habitado e vivido pela população. Argumenta-se que *teremos de reaprender a pensar o espaço*. (Augé, M. 2016) e que *é reaprendendo a inscrever as problemáticas sociais do presente à escala e na base de uma herança local (natural e edificada), que serão inventadas as novas entidades espaciais nas sustentação das quais encontrar e continuar a enriquecer hierarquia das identidades regionais, nacionais, europeia*. (Choay, F. 2018).



## II – Da Reabilitação



Figura 9 – Vista do Convento de Arroios – séc. XX – *In Atlas da Almirante Reis*



## Reabilitação de conventos na cidade, caso de Lisboa

O tema da reabilitação como é conhecido hoje reflete uma evolução do pensamento da preservação do património como um bem comum e com maior consideração para com o edifício, primando pela sua preservação embora haja uma alteração da sua função. No entanto o tema da reutilização existe já desde o início do século XX, *Os grandes conjuntos monásticos, ou parte deles que caíram na esfera de Estado, foram aproveitados, convertidos, reconvertidos e ocupados. Houve, evidentemente., considerações de ordem artística que impuseram escolhas histórico-culturais e políticas, como o restauro do Mosteiro da Batalha ou do Convento de Cristo (...) o que aconteceu foi a indução de um utilitarismo imediato, com diversas nuances, que tiveram como efeito muitas transformações espúrias, mas também algumas potencialidades de conservação, à outrance.* (Pereira, P. 2020 versão longa policopiada).

O que este marco histórico para o Património português representa, é que com uma série de reutilizações feitas por todo o país, algum do edificado intervencionado, chega-nos hoje num estado de adulteração quer tipológico quer muitas vezes construtivo. No caso do património monástico *os fenómenos antrópicos são fundamentais para percebermos a essência da situação do mosteiro e do trabalho que a reutilização de cada um deles exigiu (e exige).*

De acordo com Paulo Pereira, conforme referida supra, podemos elencar algumas tipologias construtivas de natureza religiosa – monástica, conventual, congregacional, etc. – que sofreram várias alterações nas suas adaptações de uso após a respectiva extinção, quer no seu núcleo construído, quer nas suas cercas Assim, referimos:

2. *Mosteiro singular, com preservação apenas da sua construção nuclear e perda do entorno imediato ou cerca, entretanto urbanizado ou peri-urbanizada.*

3. *Mosteiro/convento fazendo parte do património urbano.*

4. *Casa religiosa de vocação congregacional inserida no tecido urbano.*

*O quarto caso é reservado para os edifícios de congregações como os Jesuítas ou os Oratorianos e Teatinos. É um facto talvez mais evidente para os Jesuítas que, por função, deviam estabelecer laços coerentes e próximos com a sociedade, algo que fazia parte do seu programa catequético e de ensino (e estão nestes casos os Casas Professas e os Colégios da Companhia de Jesus para nos atermos aos exemplos mais óbvios, todos eles alocados, senão mesmo implantados, no meio da urbe). (Pereira, P. 2020 versão longa policopiada).*

Situação esta que reflecte o que sucedeu com o Convento de Arroios, que após ter sido convertido em Hospital, ainda no tempo da monarquia, acrescentos interiores e exteriores foram feitos, outros tipos de materialidades aplicadas na construção.

Quanto à envolvente do edifício conventual, esta também foi cicatrizada, se não pela construção de novas dependências no exterior, também pela gradual expropriação da cerca conventual. Tal acontecimento poder-se-á explicar pela sua *importância urbanística* que se deve fundamentalmente ao facto de normalmente darem origem a largos ou terreiros, funcionando como pólos de atracção e de densificação do tecido urbano. Também, Os conventos urbanos tinham ainda uma grande importância como reservas e ordenadores do crescimento urbanístico, pois por regra eram dotados de uma cerca para onde cresciam e que parcimoniosamente iam loteando e alugando. (Rossa, W. 2016). No entanto, tal como aconteceu no Convento de Arroios, a ocupação das cercas conventuais pelo Estado para funções públicas ou para loteamento privado foram transversais a todo o território nacional:

Mosteiro/Cerca----- Aglomerado urbano

Cerca ----- Aglomerado urbano loteado

Mosteiro/Cerca----- Urbanizado

No caso do Convento de Arroios, que no início do século XX se encontrava no limite periférico da cidade de Lisboa e já funcionava como Hospital, funcionava como elemento organizador e distribuidor de circulações para fora de Lisboa: *O caminho desembocava no Largo de Arroios (igreja de S. Jorge), de onde partiam três caminhos: a poente a calçada de Arroios (em direcção ao Campo Pequeno), no Centro, a estrada da Charneca (em direcção a Alvalade); e a nascente, a estrada de Sacavém.(...)* A importância desta trifurcação reside no cruzamento das três vias com a primeira Estrada da Circunvalação, que (...) delimitou até fins do século XIX o perímetro urbano de Lisboa. (Ramalhete, F; Lobo, Inês; da Conceição, Margarida. 2020).

Com a expansão do novo troço da Avenida Almirante Reis, e a expropriação da cerca para a sua construção e posterior loteamento, a importância do Convento de Arroios como elemento congregador e de distribuição de vias acabou. Assim como os restantes conventos inseridos em malha urbana na *colina dos hospitais*, pois para tal função foram todos reutilizados, o Convento em questão perdeu a maior parte da sua cerca e foi gradualmente “engolido” pela cidade.

Considerou-se que de modo a reabilitar o Convento de Arroios, seria necessário entender como outros conventos da cidade foram reutilizados ao longo do último século, e como a organização da Avenida Almirante Reis consegue congrega vários espaços conventuais em si. *De facto, a Avenida permite ler, ao longo do seu traçado, os diversos momentos de construção da cidade de Lisboa durante o século XX, nessas circunstâncias e possibilidades: entre “a cidade das avenidas”, no troço norte – entre a Praça do Chile e o Areeiro -, onde o espaço público e os equipamentos foram pensados e planeados em*

*articulação com o prolongamento da Almirante Reis e com o desenho de conjunto desta área de expansão da cidade; e “a cidade da avenida”, no troço sul – entre a Praça do Chile e a Baixa -, onde a Almirante Reis como que passa à margem da cidade, atravessando zonas históricas e bairros, sem verdadeiramente comunicar com eles. (idem).*

O Convento de Santo Antão, outro colégio jesuíta, actualmente o Hospital de São José, não perdendo ainda a função para a qual foi “reutilizado” mais o Convento do Desterro e o de Arroios, estes últimos já com as cercas ocupadas praticamente na sua integridade pela urbe, são os exemplos conventuais que precisam de ser reabilitados com urgência. O de Santo Antão, pela constante degradação que o uso de um serviço hospitalar à escala do de S. José implica e os do Desterro e Arroios pelo estado de degradação e abandono acentuado, com todos os factores negativos para o edificado e envolvente que isso acarreta. *Tendo sido desafectados nas últimas décadas das funções que cumpriam enquanto equipamentos públicos, estes lugares são hoje dois enormes vazios nestes territórios que, pela sua posição no território, dimensão e valor simbólico e patrimonial, urge requalificar e reprogramar com funções que recuperem o seu papel com equipamento público de referência à escala da cidade. (idem).*

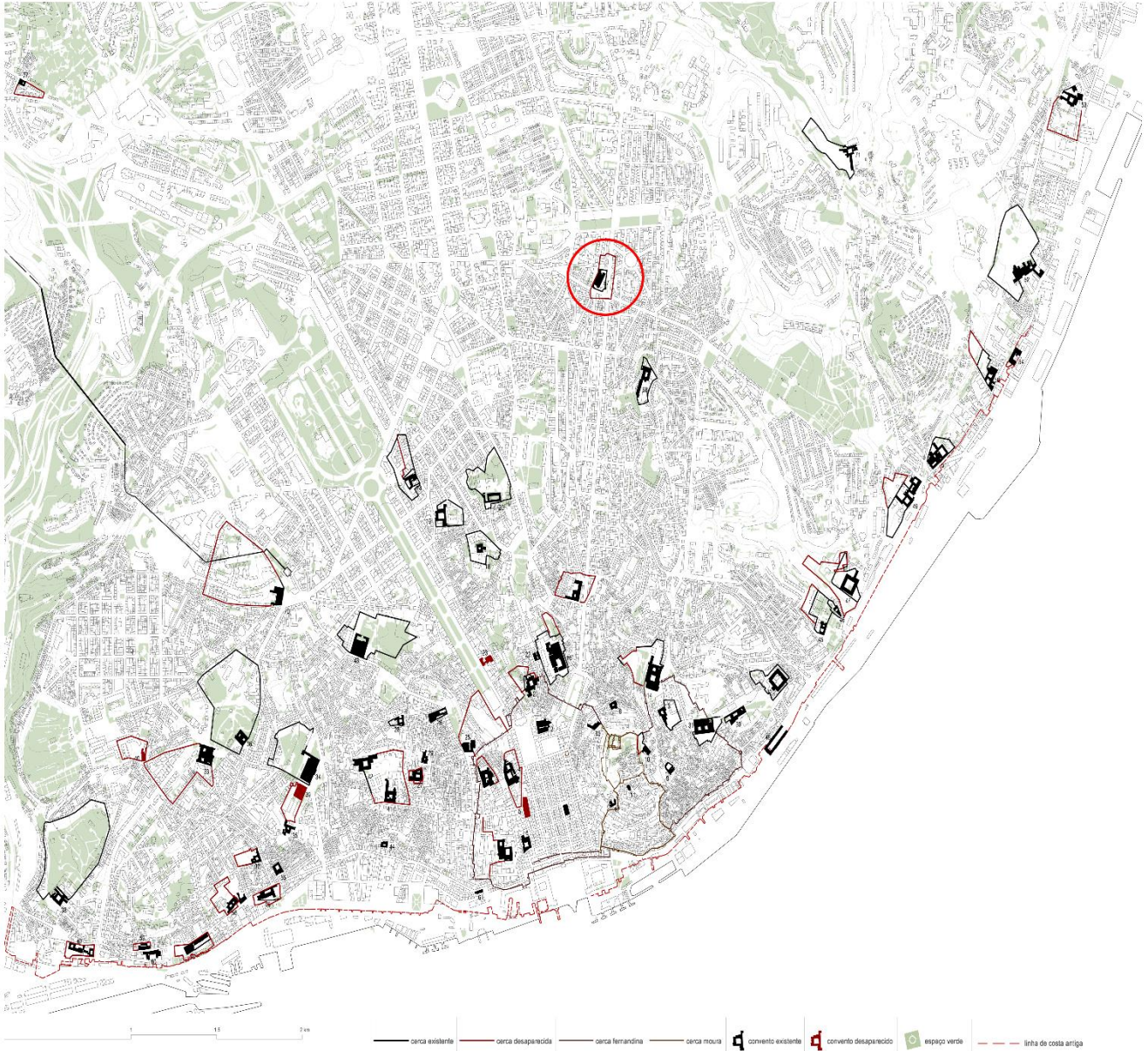


Figura 10 –Localização de edifícios conventuais e área das suas antigas cercas na área seleccionada de Lisboa, do Vale de Alcântara ao Braço de Prata.

Planta cortesia do Professor José Aguiar.



Figura 11 –Planta de Localização de edifícios conventuais e marcantes na Avenida Almirante Reis –

- Sem Escala — Retirado de Atlas da Almirante Reis

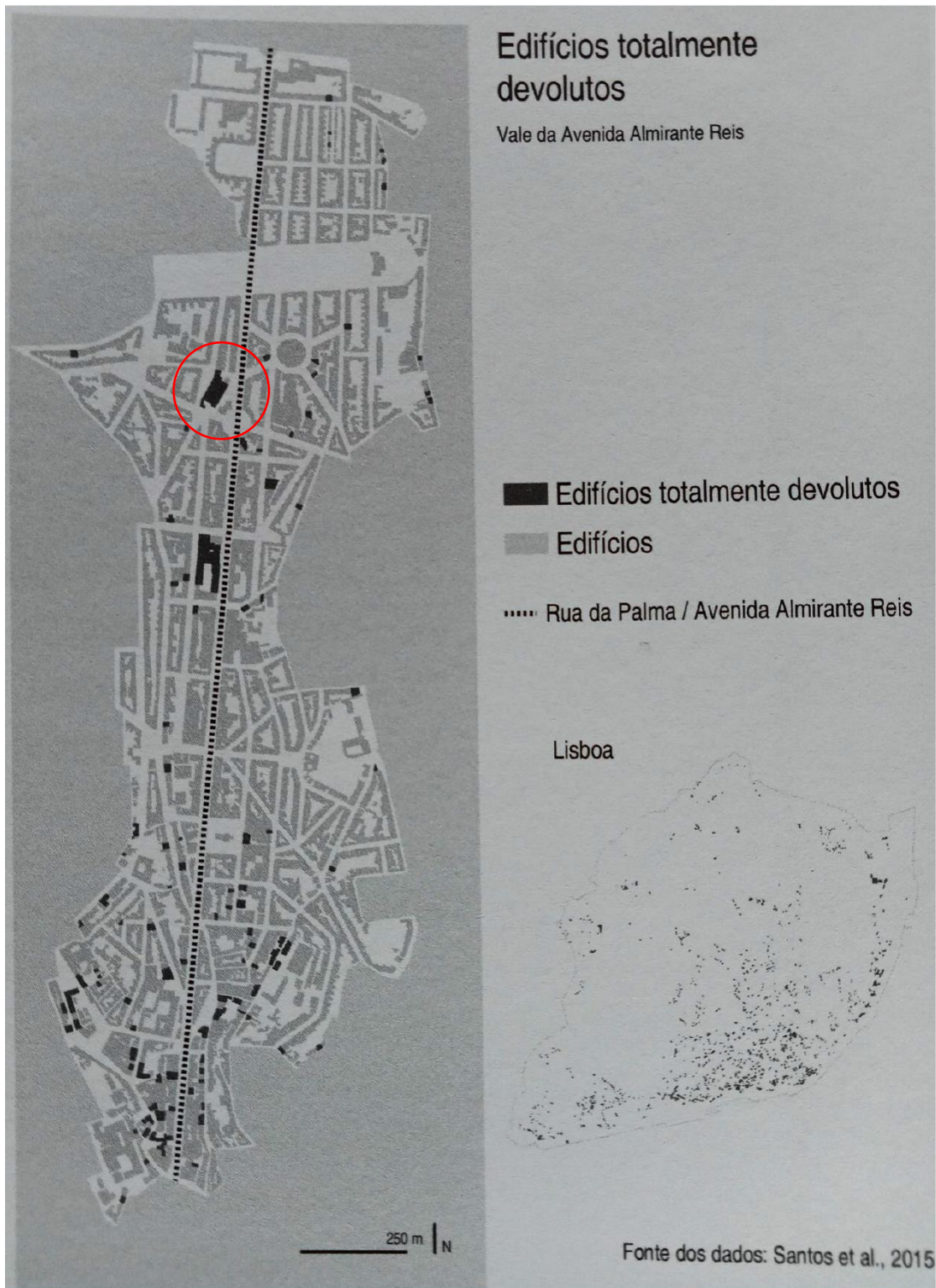


Figura 12 –Planta de Localização de edifícios totalmente devolutos na Avenida Almirante Reis

Retirado de Atlas da Almirante Reis

## Práticas de reabilitação conventual

*Restoration, so called, is the worst manner of destruction. (...) Take proper care of our monuments, and you will not need to restore them.*

(Ruskin, J. 2008)

De certo modo a afirmação de Ruskin torna-se utópica quando somos confrontados num século XXI com a ruína, a degradação e por vezes não tão felizes reabilitações de espaços e edifícios, monumentais ou não. No entanto, quando conjugada com a premissa que *Viollet escrevia sem ambiguidade e com exemplos a sustentá-lo: “O melhor meio de preservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego”* (Choay, F. 2018), torna-se mais claro o caminho pelo qual o “toque” no e para com o património construído deve seguir.

A génese da proposta de intervenção projectual a ser seguida, partirá do entendimento da localização do Convento de Arroios entre dois tipos de Monumentos enunciada por Giovannoni, os vivos e os mortos: (...) *Monumentos vivos são procedentes da nossa cultura ocidental e cristã, que mantêm o seu uso original ou que podem ser reutilizados de acordo com programas adequados, ou usos similares aos originais, permitindo que a sua adaptação funcional decorra com um mínimo de alterações.* (Aguiar, J. 2002). Sintetizando as opções de intervenção, que preservem e possam dar continuidade à História e à Memória do Convento de Arroios, serão somente expostos e posteriormente justificados os modos de intervenção a serem propostos para o edifício em questão. A escolha destas propostas adveio do levantamento arquitectónico feito pelo autor (a ser exposto no Grupo IV), e de registos fotográficos de 2004, cedidos pela Arquitecta Hélia Silva, visto ter sido negado o acesso ao interior do Convento, como já referido.

Os tipos de intervenção, passarão por:

*Restauro – Baseia-se no respeito pelo tecido existente e na identificação e análise de todas as evidências disponíveis, de modo que o valor patrimonial de um lugar seja recuperado ou revelado.*

ICOMOS New Zealand Charter 2010

*- É uma intervenção direcionada para um bem patrimonial, com o objectivo de conservar a sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade.*

Conferência Internacional sobre Conservação (2000) Carta de Cracóvia - Princípios

para a conservação e o restauro do património construído, Anexo - Definições. (in Barranha, H, 2016)

**Reabilitação** - Modificação de um recurso segundo padrões funcionais contemporâneos, envolvendo a eventual adaptação a um novo uso.

ICOMOS-Canada (1983) *Appleton Charter - The Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment*, "B. Framework" [trad.]. (in Barranha, H, 2016)

**Adaptação** - Corresponde aos processos de modificação de um lugar para um uso compatível, mantendo o seu valor patrimonial e cultural. Os processos de adaptação incluem alterações e adições.

ICOMOS (1993-2010) New Zealand Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value, "Definitions" [trad.]. (in Barranha, H, 2016)

Deste modo, com a definição dos tipos de intervenção que consideramos mais favoráveis para com o valor patrimonial intrínseco ao Convento de Arroios, aproximamo-nos do modo como a proposta para o edifício foi pensada. Considerado como um Monumento vivo, seguirá a lógica de Cesare Brandi: *Sob o ponto de vista da importância da historicidade no processo de restauro, Brandi conclui com o seguinte postulado: "(...) o acrescento será tanto pior quanto mais se avizinhar da reconstrução, e a reconstrução será tanto mais consentida quanto mais se afastar do acrescento, dirigindo-se para a construção de uma nova unidade fundada sobre a velha".* (Aguiar, J. 2002).

Após a definição e a identificação de elementos que foram sendo acrescentados no século XX, que não sejam correspondentes com a dialética do convento, que não acrescentem, aliás, que antes obscurecem o valor patrimonial previamente encontrado, nomeadamente os volumes associados ao posterior uso hospitalar, calcular-se-á a hipótese de demolição destes elementos e de como uma construção nova ou restauro poderá melhorar a relação do edifício em si para com o espaço que ocupa. Procurar-se-á, deste modo, voltar a compreender a mole edificada do Convento que chegou à presente centúria. Se as construções hospitalares construídas, sobre as quais não obtivemos qualquer informação significativa, apesar da pesquisa encetada no Arquivo dos antigos Hospitais Civis, fossem relevantes para a compreensão da arquitectura hospitalar talvez, neste caso, nos deparássemos com um exercício algo diferente do caminho prosseguido. De facto, o nosso ensejo é que o convento, essencialmente, na sua fachada principal, posicionada para a antiga Estrada de Sacavém adquira a sua aura perdida. Perdida enquanto edifício conventual e perdida enquanto relação com a cidade envolvente. Ganhando, mesmo, uma nova centralidade, não só pela proposta arquitectónica a desenvolver, mas também pelo programa que iremos sugerir para a voltar a atribuir vida a uma área da cidade, que como vimos não pode permanecer como um vazio urbano que compromete o eixo da própria Avenida Almirante Reis..

O programa a apresentar não assenta em exclusivo na habitação, apesar de essa ser uma preocupação central, como já ficou demonstrada. As soluções programáticas encontradas advêm dos vários estudos realizados no território para a elaboração da proposta final, bem como de toda a bibliografia consultada. Esta análise simbiótica permitiu-nos compreender que os novos usos a propor não podiam ser de natureza exclusivamente habitacional. Porém, o programa do projecto proposto inclui também a adaptação programática de convento para habitação, para além de áreas para co-working e comércio no espaço público. Como será aprofundado no grupo IV, a reabilitação do Convento, assim como da sua antiga cerca que providencia espaço colectivo público torna-se perentória. *Esta surge como uma possibilidade concreta de adaptar as estruturas internas dos edifícios habitacionais antigos, neste caso um edifício conventual,*

às necessidades de uso contemporâneas, evitando a perda dos valores arquitectónicos e urbanísticos essenciais. (Aguiar, J. 2002).

Através deste modo de intervenção será possível preservar o edifício, tanto do ponto de vista da preservação da sua memória, assim como da sua estrutura, e espaços internos, aplicando os cuidados necessários para a sua manutenção, aumentando a longevidade, não incorrendo assim numa operação de *fachadismo*, onde o núcleo é retirado mantendo somente a “pele” do edifício como de embrulho se tratasse. Considera-se que *existe essa necessidade de saber mais acerca da construção, da construção antiga, não propriamente com o objectivo de voltar a fazer os conventos exactamente iguais a este, mas para poder saber agir sobre Conventos como este, na lógica da sua recuperação*, (Appleton, J. 2002 *in* Conversas à volta dos Conventos.) afastando assim a lógica do *fachadismo* e propondo a reabilitação do espaço interno conventual. Quanto à adaptação das funções estas possibilitarão uma nova vida ao espaço conventual, enquadrada com o local onde se insere em Lisboa, tendo em conta quanto à construção nova proposta o (...) *Princípio da reversibilidade das intervenções, tão caro para quem trabalha sobre o património, (...)* (idem).

*Os mosteiros e conventos pela sua imponência ou, pelo contrário, pela sua humildade, representam passos históricos, escolhas, com os cambiantes tipológicos e programáticos que se lhes reconhecem e que evocámos mais acima, como agentes socioeconómicos e protagonistas culturais e espirituais. Não já, com a fixidez de uma espiritualidade apenas reportada à sua condição de espaços sagrados, mas também como espaços de experiência estética, evocativos e declaradamente pertencentes ao género humano e às suas realizações.* (Pereira, P. 2020 versão longa policopiada)



## Casos de estudo de reabilitação conventual

### - O Convento da Bernardas – Tavira.

Arquitecto Eduardo Souto de Moura

Projecto de reabilitação de um antigo convento (2006 – 2012) que foi adaptado a fábrica de moagem de cereal no final do século XIX, e convertida e intervencionada em 2012 pelo arquitecto para ser habitação e Aparthotel. De ressaltar o cuidado em manter a origem formal do edifício conventual que foi pouco adulterada quando mundo de função para fábrica, explorando os materiais, texturas e cores características da zona Algarvia de Tavira assim como a preocupação com a envolvente.

“O Convento das Bernardas, foi Mosteiro, Fábrica, e agora ruína disponível. Geralmente associa-se estas pedras a programas como pousadas, hotéis, museus, centros culturais...; mas não há cultura que chegue para tanto Património. Desta vez fomos diferentes..., e porque não fazermos casas?”<sup>3</sup>

Esta reconversão surge como caso de referência por duas razões particulares. Primeiramente pela qualidade da intervenção em si, tanto pelos espaços criados como pela materialidade e cromatismo do edifício. Segundo por ser um edifício que será elemento de comparação com o próximo caso de estudo, por ambos se tratar de reconversões e reabilitações de Conventos das Bernardas, mas com programas diferentes, tanto tipologicamente como filosoficamente.

<sup>3</sup>“Convento das Bernardas / Eduardo Souto de Moura” [Convento Das Bernardas / Eduardo Souto de Moura] 25 Jun 2015. ArchDaily Brasil. Acessado 20 Jan 2021.

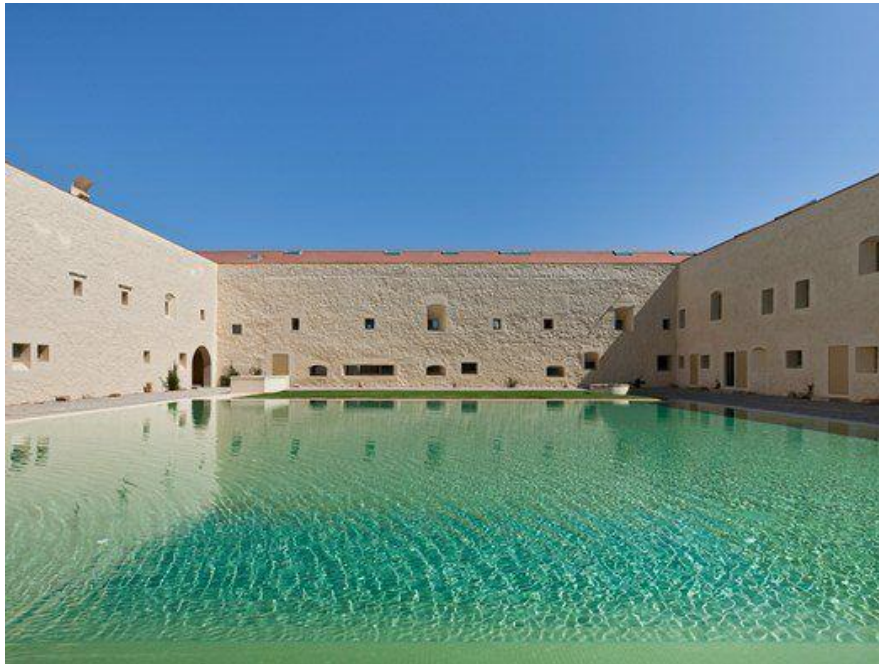


Figura 13 - Claustro depois da reabilitação



Figura 14 - Perspetiva de detalhe exterior

## - O Convento das Bernardas – Lisboa.

Arquitectos João de Almeida, P. Emauz, P. Ferreira Pinto

Convento pertencente a uma ordem de clausura feminina, encontra-se enraizado na malha urbana de Lisboa antiga, no Bairro da Madragoa desde 1653.

A intervenção arquitectónica neste convento distingue-se da realizada no convento homónimo em Tavira, devido, principalmente ao programa e usos actuais. Aqui o espaço após ter sido adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa em 1998 foi reabilitado e convertido para os usos de museu (da marioneta), auditório, restauração e cafetaria e mantido o uso que já vinha desde o final do século XX, que era o de habitação, pois, a população da Madragoa foi ocupando as celas, claustro e outros espaços para fazer deles a sua habitação, factor que levou a que muitas das famílias que previamente habitavam no convento se mantivessem nele.

Esta simbiose filosófica e funcional será de extrema importância para o projecto a desenvolver no Convento de Arroios, visto as condicionantes urbanas e arquitectónicas existentes sejam semelhantes entre ambos e também pela inspiração da polivalência de espaços conexos criados nas Bernardas de Lisboa.

As características específicas a serem transportadas para o projeto final do Convento de Arroios são a diversidade funcional e tipológica, a adaptação dos espaços para habitação económica, que privilegia a vida do bairro, característica da Madragoa. Assim como o claustro, que funciona como elemento de ligação ao invés do claustro das Bernardas de Tavira, que funciona principalmente como elemento estético.

Este caso é um de excepção no que toca à intervenção de reabilitação no património edificado, que embora devido à sua implantação não possua cerca como o Convento de Arroios, serve de “manual de boas práticas” para o projecto a desenvolver.

*Após a extinção das obras religiosas em 1833, o convento foi vendido em hasta pública vindo a ter ao longo de cerca de dois séculos os mais diversos usos tendo chegado aos nossos dias em estado de profunda degradação, com as celas das freiras ao redor do claustro ocupadas por mais de noventa famílias (o Cine – Esperança do princípio do século XX) e muitos outros espaços destinados a oficinas e armazéns. (Almeida, J. 2002 In Conversas à volta de conventos)*

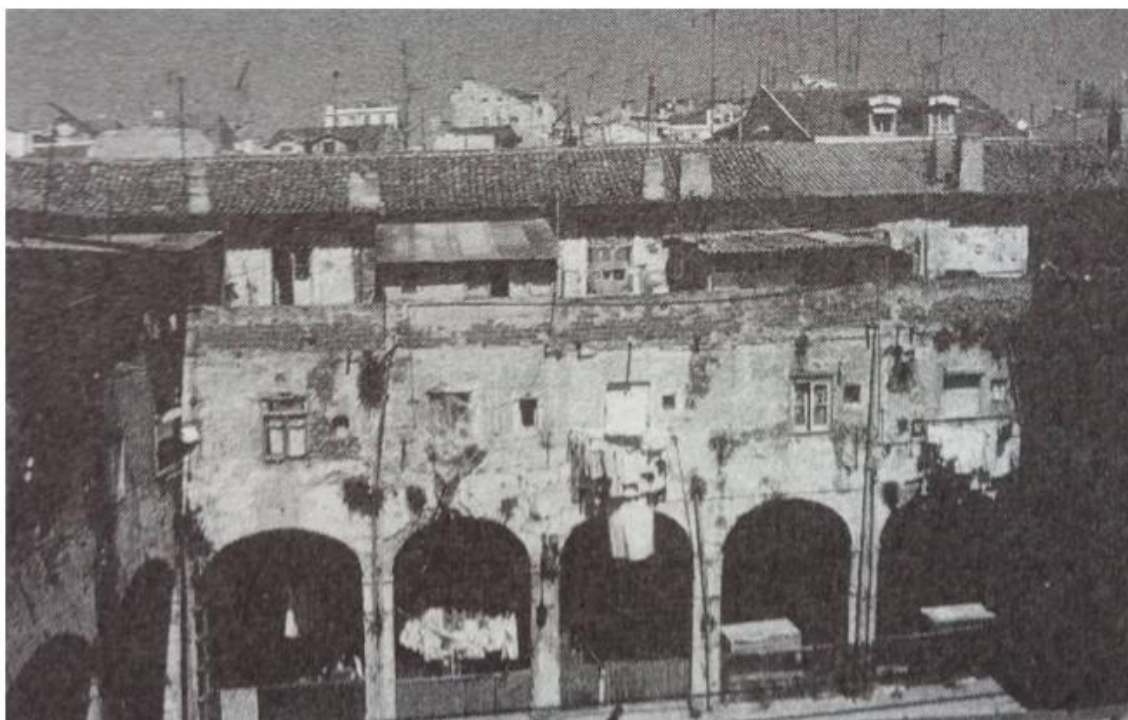


Figura 15 – Claustro antes da Intervenção

*Conheci uma das suas habitantes: a servidora de casa dos meus avós, a D. Rosa, uma simpatiquíssima cabo-verdiana que aqui relembro com saudade - e com um especial “dedo” de cozinheira! E conheci a área comum do convento, já que a acompanhei algumas vezes a casa, já noite, achando eu, ainda criança, tratar-se de um espaço eleito e estranho, com o enorme claustro (era essa a minha percepção da escala) com as habitações no piso térreo ou no piso superior servidas por varandim. Foi reabilitado pela então EBHAL em ação justamente premiada levada a cabo por João de Almeida (proj. 1996-1998). Hoje, para além de fazer parte dos equipamentos da EGEAC (onde se encontra o Museu da Marioneta) mantem a sua função habitacional num feliz equilíbrio com a ecologia do bairro da Madragoa onde se insere.*



Figura 16 – Claustro após a Intervenção de restauro



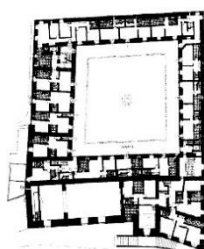
Figura 17 - Vista área do convento inserido no bairro da Madragoa



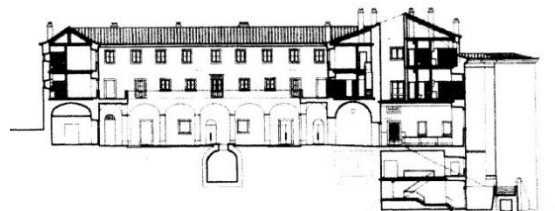
Figura 18 - Claustro



Convento das Bernardas - Planta piso 3 (esc. 1/500)



Convento das Bernardas - Planta piso 5 (esc. 1/500)



Convento das Bernardas - Corte AA (esc. 1/500)

Figura 19 – Desenhos rigorosos do Convento das Bernardas de Lisboa – Sem escala

- Meritxell Sanctuary – Andorra. Arquitecto Ricardo Bofill

Igreja e Mosteiro de origem românica, fazia e faz parte da rota de peregrinação mariana que se estende até França. O edifício ficou completamente em ruínas após ter tido um incêndio em 1972. Reconstruído pelo arquitecto Ricardo Bofill entre 1974 e 1976

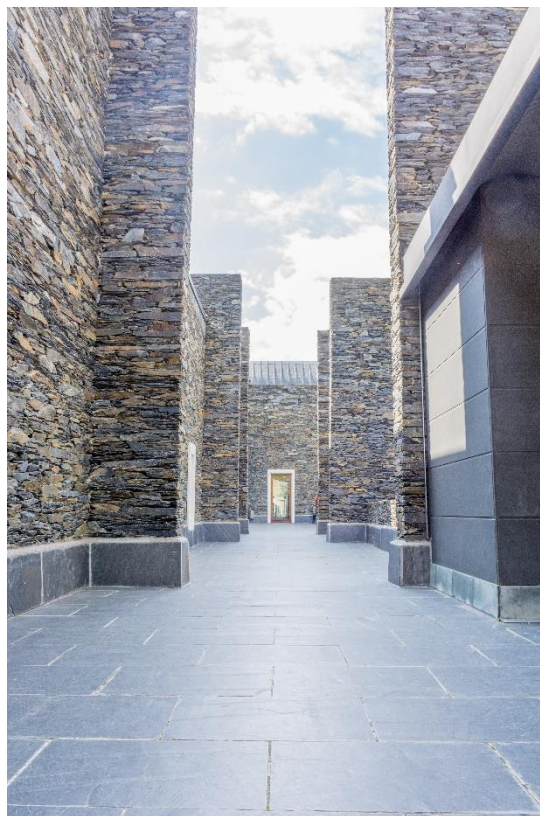
Embora seja um mosteiro não pertencente à ordem Jesuíta e que se insere no território de um modo diferente do Convento de Arroios, visto este ser em ambiente rural, importa reter os elementos essenciais a transportar para o projeto final. As áreas reestruturadas e as demolidas, que permitiram uma homogeneidade volumétrica que permite ao edifício camuflar-se na paisagem, e o modo como os materiais provenientes da região, conseguem através da pureza volumétrica redignificar o edifício que foi ruína.



Figura 20 - Perspectiva exterior do convento



*Figura 21 - Claustro*



*Figura 22 –Materialidades*

[https://principado-de-andorra.com/wp-content/uploads/2021/08/241487206\\_255819606265777\\_7779147765693532610\\_n.jpg](https://principado-de-andorra.com/wp-content/uploads/2021/08/241487206_255819606265777_7779147765693532610_n.jpg)

### III – Da Habitação



Figura 23 – A casa de Monsieur Hulot. *Mon oncle*. Jacques Tati, 1958.



## O habitar n(um) Convento

*Therefore, when we build, let us think that we build for ever. Let it not be for present delight, nor for present use alone; let it be such work as our descendants will thank us for, (...) 'See! This our father did for us.' For, indeed, the greatest glory of a building is not in its stones, nor in its gold. Its glory is in its Age, and in that deep sense of voicefulness, of stern watching. (Ruskin, J. 2008)*

O intuito principal de interpretar como era a vida conventual é o de primeiramente entender como eram usados os espaços conventuais, quando ainda mantinham uma rotina secular, religiosa, e posteriormente, procurar chegar a uma possível conclusão, baseada em literatura complementar, de que, na realidade, os conventos sempre foram edifícios que se foram reconvertendo. Reconversão essa possível, devido a uma flexibilidade de usos possível através de uma tipologia que ainda hoje é actual, justificando assim a viabilidade de adaptar os respectivos espaços conventuais para outras funções, como a habitação e comércio. *O que podemos chamar o elemento típico ou simplesmente o tipo é uma constante, é verificável em todos os factores arquitectónicos. Portanto, é também um elemento cultural e como tal pode ser pesquisado nos diversos factos arquitectónicos; a tipologia torna-se assim, em grande parte, o momento analítico da arquitetura. Rossi, A (2001)*

No caso dos conventos e mosteiros, é devido a uma relativa homogeneidade tipológica que estes conseguiram ser reutilizados para outras funções, adequando-se aos novos programas das entidades que os recuperaram / reabilitaram, notando-se uma correspondência com as áreas pré-existentes:

*Jorge Gaspar lembrava, precisamente este tipo de reutilizações e o elenco é amplo. Cito:*

- *“espaços de habitar - residências particulares, quartéis, asilos colégios, estabelecimentos hoteleiros;*
- *“espaços da produção industrial ou de apoio - adegas, moagens, fábricas (têxtil, cortiça, cerveja, etc.), armazéns;*

- “espaços de serviços públicos - escolas, hospitais, repartições, ministérios, parlamento;  
“espaços públicos, livres -jardins, praças, arruamentos, mercados”<sup>ii</sup>

*De facto, as correspondências funcionais entre as diversas tipologias ocupacionais são bastante escuras e, até certo ponto, óbvias. Senão vejamos:*

#### *MOSTEIRO-QUARTEL*

*Dormitório = Casernas = dormitório da guarnição*

*Celas = Casernas dos oficiais*

*Claustro = Parada*

*Sala do Capítulo = Sala dos Oficiais*

*Refeitório = Refeitório*

#### *MOSTEIRO-PRISÃO*

*Dormitório = com subdivisão e rearranjo=Celas*

*Claustro = Área de circulação = área de lazer = área de vigilância em coletivo*

*Sala do Capítulo = Sala de Trabalho e Lances*

*Refeitório = Refeitório*

*Sacristia = Refeitório*

*Parlatório = sala de visitas*

*Cozinha = Cozinha*

*Copa = Lavandaria*

#### *MOSTEIRO-VILLA OPERÁRIA-” ILHA ”*

*Claustro = Pátio*

*Celas= Casas de habitação*

*Igreja (se profanada) = Arrecadação, arrumos; dividida: armazém, garagem*

#### *MOSTEIRO-HOTEL / POUSADA*

*Dormitório = com subdivisão e rearranjo = Quartos níveis 1*

*Celas= Quartos “en suite”*

*Claustro = Área de circulação = área de lazer e descanso*

*Sala do Capítulo = Sala de recepção = Bar*

*Refeitório = Sala de Jantar*

(Pereira, P. 2020, Versão longa policopiada)

Havendo espaços edificados, como é o caso do património monástico, remontando as suas origens à arquitectura da época romana com um pátio interno, foi-se aprimorando ao longo de mais de um milénio, respondendo às necessidades dos seus usuários sempre de forma a melhorar a eficácia das actividades destes, quer tipologicamente, quer construtivamente. Interessante será referir que os espaços conventuais ou monásticos encerram em si um sistema próprio de habitar, como os diversos espaços organizados em função das diversas rotinas, tempos, independentemente das ordens religiosas. Não será, portanto, insólito, encontrarmos estes exemplos de reutilização das tipologias conventuais, pois estes são edifícios que têm um factor de permanência maior do que a arquitectura moderna nos oferece hoje.

Os casos menos felizes de reutilização, principalmente durante o século XX serão os de uso hospitalar, pois a nova função nem responde à tipologia conventual nem à necessidade infraestrutural que programas como esse exigem. *É precisamente nestes casos - em que Lisboa foi profícua -, que se assistiu rapidamente a uma adaptação inicial com rearranjos e improvisos para depois se iniciar um processo de expansão que ultrapassou em muito o programa monástico-conventual. O resultado foi a edificação de constantes adições de carácter pavilhonar, algo que podemos testemunhar em larga escala na chamada "Colina da Saúde" - a Colina de Santana – onde se vieram a concentrar a maior parte destes "equipamentos". Lembrou Jorge Gaspar:" No caso de Lisboa, há de resto uma estratégia de concentração geográfica dos estabelecimentos hospitalares, que quase sempre aproveitam antigos conventos: São José, Desterro, Capuchos, Miguel Bombarda, Arroios, além do Instituto de Câmara Pestana, em parte do que fora o Convento de Santana e do Hospital Dona Estefânia, então Quinta Velha da Bemposta."* (idem)

No caso dos edifícios conventuais jesuítas, que principalmente por se encontrarem em ambiente urbano, foram no século XX sistematicamente reutilizados, como por exemplo o de Portalegre, que se tornou na Real Fábrica de lanifícios; o colégio de S. Fiel em Castelo Branco que foi usado como escola secundária até integrar recentemente o programa Revive; e o de Madre Deus em Évora que se transformou em Hospital militar regional. Todos estes conventos referidos, partilham de uma planta organizacional e tipológica semelhante, claro com diferenças a nível de escala e implantação no território (ver Figuras 24 a 27). De notar a diversidade de funções encontradas para os exemplos referidos.

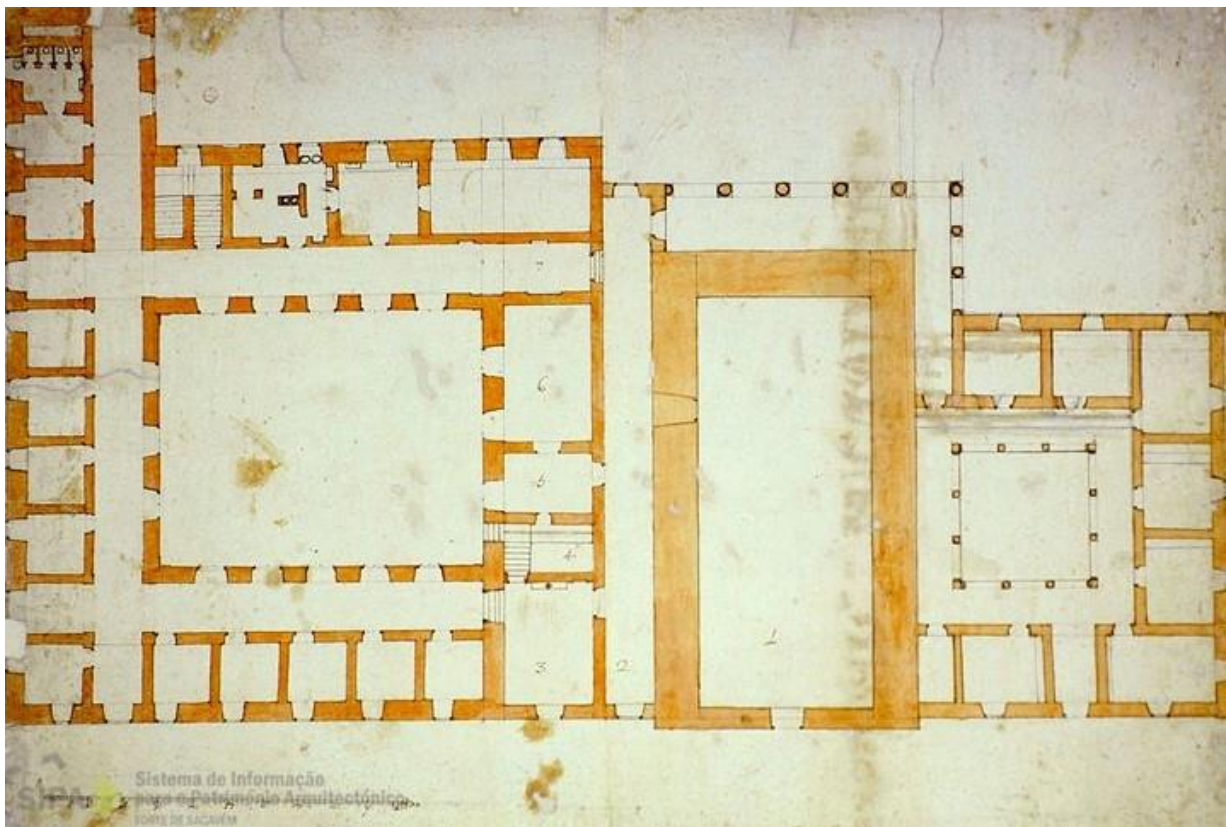
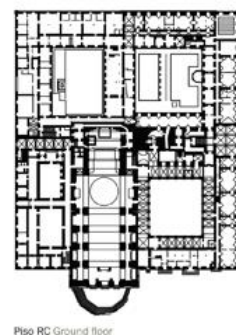
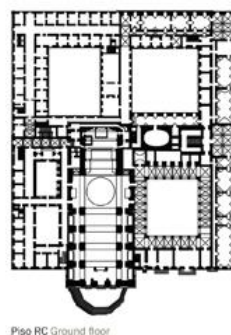
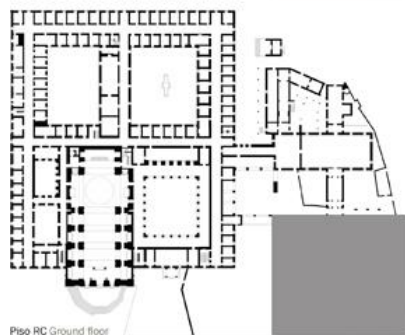
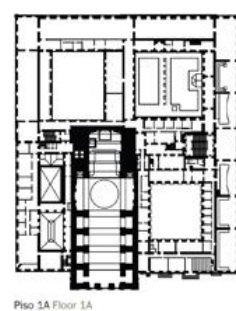
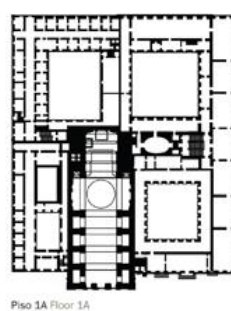
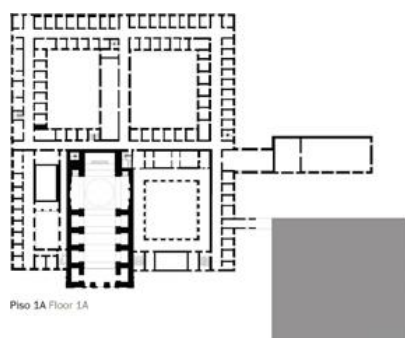


Figura 24 – Planta piso o Colégio de Portalegre – sem escala



Figuras 25 e 26 – Vistas fachada principal e claustro do Colégio de Madre Deus, Évora



Proposta de reconstrução - Século XVIII: plantas da situação antes da reforma pombalina, proposta elaborada a partir do levantamento efectuado por Guilherme Elsdén em 1773, BNRJ; do levantamento de G. Elsdén das acomodações do Cabido em 1772, UCBG; e de Rui Lobo, 1994  
 Proposal for reconstruction - 18th century: plans of the situation before Pombal's reform; proposal based on William Elsdén's 1773 survey, BNRJ; on William Elsdén's 1772 survey of the accommodations of the Chapter, BGUC; and on Rui Lobo, 1994

Proposta de reconstrução - Século XVIII: situação após a reforma pombalina, proposta elaborada a partir do levantamento efectuado por Guilherme Elsdén em 1777, MNMC; e das Plantas do Museu de História Natural e do Gabinete de Física, Guilherme Elsdén e Manuel de Sousa Ramos, 1773, MNMC  
 Proposal for reconstruction - 18th century: situation after Pombal's reform; proposal based on William Elsdén's 1777 survey, MNMC; and on the Plans of the Natural History Museum and Physics Unit, William Elsdén and Manuel de Sousa Ramos, 1773, MNMC

Levantamento da situação actual (2008)  
 Survey of current conditions (2008)



Figura 27 – Plantas do Colégio de S. Fiel, Castelo Branco – sem escala

*No entanto, o modelo colegial que se estendeu por todas as assistências da CJ garantia uma separação clara entre funções culturais, residenciais e escolares. A leitura dos projectos dos colégios inicianos mostra-nos que, na maioria das vezes em que o edifício é programado de raiz como colégio, sem adaptações a pré-existências, existe uma organização formal tripartida composta normalmente por igreja, área da comunidade e área dos estudos. Os dois últimos núcleos são usualmente organizados em torno de pátios não forçosamente regulares, mas que funcionavam como zonas de distribuição dos espaços relacionados com cada tipo de público. (Gato de Pinho, I. 2017)*

Após o levantamento arquitectónico do Convento de Arroios realizado pelo autor, consultando um texto do Dr. José Leone, no qual estão descritas algumas dependências do então hospital, ao ano de 1989; e reunindo com Professor Arquitecto Virgolino Jorge, para obter um melhor entendimento das funções que cada espaço encontrado no convento poderia ter tido, foi possível descodificar os espaços do passado (ver figura 28).

Assim, o novo uso proposto com a reabilitação do Convento de Arroios, passa pelo entendimento da sua estrutura tipológica e construtiva para a adaptação de convento para espaço habitacional, aproveitando as divisões originais, potenciando o isolamento através do espaço privado da casa, e a congregação que os claustros proporcionam. Assim como, criador de sinergias no espaço público com a área restante que a antiga cerca ainda oferece, na tentativa de reconquistar à cidade o terreno perdido, inundando-a de vida, tanto pela reorganização de circulação pedonal, como pelo comércio, serviços, como também pela proposta de recriar o conceito de *Hortus Conclusus*, patente na génese conventual. Um dos outros propósitos da nossa proposta, como será demonstrado mais à frente, é tornar o *chão* da cerca do convento, o *chão* da cidade, através da criação de circulações permeáveis que permitam o atravessamento de um pedaço de cidade que até hoje permanece murada.

*“Com uma nova visão da cidade, dos valores edificados e dos usos mais convenientes, é possível recuperar muitos espaços conventuais como espaços de cultura, de reunião, de lazer ou de reflexão e isolamento. O que significa, de resto, uma releitura e um reencontro com o significado original de convento (do latim Conventu - reunião) e de mosteiro (do grego monasterion - onde se vive isolado; monas - só, monachás- solitário).” (GASPAR. J. 2001)*

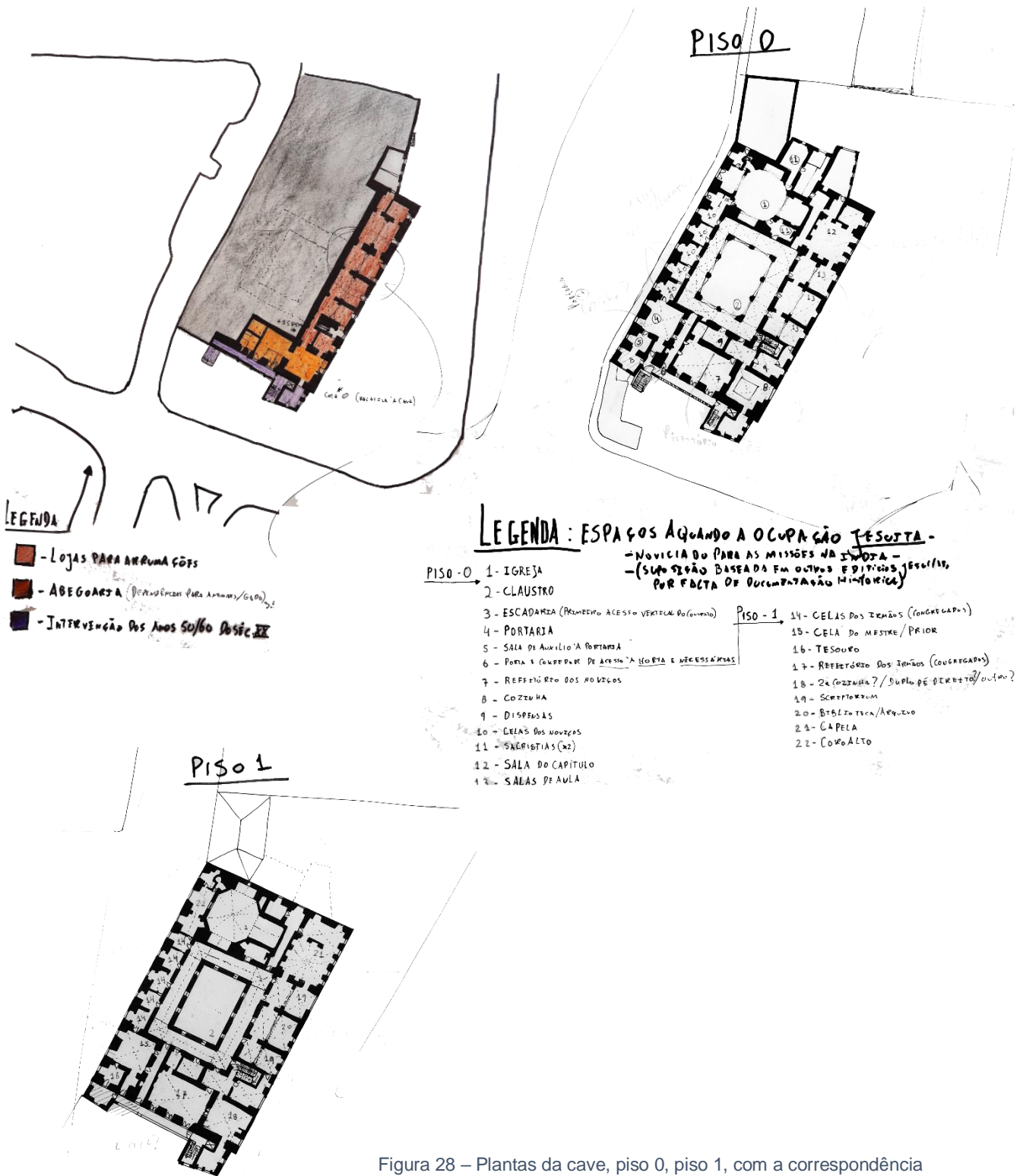


Figura 28 – Plantas da cave, piso 0, piso 1, com a correspondência das possíveis funções que cada compartimento possa ter tido – Levantamento do Autor – Desenho à mão – sem escala

- Piso - 0**
- 1 - IGREJA
  - 2 - CLAUSTRO
  - 3 - ESCADARIA
  - 4 - PORTARIA
  - 5 - SALA DE AUXÍLIO À PORTARIA E ORATORIO
  - 6 - ENTRELA FUESTIBIL
  - 7 - CONFESSIONÁRIOS
  - 8 - QUARTO DA VELERIA (FUNERARIAS DE BARRIA)

## Habitar para além da casa – O direito à cidade

*Diremos que a justiça é de um só individuo ou que é também de toda a cidade?*

*- Também é – replicou.*

*- Logo, a cidade é maior do que o individuo?*

*- É maior.*

*- Portanto, talvez exista uma justiça numa escala mais ampla, e mais fácil de apreender.*

Platão (1949) – A República

A definição do que é o “habitar”, por ter tantas e variadas interpretações não será o foco deste capítulo. Esse prende-se por transmitir a noção de habitar pensada para a intervenção no Convento de Arroios. Visão essa que contextualiza não só a necessidade de habitar espaços antigos e patrimoniais no centro de uma cidade, mas também que propõe uma expansão da casa *per se*, para a cidade, alargando a área que tipicamente circunscreve o habitat citadino, numa constante relação do que é público, privado e partilhado. Proposta esta que não é de todo original, aliás: *O elemento colectivo e o privado, sociedade e individuo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização e juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral.* (Rossi, A. 2016).

Esta intrínseca relação da casa e cidade, do privado e do público, existe pelo menos desde a Grécia Clássica, *Hermes, deus do limiar e da porta, mas também das encruzilhadas e das entradas das cidades, representa o movimento e a relação com outrem.* (Augé, M. 2016). O que se defende é que embora se encontre esta relação em comunidades mais pequenas e isoladas, é algo que nas cidades contemporâneas está em acelerado desaparecimento.

O direito à cidade pode ser entendido de diversas escalas. Como direito à habitação, num sentido mais lato, que corresponde à comunidade, ao sentimento de pertença tão característico do ser Humano. Também como direito de habitar a cidade através do usufruto dos diversos espaços públicos que esta oferece, numa relação simbiótica entre o espaço de isolamento, casa; o espaço de procura, o limiar; e o espaço de contacto, a rua, a praça, o largo, o café. (...) *o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, aquilo que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são com frequência diversas), mas é identidade do lugar que o funda, o reúne e o une.* (Augé, M. 2016).

Será desta forma que será entendido e trabalhado o Convento de Arroios na cidade de Lisboa. Inserido numa zona por si, que foge, ainda, à regra selvagem da mercantilização da cidade, a freguesia de Arroios, em concordância com o troço da Avenida Almirante Reis, manifesta um intercâmbio positivo de relações interpessoais e culturais, quer pela quantidade de comércio de rua diversificado existente, quer pelo modo como é vivido o espaço público pela comunidade. Factores estes, que embora actuais, não tardaram a desaparecer segundo a ordem do “progresso” capitalista que já conquistou partes mais históricas da cidade, à semelhança de casos mais drásticos como Veneza ou Paris. Esta é outra razão, senão a principal, para abordar o Convento de Arroios de modo a criar um choque positivo entre o privado e o público. Esta hipótese, como F. Engels já defendia há quase um século, *não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social, isto é, a abolição do modo de produção capitalista, que tornará possível a solução do problema da habitação.* No entanto, para haver alguma intervenção política, é preciso que haja propostas que tentem resolver esse problema.

Esta divisão, cada vez mais bipolarizada do que é da esfera pública e da esfera privada, tende a criar barreiras pelas quais se intensifica um afastamento do indivíduo do colectivo. Aldo Rossi defende que este tema tenha que ser mais estudado e discutido: (...) *embora a divisão da cidade em esfera pública e esfera privada, elementos primários e área-residência tenha sido várias vezes indicada e proposta, não teve nunca, contudo, a importância de primeiro plano que merece. Esta divisão está intimamente relacionada com a arquitectura da cidade, porque esta arquitectura é parte integrante do homem; é a sua construção. A*

*arquitectura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos.* Outros factores, parecem também contribuir para esta separação crítica de dois polos que deveriam existir simbioticamente, ao invés de se anularem um ao outro. Factores esses, como a desregulação da lei da oferta e da procura da habitação, descontrolo nos custos do metro quadrado, neste caso em Lisboa, e a defesa que este é o modelo de progresso social através do crescimento económico de alguns, quando o que se já constatou é uma constante especulação de imóveis e de património, à imagem de outro exemplos museificados Europeus já referidos.

Esta situação, à semelhança da polarização acrescida do confronto privado vs público, atinge uma escala maior e mais polarizada hoje no século XXI, *onde 1% da população global detém 99% da riqueza do mundo* (Reuben, A. 2016 – para BBC News). No entanto, com outra dimensão, já existe há pelo menos 100 anos, *O que se entende hoje em dia por crise de alojamento, é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores em consequência do brusco afluxo da população para as grandes cidades; é um enorme aumento dos aluguéis; uma amontoamento mais acrescido de locatários em cada casa e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojarem. E se essa crise de alojamento faz falar tanto dela, é que ela não é limitada à classe operária, mas atinge igualmente a pequena burguesia.* (Engels, F. 1971).

Considera-se que não será por falta de proposta políticas que a se situação não se reverteu: *Como resolver então a questão do alojamento? Na sociedade actual, como qualquer outra questão social: estabelecendo gradualmente um equilíbrio económico entre a oferta e a procura;* (idem). Ou, de modo a não correr o risco de ser tendencioso, foi explícito em 1994 pelas Nações Unidas que: *The policy-relevant question for those who look at social integration in these terms is not how to increase integration per se, but how to promote a kind of integration which favours the creation of a more just and equitable society.*

Quanto à situação do aumento da especulação financeira dos imóveis em Lisboa e constante diminuição de habitantes no centro da cidade, já houve movimentos de cidadania e políticos que tentavam combater esta profícua

desertificação do espaço público, que tinha vida quando pessoas inseridas em comunidades de freguesias, etc, residiam nas habitações adjacentes à rua, à praça ao café. Movimentos como “Aqui podia viver gente”, consistia numa intervenção de cariz político e urbano que expunha a falta de investimento na habitação pública e na recuperação de edifícios degradados em Lisboa, no mercado inflacionado. Situação essa que entretanto se tem vindo a alterar, fomentada por um crescente turismo em Lisboa, e conseqüente investimento privado para aluguer provisório dos imóveis, com vista ao lucro imediato, não considerando, em longo termo, a cidade como um todo, como *não só o lugar da condição humana, como até uma própria parte desta condição, que se representa na cidade e nos seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os factos urbanos que emergem do espaço habitado.* (Rossi, A. 2016).

Pelas razões enunciadas, na tentativa de, quiçá utopicamente, propor uma solução para a cidade, que defenda o espaço partilhado simbioticamente numa eterna inter-relação entre o público e o privado, serão propostos mecanismos de ligação entre estes espaços que potenciem o momento, construído, da transição. Seja pela circulação horizontal por pátios, claustros, galerias, seja pela relação de proximidade entre a rua e a casa, a horta e a varanda, o espaço de co-work e o espaço de convívio comunitário dos residentes.

De modo a potenciar uma possível economia de recursos financeiros na intervenção no Convento e uma posteriori maior acessibilidade económica no valor da aquisição de habitação, a intervenção no edifício patrimonial será pontual. A infraestruturação de redes de águas, esgotos, gás será feita no exterior do convento, salvaguardando deste modo a estrutura do edifício como foi sugerido no capítulo do restauro. Poupano também recursos financeiros, que possam vir a permitir que famílias mais afectadas pela actual crise da habitação, jovens, famílias com menos posses, possam habitar este espaço.

*A epopeia da fuga ao anonimato – simbólica da possibilidade de reconquista de uma inscrição social, e através dela, a reabilitação da sua identidade – não pode deixar de se projectar, como reflexo espectral, nos dispositivos de urbanização contemporâneos.* (Jesus, D. 2018).

## Casos de estudo de modelos habitacionais

Dando continuidade a dois exemplos introduzidos no capítulo anterior, explicar com a habitação de cada um irá influenciar e aparecer na proposta de intervenção do Convento de Arroios.

### - Bloco das águas livres – Lisboa. Arquitecto Nuno Teotónio Pereira

Sendo este o único caso de estudo que não é de cariz ou conventual ou patrimonial, é importante para o desenvolvimento do projeto, por ser um caso de perfeita aplicação em Lisboa do Movimento Moderno da Arquitetura. O interesse principal é quanto à organização tipológica das habitações e do seu acesso. E o exercício a ser feito, centra-se na adaptabilidade que um sistema organizacional racional de meados do século XX, poderá ter num edifício histórico, tipologicamente e construtivamente diverso, assim como na criação de um edifício novo, nos terrenos da cerca do Convento de Arroios.

Os elementos estilísticos que tiveram lugar de relevo neste edifício serão entendidos como elementos de ligação interdisciplinar. Através de uma intervenção que possibilite a interligação da escultura e pintura com a arquitetura. Principalmente no espaço Público que será também proposto na área da antiga cerca conventual.



Figura 29 - Perspectiva exterior



Figura 30 - detalhe escultórico e Hall de entrada do edifício

Outras tipologias habitacionais características da Arquitectura moderna de Nuno Teotónio Pereira também serão uma forte influência para o projecto do Convento, particularmente na proposta de construção de edifícios habitacionais na zona Norte da cerca do Convento, como é o caso do Bloco dos Olivais Norte.

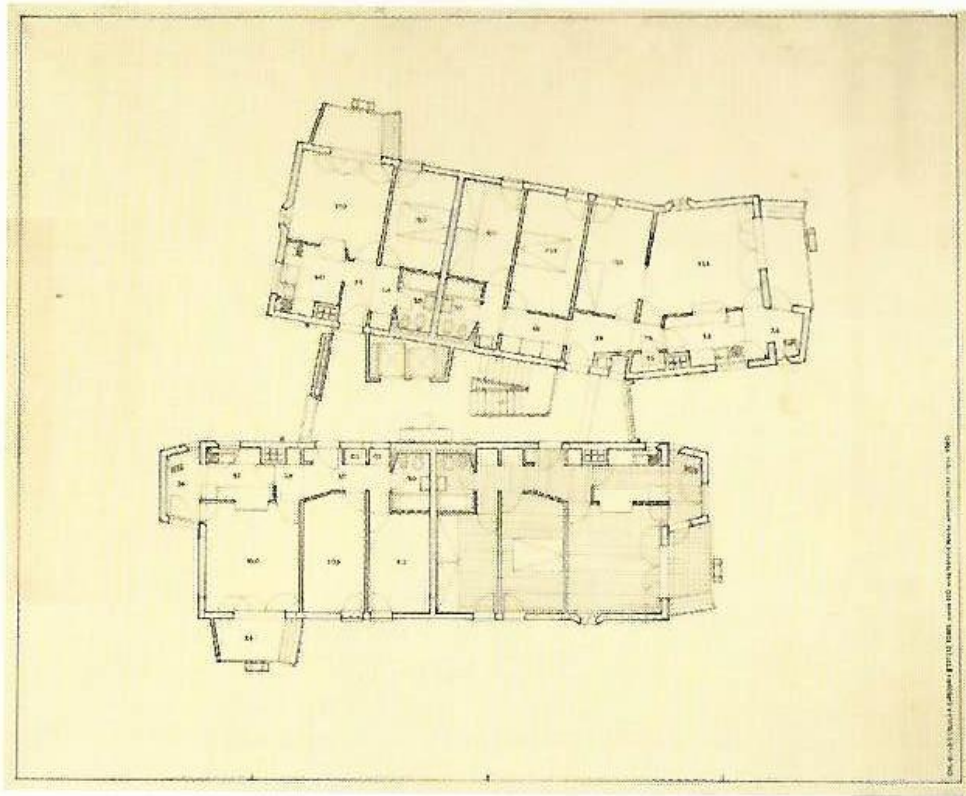


Figura 31 – Planta de um piso do Bloco habitacional dos Olivais Norte – Sem escala

- *Vila Sousa – Lisboa. Arquitecto desconhecido*

Edifício histórico da cidade de Lisboa, que servirá de exemplo pragmático da habitação a ser proposta no edifício de intervenção. A Vila Sousa foi originalmente um palácio que, após ter sido comprado por um industrial na viragem do século XIX para o século XX, foi convertido em vila operária. Com esta viragem de uso e de população a habitar o edifício, várias tipologias foram implementadas, adaptando-se à organização interior existente, sendo estas desde o T2 a um enorme T13. A organização e distribuição destas tipologias seguiam um modelo hierárquico, no qual as mais pequenas eram destinadas aos operários do escalão mais baixo e se localizavam nos primeiros pisos do edifício, enquanto as tipologias maiores nos últimos 2 pisos, que correspondiam às habitações das dos chefes fabris.

Esta diversidade tipológica será o exemplo principal na organização das habitações propostas para o Convento de Arroios, e o pátio interno, à imagem do claustro Conventual, será um dos modelos de circulação a ser continuados e explorado na intervenção proposta.



Figura 32 - Perspectiva exterior



Figura 33 – Perspectiva pátio interno

## IV – À Intervenção

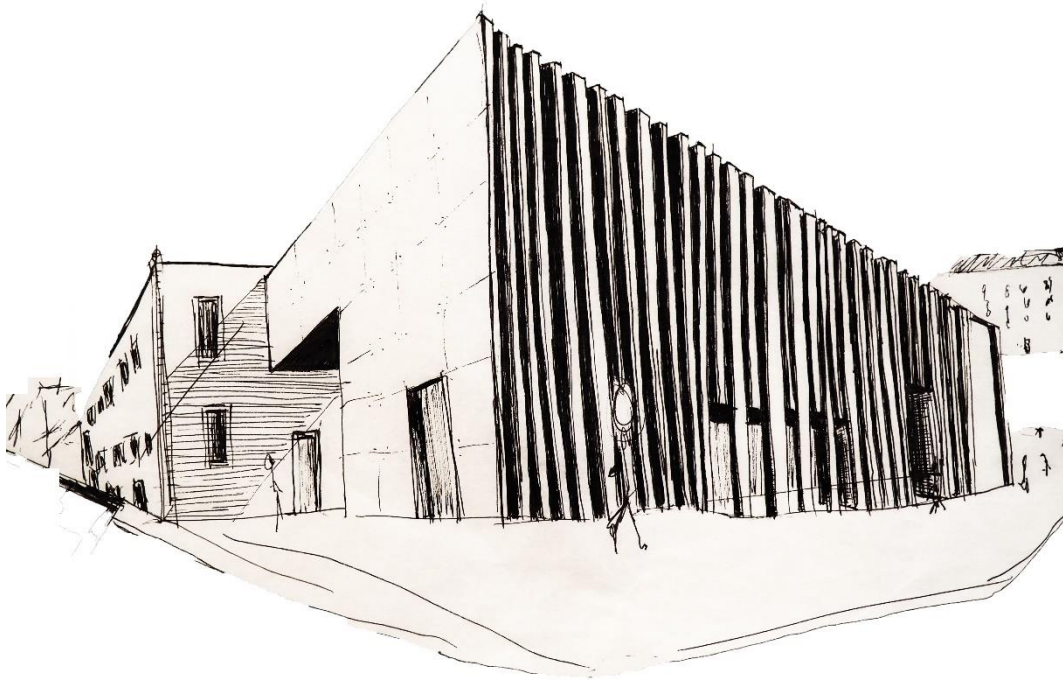
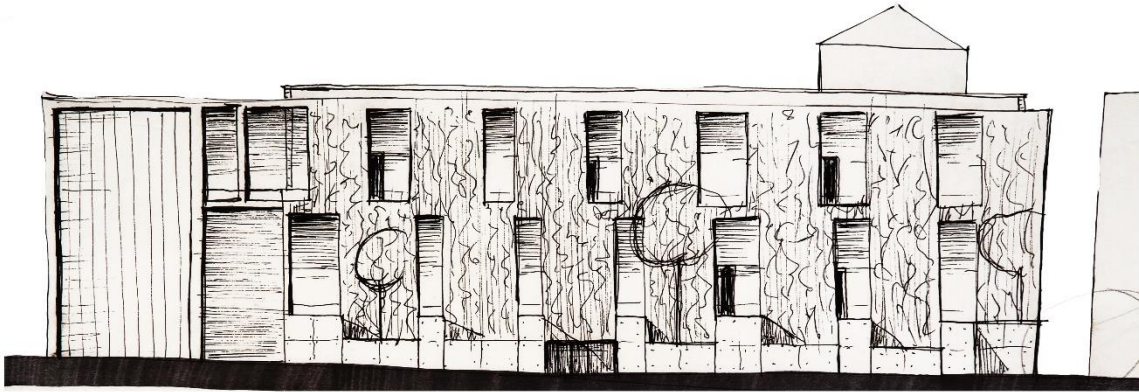


Figura 34 – Proposta da nova “pele” do Convento na fachada nascente

Figura 35 – Perspectiva do “toque” da fachada nova a sul, com o Convento.



## Levantamento arquitectónico do edificado

Logo no início do desenvolvimento deste trabalho deparámo-nos com uma enorme dificuldade que veio a definir não só o processo de projecto, como posteriormente a intervenção arquitectónica proposta – Não existiam desenhos rigorosos totais do Convento de Arroios. Como já foi referido, ao não ter sido permitido pelos actuais proprietários do Convento de Arroios o acesso ao seu interior para iniciar o processo de levantamento arquitectónico *in loco*. Recorremos à investigação.

Após várias pesquisas realizadas, nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, nos Arquivos documentais do Hospital de S. José, no Gabinete de Estudos Olisiponenses e na Torre do Tombo, não foi possível encontrar nenhum desenho rigoroso. No entanto, no SIPA, foi possível encontrar fragmentos de desenhos técnicos realizados entre 1958 e 1961 para obras de electrificação e acrescentos realizados no então hospital. (ver Figura 36). Entre estes desenhos foi possível descodificar as organizações espaciais das alas circundantes do claustro tanto a nascente como a poente e alguns fragmentos na zona Sul do edifício. Também foi possível encontrar um corte do edifício com cotagem, o que veio facilitar imenso o desenvolvimento do trabalho.

Só mais tarde, ao nos depararmos com uma página web, ([arquitecturasdaude.pt](http://arquitecturasdaude.pt)), foi encontrada, por sorte, a planta que iria permitir fechar com maior exactidão o perímetro conventual, a planta da igreja e a sua ligação ao restante Convento. (Figura 39)

A partir deste momento um exercício de montagem deste “puzzle” tomou lugar. Trabalho esse que primou por ser o mais rigoroso possível, visitando várias vezes o exterior do edifício para efectuar medições que comprovassem a veracidade das medidas a serem “recriadas” neste levantamento. No entanto, é necessário salientar, que por maior que tenha sido a tentativa de atingir o maior rigor no levantamento do edifício, este levantamento trata-se de uma aproximação, visto ter sido impossível verificar medidas e possíveis construções internas que não vinham representadas nos fragmentos de plantas aos quais tivemos acesso.

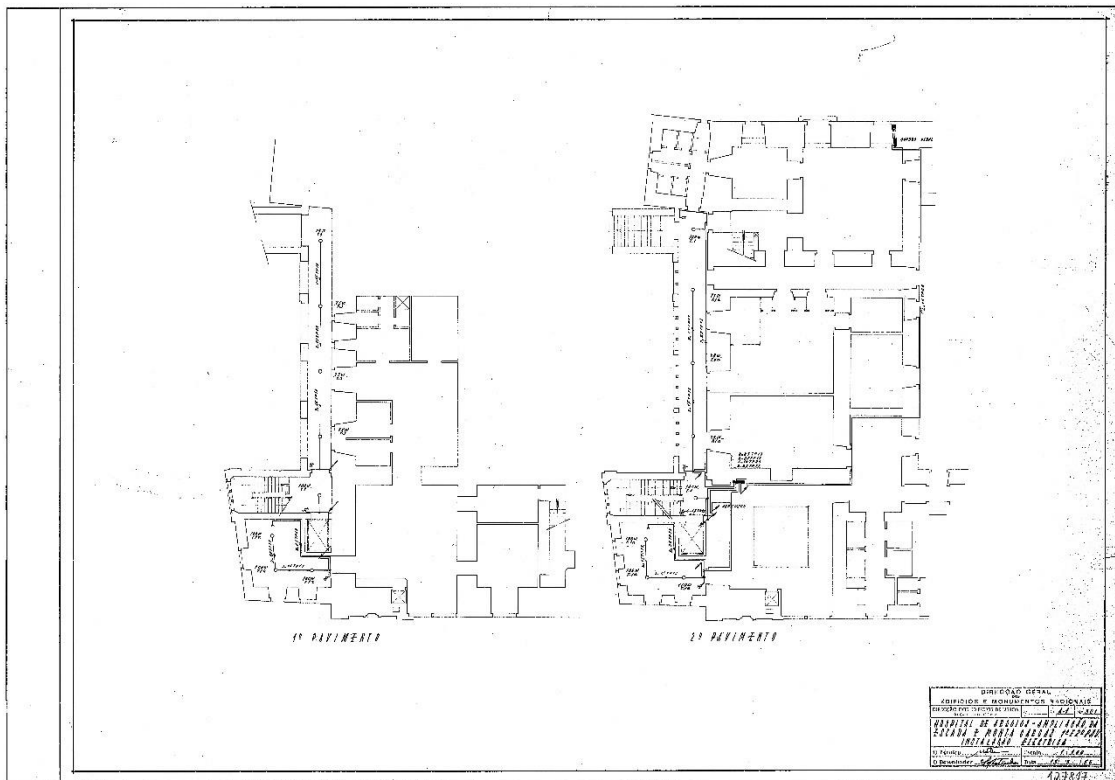


Figura 36 – Plantas do corpo a Sul do Convento de Arroios -1958 – Fonte: SIPA

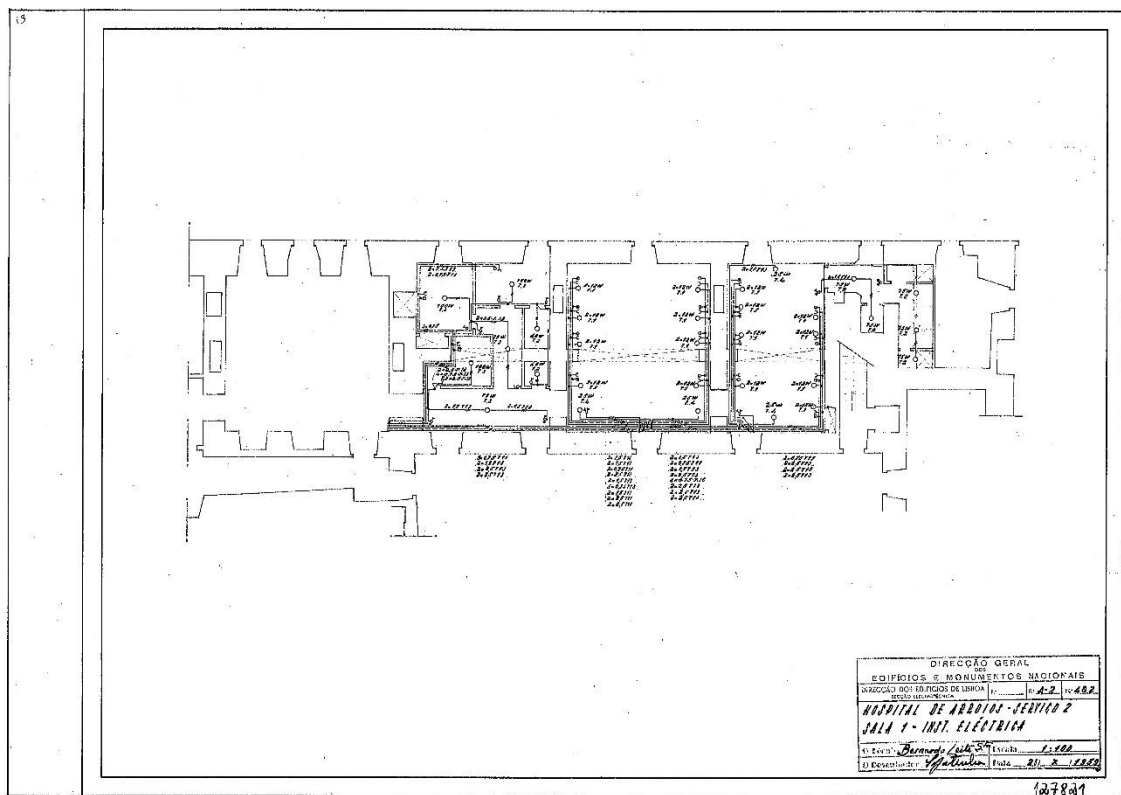


Figura 37 – Planta do corpo a Nascente -1959 – Fonte: SIPA

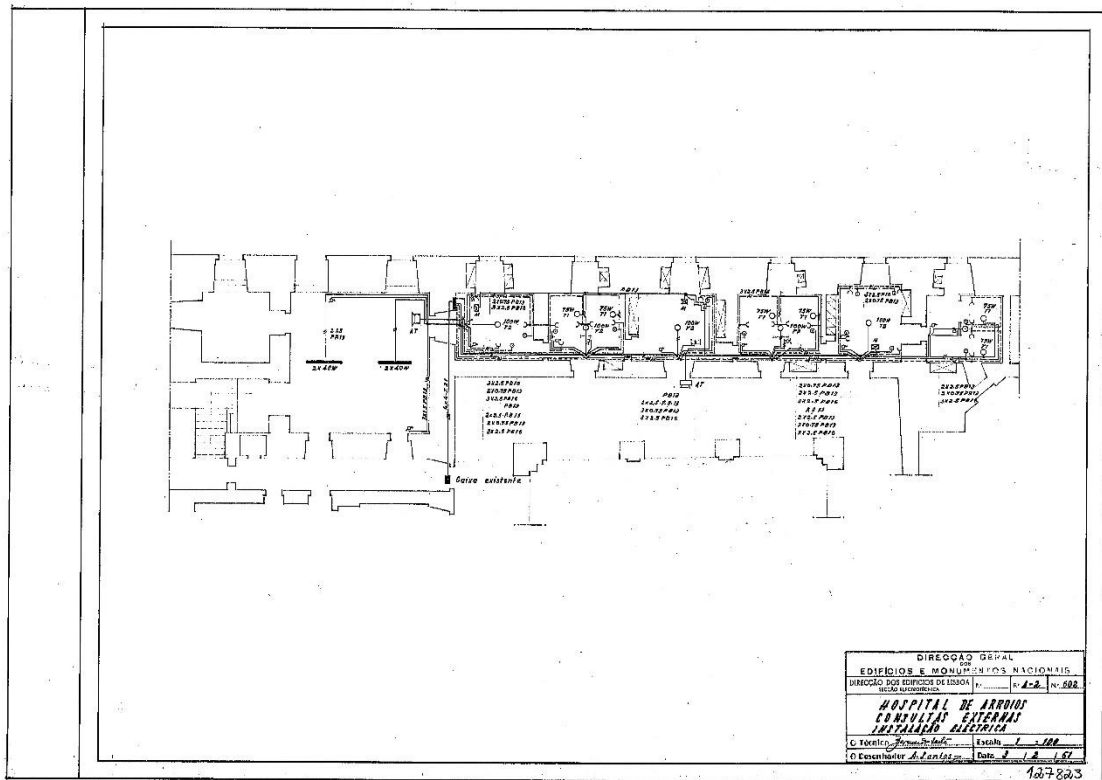


Figura 38 – Planta do corpo a Poente - 1961 – Fonte: SIPA

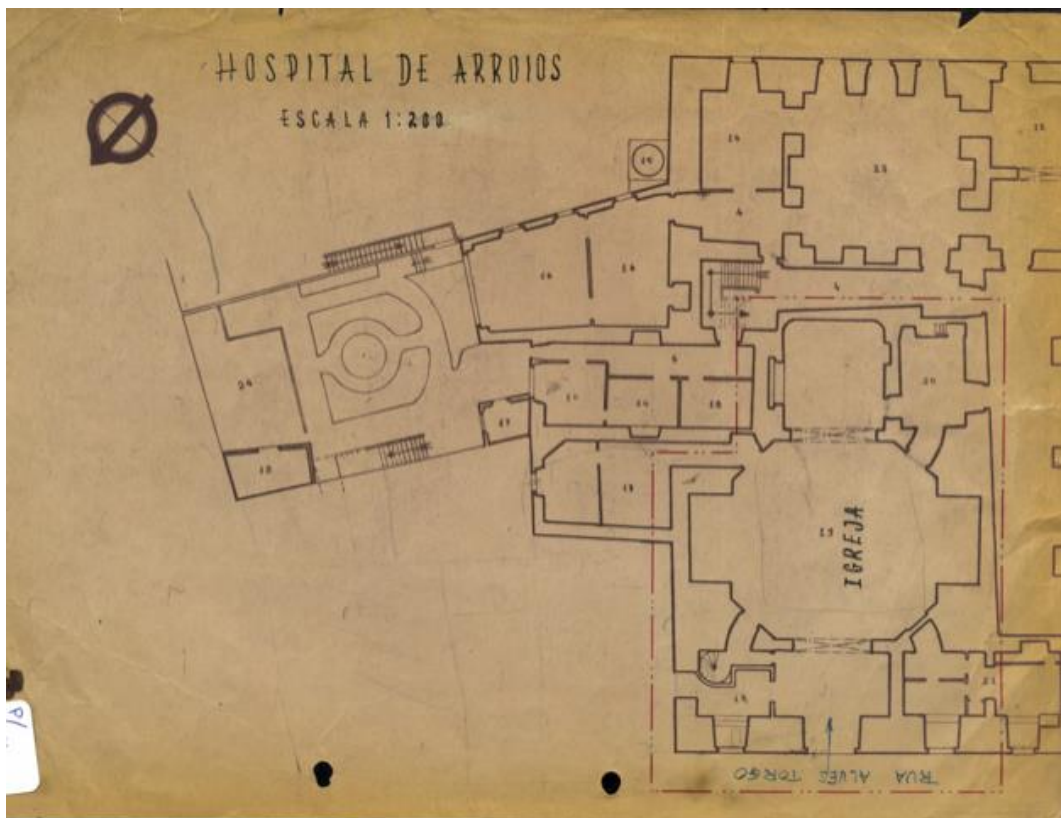


Figura 39 – Planta da igreja do Convento de Arroios – PINTO, Helena Gonçalves - A cura e a arquitectura : história da arquitectura hospitalar portuguesa na época contemporânea : da programação à tipologia arquitectónica. - Lisboa : FA, 2015. Tese de Doutoramento. Imagem publicada em [www.arquiturasdasaude.pt/hospitais\\_pt.html](http://www.arquiturasdasaude.pt/hospitais_pt.html)

Por fim foi possível concretizar desenhos rigorosos aproximados à veracidade construtiva do Convento de Arroios. Principalmente no piso térreo, ou na cave do Convento, que se encontra à cota da Avenida Almirante Reis; do piso 0, à cota da Rua Quirino da Fonseca e do primeiro piso. Quanto ao último piso, construído nos anos 40, com um pé direito muito mais baixo do que o dos restantes pisos, não foi possível realizar nenhum levantamento por falta de documentação. Este factor, aliado à noção de entendimento do Convento original como Património Arquitectónico, influenciou a póstuma decisão de eliminar o último piso da intervenção, propondo uma outra volumetria e/ou ambiência.

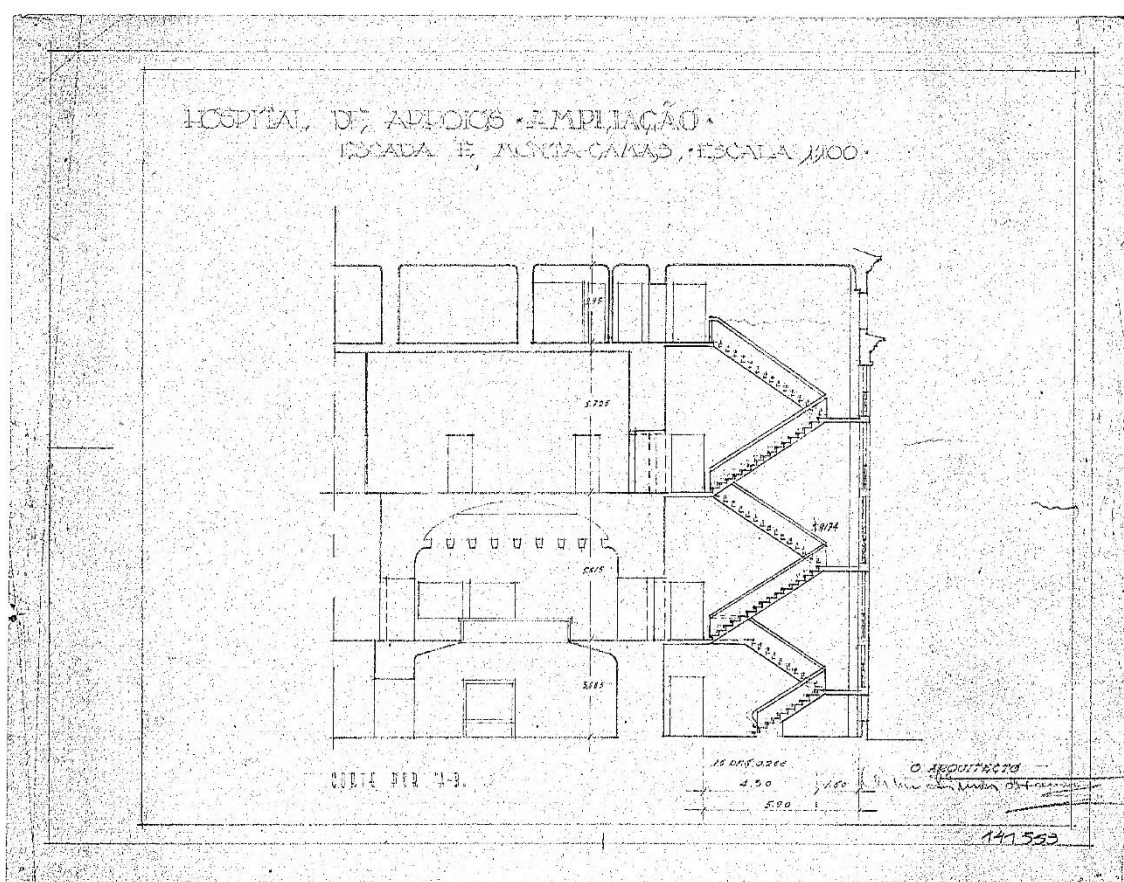
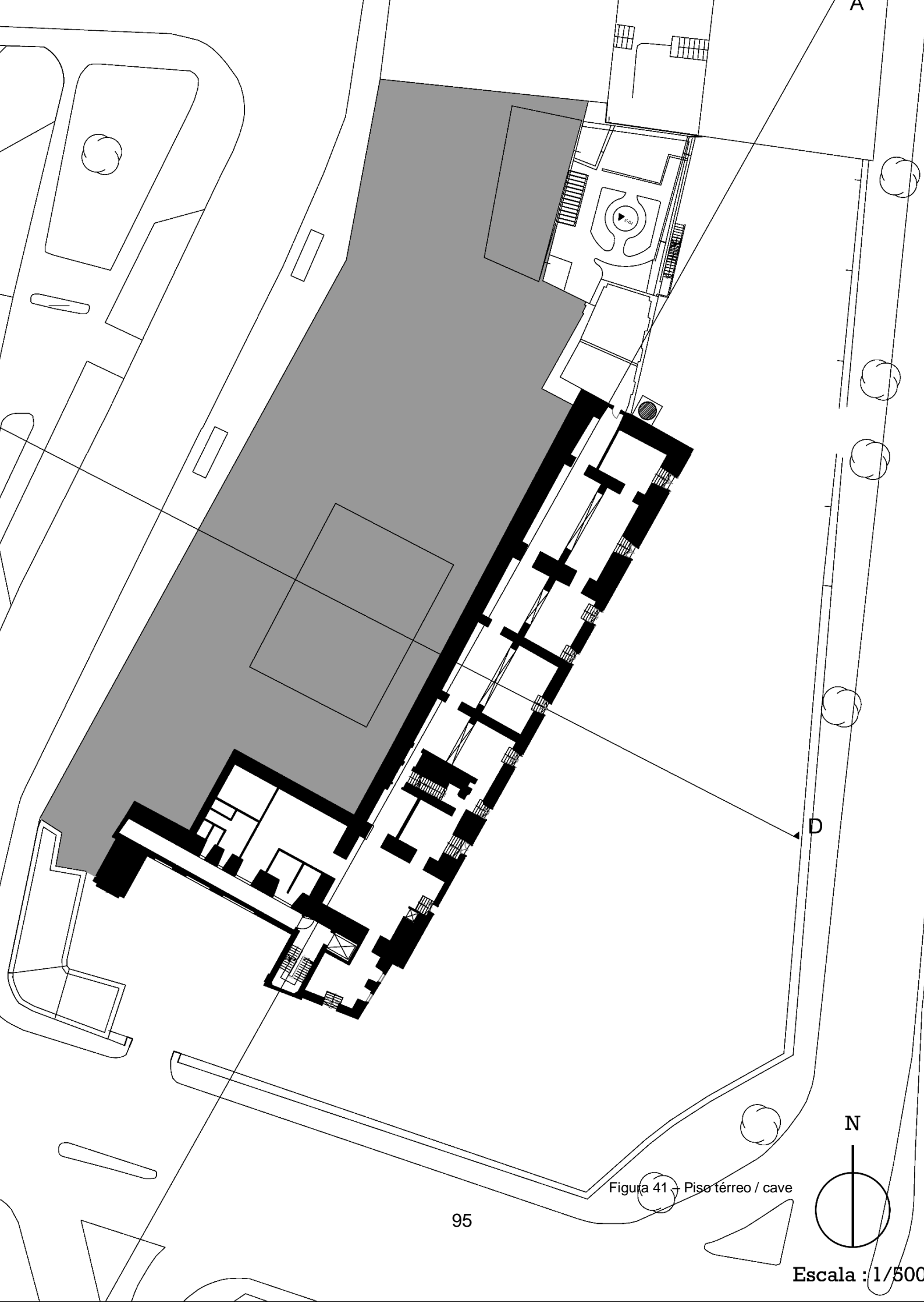


Figura 40 – Corte do Convento no momento de relação entre o antigo e a escadaria hospitalar dos anos 40 – Fonte: SIPA

Será apresentado, agora, o resultado do levantamento arquitectónico realizado, por via de plantas, alçados, cortes e perspectivas volumétricas.



A

D

N

95

Figura 41 - Piso térreo / cave

Escala : 1/500



Figura 42 - Piso o

Escala : 1/500

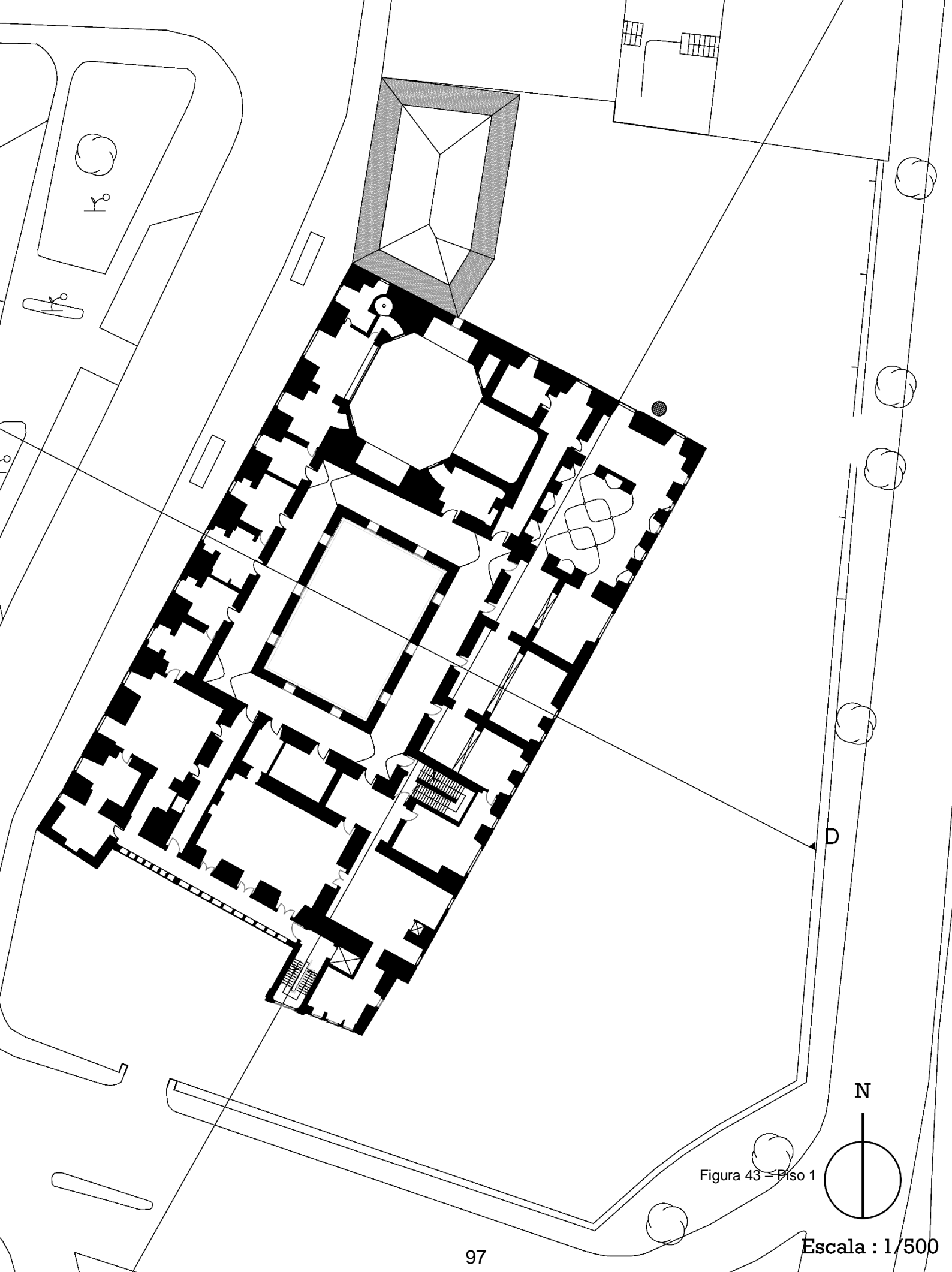


Figura 43 - Piso 1

Escala : 1/500

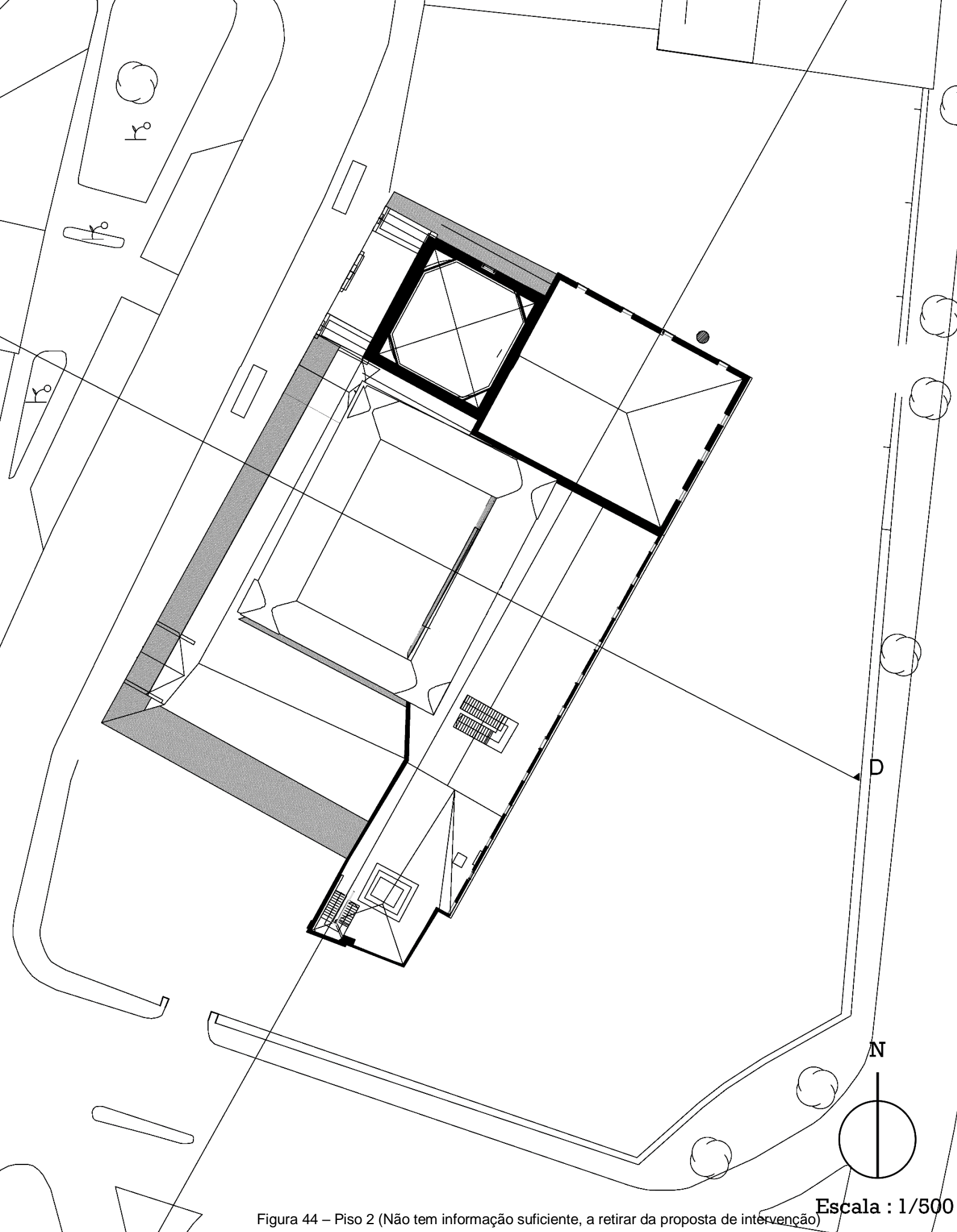


Figura 44 – Piso 2 (Não tem informação suficiente, a retirar da proposta de intervenção)

Escala : 1/500

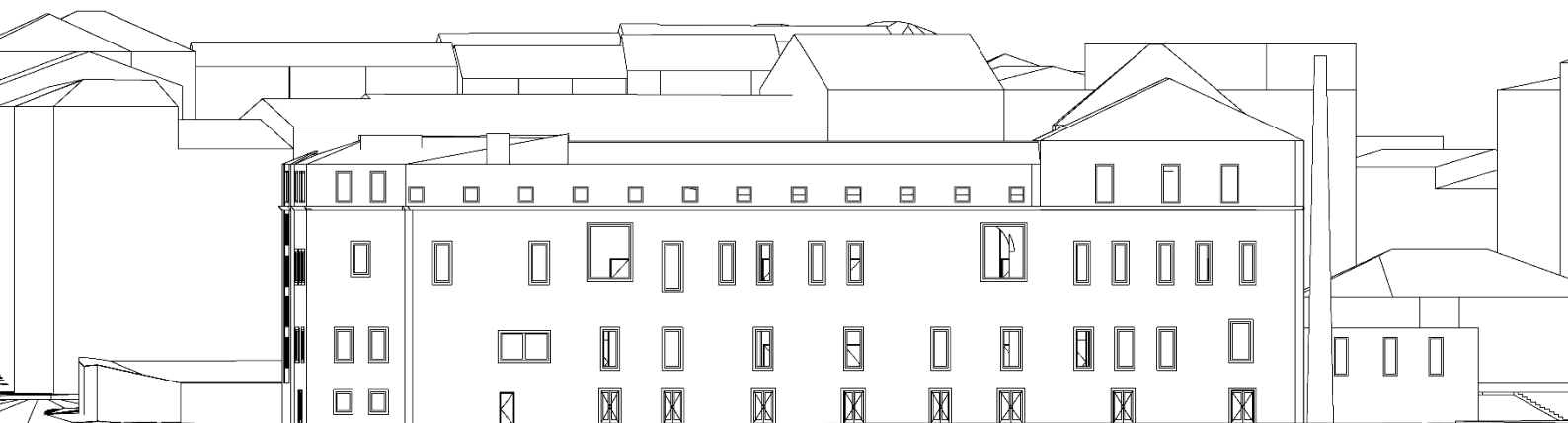


Figura 45 – Alçado Nascente – Sem Escala

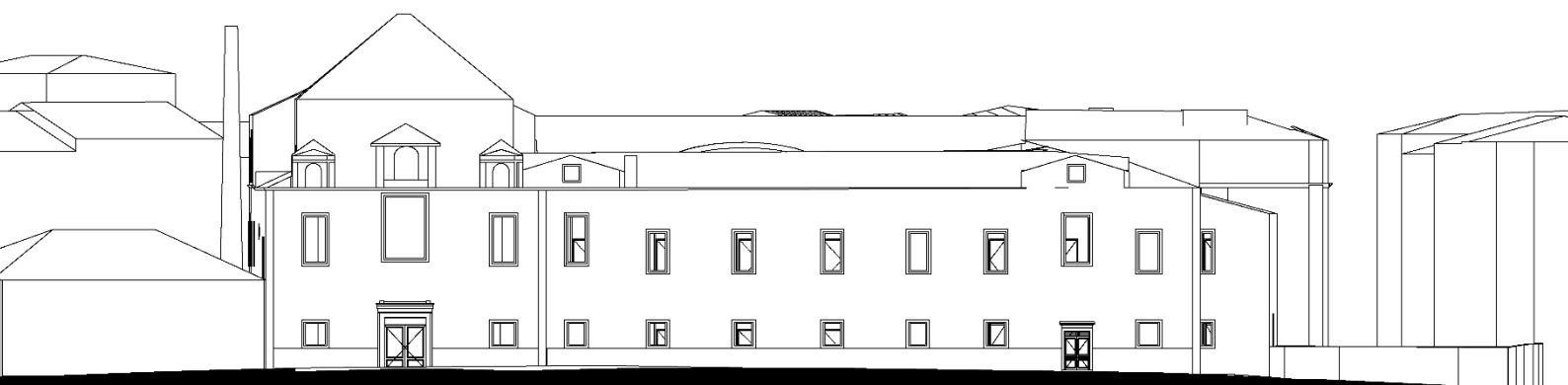


Figura 46 – Alçado Poente – Sem Escala



Figura 47 – Alçado Sul – Sem Escala



Figura 48 – Alçado Norte – Sem Escala



Figura 49 – Corte Longitudinal AB – Sem Escala

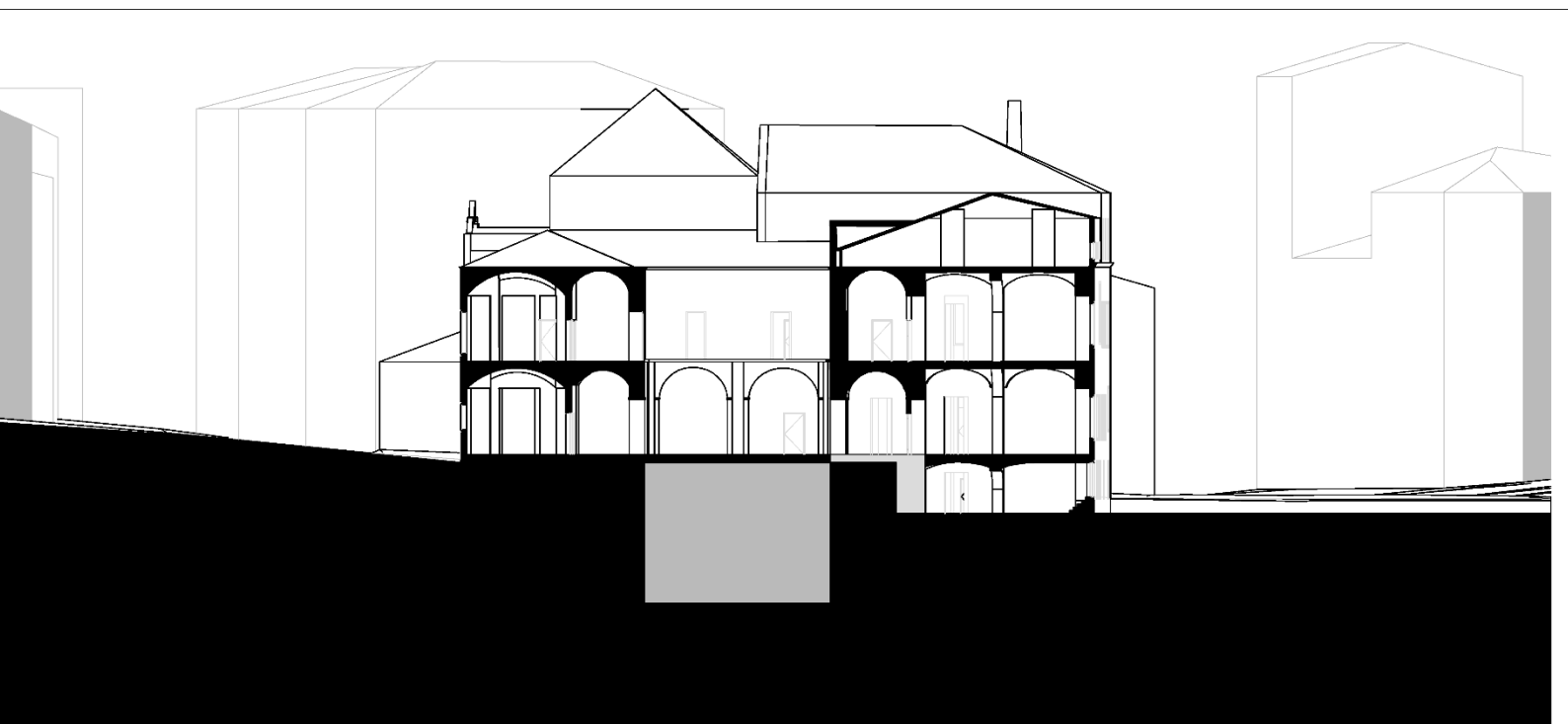


Figura 50 – Corte Transversal CD – Sem Escala



Figura 51 – Perspectivas Computarizadas

# Proposta urbana

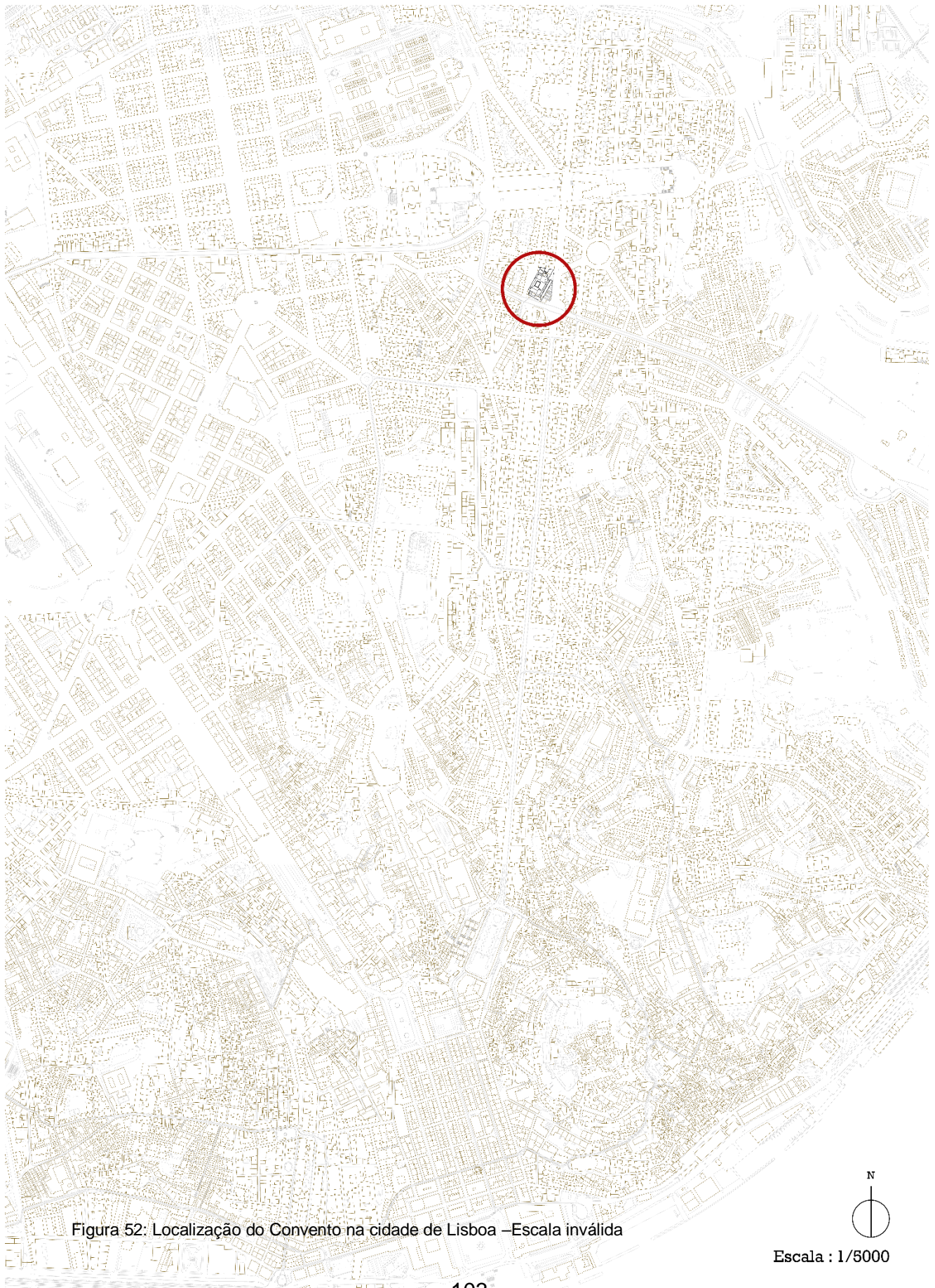


Figura 52: Localização do Convento na cidade de Lisboa –Escala inválida

N  
Escala : 1/5000

Resolvido o problema da falta de documentação rigorosa do Convento de Arroios, começou-se com o processo projectual, inaugurado pelo estudo e compreensão do lugar onde o Convento de Arroios se localiza em Lisboa.

Tendo em mente as premissas inauguradas nos capítulos anteriores, principalmente a Reabilitação de conventos na cidade, caso de Lisboa, e Habitar para além da casa, o processo de análise do território passou por entender primeiramente a relação dos Conventos da colina de Santana e da Avenida Almirante Reis com o Convento de Arroios. Posteriormente ao se fazerem análises acerca do tipo de comércio existente no limite de estudo proposto, de edificado notável, e da relação entre espaço privado e espaço público, constatou-se:

A freguesia de Arroios privilegia de uma oferta muito diversificada de comércio ao nível térreo, com acesso directo ao espaço público, elemento esse que potencializa as relações sociais e de vizinhança, algo a ser valorizado e explorado na proposta de Arquitectura.

Existem vários edifícios notáveis quer pela sua monumentalidade quer pela função congregadora que ocupam na área, reparando-se, no entanto, na pouca interação existente entre eles e com o Convento de Arroios. Edifício que tendo a sua fachada tardoz distante, mas virada para a Avenida Almirante Reis, nem com a “presença” da sua volumetria é um elemento catalisador de actividade social, quiçá pelo seu estado de degradação?

Existência de uma disparidade socioeconómica entre duas colinas, a colina que conduz às avenidas novas e a colina da Avenida Morais Soares, sendo a primeira ocupada por uma classe social mais alta do que a outra, que beneficia de uma gentrificação que até ver, não foi prejudicial para a vida de bairro, embora tenha afectado o custo do imobiliário.



FONTE LUMINOSA:



COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

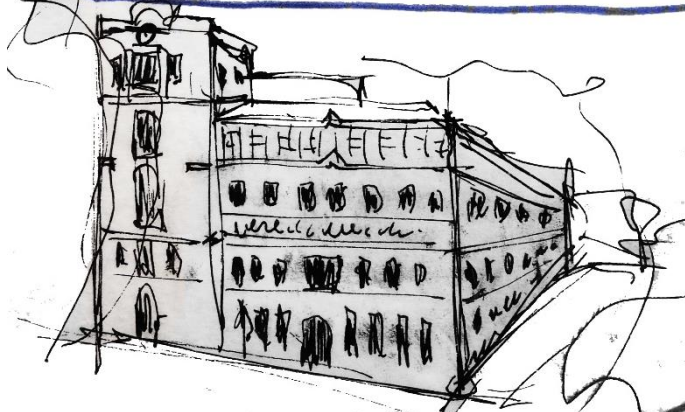


Figura 53 – Alguns dos edifícios notáveis identificados

Com o entendimento dos pontos fulcrais, que poderiam funcionar simbioticamente com o Convento de Arroios, quer pela facilidade de comunicação física quer visual ou de intercambio de relações sociais, as primeiras premissas para a criação do programa foram lançadas.

Considerou-se relevante fazer um estudo cromático da Avenida Almirante Reis, de modo a se tentar antever um cromatismo que fosse passível de usar aquando da reabilitação do Convento. Tornou-se claro mais tarde que era necessário que a pintura do edifício fosse primeiro em cal hidráulica, para a melhor manutenção do sistema construtivo, e segundo que fosse uma cor clara, pastel que resistisse mais tempo à erosão causada pela poluição da avenida, mas que fizesse realçar o convento também pela cor. Optou-se pelo amarelo ocre.

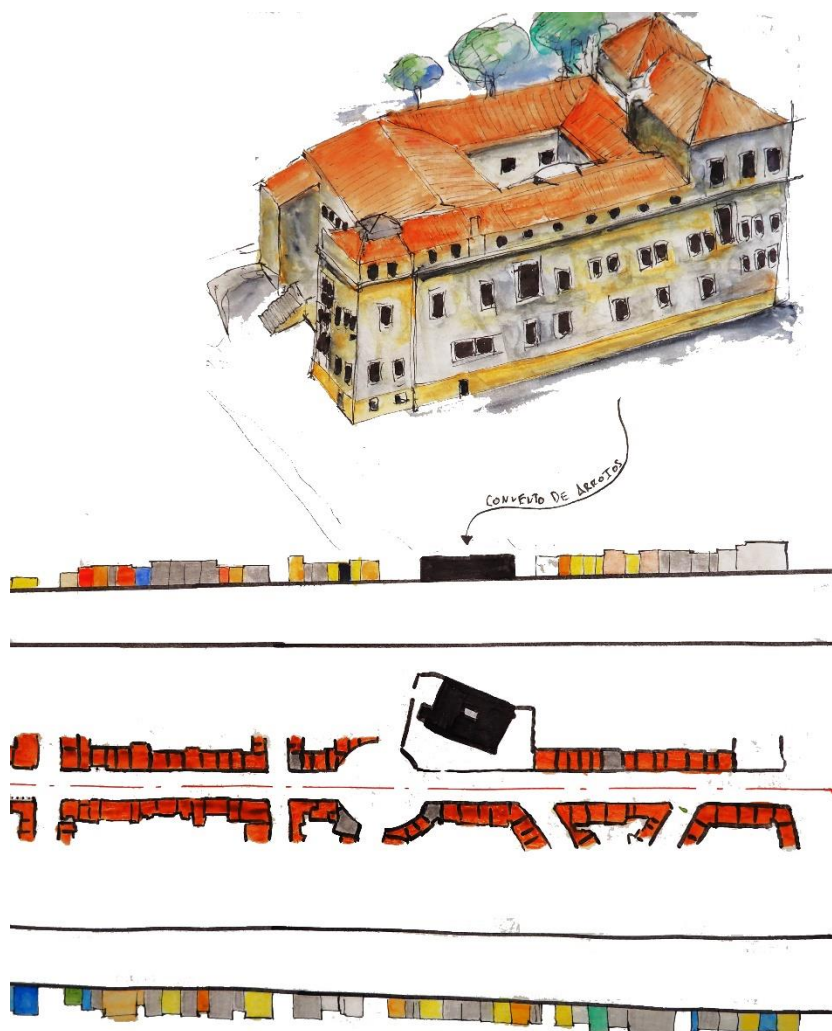
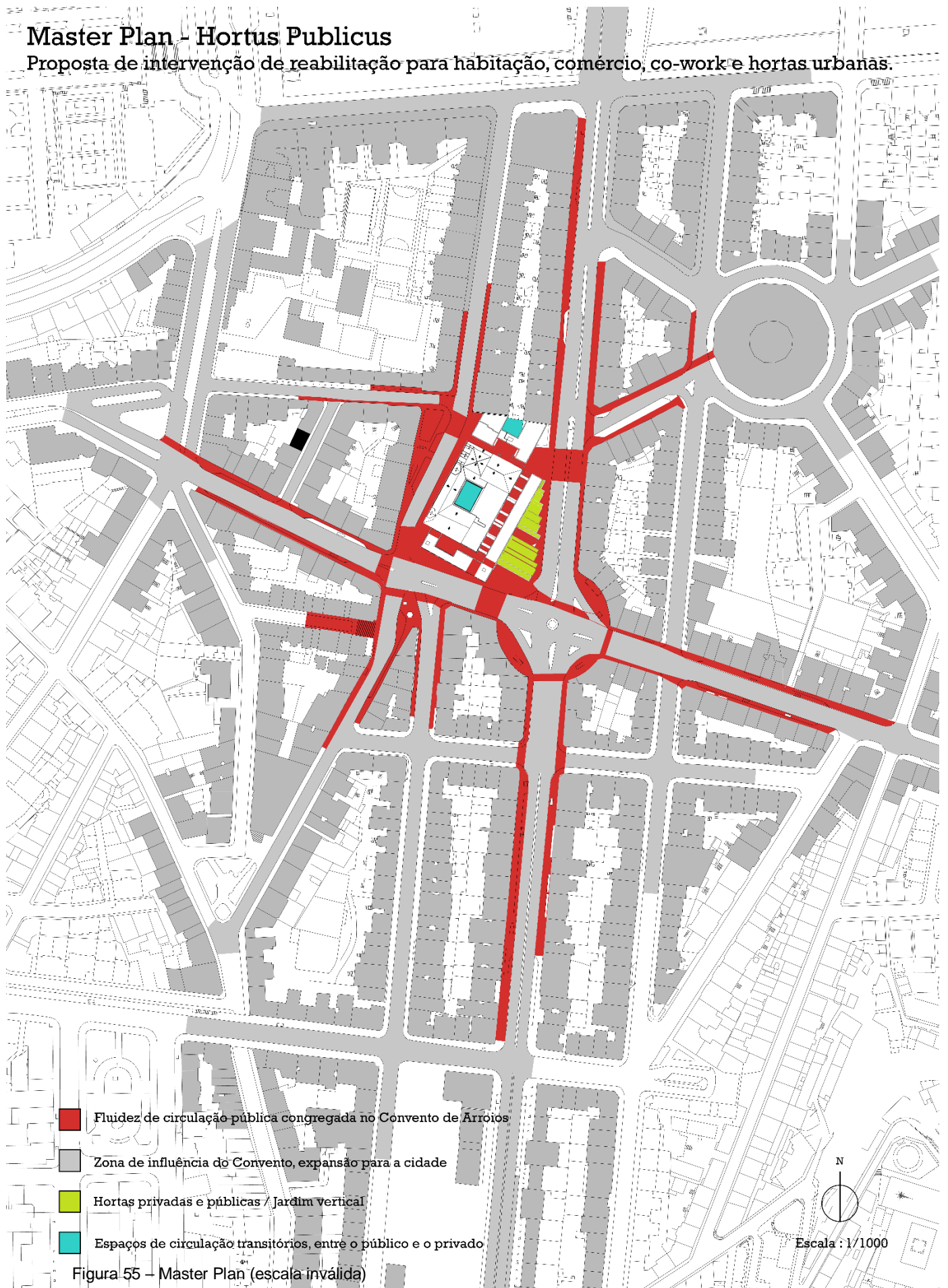


Figura 54 – A cor e a avenida

De seguida se apresenta o Master Plan proposto, como prelúdio para o projecto realizado.

# Master Plan - Hortus Publicus

Proposta de intervenção de reabilitação para habitação, comércio, co-work e hortas urbanas.



## Do reabilitado e reconvertido ao construído

### - Programa

Seguindo a dialética apresentada quanto à preservação do Convento como edifício de excelência, considerando-o como Património Arquitectónico, o programa proposto passa pela relação dessa escolha com a preocupação apresentada quanto às políticas para com a habitação, o património e o direito à cidade.

De um modo sintético, enunciar-se-á o programa, sendo este posteriormente explicado. A proposta de reabilitação do Convento de Arroios terá como seu conteúdo programático:

- Habitação – 30 fogos – carácter de habitação acessível, a baixo custo de compra.

- Comércio – 8 espaços no piso térreo do Convento e da construção nova.

- Estúdios | Escritórios – 10 espaços propostos no edifício proposto a Sul.

- Co-work – 12 compartimentos alojados no interior do convento ao longo das antigas celas dos noviços, agora conectadas.

- Horta urbana – 12 áreas destinadas a esta actividade, sendo 7 privadas dos residentes e de menor área e 5 de usufruto público via aluguer, de maior área.

- Copa do co-work – serão 2 nos pisos 0 e 1 conventuais, destinadas primariamente aos usuários do co-work e dos estúdios.

- Espaço religioso – comunitário – divisão de funções no corpo da igreja, decidiu-se não dessacralizar completamente, por esta ser ainda um componente dinamizador na área, permitindo assim uma divisão do espaço com uma comunidade mais ampla.

Após o estudo urbano da envolvente do Convento de Arroios premiou-se o espaço público através da criação de pátios, novas ruas e passagens, que para além de organizarem o novo edifício, potenciam a continuação de comércio ligado à rua, ao espaço público, com a proposta de comércio para o piso térreo na cave do Convento e nos dois edifícios novos a norte e a sul.

Um dos objectivos principais do projecto era o de, em paralelo com esta abertura do convento para a rua, também favorecer uma aproximação física, mas ténue à Avenida Almirante Reis. Isto foi realizado de dois modos. Abertura total dos muros que confinavam o espaço sobrevivente da antiga cerca, criando deste modo uma relação mais directa à envolvente, e com a criação de uma segunda pele do edifício conventual:

Esta segunda pele, servirá várias funções. A primária é a de habitação, funcionando como uma extensão da habitação conventual para a rua, localizando-se na área da antiga horta, que é menos nobre do ponto de vista arquitectónico, embora possua uma volumetria de certo modo monumental. As razões lógicas desta expansão da fachada do convento são as de potenciar uma maior preservação do edifício patrimonial, ao colocar toda a rede de infraestruturas verticais, água, esgotos, gás fora do Convento, preservando assim os seus elementos construtivos, como as paredes autoportantes em alvenaria de pedra, mas principalmente a solidez das abobadas, que são constantes por todo o convento. Com esta conquista da habitação na parte da cerca, surge a segunda função que esta nova fachada terá, a de organizadora de um novo espaço verde na cidade de Lisboa, com a criação de hortas urbanas, que reproduzem, em plano rebatido, o ritmo dos vãos do antigo convento.

Com este novo elemento cria-se uma dinâmica diferente na Avenida Almirante Reis, o espaço público liga-se ao privado e difunde-se no espaço de cultivo, de uso misto. É de uso público, podendo as parcelas de cultivo ser alugadas, enquanto outras são de uso privado aos moradores das habitações conventuais, que têm acesso directo, através da extensão do convento para fora dos seus limites definidos em rectângulo de ouro.

Este novo volume, que como veremos primará por ser o mais permeável quanto possível para o convento, acaba por ser organizador da volumetria e subsequente organização dos espaços da proposta. Criando dois eixos pedonais, à imagem do *Cardo* e do *Decumanus* romanos, que ligam o espaço público ao privado da habitação conventual, e da nova proposta de habitação num edifício novo na parte norte do terreno, organizando também os espaços de estúdios/escritório propostos no novo edifício a sul.

Embora se possa aceder às entradas para o co-work dentro do convento através destes eixos, a entrada principal localiza-se na fachada principal e mais nobre do edifício conventual. Fachada essa que se propôs restaurar e que quando existissem momentos de toque com a construção nova, estes fossem o mais ténues e delicados possíveis, criando a sensação que o novo quase que toca no antigo. Favorecendo a sobriedade estilística de modo a fazer sobressair a parte conventual nascente em contraste com o “novo”. Fachada essa, porta de entrada para a igreja, como espaço de dois usos, religioso, e comunitário dos residentes do convento e para a zona de co-work.

Importa referir, que na definição do programa, a estrutura conventual foi tida em conta do ponto de vista que se tentou ocupar espaços existentes para novas funções, prezando a menor intervenção de construção nova no convento antigo. Tendo em consideração, também, uma continuidade de funções, senão iguais, que idênticas, das que o convento já teve no passado, sugerindo assim uma perpetuação da sua memória e optando por um programa que correspondeu já ao conventual: habitar, trabalhar, orar. Habitar no convento, nas celas e nas suas expansões; trabalhar, tanto nas hortas como nos “scriptoriums” modernos; orar tanto na igreja como na reclusão que um espaço conventual oferece. Paradoxo entre o contacto social do espaço público proposto e a circulação interna semi-privada que conduz a um abrigo eclesiástico contemporâneo.



Figura 56 – Desenho Conceptual – A vermelho: área habitacional; a azul: co-work, estúdios, +área comunitária; Verde: Hortas urbanas “a invadir de verde a Avenida Almirante Reis”; Amarelo: espaço público pedonal cruzando, fluindo e organizando a expansão construtiva do convento.

## - Definição projectual

Estando definido o conceito programático e o *modus operandi* de como intervir no edifício patrimonial, o primeiro passo a ser tomado foi a decisão de considerar o Convento de Arroios como foi pensado aquando da sua construção. Preservar através da reabilitação dos espaços internos, o rectângulo na proporção de 3 por 2 que dá a forma construtiva ao edifício. Optou-se assim, pela demolição dos acrescentos realizados durante o Estado Novo, o volume de circulação a sul, os volumes em ruína na parte Norte, e as construções divisórias internas registadas no levantamento, que pela sua espessura consideravelmente menor do que uma parede de alvenaria setecentista, não actuam numa possível manutenção construtiva do convento.



Figura 57 – Planta dos “amarelos e vermelhos”. Definição do que será demolido e construído. (Sem escala)

Primou-se por uma intervenção mínima no edifício conventual, propondo construção nova somente nos locais onde a fachada do edifício ficava rasgada com a retirada dos corpos dos anos 40 e posteriormente na separação das habitações conventuais. Quanto aos momentos de contacto entre o edifício antigo e as novas propostas de construção, a premissa foi a de ter os momentos de toque reduzidos ao mínimo possível, aproveitando sempre que possível a existência de vãos. Contrastando as materialidades dos diferentes corpos, betão branco e vidro versus alvenaria de pedra caiada.



Figura 58 – o contacto do novo com o antigo

De modo a explicarmos mais explicitamente em que zonas do antigo convento ou cerca são propostas as novas funções programáticas, apresenta-se de seguida 3 plantas legendadas.

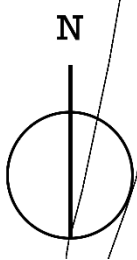


Figura 59 – Planta do piso 0 – escala 1/500



- Acessos ao Convento
- Comércio
- Habitações
- Co-work
- Estúdios / Escritórios
- Arrecadações moradores

Figura 60 – Planta do piso 1 – escala 1/500








-  Habitações
-  Co-work
-  Estúdios / Escritórios

Figura 61 – Planta do piso 2 – escala 1/500

Quanto à organização interna do convento, esta passa pela relação entre o claustro interno e os dois novos pátios propostos nos extremos Norte e Sul. Existem entradas dedicadas a cada uma das funções, por exemplo as da habitação conventual localizam-se na fachada nascente e na Norte, embora possam usar qualquer uma das outras existentes. Já para o co-work as entradas destinadas são na fachada principal a poente e no novo edifício de estúdios a Sul, que tem também a sua entrada principal com lobby a rematar a junção entre as duas novas peles do Convento a nascente. O desafio era tentar criar um modo em que a circulação fosse corrida e ao mesmo tempo contida, possibilitando interações entre pessoas que usam o mesmo espaço para diferentes funções, privilegiando um acesso mais controlado ao claustro principal, de modo a este não ser parte do espaço público, mas sim de transição.

A ideia do *Hortus Publicus* é possível precisamente pela proposta de uma segunda pele ao convento. Simbolicamente lembra uma camada protectora do que já é frágil, em estado de degradação há mais de vinte anos. Camada essa, que embora se assuma como a nova fachada do Convento, preza por não o obliterar e afundar quer pela altura, quer pelo peso da sua volumetria. O que se propôs foi uma construção que fosse o mais permeável possível para o convento, promovendo rasgos significativos na nova fachada que permitissem vislumbrar o que está para lá dela. Que pelo encaminhamento visual pensado dessas aberturas, o olhar do transeunte tocasse no convento e fosse atraído para esta permanência.

Esta nova fachada serve também como aglutinadora e transformadora de ritmos. Recebe da antiga fachada do Convento o ritmo dos seus vãos, alguns já alterados ao longo dos anos, transporta-os para si, servindo de elemento catalisador da organização dos módulos habitacionais propostos, que por sua vez se transpõem para a organização das hortas urbanas. Criando deste modo um acentuar de um ritmo de vazio – cheio, preconizado pelo jardim vertical que tem a sua raiz nas hortas abaixo das habitações.

A introdução do elemento verde nesta nova fachada, serve o intuito de primeiro diminuir o peso da construção na sua relação com a antiga. Segundo, promove a tal ideia de permeabilidade tão desejada, protegendo ao mesmo tempo as habitações de alguma poluição, factor pelo qual a Avenida Almirante

Reis também é conhecida. Em termos de conforto ambiental, promove também uma economia energética, por funcionar como um isolante térmico na fachada nascente.

Como referido, é neste corpo que se desenvolve a habitação conventual. Tem as entradas pelo acesso do claustro, que distribui as habitações no género de uma galeria. A parte da habitação que se localiza realmente no convento antigo é a parte mais pública, a sala. Esta divisão, que tem áreas diferentes entre as várias habitações devido à organização das divisões originais do convento, tem no entanto um constante pé direito de 5.6 a 5.7 metros, o que permite tanto a sensação de um espaço mais amplo como a construção de uma estrutura que cause pouco impacto ao convento, como uma mezanine de madeira suportada por pilastras de aço.

Daqui parte um corredor que “paira” sobre a nova rua pedestre criada no piso térreo. Aproveitando os vãos existentes na fachada como momento de contacto com a construção em betão armado, este passadiço conduz à parte mais privada da casa com dois pisos, na nova pele a nascente, onde se encontra a cozinha, uma instalação sanitária e o acesso à varanda, enquanto no piso superior estão presentes dois quartos.

Figura 62 – Disposição do primeiro piso de dois fogos  
tipo conventuais – Escala 1/200

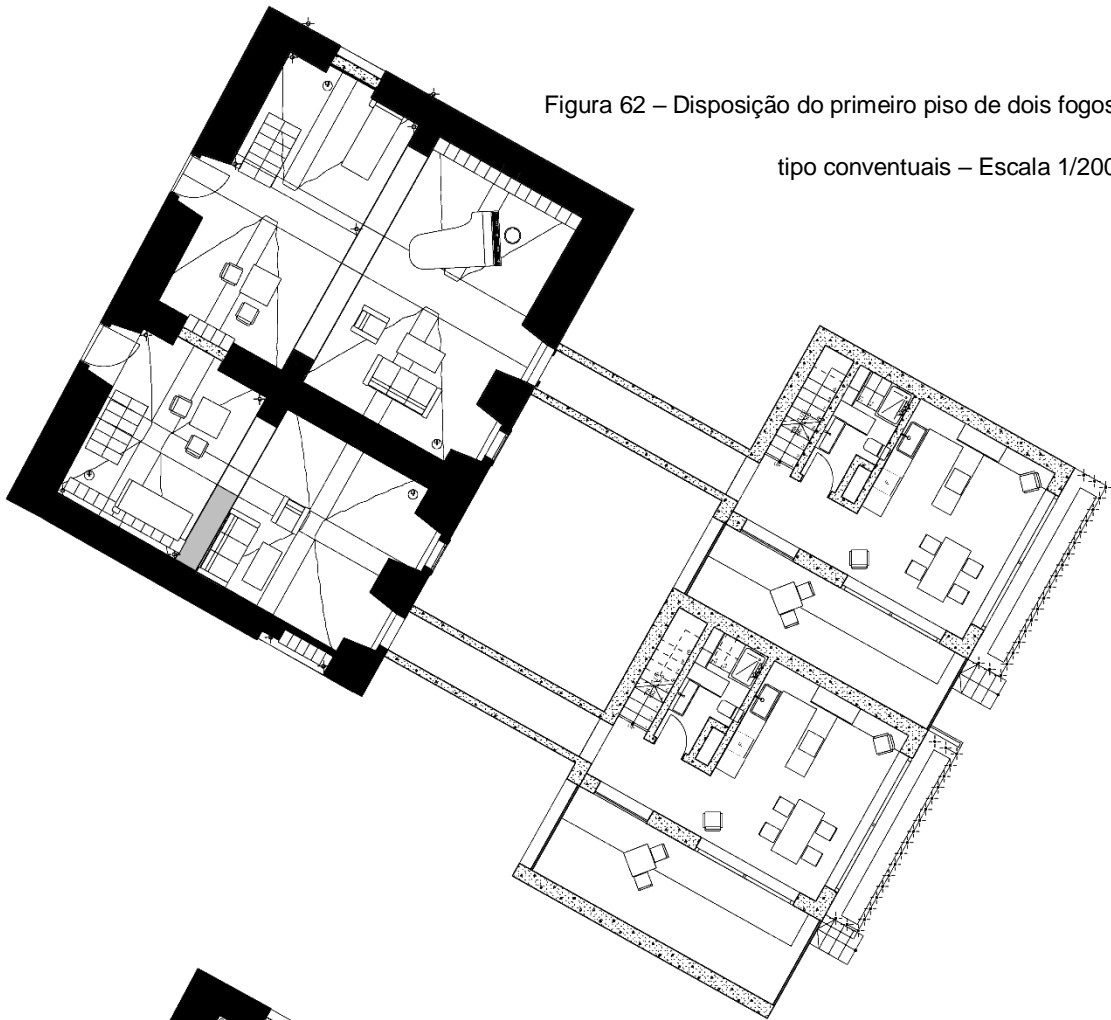


Figura 63 – Disposição do segundo piso de dois fogos  
tipo conventuais – Escala 1/200

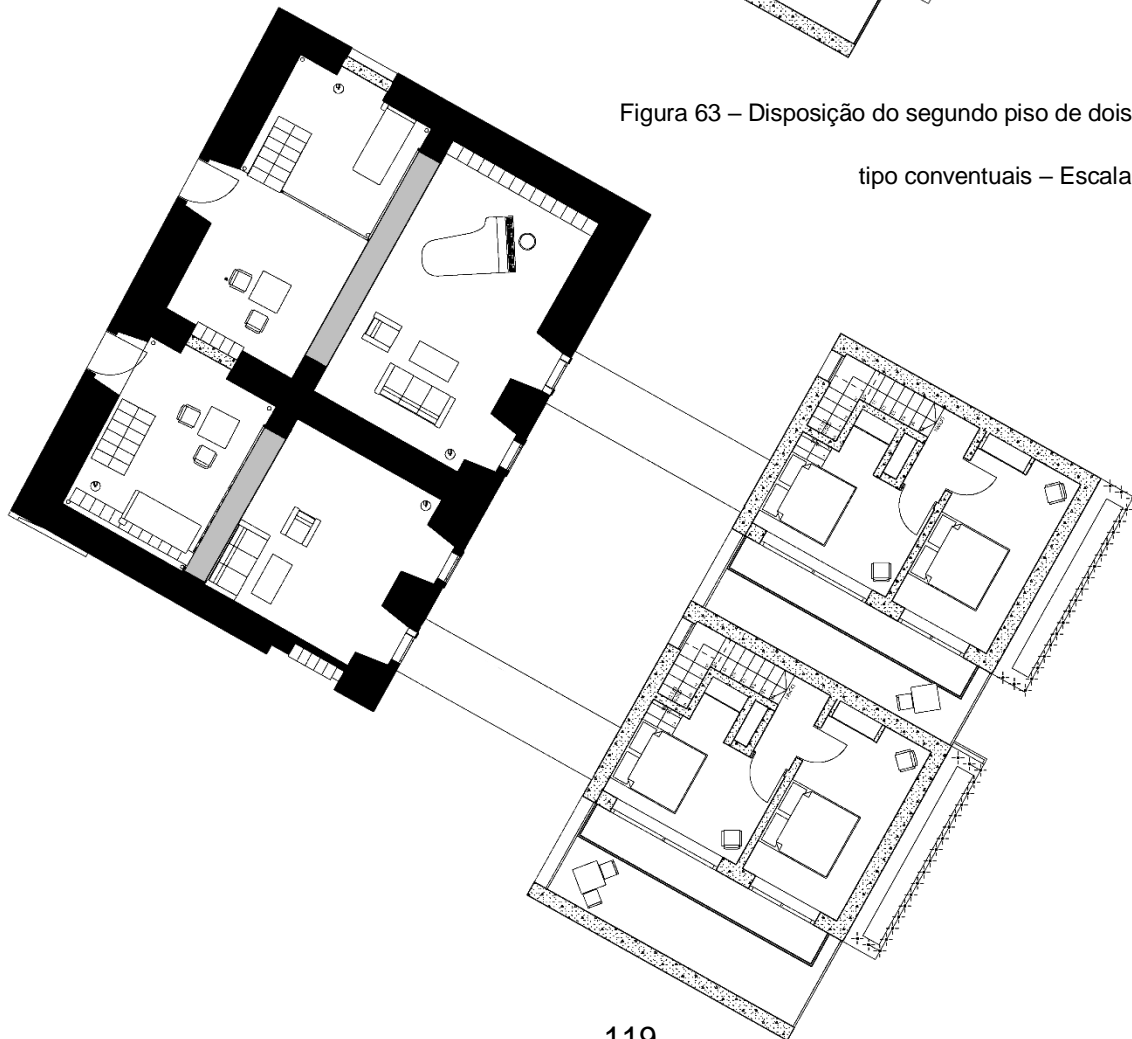




Figura 64 – Relação das aberturas da nova fachada verde para com o Convento



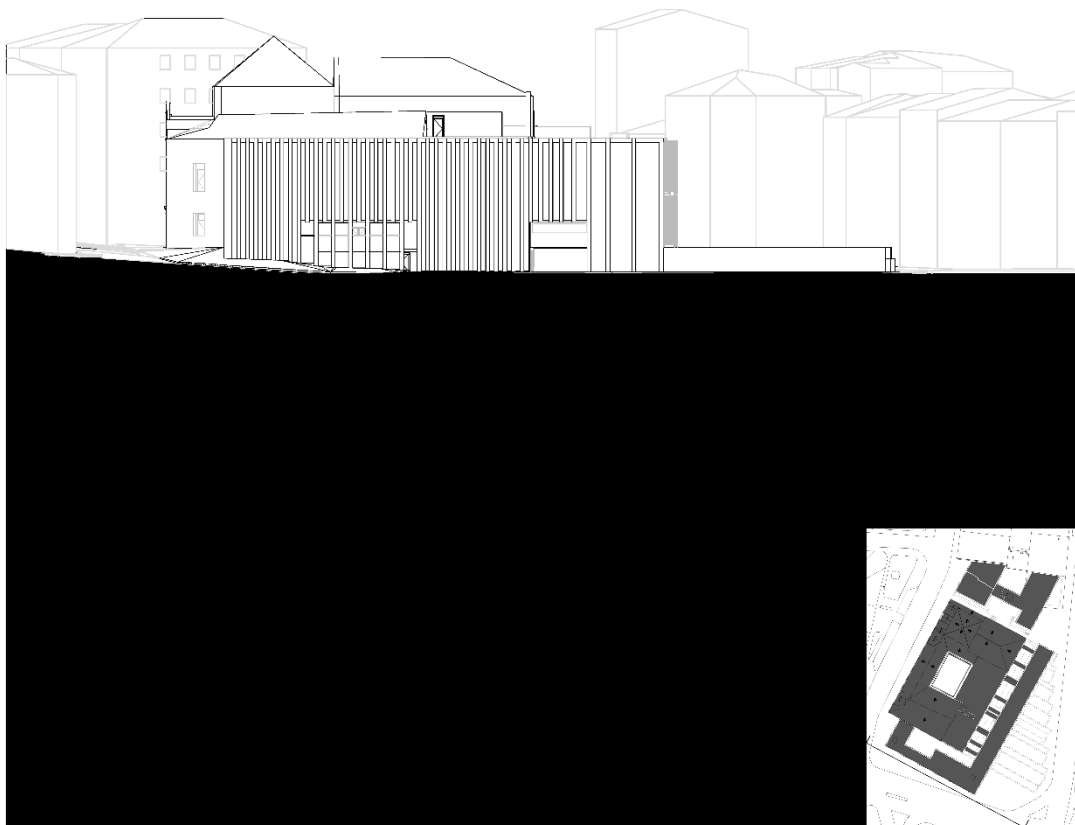
Figura 65– Atmosfera criada na sala da habitação conventual

Da fachada nascente surge a continuação de outra pele do convento. Divididas por uma passagem pedonal com 8,2 M de altura, esta desdobra-se para Sul dando seguimento à lógica de elemento organizador do espaço, criando em si um pátio de distribuição e de convívio. A razão de ser deste novo “claustro” é a de se conjugar com os vãos existentes na fachada do Convento. Previamente, esses vãos encontravam-se obstruídos pelo corpo de circulação hospitalar que se propôs demolir.

Assim, o afastamento do corpo novo para o antigo, aumenta, voltando a encontrar-se no momento de conexão física no 1º piso, momento de transição física, feita por um “toque”.

A fachada segue a lógica de potenciar a permeabilidade do exterior para o interior, permitindo que através da sequência ritmada entre o betão e o vidro, o edifício ganhe leveza, de certa forma plástica, até chegar ao momento de interação com a fachada principal do convento na Rua Quirino da Fonseca, onde se transforma para uma fachada plana do mesmo betão branco, ganhando sobriedade perante a permanência do Convento.

Figura 66 – relação da nova pele com o convento – Sem escala



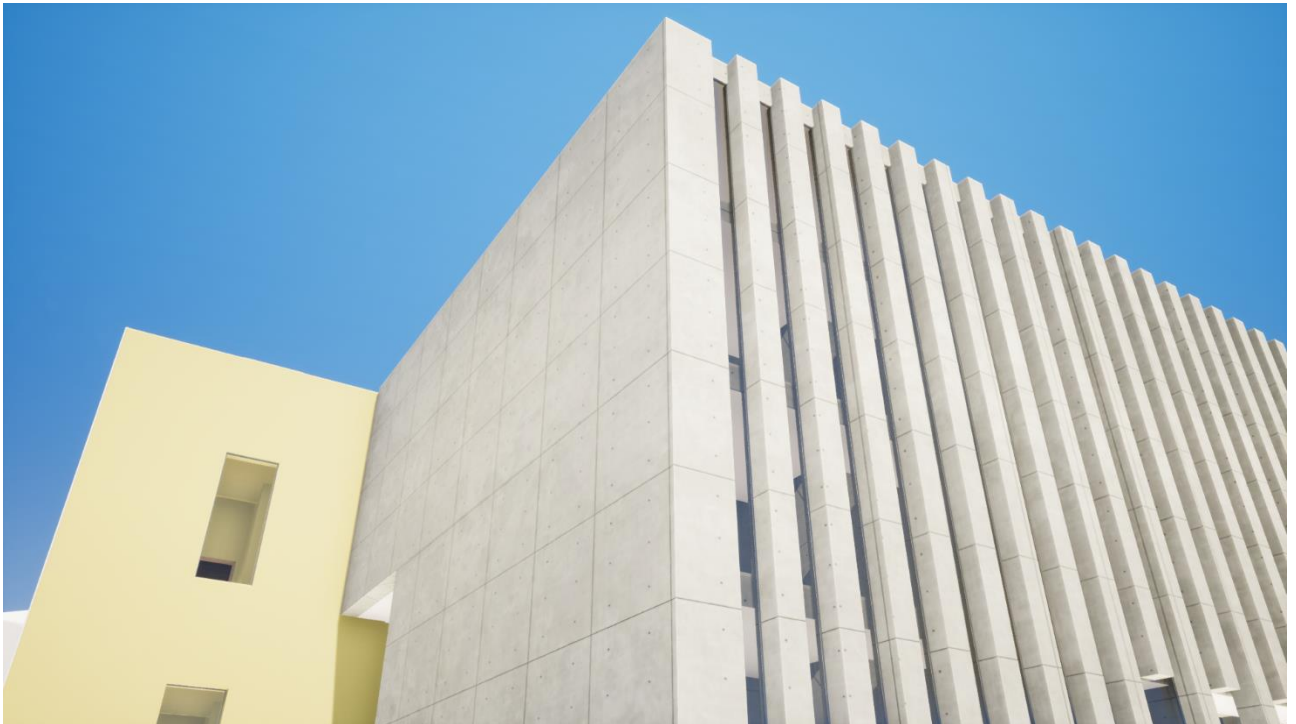


Figura 67 – Da permeabilidade ao toque

É neste momento de contacto entre o novo e o antigo, que surge a fachada principal do Convento de Arroios. Dando acesso ao co-working e ao espaço da igreja esta fachada mantém-se como era após se propor restauro da sua estrutura e da sua materialidade.

No extremo Norte da fachada, começa outra rua pedonal proposta como elemento de ligação entre cotas altimétricas com diferença de 2,6M entre a Rua Quirino da Fonseca e a Avenida Almirante Reis. Aí, desenvolve-se, demarcadamente separado do volume conventual, um novo espaço habitacional.

Este novo edifício vai rematar uma parcela de terreno que nunca foi muito bem definida em termos de construção, mesmo na época de em que o convento ainda servia a sua função originária. Vai rematar não só as empenas dos edifícios que rodeiam o convento mas também criar uma relação entre a arquitectura proposta e a envolvente. No lado Poente chega à cota da cornija do Convento, enquanto reduz a sua cota quando se aproxima do edifício adjacente, visto este ter uma série de vãos que abrem para o terreno em estudo. No lado da Avenida Almirante Reis, o novo edifício vai rematar a empena do prédio à sua esquerda enquanto sobe mais um piso e torna-se no edifício construído de raiz mais alto proposto. No entanto, não ultrapassa a altura do último piso do convento, que será um espaço colectivo dos moradores.

Este ponto do projecto também merece alguma atenção, pois propõem-se dois espaços públicos organizacionais e congregacionais. O primeiro é uma entrada para o terreno do convento, em forma de praça. Com o edifício a abrir-se para a rua enquanto fecha o quarteirão, criando uma forma ampla que nasceu da vontade de conduzir as pessoas para o interior das novas ruas. *Entre a serenidade e a sedução, e prende-se com o facto de nós nos movimentamos dentro da arquitectura. A arquitectura é certamente uma arte espacial, é o que se diz, mas a arquitectura também é uma arte temporal.* (Zumthor, P. 2012) O segundo é um outro páteo de circulação, que funciona em simbiose com o claustro e o páteo a nascente. Implanta-se altimetricamente 1, 16M acima da cota da Avenida Almirante Reis, e longitudinalmente de acordo com os vãos do Convento. Deste páteo nasce a circulação por patamares que vai criar as habitações, muito inspiradas na arquitectura de Nuno Teotónio Pereira.



Figura 68 – Edifício habitacional em relação com a praça e a rua que cria.



Figura 69 – Remate em betão, de um vazio criado pela demolição das ruínas da zona norte. Sobriedade no toque com o edifício patrimonial.

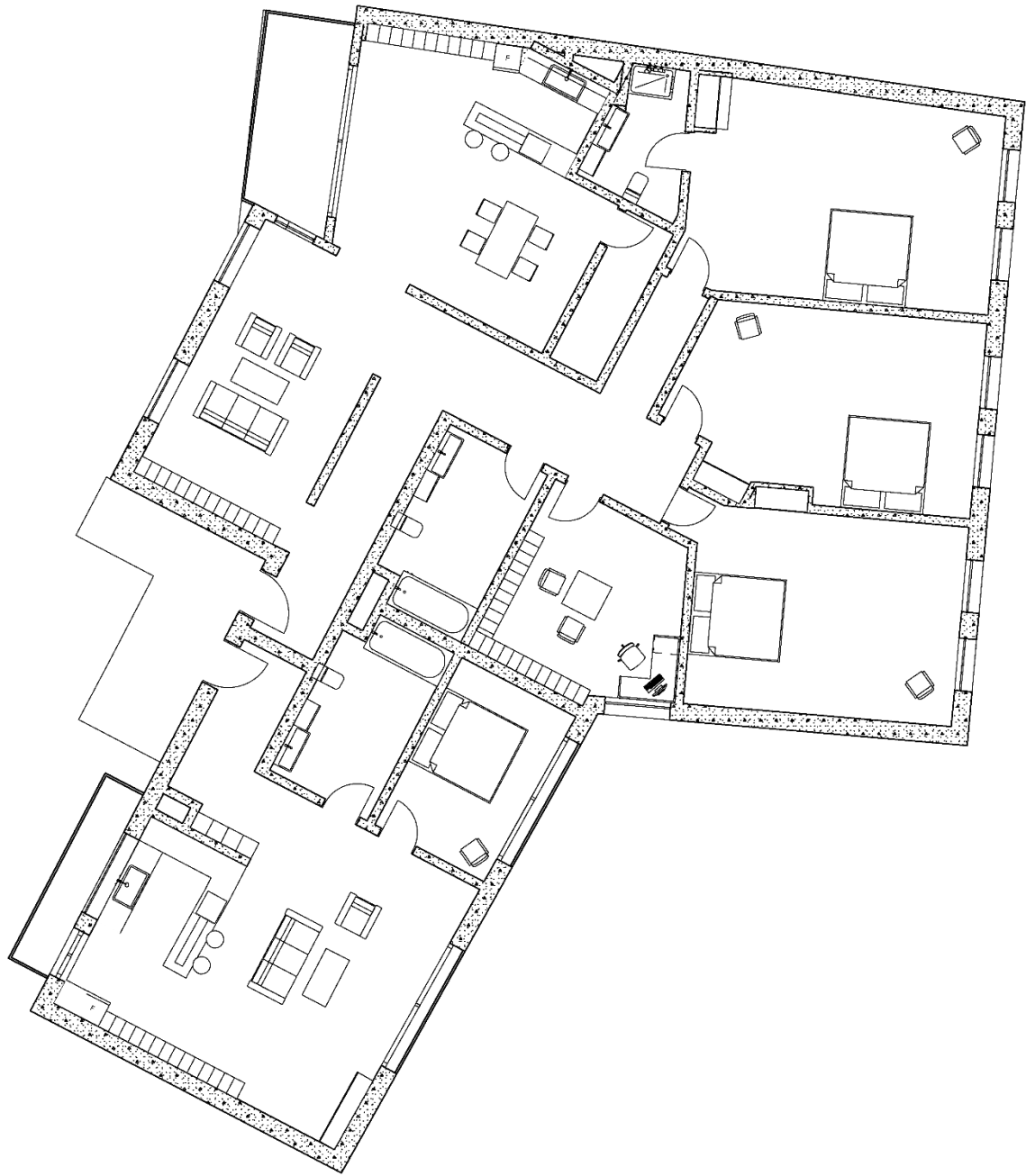


Figura 70 – Planta das tipologias habitacionais propostas para o edifício habitacional a Norte do lado da Avenida Almirante Reis-

-1 fogo t1 | 1 fogo t3+1 – Escala 1/200

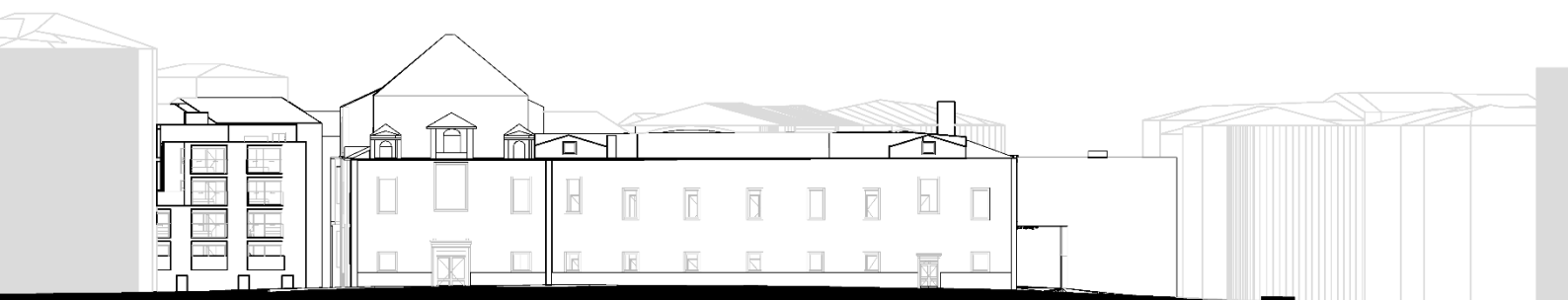


Figura 71 – No topo- Alçado Nascente; abaixo – Alçado poente

## Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho tinha como objectivos principais a reabilitação de um edifício histórico inserido na cidade de Lisboa, com o intuito de ao preservar, também criar e/ou potenciar dinâmicas sociais que pudessem transportar o Convento de Arroios de um sítio longínquo do passado, onde ficou abandonado, para o cerne de um meio citadino contemporâneo. Na procura dessa reinscrição desmistificaram-se várias problemáticas que mantinham este convento estagnado na cidade. Através de uma procura interdisciplinar, entendeu-se que pela memória, História, permanência e, também, por uma certa monumentalidade este edifício deveria ter sido classificado na sua totalidade como Património e não apenas o corpo da igreja. Se tal tivesse ocorrido, o Convento compreendido como um programa global, não teria passado de mãos em mãos por grupos privados, colocando -se a hipótese de não chegar a tal estado de degradação. Pois como foi entendido, o bem patrimonial é o bem da cidade, da população, antecede-nos e há de nos preceder, é a memória colectiva da civilização.

Também se concluiu que este poderia ser um problema mais da esfera política, argumentando que mesmo com manuais de boas práticas para com a preservação do património e para a habitação, estas nem sempre eram colocadas em prática. Viu-se que a nossa sociedade é fruto de um capitalismo exacerbado da cidade, cada vez mais dominante e que cada vez vai criando mais não-lugares, quer pela especulação, quer pela turistificação.

Enquadrado no século onde vivemos, o programa proposto para o convento, propõe soluções por via da Arquitectura, para problemas que não consegue resolver em larga escala, mas colocou-se a hipótese de que, ao se criar um ambiente simbiótico entre património construído de usufruto privado pela via da habitação não especulativa, de foro acessível e de uma forte interação social com a envolvente através do espaço público, comércio e espaços polivalentes, existiria uma hipótese para a Arquitectura se reinscrever como instrumento político na sociedade.

Quisemos também com esta proposta voltar a devolver uma área verde à cidade, lembrando o verde que existia na cerca do antigo convento. Dado o enquadramento do lote e o posicionamento do edifício conventual o verde assume-se à Avenida Almirante Reis, curando deste modo a ferida aberta até agora num dos principais eixos viários da cidade de Lisboa.

Conclui-se que ao se dignificar uma permanência patrimonial para o uso quotidiano da população, não a colocando ao serviço alguns mas da comunidade; ao se intervir no património conventual com um cuidado acrescido não só com a sua construção, mas com uma manutenção transposta para o presente da sua tipologia basilar, enquadrando-a com os modos de vida contemporâneos; ao se projectar com uma consciência de economia de custos de obra, materiais, tipologias, etc., será possível viver numa cidade com História que não se torne passageira como uma cidade-museu, mas que possa integrar o quotidiano, potenciando o futuro e moldando-se com a sociedade.

## Índice de figuras

<b>Figura 1</b> – O convento de Arroios CIRCA 1920	17
<b>Figura 2</b> - Demonstração da evolução da área envolvente do Convento de Arroios. Sem escala. acima: Planta de Filipe Folque, 1858 / abaixo: Sobreposição com planta de F. Santos, 1909	21
<b>Figura 3</b> - Demonstração da evolução da área envolvente do Convento de Arroios. Sem escala. acima: Planta de F. Santos, 1909/ abaixo: Sobreposição com fotografia aérea, 2022	22
<b>Figura 4</b> - Vista aérea do Convento. Imagem Google Maps. 18/10/2021	24
<b>Figura 5</b> - Estado do claustro do Convento de Arroios ao século XXI. Fonte: LxConventos	25
<b>Figura 6</b> - De convento, a hospital, a abandono – no topo, piso 0 do claustro; abaixo, piso superior. Fonte LxConventos	26
<b>Figura 7</b> - Figura 4 – William Turner – The fighting temeraire A mudança dos tempos, do útil ao obsoleto. Retirada de <a href="https://www.spiffingprints.com/turner-the-fighting-temeraire-orange">https://Joseph Mallord William Turner - The Fighting Temeraire Orange — Spiffing Prints</a>	29
<b>Figura 8</b> - Distinção de diferentes zonas de classificação patrimonial para o Convento de Arroios. Fonte – CM Lisboa	32
<b>Figura 9</b> - Vista do Convento de Arroios – séc. XX – In Atlas da Almirante Reis	47
<b>Figura 10</b> - Localização de edifícios conventuais e área das suas antigas cercas na área seleccionada de Lisboa, do Vale de Alcântara ao Braço de Prata. Planta cortesia do professor José Aguiar.	53
<b>Figura 11</b> - Planta de Localização de edifícios conventuais e marcantes na Avenida Almirante Reis - Sem Escala – Retirado de Atlas da Almirante Reis.	54

<b>Figura 12</b> - Planta de Localização de edifícios totalmente devolutos na Avenida Almirante Reis. Retirado de Atlas da Almirante Reis.	55
<b>Figura 13</b> - Claustro depois da reabilitação. ArchDaily Brasil. Acessado 20 Jan 2021.	62
<b>Figura 14</b> - Perspetiva de detalhe exterior. ArchDaily Brasil. Acessado 20 Jan 2021.	62
<b>Figura 15</b> - Claustro antes da Intervenção. Fonte – Conversas à volta dos conventos	64
<b>Figura 16</b> - Claustro após a Intervenção de restauro. Fonte – Conversas à volta dos conventos	65
<b>Figura 17</b> - Vista área do convento inserido no bairro da Madragoa	66
<b>Figura 18</b> – Claustro	66
<b>Figura 19</b> - Desenhos rigorosos do Convento das Bernardas de Lisboa – Sem escala. Fonte – Conversas à volta dos conventos.	66
<b>Figura 20</b> - Perspectiva exterior do convento	67
<b>Figura 21</b> – Claustro	68
<b>Figura 22</b> – Materialidades	68
<b>Figura 23</b> - A casa de Monsiour Hulot. Mon oncle. Jacques Tati, 1958.	69
<b>Figura 24</b> - Planta piso o Colégio de Portalegre – sem escala – Fonte: SIPA	74
<b>Figura 25</b> - Vistas fachada principal e claustro do Colégio de Madre Deus, Évora – Fonte: SIPA	75
<b>Figura 26</b> - Vistas fachada principal e claustro do Colégio de Madre Deus, Évora – Fonte: SIPA	75
<b>Figura 27</b> - Plantas do Colégio de S. Fiel, Castelo Branco – sem escala – Fonte: Programa REVIVE	76
<b>Figura 28</b> - Plantas da cave, piso 0, piso 1, com a correspondência das possíveis funções que cada compartimento possa ter tido	

– Levantamento do Autor – Desenho à mão – sem escala	79
<b>Figura 29</b> - Perspectiva exterior	85
<b>Figura 30</b> - detalhe escultórico e Hall de entrada do edifício	85
<b>Figura 31</b> - Planta de um piso do Bloco habitacional dos Olivais Norte – Sem escala	86
<b>Figura 32</b> - Perspectiva exterior	88
<b>Figura 33</b> - Perspectiva pátio interno	88
<b>Figura 34</b> - Proposta da nova “pele” do Convento na fachada nascente. Desenho do Autor.	89
<b>Figura 35</b> – Perspectiva do “toque” da fachada nova a sul, com o Convento. Desenho do Autor.	89
<b>Figura 36</b> - Plantas do corpo a Sul do Convento de Arroios -1958 – Fonte: SIPA	92
<b>Figura 37</b> - Planta do corpo a Nascente -1959 – Fonte: SIPA	92
<b>Figura 38</b> - Planta do corpo a Poente - 1961 – Fonte: SIPA	93
<b>Figura 39</b> - Planta da igreja do Convento de Arroios – PINTO, Helena Gonçalves - A cura e a arquitectura : história da arquitectura hospitalar portuguesa na época contemporânea : da programação à tipologia arquitectónica. - Lisboa : FA, 2015. Tese de Doutoramento. Imagem publicada em <a href="http://www.arquitecturasdaude.pt/hospitais_pt.html">www.arquitecturasdaude.pt/hospitais_pt.html</a>	93
<b>Figura 40</b> - Corte do Convento no momento de relação entre o antigo e a escadaria hospitalar dos anos 40 – Fonte: SIPA	94
<b>Figura 41</b> - Piso térreo / cave – Trabalho realizado pelo autor	95
<b>Figura 42</b> – Piso 0 – Trabalho realizado pelo autor	96
<b>Figura 43</b> – Piso 1 – Trabalho realizado pelo autor	97
<b>Figura 44</b> – Piso 2 (Não tem informação suficiente, a retirar da proposta) – Trabalho realizado pelo autor	98

<b>Figura 45</b> – Alçado Nascente – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	99
<b>Figura 46</b> – Alçado Poente – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	99
<b>Figura 47</b> – Alçado Sul – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	100
<b>Figura 48</b> – Alçado Norte – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	100
<b>Figura 49</b> – Corte Longitudinal AB – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	101
<b>Figura 50</b> – Corte Transversal CD – Sem Escala – Trabalho realizado pelo autor	101
<b>Figura 51</b> – Perspectivas Computorizadas – Trabalho realizado pelo autor	102
<b>Figura 52:</b> Localização do Convento na cidade de Lisboa –Escala inválida – Trabalho realizado pelo autor	103
<b>Figura 53</b> – Alguns dos edifícios notáveis identificados – Trabalho realizado pelo autor	105
<b>Figura 54</b> – A cor e a avenida – Trabalho realizado pelo autor	106
<b>Figura 55</b> – Master Plan (escala inválida) – Trabalho realizado pelo autor	107
<b>Figura 56</b> – Desenho Conceptual – A vermelho: área habitacional; a azul: co- work, estúdios, +área comunitária; Verde: Hortas urbanas “a invadir de verde a Avenida Almirante Reis”; Amarelo: espaço publico pedonal cruzando, fluindo e organizando a expansão construtiva do convento. – Trabalho realizado pelo autor	111
<b>Figura 57</b> – Planta dos “amarelos e vermelhos”. Definição do que será demolido e construído. (Sem escala) – Trabalho realizado pelo autor	112
<b>Figura 58</b> – o contacto do novo com o antigo – Trabalho realizado pelo autor	113
<b>Figura 59</b> – Planta do piso 0 – escala 1/500 – Trabalho realizado pelo autor	114
<b>Figura 60</b> – Planta do piso 1 – escala 1/500 – Trabalho realizado pelo autor	115

<b>Figura 61</b> – Planta do piso 2 – escala 1/500 – Trabalho realizado pelo autor	116
<b>Figura 62</b> – Disposição do primeiro piso de dois fogos tipo conventuais – Escala 1/200 – Trabalho realizado pelo autor	119
<b>Figura 63</b> – Disposição do segundo piso de dois fogos tipo conventuais – Escala 1/200 – Trabalho realizado pelo autor	119
<b>Figura 64</b> – Relação das aberturas da nova fachada verde para com o Convento – Trabalho realizado pelo autor	120
<b>Figura 65</b> – Atmosfera criada na sala da habitação conventual – Trabalho realizado pelo autor	120
<b>Figura 66</b> – relação da mova pele com o convento – Sem escala – Trabalho realizado pelo autor	121
<b>Figura 67</b> – Da permeabilidade ao toque – Trabalho realizado pelo autor	122
<b>Figura 68</b> – Edifício habitacional em relação com a praça e a rua que cria. – Trabalho realizado pelo autor	124
<b>Figura 69</b> – Remate em betão, de um vazio criado pela demolição das ruínas da zona norte. Sobriedade no toque com o edifício patrimonial. – Trabalho realizado pelo autor	124
<b>Figura 70</b> – Planta das tipologias habitacionais propostas para o edifício habitacional a Norte do lado da Avenida Almirante Reis-	
-1 fogo t1   1 fogo t3+1 – Escala 1/200 – Trabalho realizado pelo autor	125
<b>Figura 71</b> – No topo- Alçado Nascente; abaixo – Alçado poente – Trabalho realizado pelo autor	126



## Bibliografia

- Alcántara, C. Ghai, D. (1994). Social Integration: Approaches and issues. United Nations Research Institute for Social Development, *Briefing paper, 1*, 1-16.
- Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações.
- Amaral, A., Pais, A., Ascensão, A., Brito, A., Borges Pereira, A., Pereira, A., Faure, F., Sereno, I., Ribeiro, M., Pereira, P., Cortés, R., & Lainho, S. (2020). *Convento de Vilar de Frades: perspectivas de intervenção 1994-2008*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.
- Augé, M. (2016). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Barranha, H. (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press.
- Choay, F. (2018). *As questões do património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Custódio, J. (2011). *"Renascença" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República - Fundamentos e Antecedentes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Domingues, Álvaro (2013). A cidade depois da cidade. Reabi(li)tar, Documentário - [Reabi\(li\)tar: A Casa e a Cidade - Episódio 6 | Cidade depois da Cidade - Espaço de Arquitetura \(espacodearquitetura.com\)](#)

- Dias, B. (2011). *Heidegger leitor de Agostinho: A memória como fenómeno existencial*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Portugal]. Disponível a partir de <https://run.unl.pt/handle/10362/6000>
- Engels, F. (1971). *A questão do alojamento*. Porto: Cadernos para o diálogo.
- Forleo, E. (2020). *Habitar o limiar – Proposta para um habitar partilhado – Com base no estudo da casa pátio no Portugal islâmico*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Portugal]. Disponível a partir de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10571>
- Fróis, Virgínia (Coord.) - *Conversas à volta dos Conventos*. 2002. Évora: Casa do Sul Editora
- Gato de Pinho, Inês (2017). *Genius loci vs modo nostro: A influência do espírito do lugar na fundação dos colégios jesuítas da província lusitana. O caso de colégio de Portalegre*. Em Rosas, L., Sousa, A., & Barreira, H. (Coord.), *Genius loci: Lugares e significados = places and meanings* (pp. 163 – 174). Disponível a partir de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16979.pdf>
- Jesus, D. (2018). *A produção do espaço como expressão das relações de poder. Manifesto, Temas sociais e políticos*, 1(2), pp. 112-119.
- Jesus Mestre, P. (2009). *Comparação de bens imobiliários face ao seu potencial para reabilitação comparação entre o valor de imóveis reabilitados e reconstruídos em zonas históricas de lisboa*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Portugal].  
<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/mec/dissertacao/2353642251643>
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Letra Livre.

- Leone, J. (1986). *O “carneiro” ou “ossário” do convento de arroios das freiras contemplativas da ordem da imaculada conceição, vulgo, concepcionistas franciscanas*. Lisboa: J. Leone.
- More, T. (2019). *Utopia*. Silveira: Book Builders.
- Nunes, J. (2013). O programa de habitações de renda económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), pp. 83-100.
- Nunes, I. (2016). *Princípios da reabilitação de edifícios. Aplicação a estudos de caso*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Portugal].  
Disponível a partir de <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6514>
- Platão (1949). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, P. (2005). *Património edificado. Pedras angulares*. Lisboa: Aura.
- Portas, N. (1983). *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra: Museu Nacional Machado Castro.
- Ramalhete, F., Conceição, M.T., & Lobo, I. (2020). *Atlas da Almirante Reis*. Lisboa: Tinta da China.
- Rossa, W. (2002) *A Urbe e o traço*. Lisboa: Almedina.
- Rossi, A. (2016). *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Rivera, J. Altés, J. González Fraile, E. R. Sola, J. (1999). *Patrimonio, restauración y nuevas tecnologías: Proyecto piloto urbano Valladolid: Investigación científica y rehabilitación del patrimonio*. Valladolid: Instituto Español de Arquitectura.
- Ruskin, J. (2008). *The Lamp of Memory*. London: Penguin Books.
- Silva Leão, M. (2015). *O projeto de arquitetura enquanto instrumento de afirmação política*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Portugal]. Disponível a partir de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10571>

Silva Nunes, J. (2013). O programa habitações de renda económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969), *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), pp. 2182-2999.

Lévi-Strauss, C. (1955). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Tschumi, B. (2001). *Architecture and disjunction*. Cambridge: MIT press

Zumthor, P. (2012). *Atmosferas*. Lisboa: Editorial Gustavo Gili.

## Webgrafia

<https://drgitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224406>

Manaugh, G (2007, Outubro, 3). *Without Walls: An interview with Lebbus Woods*. Disponível em: <https://www.bldgblog.com/2007/10/without-walls-an-interview-with-lebbeus-woods/?fbclid=IwAR1qwUVObkGbTi4JTa3eozz1rxLBE8QwFM9VPDmid7pM-4Gr81fKhQCLQAM>

[Rogelio Salmona | Fundación Rogelio Salmona \(fundacionrogeliosalmona.org\)](http://fundacionrogeliosalmona.org) (consultado a 21/01/2022)

Rosa, A; Correia, P & Elias, M (2011). Convento de Arroios / Convento da Nossa Senhora da Nazaré / Hospital de Arroios, Descrição [Web Page]. Retrieved from [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3187](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3187)

≈

[NZCTR.bi \(icomos.org\)](http://nzctr.icomos.org) ICOMOS New Zealand Charter 2010. (consultado a 01/04/2022)

Reuben, Anthony. 2016 [1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo - BBC News Brasil](#)

## Anexos

### Texto pertencente Grupo I – O Convento de Arroios na actualidade

*Edifício conventual de um corpo com quatro pisos, de planta quadrangular organizada em torno de um claustro de planta rectangular, outrora ajardinado, actualmente revestido com mosaico hidráulico, delimitado por arcos plenos de cantaria e pilares de pedra de base quadrada, dois a N. e a S. e três a E. e O., com galeria de tectos abobadados assentes em pilastras visíveis nas paredes apenas ao nível do capitel. O alçado principal, virado a NO. é pobre. A zona nobre é a fachada da igreja, com portal armoriado ostentando um escudo bipartido, com as armas de Portugal e Inglaterra, de D. Catarina de Bragança. Coroa a fachada um conjunto em pedra, constituído por um nicho central com frontão com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e duas torres sineiras encimadas por pequenos campanários de sinetas, coroadas tal como o frontão do nicho por cruces de ferro. Os sinos desapareceram, havendo no seu lugar janelões. O alçado NE. é praticamente cego. O alçado SO. é composto por uma nova fachada que foi justaposta à do primitivo convento. O alçado SE., muito simples, é rasgado por janelas guarnecidas a pedra, de diferente tamanho e disposição. O piso térreo, situado numa cota inferior à do claustro, possui tectos abobadados. No primeiro piso, várias dependências que irradiam do claustro. A ala N. é ocupada na sua maior parte pela igreja de planta em cruz grega de centro octogonal, encimado com abóbada de oito panos, assente em cornija de cantaria de dois tipos, lioz e mármore encarnado dos Negrais, e arcos igualmente em pedra, de volta inteira, sobre pilastras dóricas as quais enquadram arcos semelhantes, situados a um nível inferior. Nas quatro esquinas deste polígono central, existem nichos guarnecidos a cantaria. Iluminam a igreja um janelão e duas janelas laterais. No canto SE. do claustro uma porta dá acesso a um lance de escadas que leva ao segundo piso, onde as dependências se organizam em torno do vazio do claustro e ao longo de corredores, sendo o corredor principal*

*aquele que percorre o eixo NE. / SO. Neste eixo todas as salas possuem tectos abobadados. Em frente às escadas primitivas abre-se a porta para o pequeno átrio da capela (actualmente quase destruída) que ocupa toda a ala S. / SO. do claustro. Tem tecto de abóbada de berço. (Rosa, 1994).*

# Iª Parte – Portefólio - Processo de Projecto



# ANÁLISE URBANA

## LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO DE ANTONIO EM LISBOA - EIXOS E ARTÉRIAS RELEVANTES - ESPAÇOS VERDEDES -

### ÁREAS CONVENIENTES



### Objetivos da análise urbana:

#### Integrar:

- Integrar a área de intervenção urbana no contexto da cidade
- Quais os modos de circulação e que modos têm maior importância para o contexto
- Que usos e serviços a zona tem
- Se que modo o Convento de Antonio se relaciona no contexto da cidade
- Como se relaciona com o contexto
- Quais os espaços públicos (parques, jardins, praças)
- Que atividades podem existir na zona

(Importância a uma análise de contexto, nomeadamente a forma da Avenida da Restauração e da Avenida da Liberdade)

- Avenida - Restauração
- Avenida - Luís de Camões, Avenida
- Rua - Alameda, Avenida, Avenida, Avenida
- Rua - Alameda, Avenida, Avenida, Avenida
- Avenida - Avenida, Avenida, Avenida, Avenida
- Avenida - Avenida, Avenida, Avenida, Avenida
- Avenida - Avenida, Avenida, Avenida, Avenida
- Avenida - Avenida, Avenida, Avenida, Avenida

### LE GENDA:

(Espaços públicos e áreas verdes)

- Convento de Antonio
- Áreas Relevantes para o Convento
- Espaços Públicos para a Zona
- Espaços Verdes Públicos
- Convento de Antonio

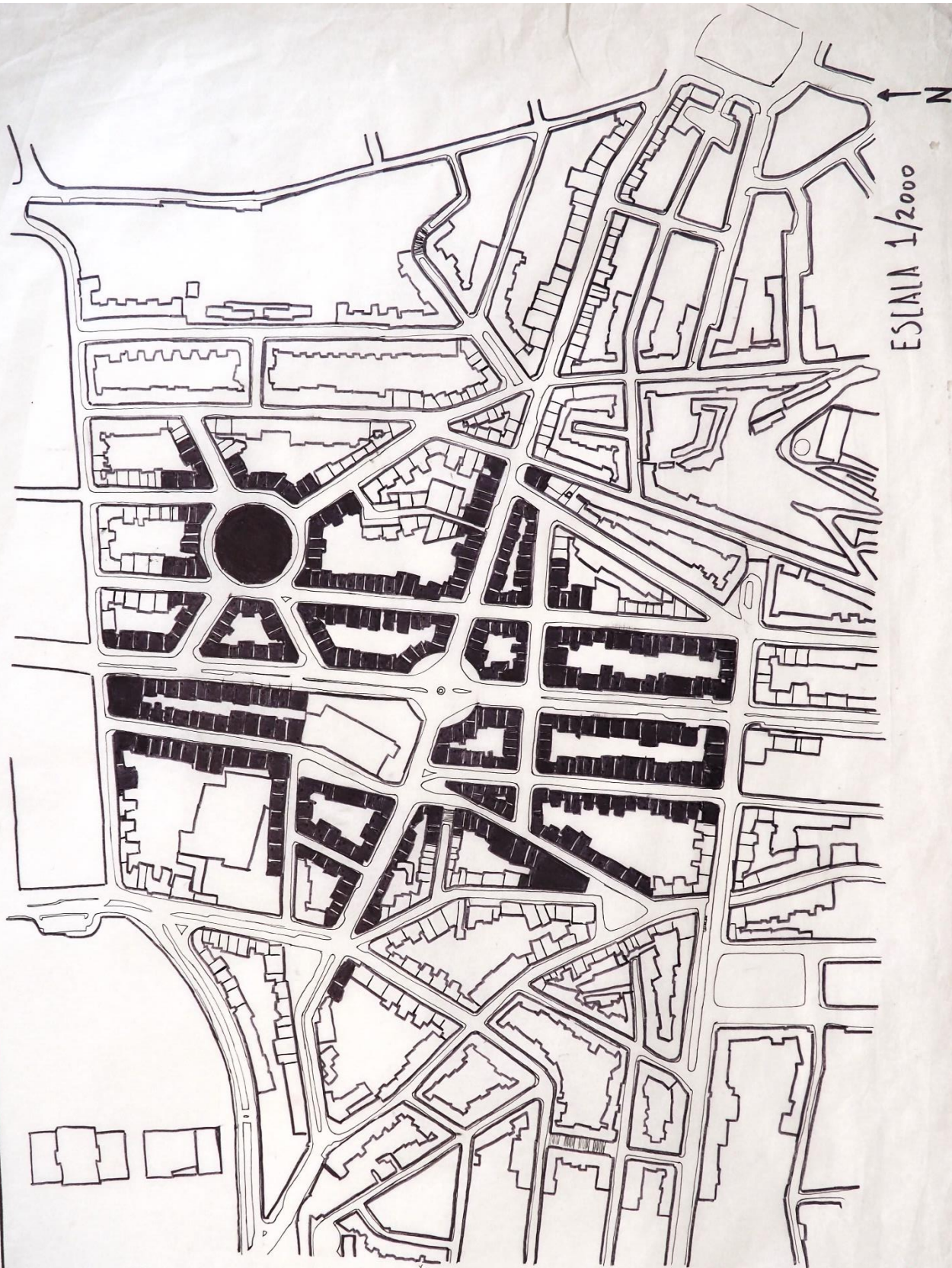
Área de Intervenção Urbanística

- Área de Intervenção Urbanística
- Área de Intervenção Urbanística

LEGENDA

- 1 - Colégio de Santo António - atual Hospital de São João
- 2 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 3 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 4 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 5 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 6 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 7 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 8 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 9 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 10 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 11 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 12 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 13 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 14 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 15 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 16 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 17 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 18 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 19 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 20 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 21 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 22 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 23 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 24 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 25 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 26 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 27 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 28 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 29 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 30 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 31 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 32 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 33 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 34 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 35 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 36 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 37 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 38 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 39 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 40 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 41 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 42 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 43 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 44 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 45 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 46 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 47 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 48 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 49 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 50 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 51 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 52 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 53 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 54 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 55 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 56 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 57 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 58 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 59 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 60 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 61 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 62 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 63 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 64 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 65 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 66 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 67 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 68 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 69 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 70 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 71 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 72 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 73 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 74 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 75 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 76 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 77 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 78 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 79 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 80 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 81 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 82 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 83 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 84 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 85 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 86 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 87 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 88 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 89 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 90 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 91 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 92 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 93 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 94 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 95 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 96 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 97 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 98 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 99 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João
- 100 - Convento de Santa Catarina - atual Hospital de São João

**ANÁLISE URBANA — ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONVENIO FARREAS — NOLLI MAP**



- IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO MAIS RELEVANTE PARA O CONVENIO DE AMOZAS QUEM FOI A ÚNICA DE INFLUÊNCIA DE PROXIMIDADE, QUEM PUXA RELEVÂNCIA DAS INTERVENÇÕES ABRIGADAS
- PLANTA DE BASE PARA ABSTINER ANÁLISE

# III - ANÁLISE URBANA — USOS E VIDA NO BARRIO



## Conclusões:

- ÁREA DE PREDOMINÂNCIA RESIDENCIAL, A CONTAR 7/8 BARRIOS e ALGUNS ACADEMIA
- PONTE JACI VENEZA DE NEGÓCIOS LOCAL, AS A VERTICES ALONGARME
- BARRIOS e MUNDOS SÓ RESISTEM A MUDANÇA (PREVIMENÇÃO DE CONFLITO).
- A MATRIZ DO CONTEÚDO SÃO CAFÉS, RESTAURANTES, MUSEUMS, CAFEZALHAS, DE VÁRIOS CÍTR
- AS ATRIBUIÇÕES SÃO CETERA NA ÁREA EXPANDIDA
- COM CASAS NA VILA INCLUSIVE, COM O MAPA DE FOLHA DESEJA FEITO EM 1945.
- ÁREAS DE 20 METROS DE RECREAÇÃO.
- DE NOTAR SE MUDAR LUMIN DE CULO DE MÚLTIPLOS RELEVANTES.

## LEGENDA:

DE ACORDO COM A ANÁLISE URBANA ELABORADA POR ZBRO STANLEY CLARE GOSPEL

- RESIDENCIAL
- LOJAS/NEGÓCIOS
- INDÚSTRIA/ MANUFATURA
- ATIVIDADES SOCIAIS/ INSTITUCIONAIS
- ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO
- JARDIM DE ATIVIDADES NO MESMO LOTE/ PARCELA

# ANÁLISE URBANA — ESTRUTURA PÚBLICA VERDE - EDIFÍCIOS MARGINAIS - TRANSPORTES

## LEGENDA:

- - ESTRUTURA PÚBLICA VERDE PERMEÁVEL
- - ESTRUTURA PÚBLICA VERDE IMPERMEÁVEL
- - EDIFÍCIOS MARGINAIS



## LEGENDA TRANSPORTES:

- - AUTOCARRO
- ⊙ - METRO
- - CIRCULAR

# V - DA ANÁLISE URBANA AO CONCEITO - PONTOS FULCRAIS

## LEGENDA:

● - PONTOS DE LIGAÇÃO FÍSICA

— - LIGAÇÃO DIRETA

- - - LIGAÇÃO INDIRETA

1 - LARGO DO LEÃO

2 - LARGO DA RUA SEARROIOS

3 - AVENIDA ALVARADO RIBEIRO

4 - PRAÇA PATYIA GONÇALVES

5 - MERCADO DE ARVÓZOS

6 - ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

● - PONTOS DE LIGAÇÃO VISUAL

— (VERDE) - DIRETA

— (AZUL) - INDIRETA

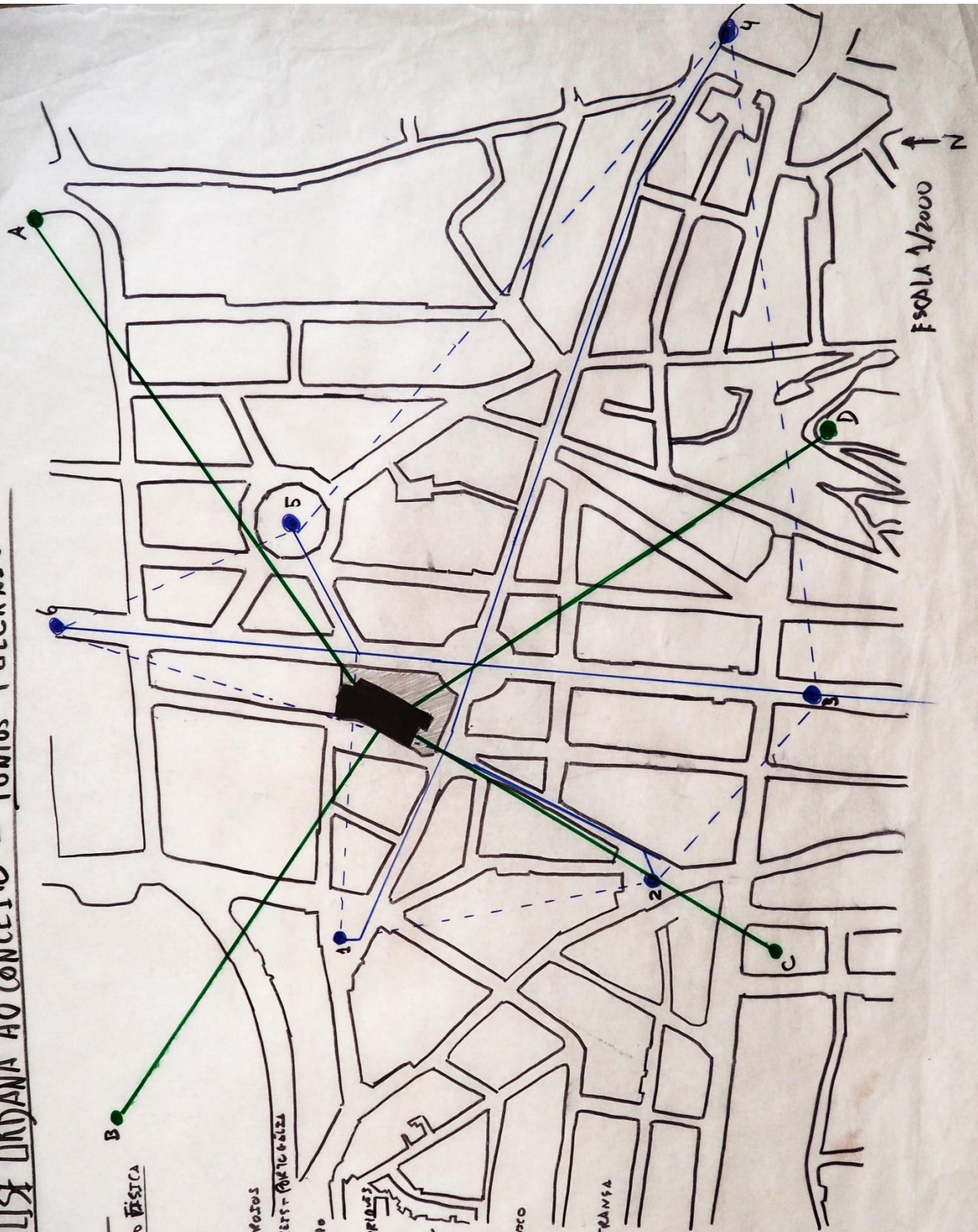
A - TORRÃO DA FONTE LUMINOSA

B - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

C - JARDIM CONSTANTINO

D - MERCADINHO DA PENHA DE TRAVESSA

BOLEYA



# VI - CONCEITO URBANO - CIRCULAÇÃO LÍQUIDA COMO CONVENTO NÃO É CENTRO -

- CATALISADOR DE DINÂMICAS FÍSICAS, VISUAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS

LATIM: JARDIM (MÃO HORTA)

MOTO: - DO HORTUS CONCLUSUS  
- AO HORTUS URDANS

O FERECE A HABITAÇÃO DE DIVERSAS TIPOLOGIAS QUE PERMITE UMA RENDA LIGADA ATIVIDADES DA CULTURA, ACESSO PÚBLICO, E COMÉRCIO, A ZONA DE SERVIÇOS A ESTE CERNE, REGULADO.

LIGAGENS A TRAVÉS DO CONVENTO

ARTÉRIAS DO CONVENTO

↑ 1/2000

Área

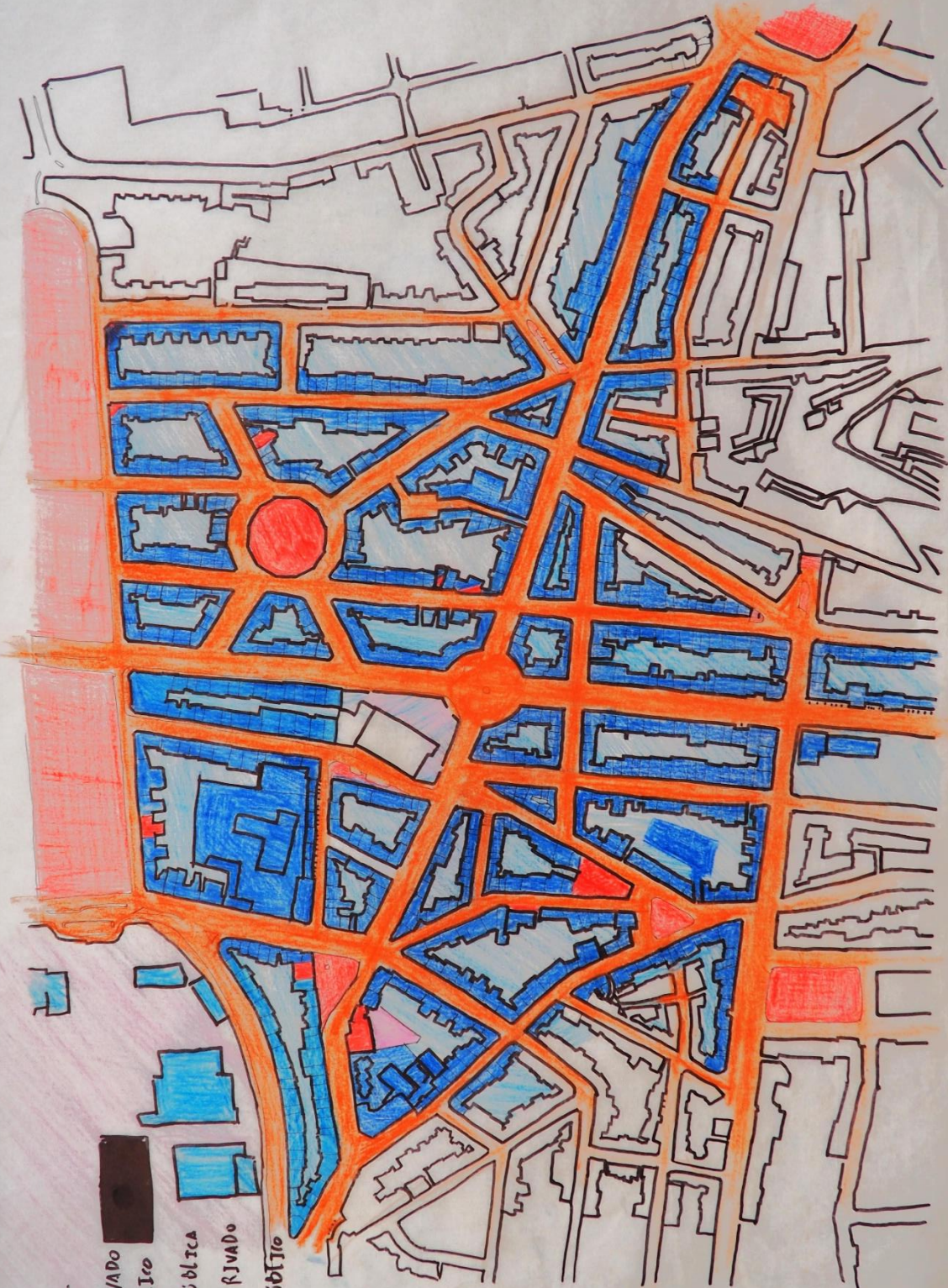




# IX - REGRESSO À ANÁLISE URBANA -- ESPAÇO PÚBLICO VS. PRIVADO

LEGENDA:

- TERRENO PRIVADO
- TERRENO PÚBLICO
- CIRCULAÇÃO PÚBLICA
- LOGRADOURO PRIVADO
- LOGRADOURO PÚBLICO



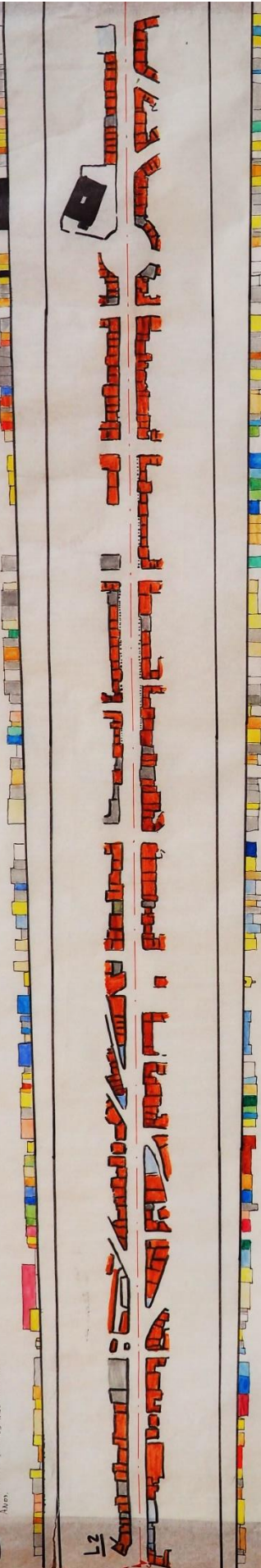
# X - REGRESSO À ANÁLISE URBANA - ESTUDO CRONÁTICO AV. ALMIRANTE REIS

## LEGENDA 1 - CORES PREDOMINANTES NAS TACHADAS DOS EDIFÍCIOS

- AMARELO LEVE  - BRANCO
  - AMARELO TORRADO  - VERDE CLARO
  - CINZENTO  - AZUL ESCURO
  - VERMELHO ESCURO  - AZUL CLARO
  - VERMELHO ESCURO  - AZUL CLARO
- # → 14    # → 20  
# → 33    # → 7  
# → 65    # → 11  
# → 33    # → 7  
# → 65    # → 11
- CONCLUSÃO:  
- MATÉRIA: FERRUGEM, GESSO, MADEIRA  
- GRANDES QUANTIDADES DE MADEIRA  
- PREDOMINÂNCIA DE DIFERENTES CORES EM VÁRIAS DEBENTURAS

## FORMAS PREDOMINANTES NO CONTEXTO DE AV. ALMIRANTE REIS:

- NOTA-SE QUE AS FACIADAS TOMAM PARADIGMAS DE UM AMARALHAMENTO.
- OS SÓTIS (SÃO) DEVELO E MURADA TAMBÉM DESTRUTIVO.
- A COBERTURA É DE TELHA (REPRESENTADA NA TUA COM A JANELA, TELA E PISO EM BOM).



## COR NA AZULEJARIA NA AV. ALMIRANTE REIS:

## LEGENDA 2 - TIPOS DE COBERTURAS

- TELHA - VERMELHA IBERICA OU IBERICA RUSTICA
  - COBERTURA DE BÍTÃO - CINZA
  - CHAPA DE ZINCO - CINZA ESCURO OU AZULADO
- MATEMÁTICA  
19 CASOS  
5 CASOS



AV. ALMIRANTE REIS

VISTA CAMELO

# XI - O CONVENTO - DO CONCEITO URBANO AO CONCEITO DE INTERVENÇÃO



Legenda:  
 - Contorno original (Cinturão conventual)  
 - Proposta para novo (Cinturão novo)  
 - Estruturação



## PROPOSTA 1

PROPOSTA DAS ANTENAS ADAPTADAS PARA SEU CONVERSÃO EM CONJUNTO E HABITABILIDADE

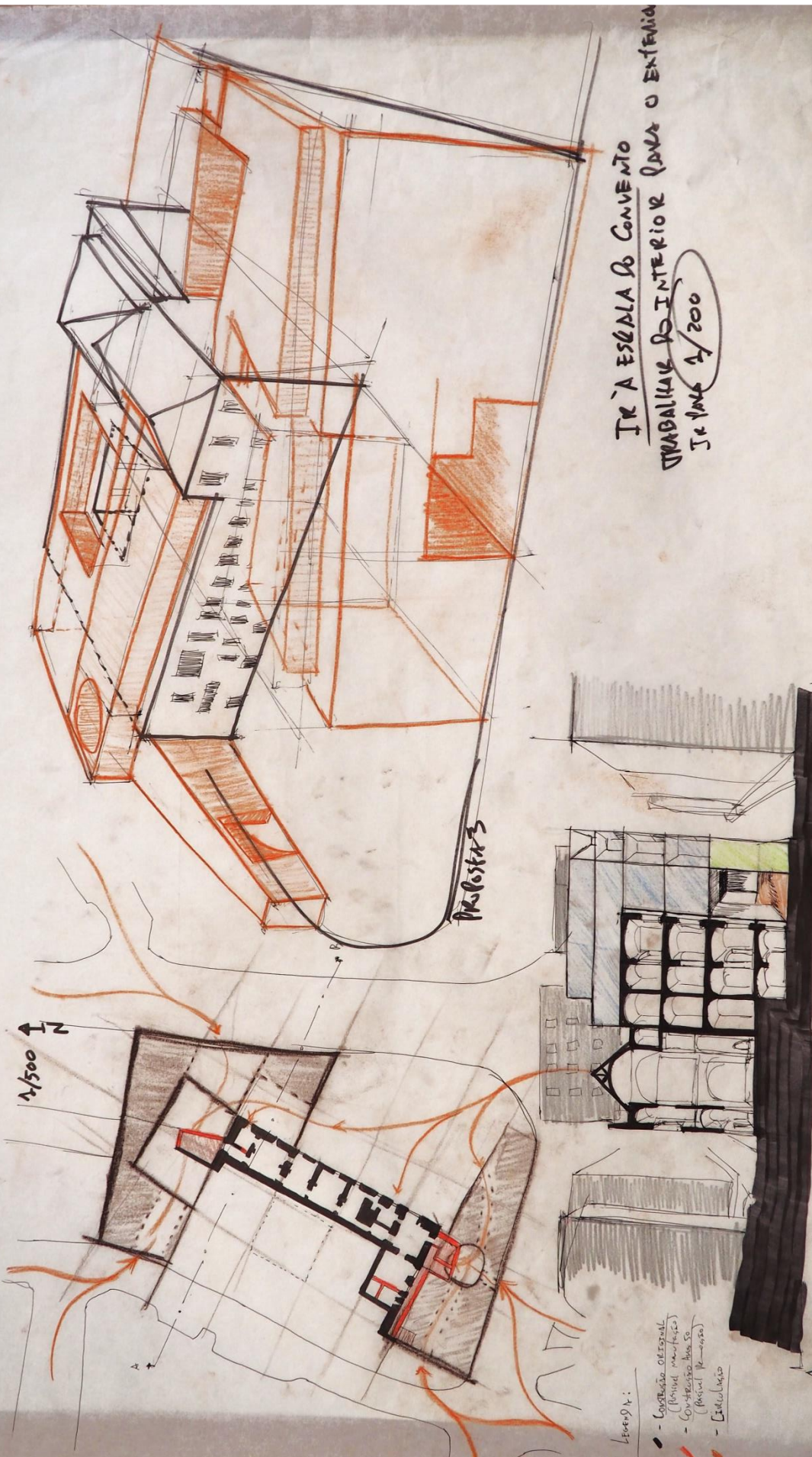


### CONCEITOS DE INTERVENÇÃO NO CONVENTO EM CERCA:

- PÚBLICO VS PRIVADO: DA ANÁLISE FEITA CONSTATA-SE UMA ÁREA EXTRINSECAMENTE CURTA DE USO PÚBLICO, TENDO EM CONTA QUE O ESPAÇO HABITACIONAL A SER RECONSTRUÍDO, TEM POUCA, TRANSCENDE A ATUALIDADE E O USO É CENÁRIO PÚBLICO COM A HABITAÇÃO PÚBLICA.
- DESENVOLVIDO VS RESERVADO: O PRÓPRIO PAVILÃO SERIA DESENVOLVIDO COM O COMPLEXO SERVO RESERVADO E MAIS DEMOICIONADO.
- TIPOLOGIAS: EXISTEM? COMERCIAIS? (COMO?)
- A CERCA: CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO PARA HABITAÇÃO? DO DESENVOLVIDO CONVERSÃO A HABITABILIDADE?



**XIII - O CONVENTO - Projeto (cont.) FO (us 1<sup>o</sup> térreo (MoBsta nº3)**



IR À ESCALA DO CONVENTO  
 TRABALHAR DO INTERIOR (UMA O EXTERNA)  
 1/200

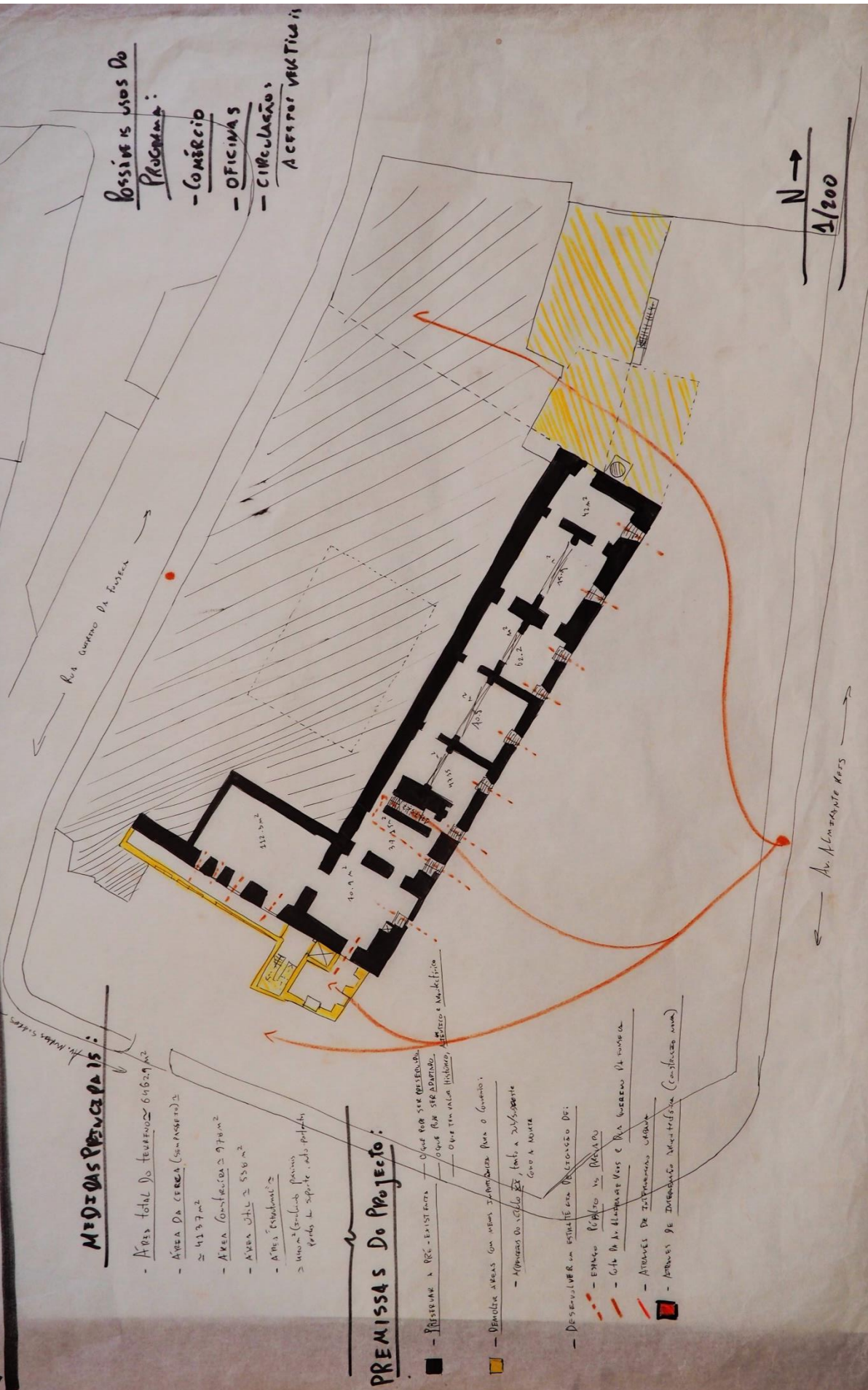
Propostas

1/500 ↑ N

- Legendas:
- Construção Original (Pavil. Maurício)
  - Construção Nova (Pavil. Maurício)
  - Circulação

- Legendas (cont.)
- Proposta de site de habitação Nova
  - Proposta (antigo)
  - Circulação Pública em Galerias e Patios

# XIV - O EXISTENTE A INTERVENÇÃO - PISO O/TÉRREO - ESCALA 1/200



# XV - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - PISO 1 - ESCALA 1/200

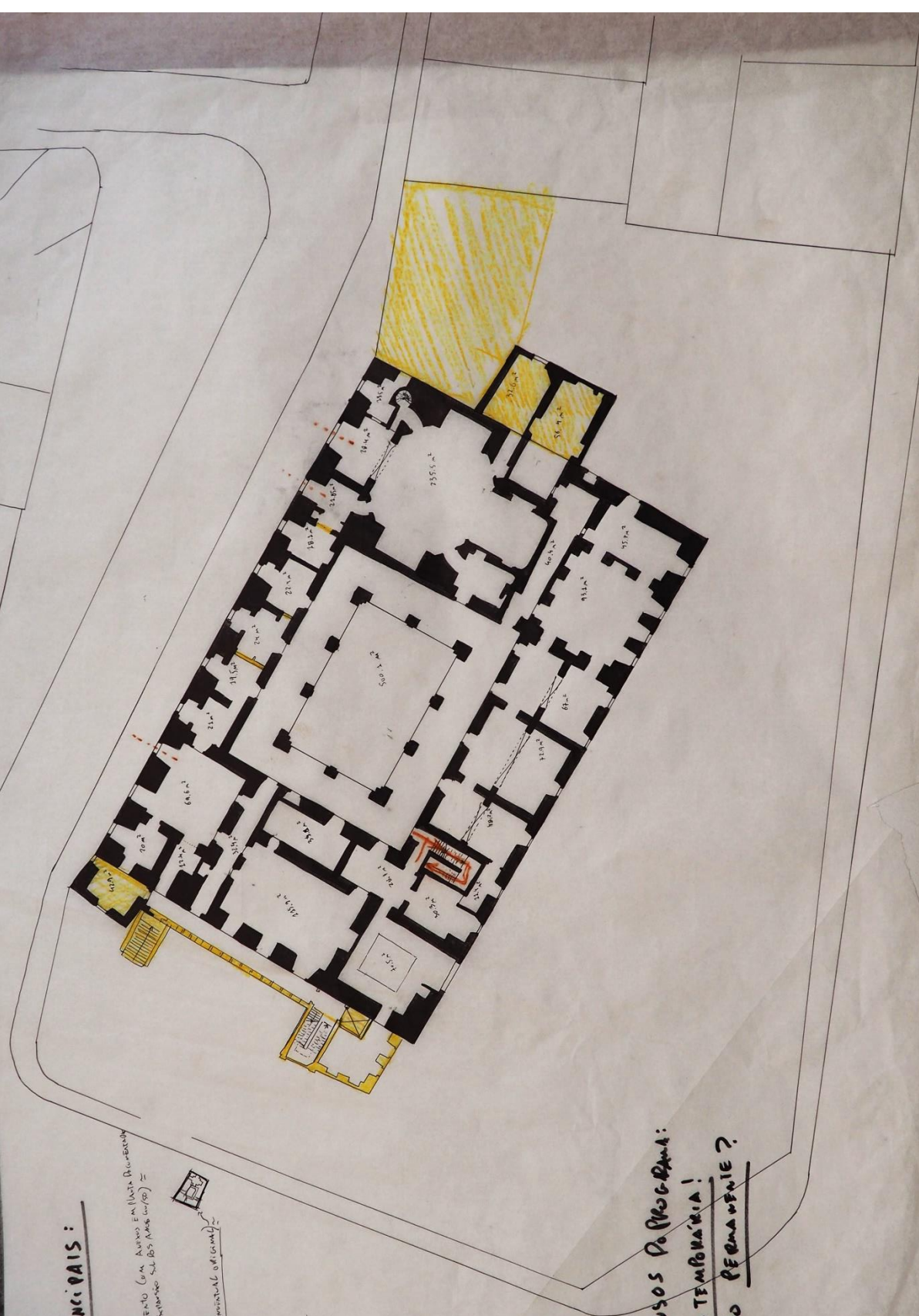
## MEDIDAS PRINCIPAIS:

ÁREA CONSTRUIDA (CORRETO COM ANEXO EM LATERAL PROJEÇÃO + ESTABECIMENTO S/L B'S NAS U/100) ≈ 2992 m<sup>2</sup>

ÁREA CONSTRUIDA (EXTERIO COMERCIAL ORIGINAL) ≈ 2218 m<sup>2</sup>

ÁREA ÚTIL ≈ 1920 m<sup>2</sup>

ÁREA ESTABECIMENTO ≈ 528 m<sup>2</sup>



POSSÍVEIS USOS DO PROGRAMA:

- HABITAGÃO TEMPORÁRIA!
- HABITAGÃO PERMANENTE?

# XV.1 - Piso 1 - Área 1000 - PROPOSTAS



## LEGENDA:

- (Linha tracejada) - Circulação Horizontal
- (Linha vermelha) - Circulação Nova (Interna e externa ao Corredor)
- (Linha tracejada) - Espaço Habitacional Temporário
- (Linha tracejada) - Habitação Permanente T0
- (Linha tracejada) - Habitação Permanente T1
- (Linha tracejada) - Restaurant
- ① - Cozinha
- ② - Ban. M. (Luz. T. M. S.)
- ③ - Ban. M. (Luz. T. M. S.)
- ④ - Hall
- ⑤ - Hall

# XVI - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - PISO 2 - ESCALA 1/500

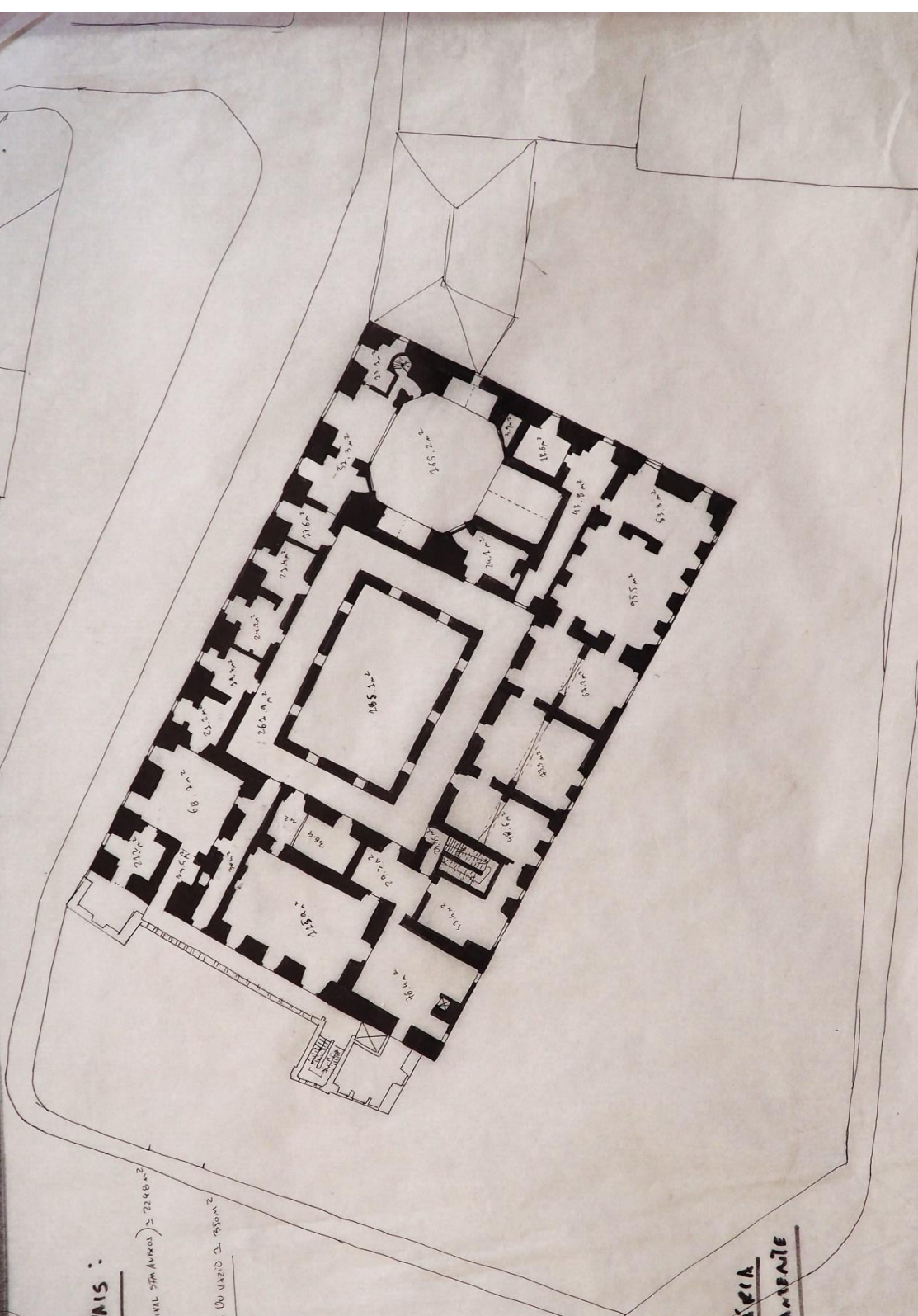
## MEDIDAS PRINCIPAIS:

ÁREA COBERTA (CONTEÍDO ORIGINAL SEM ANEXOS) = 2214,0 m<sup>2</sup>

ÁREA ÚTIL = 1250 m<sup>2</sup>

ÁREA MÓDULO II - DIFERENÇA DE NÍVEL DO UZEDIO = 1330 m<sup>2</sup>

ÁREA ESTACIONADA = 649 m<sup>2</sup>



POSSÍVEIS USOS DO PROGRAMA:

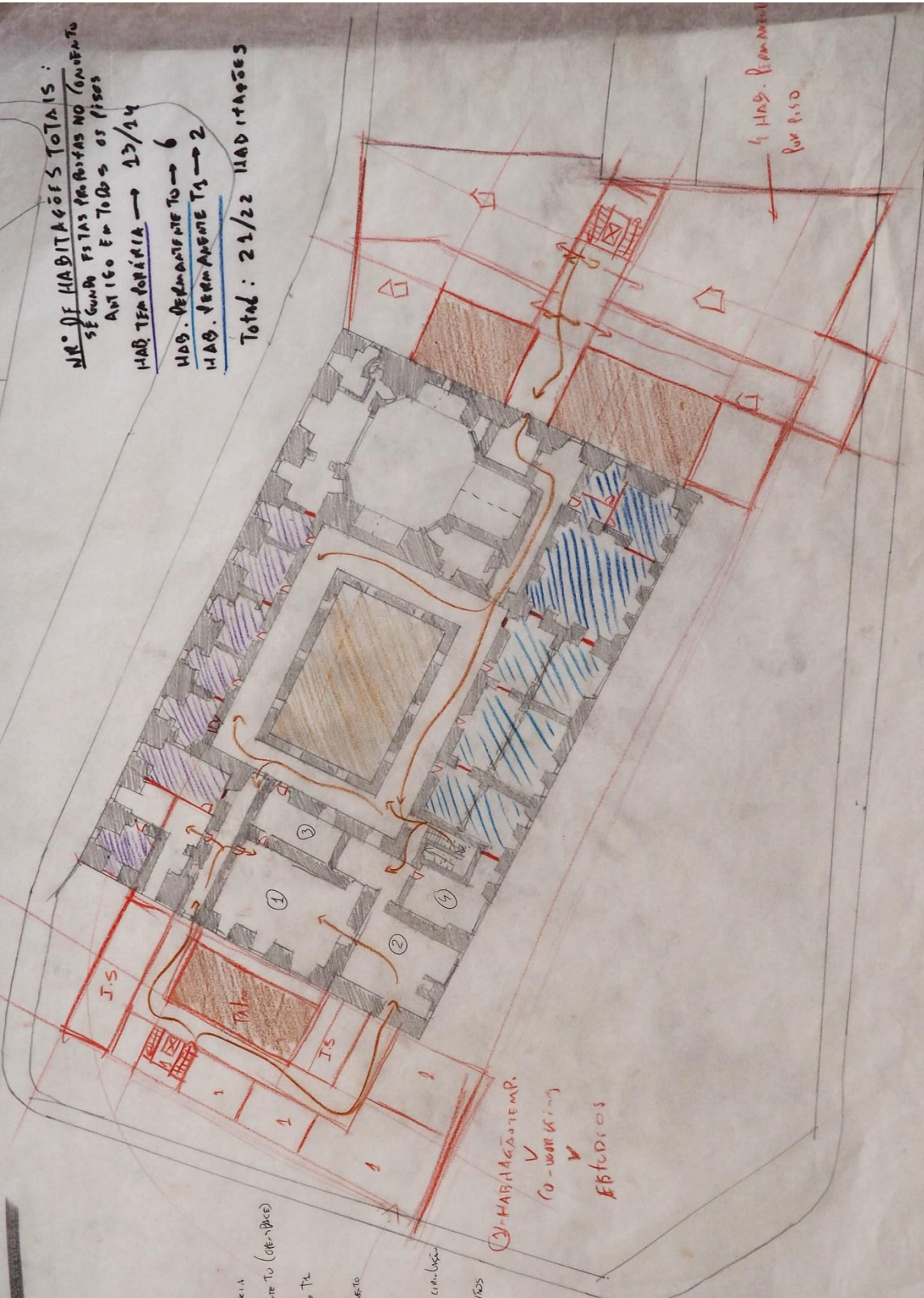
- HABITAÇÃO TEMPERADA
- HABITAÇÃO PERMANENTE

# XVI.1 - PISO 2 - ESCALA 1/200 - PRA PORTAS

Nº DE HABITAÇÕES TOTAIS:  
SÉCUNDA ESTAS PRÓPRIAS NO CONTEÚTO  
ART 16º EM TODOS OS PISOS  
 HAB. TEMPORÁRIA → 13/14  
 HAB. PERMANENTE → 6  
 HAB. SEMPRE T1 → 2  
Total: 21/22 HABITAÇÕES

## LEGENDA:

- Circulações horizontais
- Construção nova (Pórtico)
- Planta Habitação Temporária
- Planta Habitação Permanente (GRANDE)
- Planta Habitação Permanente T1
- Construção original do conjunto
- Planta de vivas "Cubos"
- Escadas de ligação e circulação
- Escadas de luz
- Referências de verticais VIDS
- Sala de Jantar Comum
- Cozinha Partilhada
- Armazém
- Sala de Cinema



① - HABITAÇÃO TEMP.  
 (0-UBIQUINA)  
 ② - ESTUDIOS

4 HAB. PERMANENTE  
 POR PISO

# XVII - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

DE CONVENTO, A HOSPITAL, A ESPAÇO RESIDENCIAL, DE COMÉRCIO E CRIAÇÃO:

PROGRAMA: (ADEQUADO AOS ESPAÇOS DO MONUMENTO E ESPAÇO)

1 - HABITAÇÃO

TEMPORÁRIA - 1.5 E COZINHA PARTILHADAS  
 - HAS CELAS DE 7, 10, 15  
 - IDEIA A CONSIDERAR (POUCO OPTIMIZADA)  
 - LIMITAR A INTERFERÊNCIA ANÍVEL DE CAMOS E ADEPTONAS DE PAREDES AUTO-PORTANTES

2 -

PERMANENTE - 1.5 E COZINHA INCLUIDAS  
 - NA PRÉ-EXISTÊNCIA → 6 A 10.5 - DE NOVA 90.00  
 - EM CONSTRUÇÃO NOVA NA CERCADA - HIPÓTESE VARIAS TIPOLOGIAS TO A T 2/3

3 -

NUM ACRESCIMENTO DE PISO SUPERIOR? - INCREMENTO DE 15 A 20 HABITAÇÃO  
 COMÉRCIO - LOCAL - NO PISO O DA PRÉ-EXISTÊNCIA  
 - HIPÓTESE DE COMÉRCIO EM CONS TRUÇÃO NOVA  
 - 7 A 10 ESTABELECIMENTOS

4 -

OFICINAS/ATELIERS/CO. WORKING  
 - PROPOSTA POSSIVEL SE HOUVER CONSTRUÇÃO NOVA

5 -

TE - DA R CONTINUIDADE DO USO RELIGIOSO OPTIMIZADO A LUGAR NA TEM - ELEMENTO DE ASSIMILIGADO DA CATEDRAL AO PRESENTE

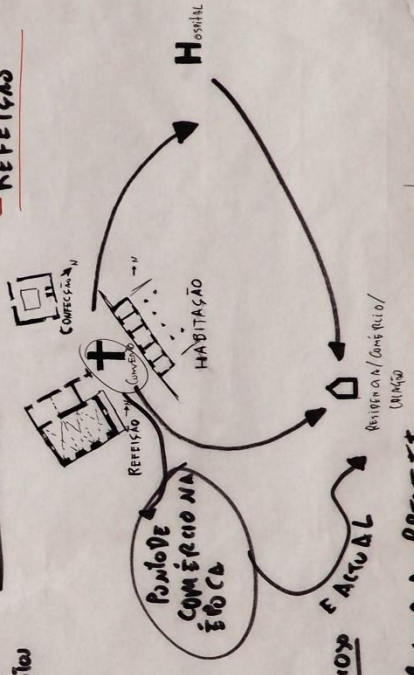
PROGRAMAS PRINCIPAIS DAS ANTERIORES FUNÇÕES:

FUNÇÃO	PROGRAMA	ONDE?	CONHECIMENTO DE FANTO
(CONVENTO)	HABITAÇÃO	CELAS X 2	
	FÉ/REZA	IGREJA/CAPELAS X 2	
	CONFECÇÃO	COZINHA (HIPÓTESE DE SEREM 2)	
	REFEIÇÃO	REFETÓRIOS X 2	
	SALAS DE AULA	ALANASXENIE X 6	
	SCRITORIA		HIPÓTESE

HOSPITAL	PRENOITA	CELAS E/OU SCRIBORUM
	CIRURGIA	? CAPELA E BIBLIOTECA?
	I.S.	?
	CONFECÇÃO	PROVAVELMENTE NA ANTIGA COZINHA
	REFEIÇÃO	PROVAVELMENTE NO ANTIGO REFETÓRIO
	ADMINISTRAÇÃO	? CAPELA V CELA DE MESTRES?

PROBLEMAS E LOCALIZAÇÕES POSSIVELMENTE PARTILHADOS PELAS DUAS FUNÇÕES:

- HABITAÇÃO
- CONFECÇÃO
- REFEIÇÃO

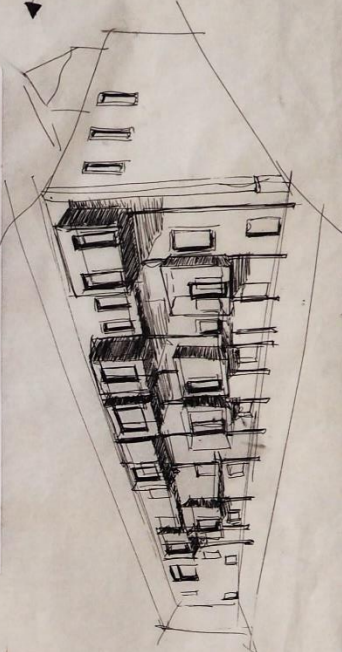
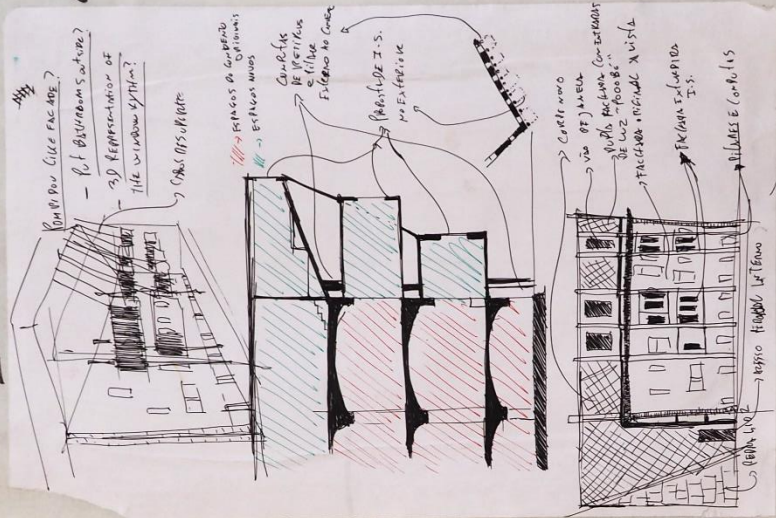




# XIX - DO EXISTÊNCIA INTERVENÇÃO - PROPOSTAS E CONSIDERAÇÕES

## Exploração Do Conceito / Proposta Da Estrutura Externa:

### EXEMPLOS:

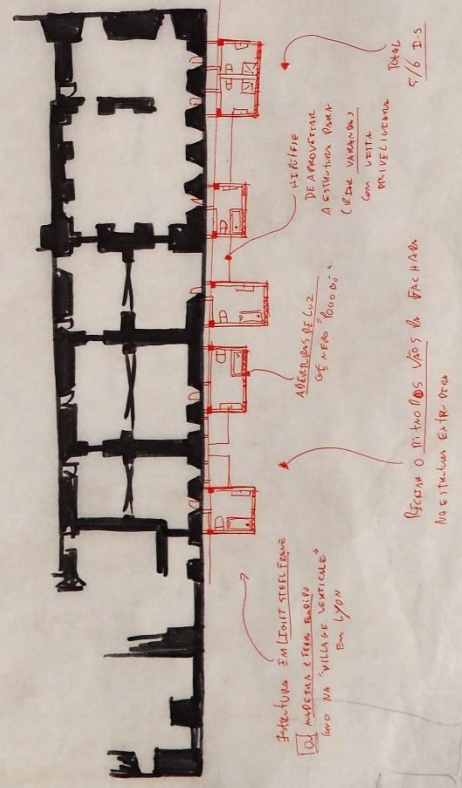


## CONSIDERAÇÕES APÓS REUNIÃO COM ORIENTADOR:

TODAS AS HABITAÇÕES, MESMO AS TEMPORÁRIAS DEVEM TER I.S. (ALL ROOMS, EVEN THE TEMPORARY ONES SHOULD HAVE I.S.)  
 → DEFINIR COMO AS ADAPTAÇÕES NO CONJUNTO ANTIGO, CONSIDERANDO:



## B - MELHOR INTERVENÇÃO NA ESTRUTURA INTERNA (GERAR POMPILHO) ALTERAÇÃO DO ASPECTO FACIADA (GERAR POMPILHO)

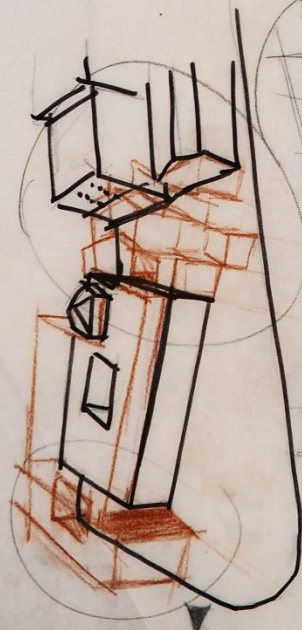


**XX - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - VOLUMETRIA**

↳ **HÍBRIDOS VOLUMÉTRICOS ABIS DE FINIÇÃO QUE JÁ EXISTEM NOS DOIS PISOS DO CAUENTO E CAVE**

**A RESERVA: - SO A 5 HABITAÇÕES TEMPORÁRIAS**

**- 6 A 30 HABITAÇÕES PERMANENTES**



- RESTAURAR
- BAN
- LOJAS
- SALA RECREATIVA (HIFELIFE)
- COZINHA COMUM
- SALA DE JANTAR COMUM

**RESTANTES VOLUMES:**

- + HABITAÇÃO
- CO-WORKING
- ATELIEIS/ESTÚDIOS



- ↳ CRIAÇÃO DE VOLUMES QUE SE INTERSECTAM
- ↳ OBJETIVO DE CRUZAR PERSPECTIVAS, OLHARES E PERSPECTIVAS → POTENCIANDO A CONDIÇÃO DE VIZINHANÇA
- ↳ CIRCULAÇÃO PÚBLICA, LOJAS E ACESSO EFETIVO NO PISO A FIM
- ↳ DETALHAMENTO (LIMPO DE BRANCO, PARALELO VERTICAL)

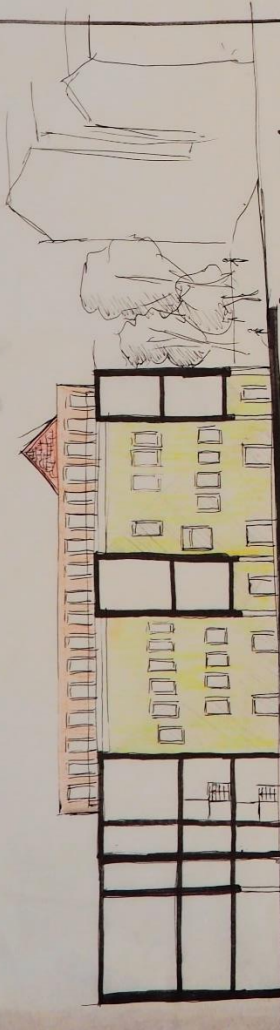


# XXII

## EXISTENTE A INTERVENÇÃO - OUTRAS PROPOSTAS - INTERVENÇÃO NA TORREJA

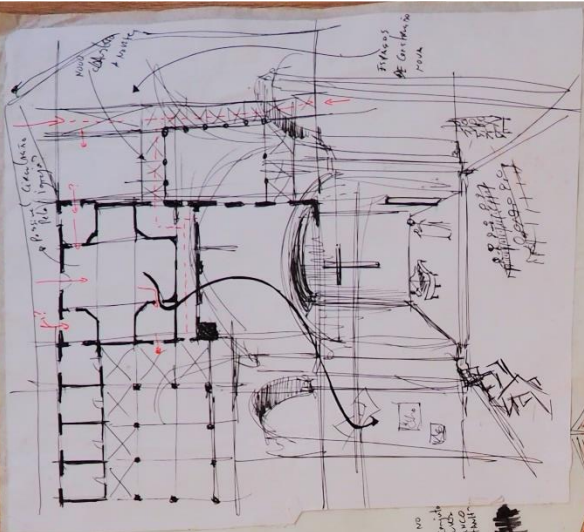
**HIPÓTESE DE OUTROS USOS PARA A TORREJA**

- RELIGIOSO (MANTER)
- ESPAÇO DE CONCERTOS
- ESPAÇO DE CONFÉRENCIAS FEONITIBA



### CORTAÇÃO DA TORREJA DA HIPÓTESE

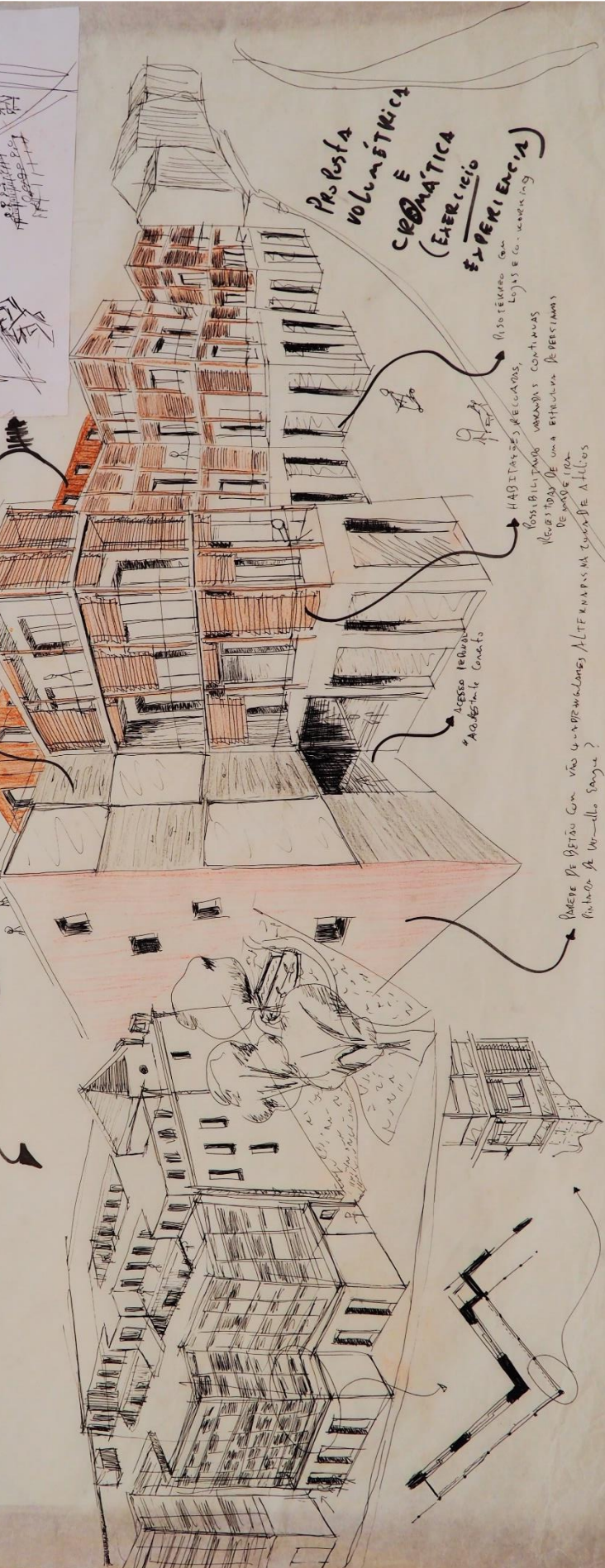
Planta da Torre XXI



Placas de Vidro Aparente Alternativa de vidro

Último piso no qual o vidro é usado para o efeito de transparência

### PERSPECTIVAS DA HIPÓTESE



Proposta Volumétrica Cromática (Exercício Experiencial)

HABITAÇÕES (RELOCAR, LOJAS E CO-WORKING)

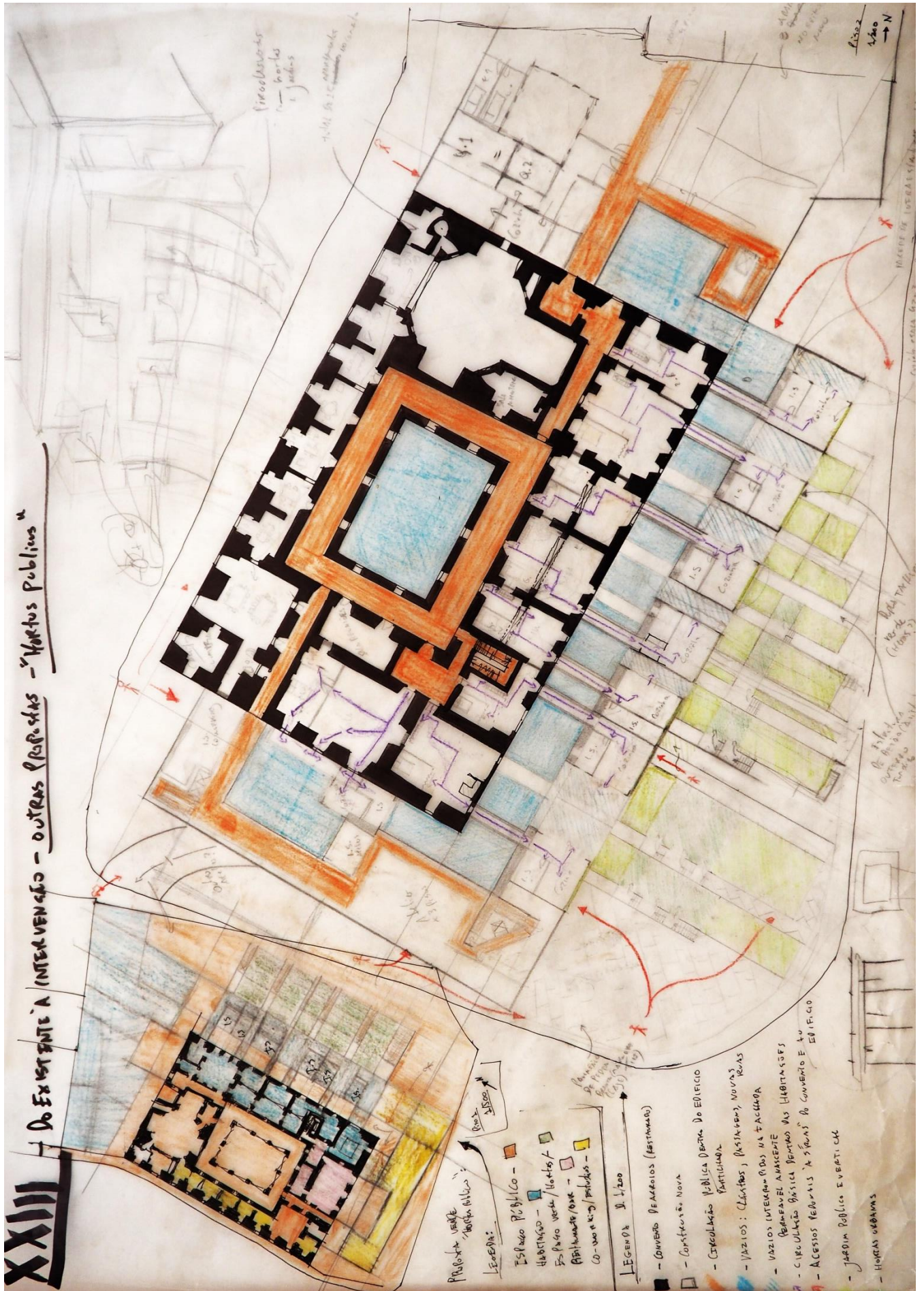
POSSIBILIDADES PARA HABITAÇÕES CONTÍNUAS (RELOCAR DE UMA BARRAGEM DE BARRAGEM DE BARRAGEM)

PAREDE DE VIDRO COM VÃO QUADRICULADO ALTERNAR NA TORREJA ATUAL (PAREDE DE VIDRO)

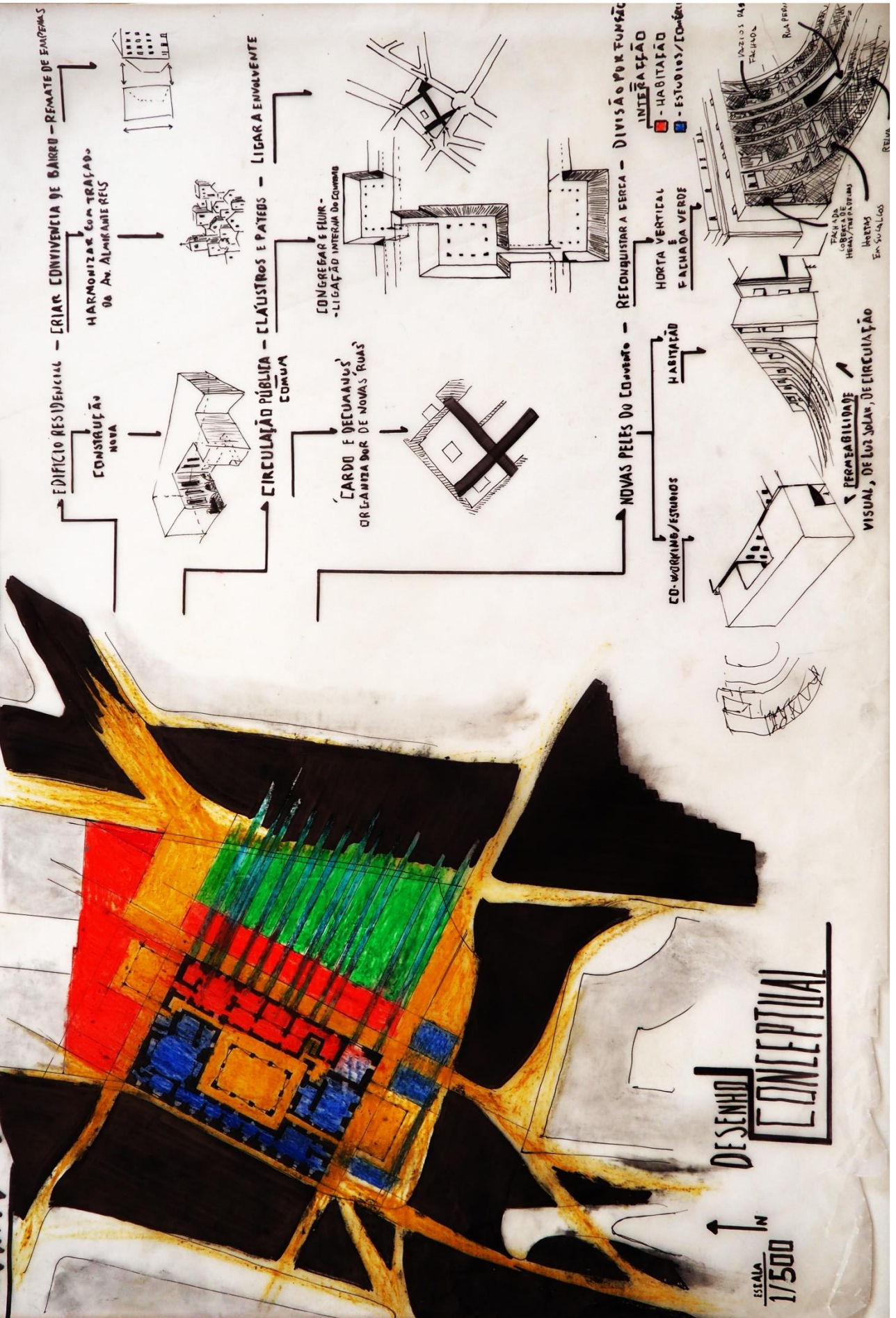
ÁREAS DE VÍDEO Aparente

ÁREAS DE VÍDEO Aparente

ÁREAS DE VÍDEO Aparente

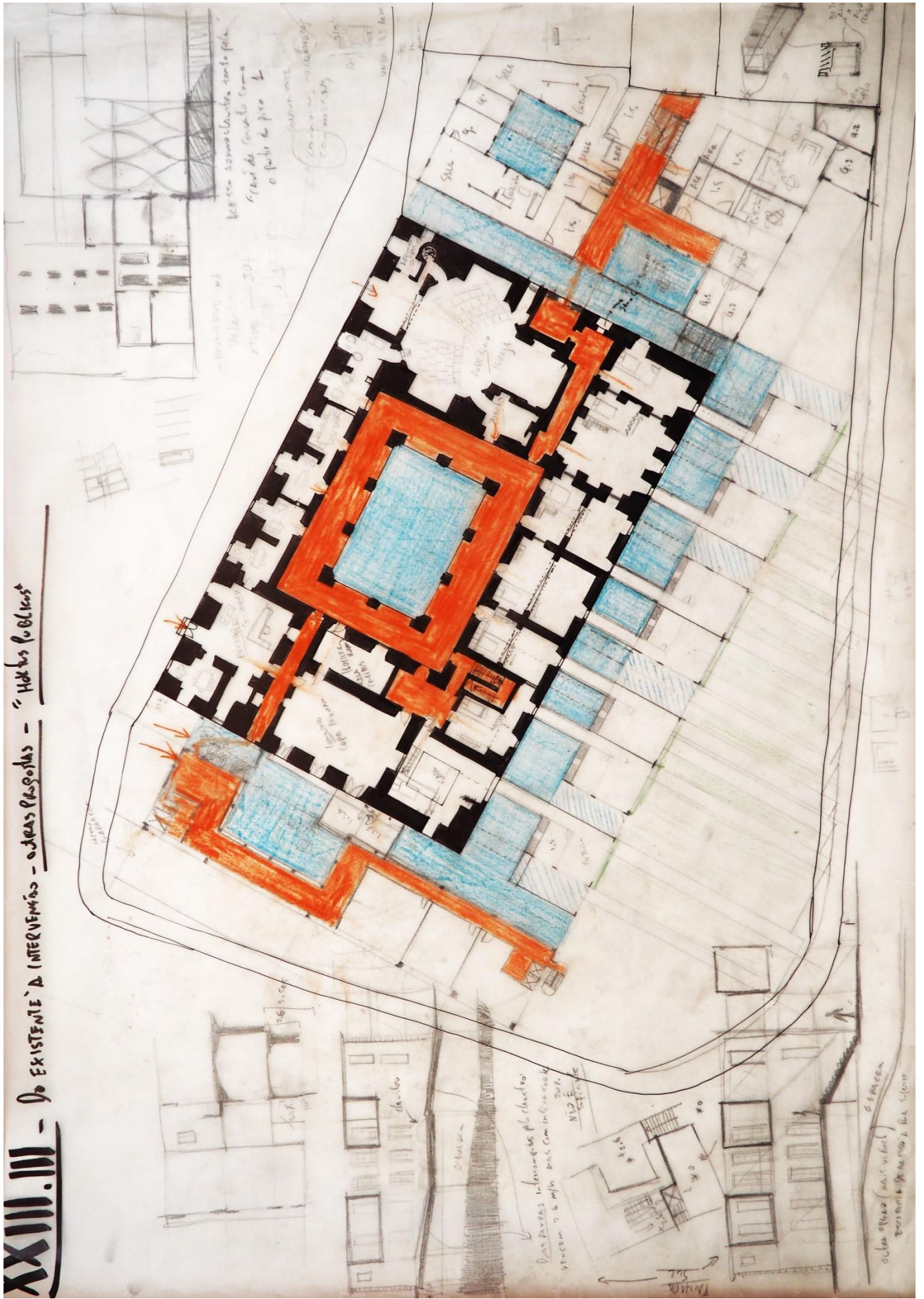


XXIII.1 - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - OUTRAS PROPOSTAS - "HORTAS PÚBLICAS"

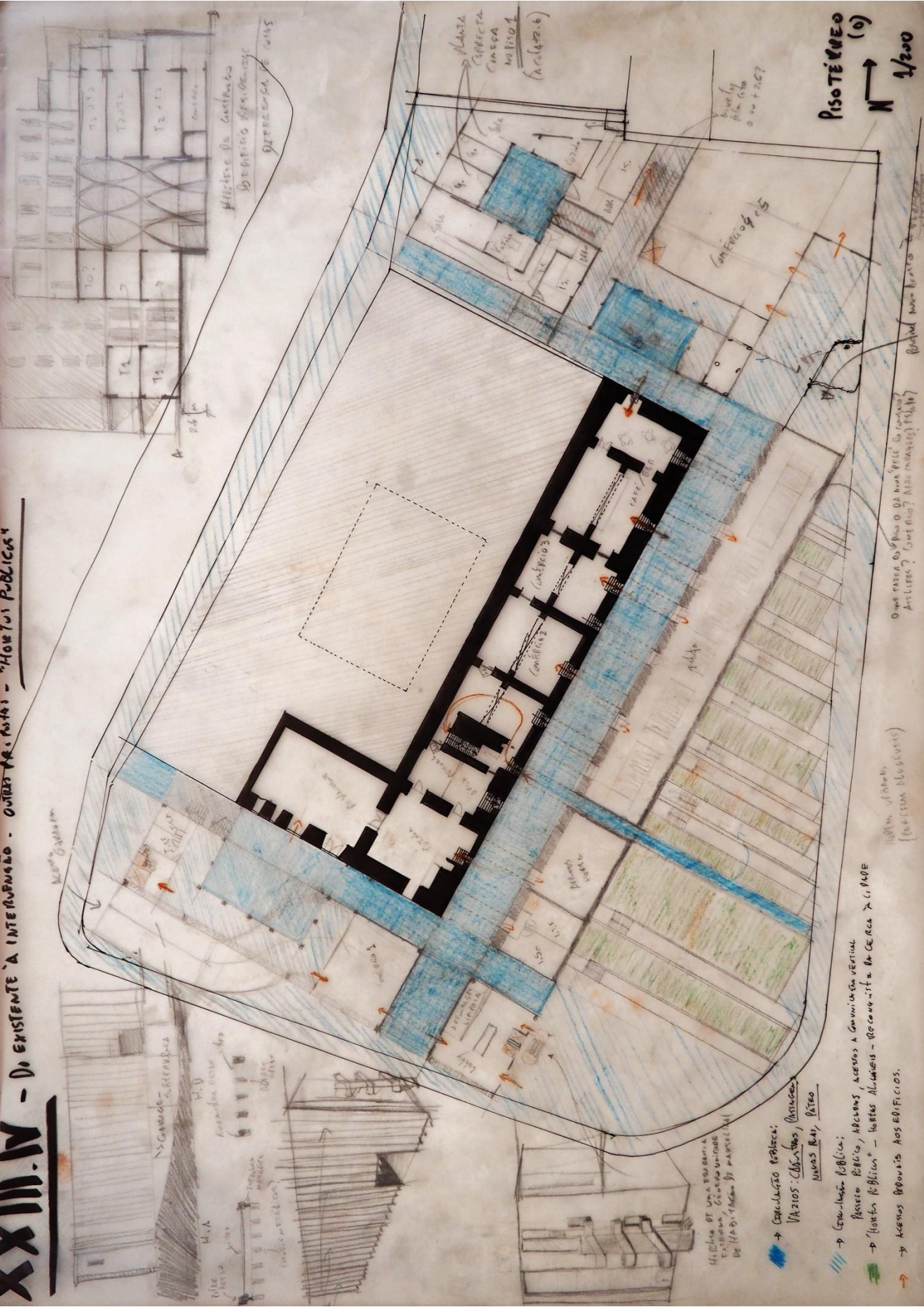




**XXIII. III - DO EXISTENTE A INTERVENIÇÃO - OBRAS PROPOSTAS - "Hóteis Públicos"**



# XXIII.V - DO EXISTENTE A INTERVENÇÃO - OUTROS PROJETOS - "HORTAS PÚBLICAS"



PISO TERREO (0)  
N  
1/200

- CONTEIROS PÚBLICOS: MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS
- CONTEIROS PÚBLICOS: MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS
- MANTOS PÚBLICOS: MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS
- MANTOS PÚBLICOS: MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS
- MANTOS PÚBLICOS: MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS, MANTOS PÚBLICOS



# XXIV - PROPOSTA FINAL - HORTUS PUBLICUS

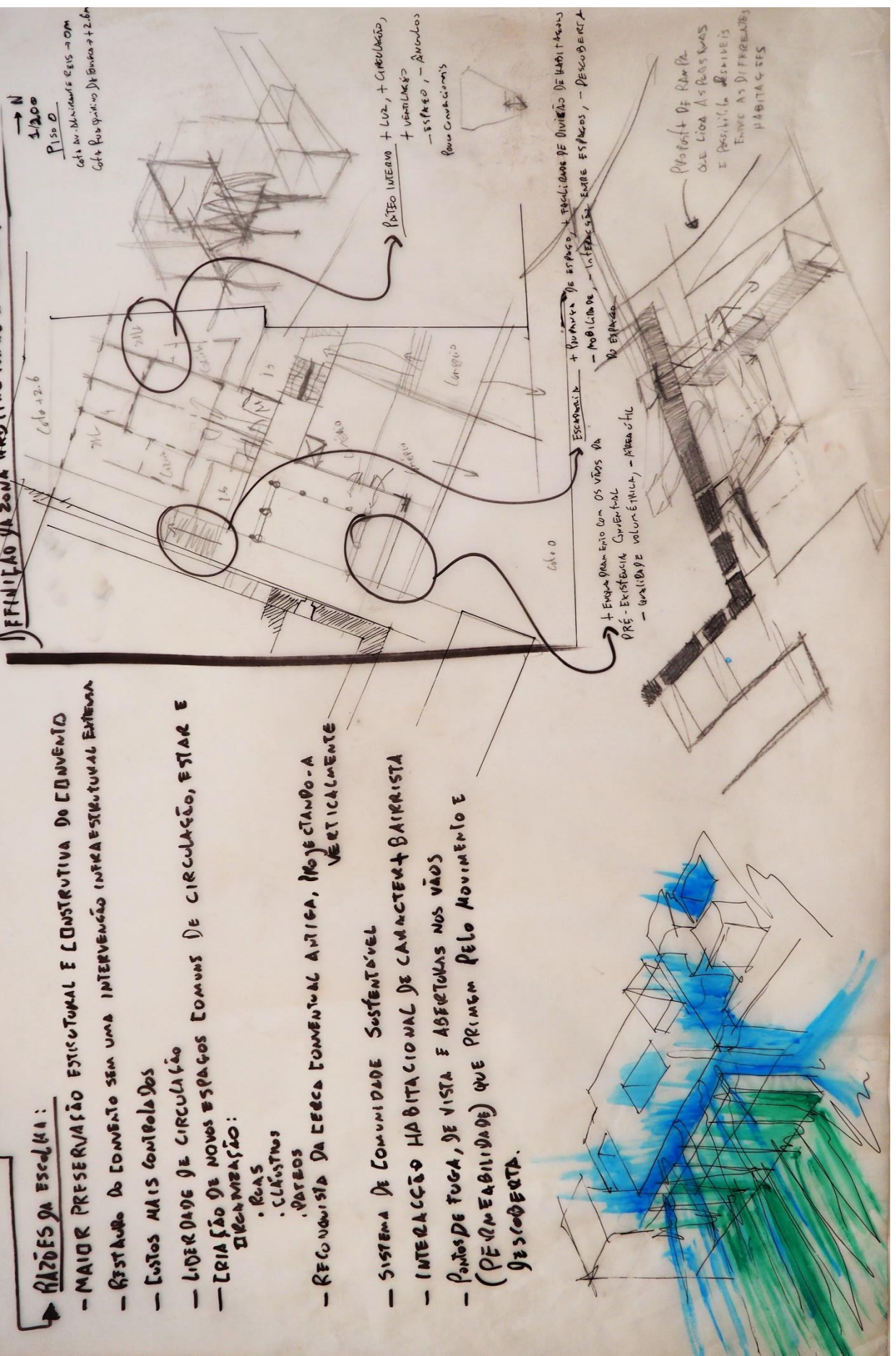
## AZÕES NA ESCALA:

- MAIOR PRESERVAÇÃO ESTRUTURAL E CONSTRUTIVA DO CONVENTO
- DISTÂNCIA DO CONVENTO SEM UMA INTERVENÇÃO INTRA-ESTRUTURAL EXTERNA
- CUSTOS MAIS CONTROLADOS
- LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO
- CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS COMUNS DE CIRCULAÇÃO, ESTAR E RECREAÇÃO:

  - RUAS
  - CLÁUSTROS
  - PATIOS

- RECONSTRUÇÃO DA CERCA TUMENICAL ANTIGA, PROJECIANDO-A VERTICALMENTE
- SISTEMA DE COMUNIDADE SUSTENTÁVEL
- INTERACÇÃO HABITACIONAL DE CARÁCTER BARRIO
- PONTOS DE FUGA, DE VISTA E ABERTURAS NOS VÃOS (PERMEABILIDADE) QUE PRIMEM PELO MOVIMENTO DESCOBERTO.

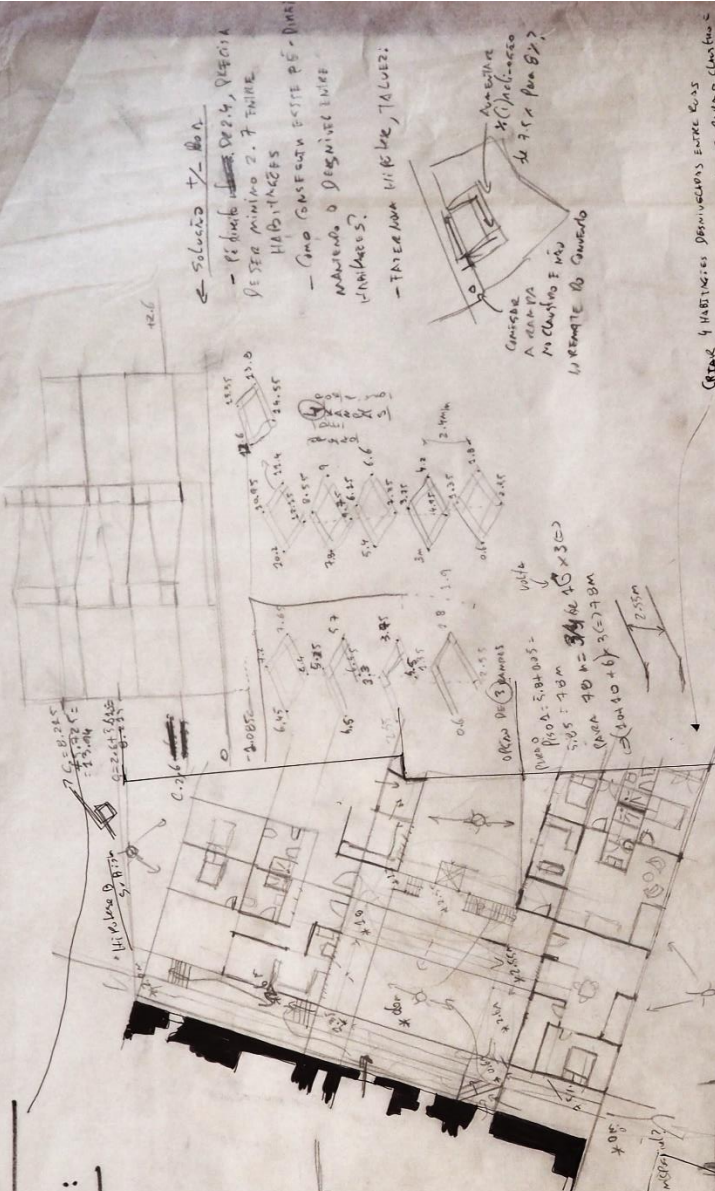
## DEFINIÇÃO DA ZONA HABITACIONAL A POENTE / NORTE



# XXV - Hortos Públicos - DEFENSIÕES

CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA ZONA HABITACIONAL MARFÉ:

ACESSO:



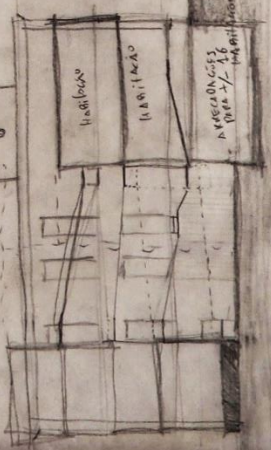
SOLUÇÃO T-100A  
 - PELO LADO DE 2.4, QUERER A SER MÍNIMO 2.7 ENTRE HABITACIÕES  
 - NÃO CONSERVAR ESTE PE-QUENO MANTENDO O DEGRADAR ENTRE HABITACIÕES.  
 - INTERVENIR NESTE, TALVEZ:

CREAR 4 HABITACIÕES DISTRIBUÍDAS ENTRE CASAS  
 COM VIOS ABERTOS PARA AERAR E PARA O CLIMA INTERIORES

inclinação para o sul  
 $C = 8.134 - 4.2$   
 $i = 6.52 \text{ para } 9.6 \text{ m}$   
 Direção inclinação para o sul  
 $i = 3.4 \text{ para } 5.2 \text{ m}$   
 $10 \text{ m} - 3.4 \text{ m} = 6.6 \text{ m}$   
 $10 \text{ m} - 3.4 \text{ m} = 6.6 \text{ m}$   
 $5.8 \text{ m} \times 3.5 = 20.3 \text{ m}^2$   
 $2.6 \times 5.2 \text{ m} = 13.5 \text{ m}^2$   
 $2.6 \times 6.4 \text{ m} = 16.6 \text{ m}^2$   
 $2.6 \times 9.6 \text{ m} = 24.9 \text{ m}^2$   
 $2.6 \times 11.0 \text{ m} = 28.6 \text{ m}^2$



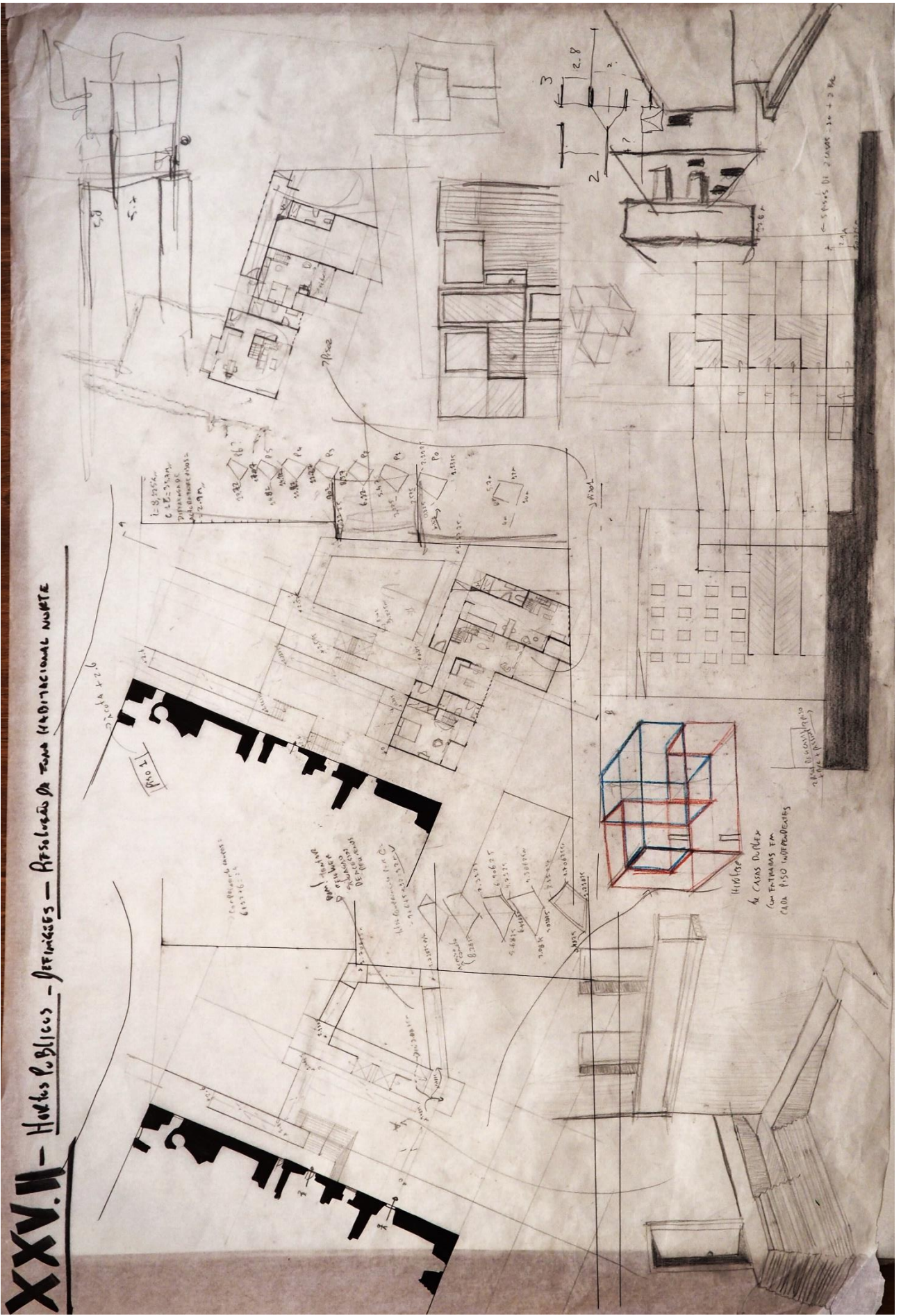
MELHOR SOLUÇÃO, EFICIENTE + POSSIBILIDADES DE CIRCULAÇÃO



HABITACIÃO  
 HABITACIÃO  
 HABITACIÃO  
 HABITACIÃO



**XXXV. II - Hospício Públicos - Serenizas - Resolução da Torre Tradicional Norte**





XXVI

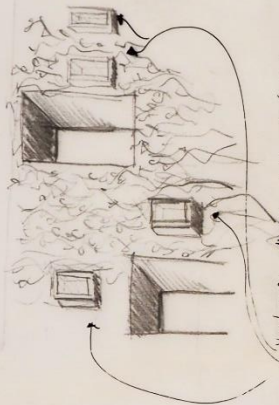
Hortas Publicas - 20 MAGADRIÇACIONAL NORTE - PLANTA A ESCALA



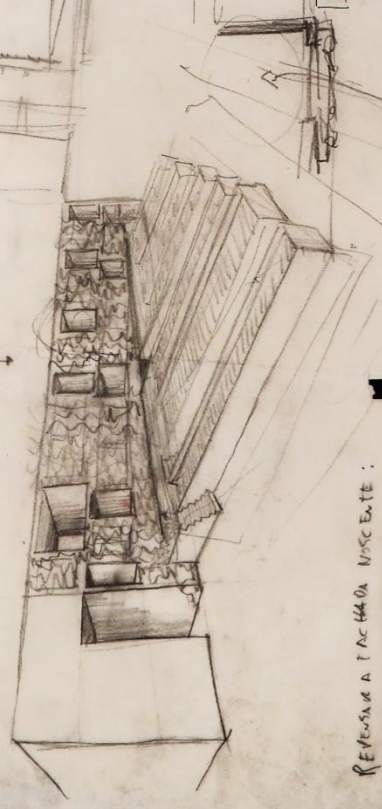
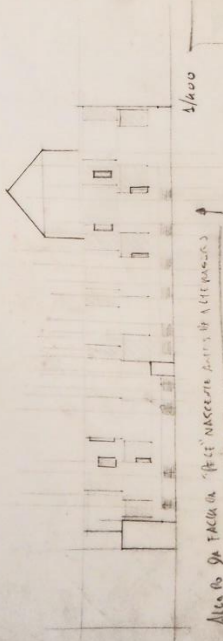
# XXXVI - Hortus Publicus - PELE PERMEVEL A NASCENTE

para o conceito  
**VARIÁVEIS DA FACILIDADE VERDE NA AUSÍLIA DE KIAS**

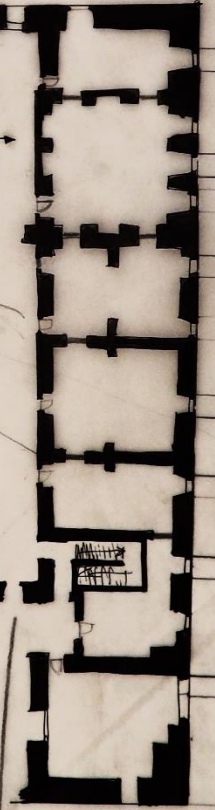
- Melhorar a situação técnica, mas - como os gostos mudam e o espaço é limitado.
- IMPEDIR A PENETRAÇÃO DE INSETOS DO SOL NA ESTÁTUA (NICHO) (cascas)
- Filtrar gases poluentes, garantir uma melhor qualidade de ar a que vive no edifício.
- Maior conforto termo-acústico.
- E climatização, necessária, mas no âmbito de uma manutenção constante.



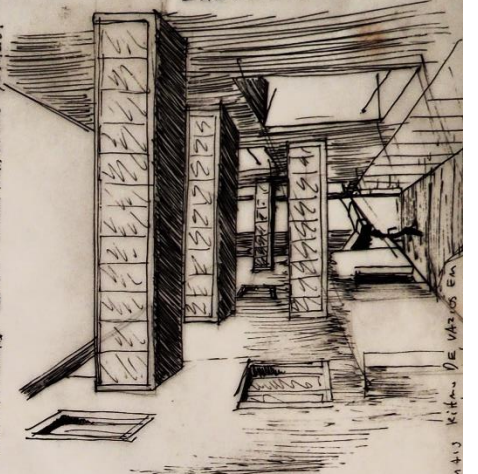
72.2 m<sup>2</sup>  
 60x2



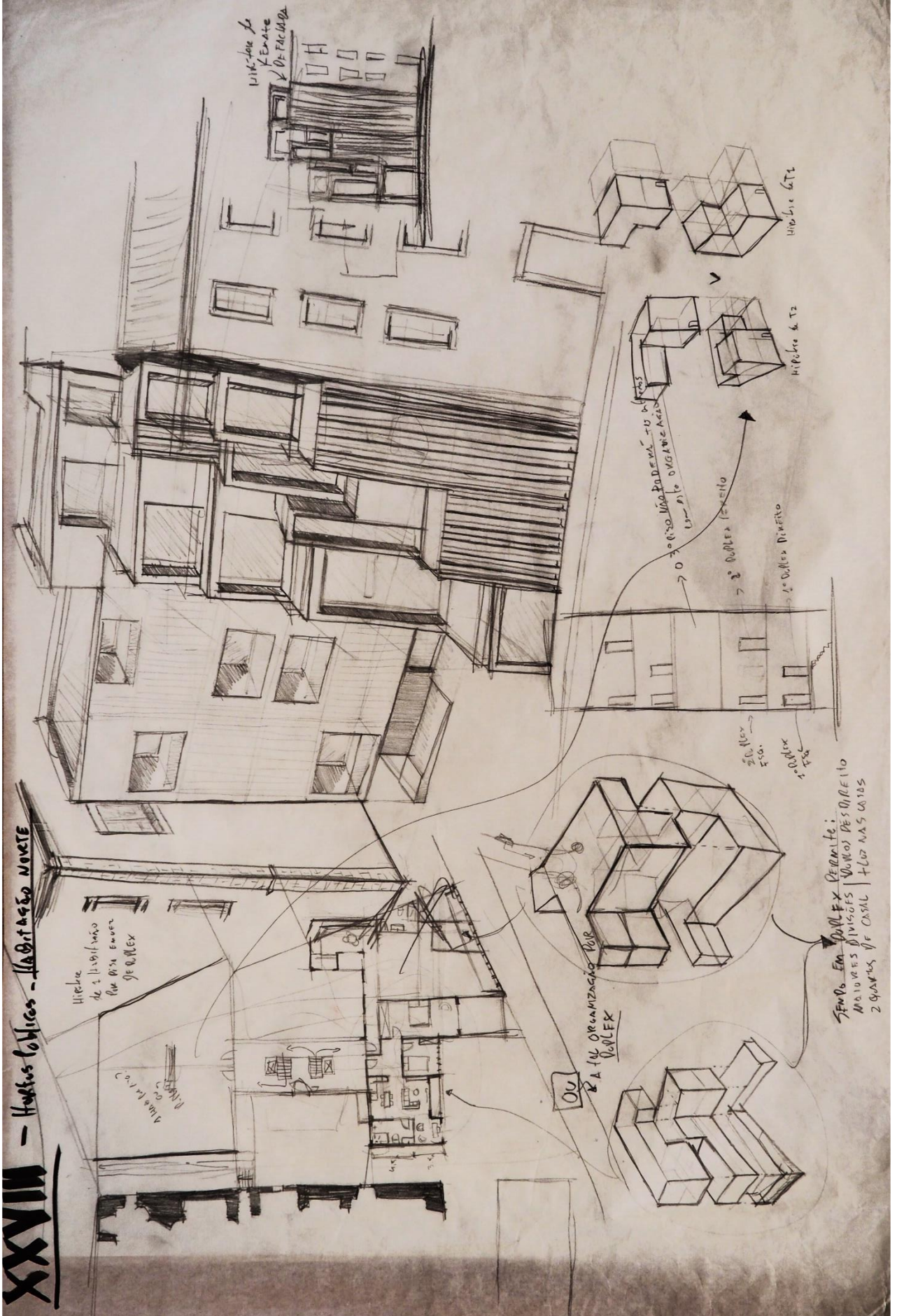
REFLEXÃO A TACTA DA NASCENTE:



POSICÕES DE FRENTE, PARA O 2º PISO  
 ANIMAÇÃO DE PAISAGEM ENTRE OS PISOS MAIS KIAS DE VARIÁVEIS



POSICÃO DE  
 ONTOS DIFERENTES NO 1º PISO  
 MAIOR SEDIMENTAÇÃO ENTRE OS PISOS, MAIS KIAS DE VARIÁVEIS



XXXVII - Habitação Nova

H. 10.0 e 6.00  
DE FACILIDADE

H. 10.0 e 6.00  
DE FACILIDADE

O QUE NÃO PODERIA SER AQUI

2.º Duplex (relevo)  
3.º Duplex (relevo)

# XXIX - CHECK POINT - Ponto - de-Situação

6 - Opção de um DEBILITAR AUTÔNOMO PARA O CO-WORK DE MODO A CRIAR ACESSO MAIS CONTROLADO AS HABITAÇÕES

Co-work  
HAB. TAGÃO

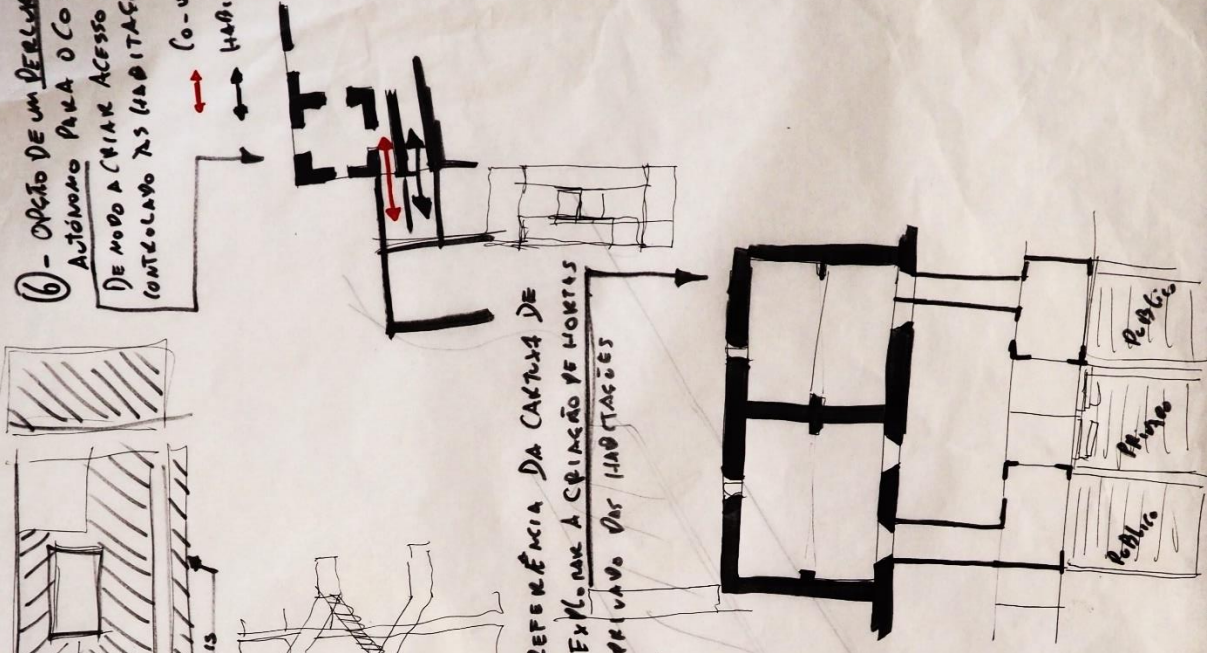
4 - Sobrinha e a existência e o modo de convivência de funções que sem pre tomam temporalmente transversais ao convento: Co-Living. Co-work

1 - Manter Distribuição do Caixa de Ferras da zona Habitacional Norte mas RE-ORGANIZAR Espaços

2 - Definir as Habitações (Exceção) as que se inserem no convento e não as que estão na parte nova a Norte. Uniformizar as com infraestrutura bem definida e estrutura gráfica específica

3 - Referenciar a TAC da MASCATE, a nova pele do convento, de modo a se tornar mais permeável

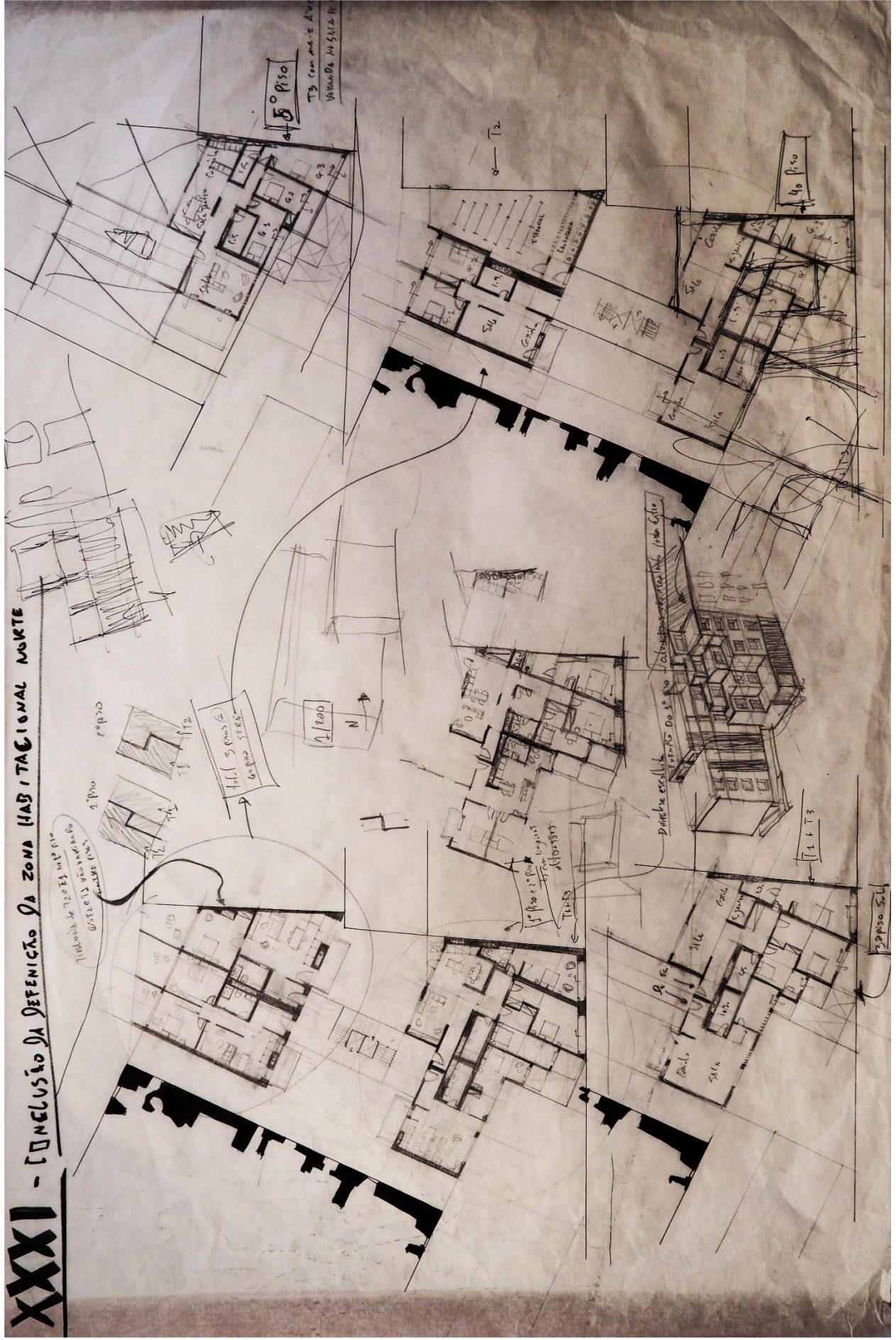
5 - Usar a referência da cartela de Escola, para explorar a criação de hortas de uso mais privado das habitações



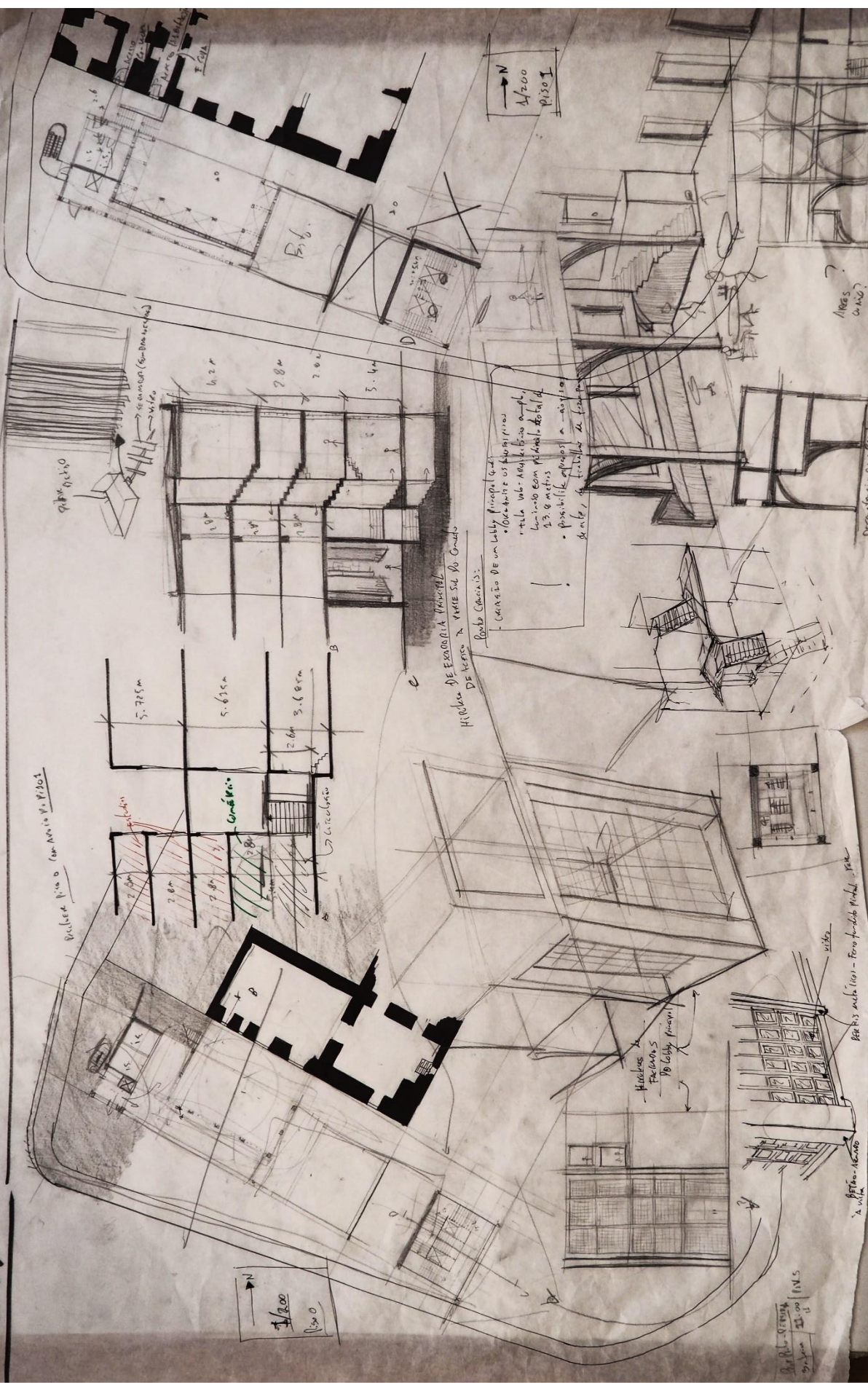


XXXX

CONCLUSÃO DA ZONA HABITACIONAL NORTE



**XXXII - DEFINIÇÃO FINAL DA PELE E A PARCENTE - ACESSOS - ESTUDIOS - (O-BOOK)**

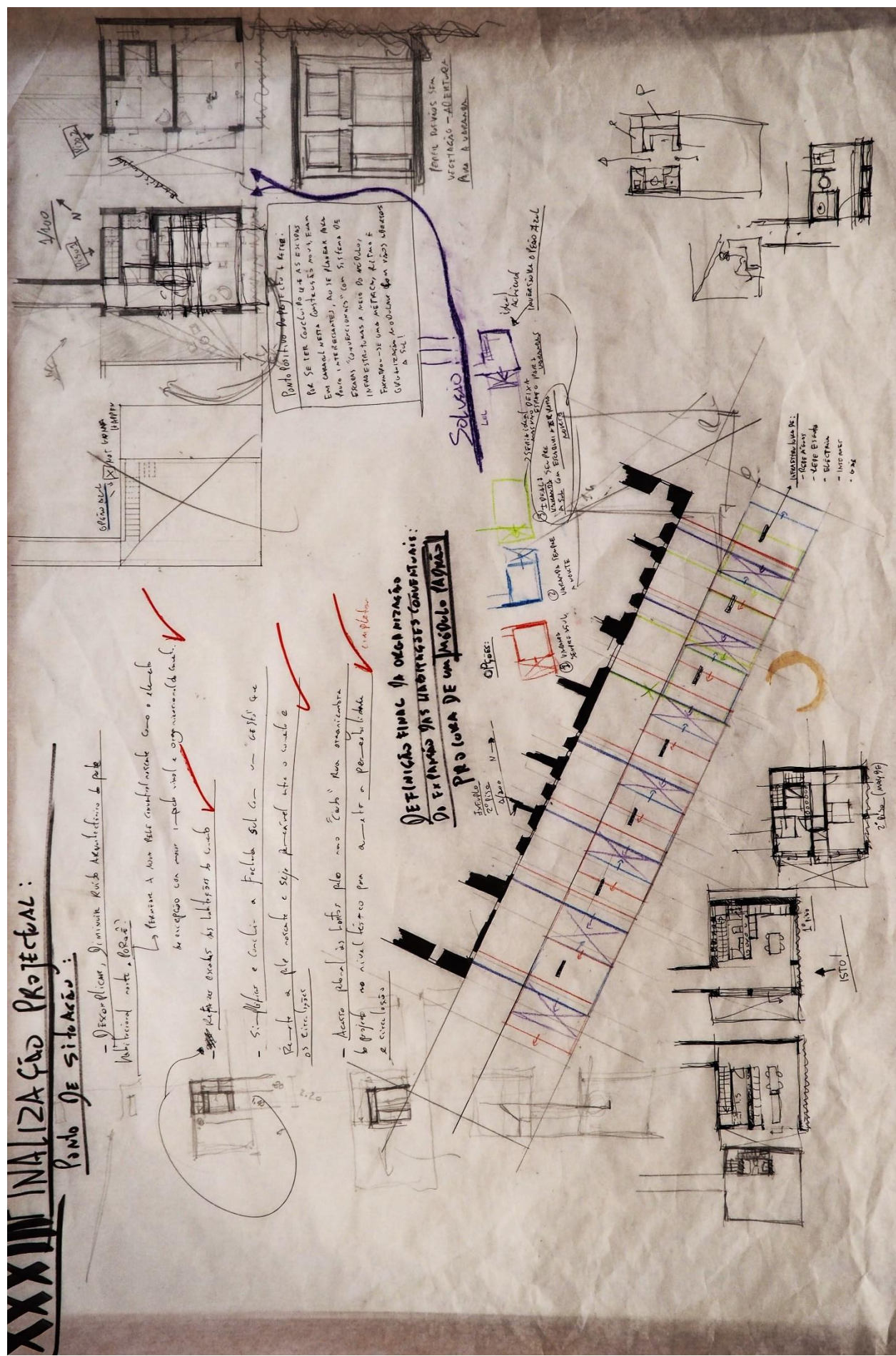


# XXXIII FINALIZAÇÃO PROJETUAL:

## Ponto de situação:

- Desconforto, diminuir Kubo Arquitetura e pelo trabalho mais pesado
- Retornar a uma ideia construtivista como o slouch
- Receção com mais impacto visual e organizacional
- Reforçar o eixo de libertação do cubo
- Simplificar e concluir a fachada sul com um "cassino" que permita a pele nascer e se desenvolver sobre o cubo e os circos
- Aproveitar o plano de lotes pelo novo "Cubo" para organizar o projeto no nível do solo para a partir da permeabilidade e circulação

## DEFINIÇÃO FINAL DA ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS NAS UNIDADES CONVENCIONAIS: PROJETO DE UM MÓDULO (1994)



Ponto de situação do projeto final:  
 Por ser um conjunto de unidades em um canal com condições muito boas para interessantes, não se faziam mais opções convencionais com sistema de interseções a nível do módulo. Formava-se uma estrutura de tipo E (estrutura modular) com vários unidades a sul.

SOLUÇÃO  
 Estrutura de tipo E  
 Estrutura de tipo E  
 Estrutura de tipo E

ESTRUTURA DE PISO FINAL  
 Estrutura de tipo E  
 Estrutura de tipo E

ESTRUTURA DE PISO FINAL:  
 - Rotação  
 - Vento Eólico  
 - Interação  
 - 0,5%

Opções:  
 1. Vantagem sobre o solo  
 2. Vantagem sobre o solo

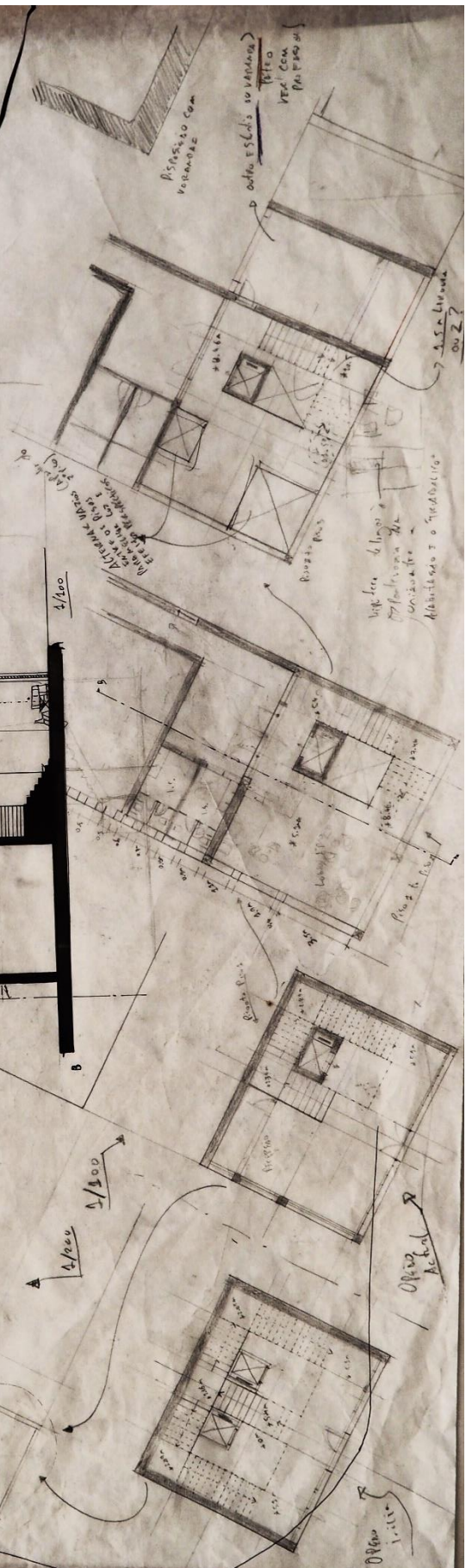
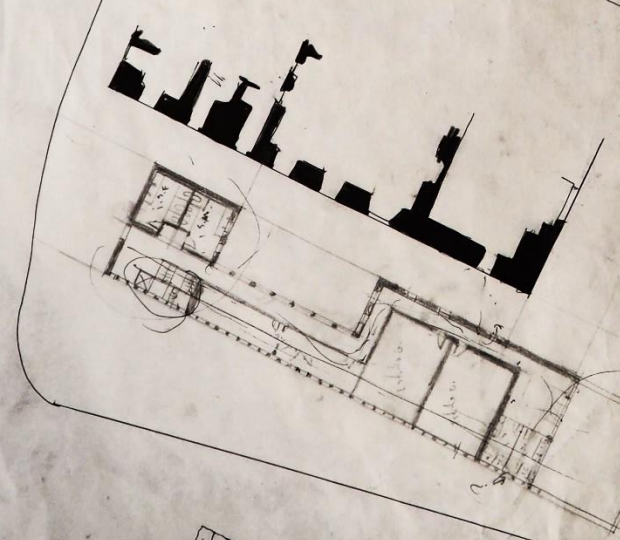
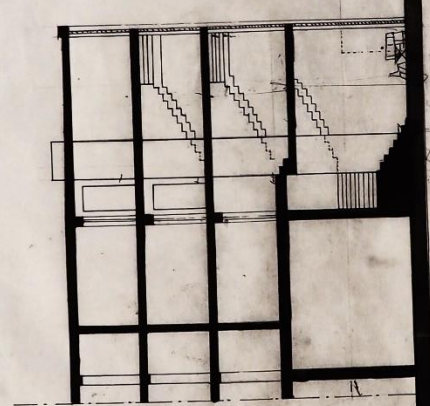
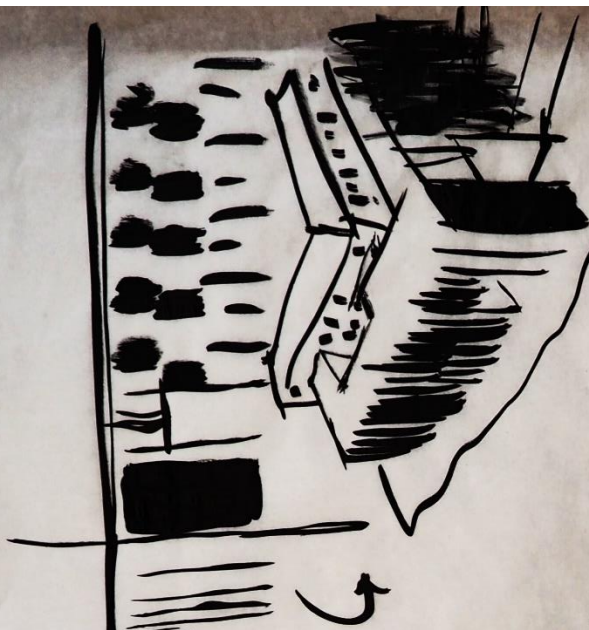
ISTO!





**XXXVI - FINALIZAÇÃO PROJEÇÃO - FACHADA SUL**

SINALIZ. INTERIORES  
 - VANTAGEM: ESCALAS  
 - VANTAGEM: ESCALAS  
 - VANTAGEM: ESCALAS  
 - VANTAGEM: ESCALAS



PISAPISSETO COM  
 VERGALHO

OUTRO ESCALAS (SE VANTAGEM)  
 PISSETO  
 VERGALHO COM  
 PISAPISSETO

Suplente de ligação  
 para a ligação da  
 unidade de  
 habitação 3 o andar

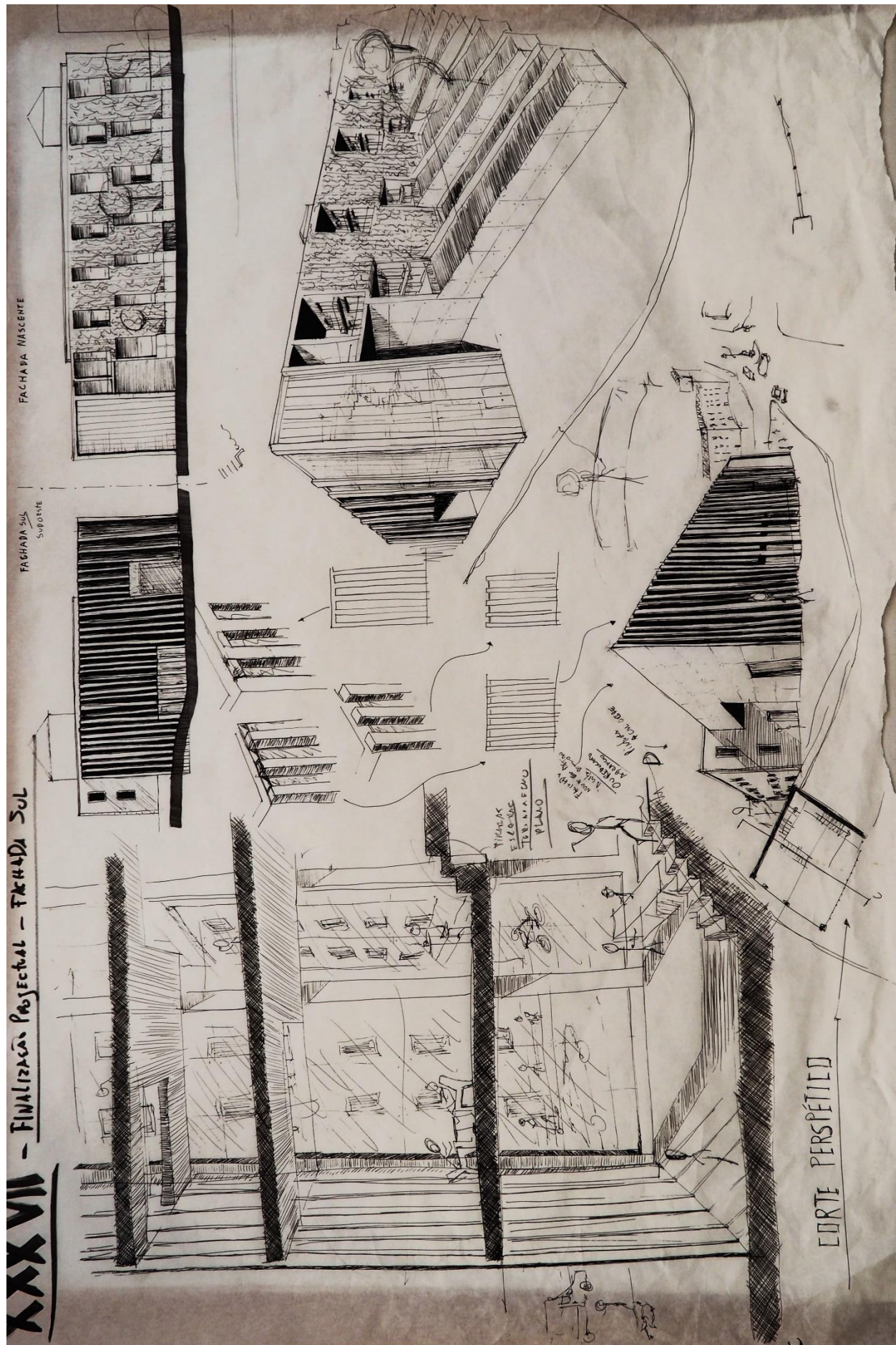
4/100

4/100

4/100

Opção  
 Actual

Opção  
 1-1111





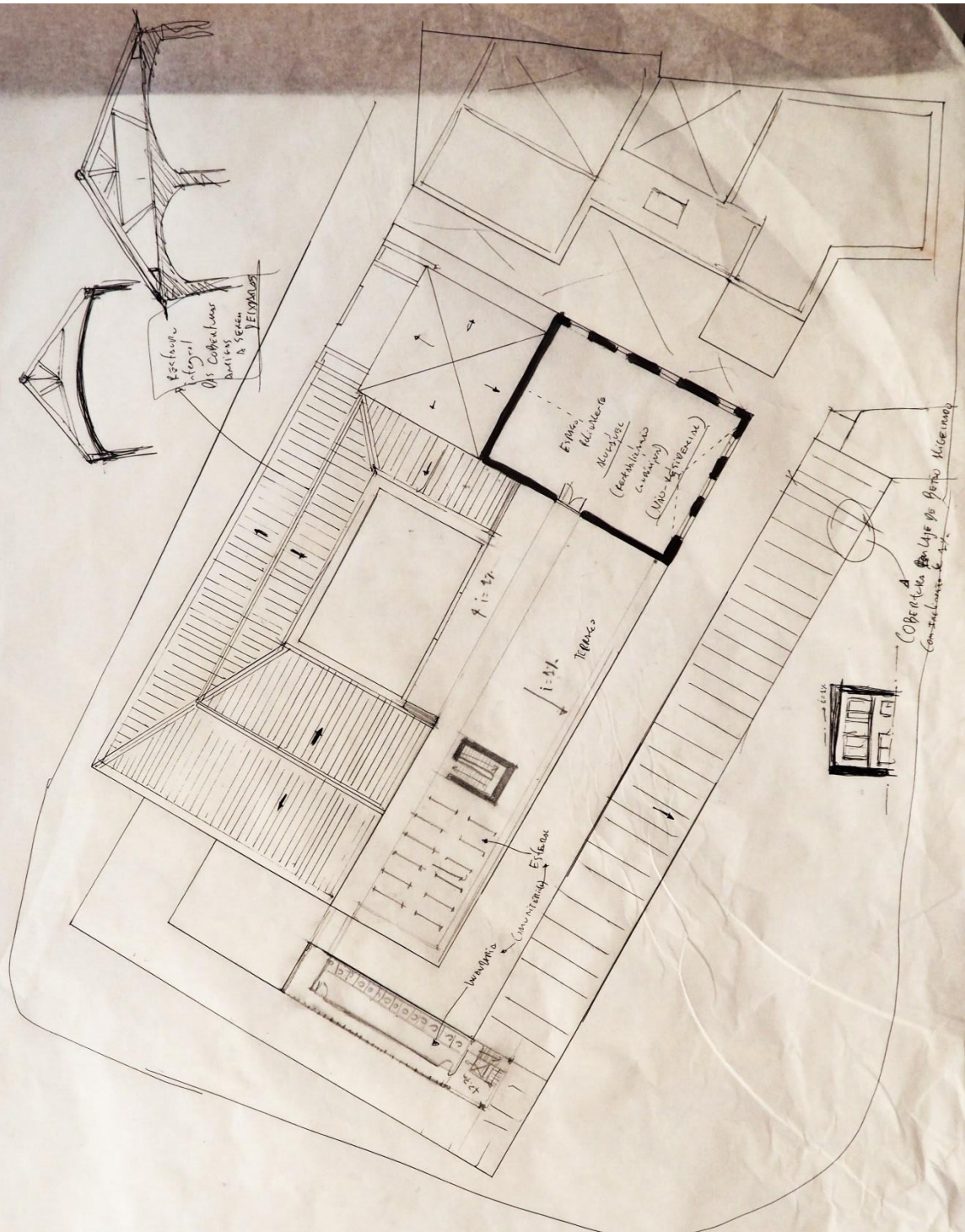








**XLIII - FINALIZAÇÃO PROJETO - COSTURAS**

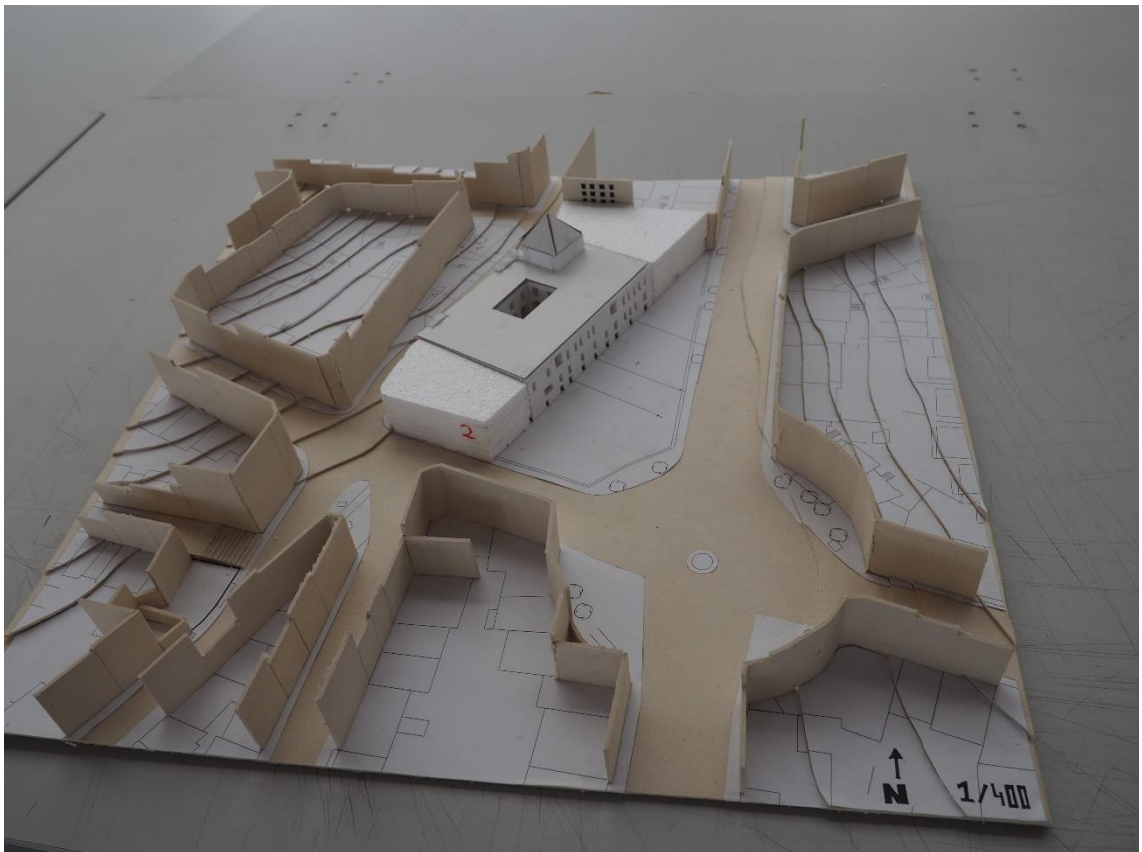
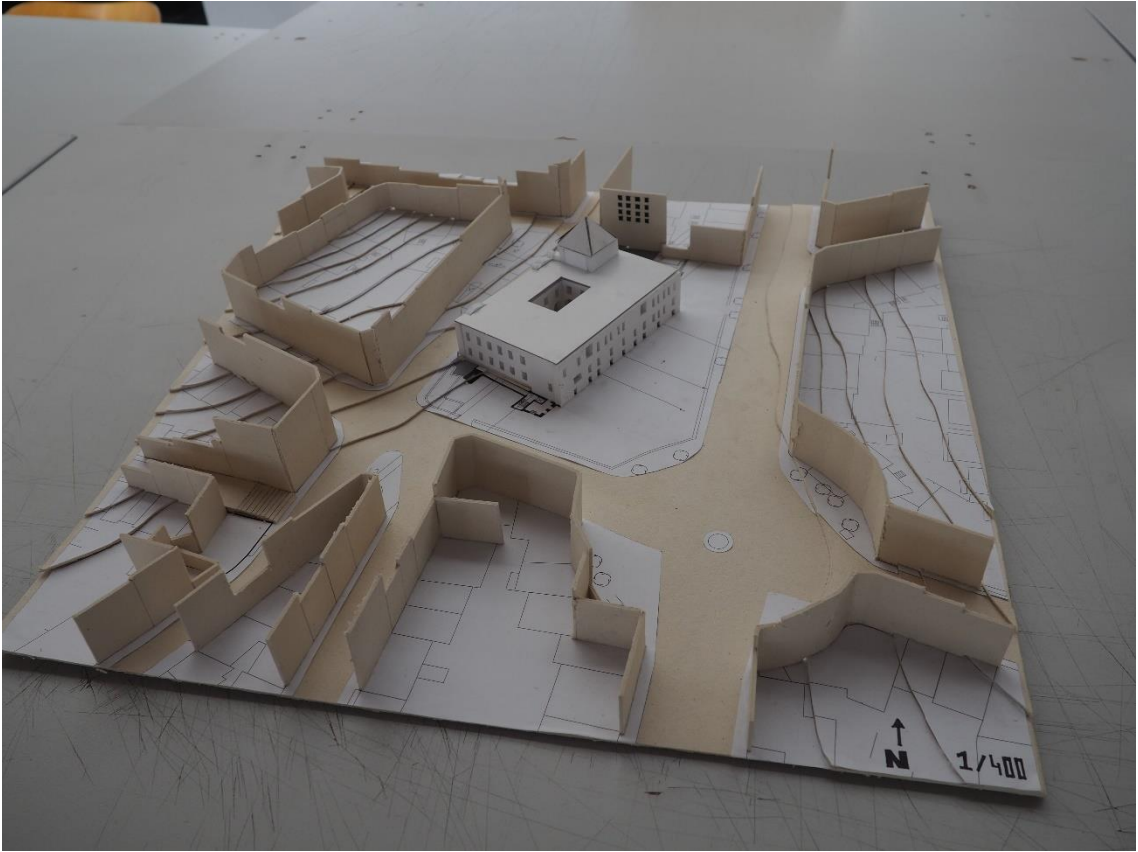


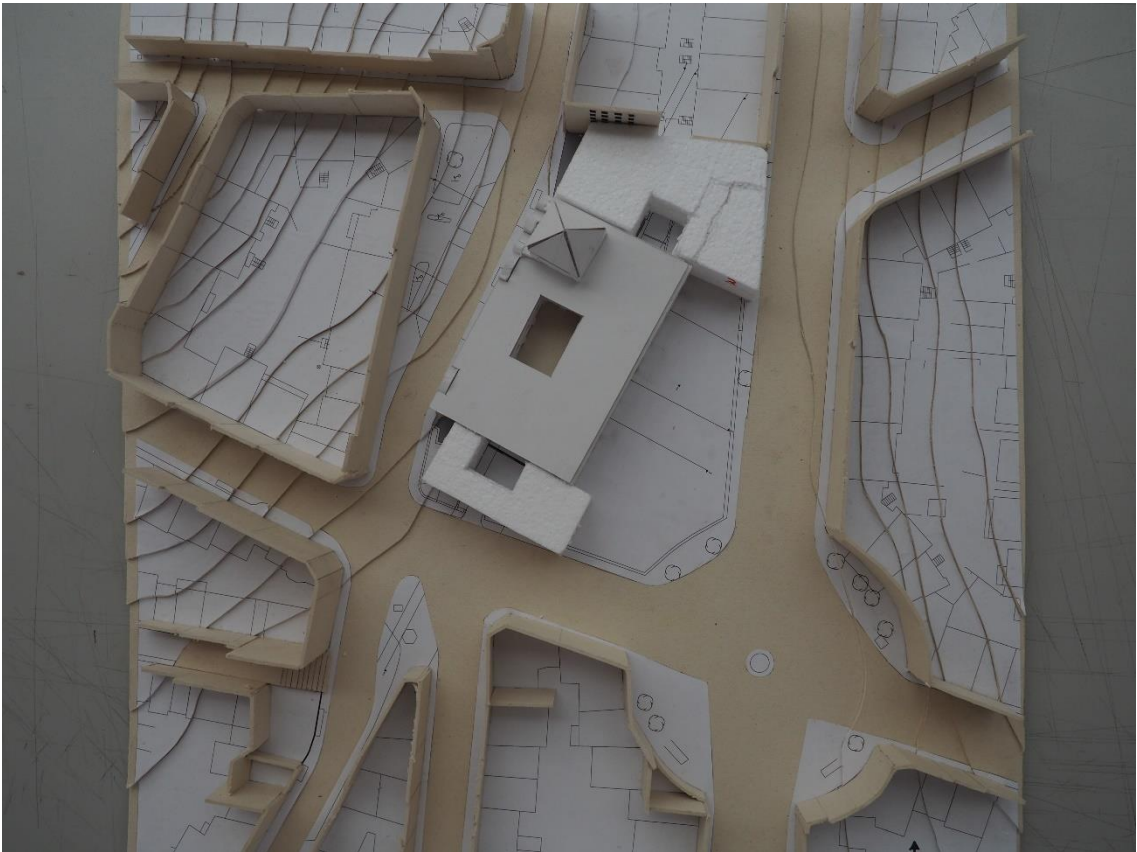


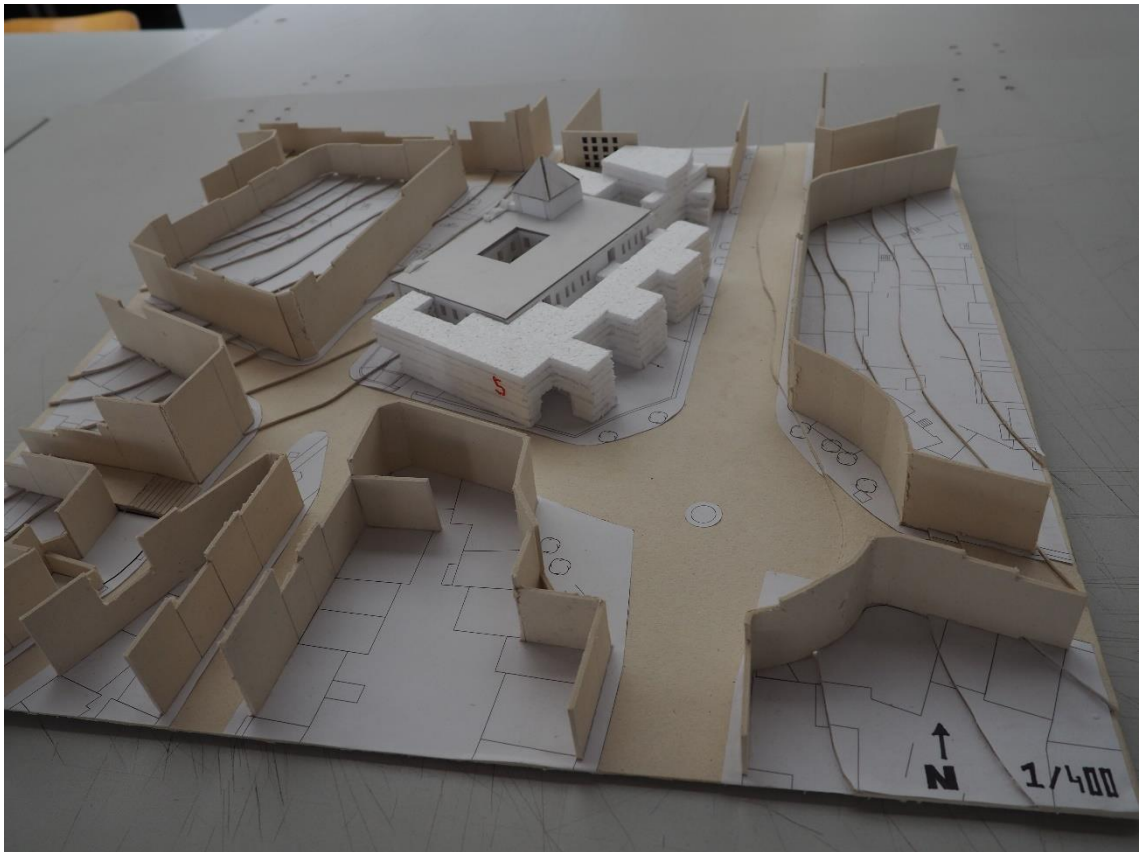
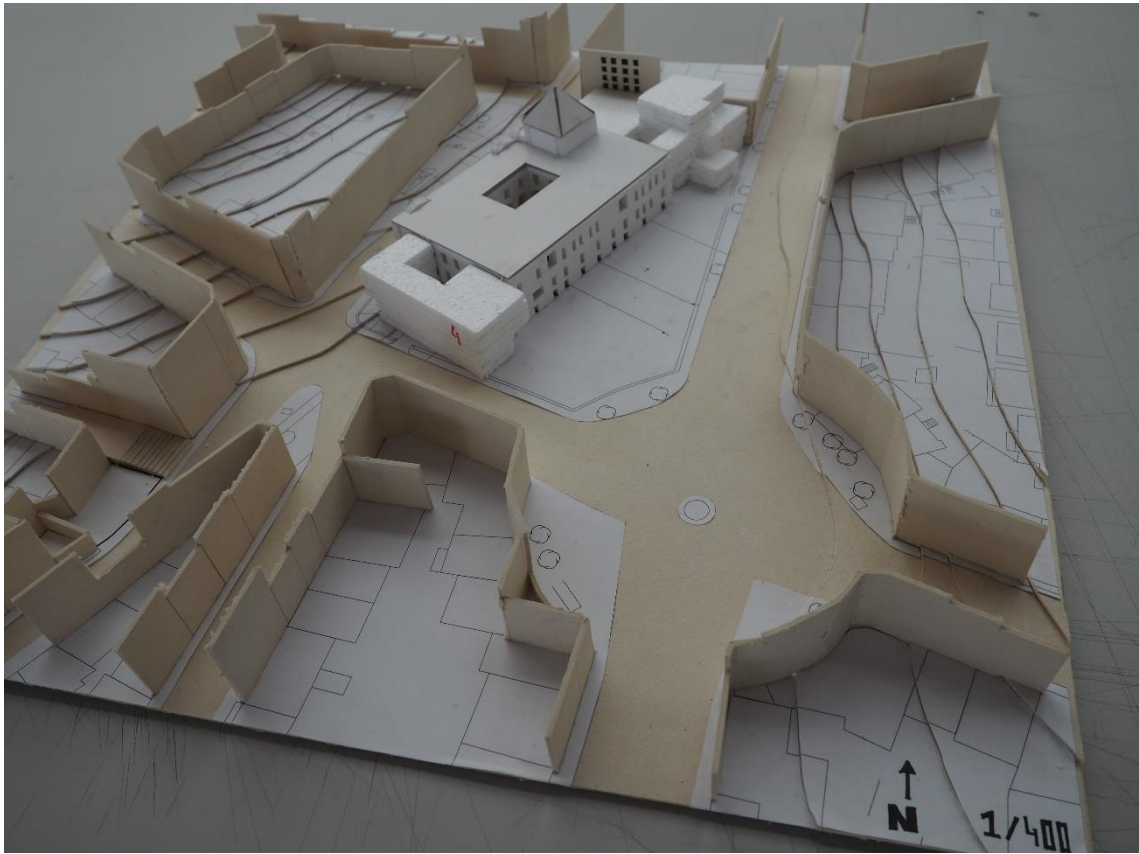
IIª Parte – Maquete de Estudo – Escala 1/500

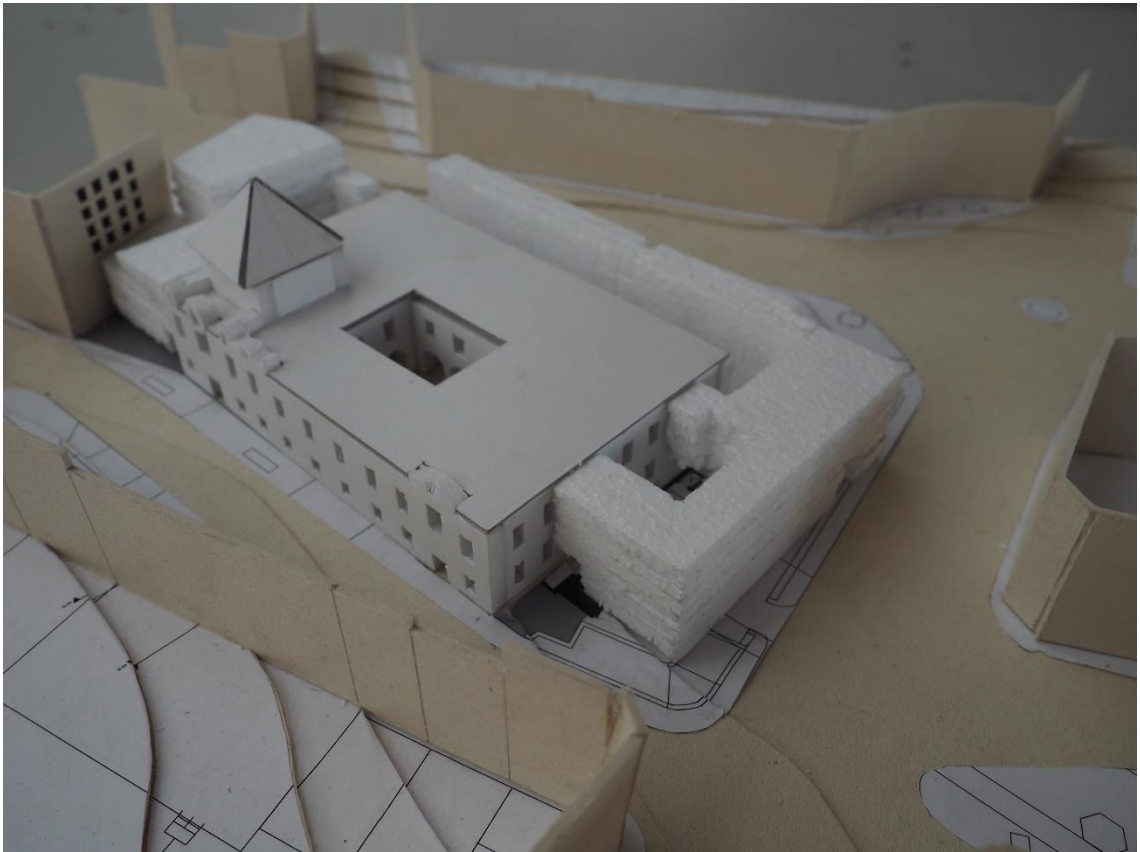
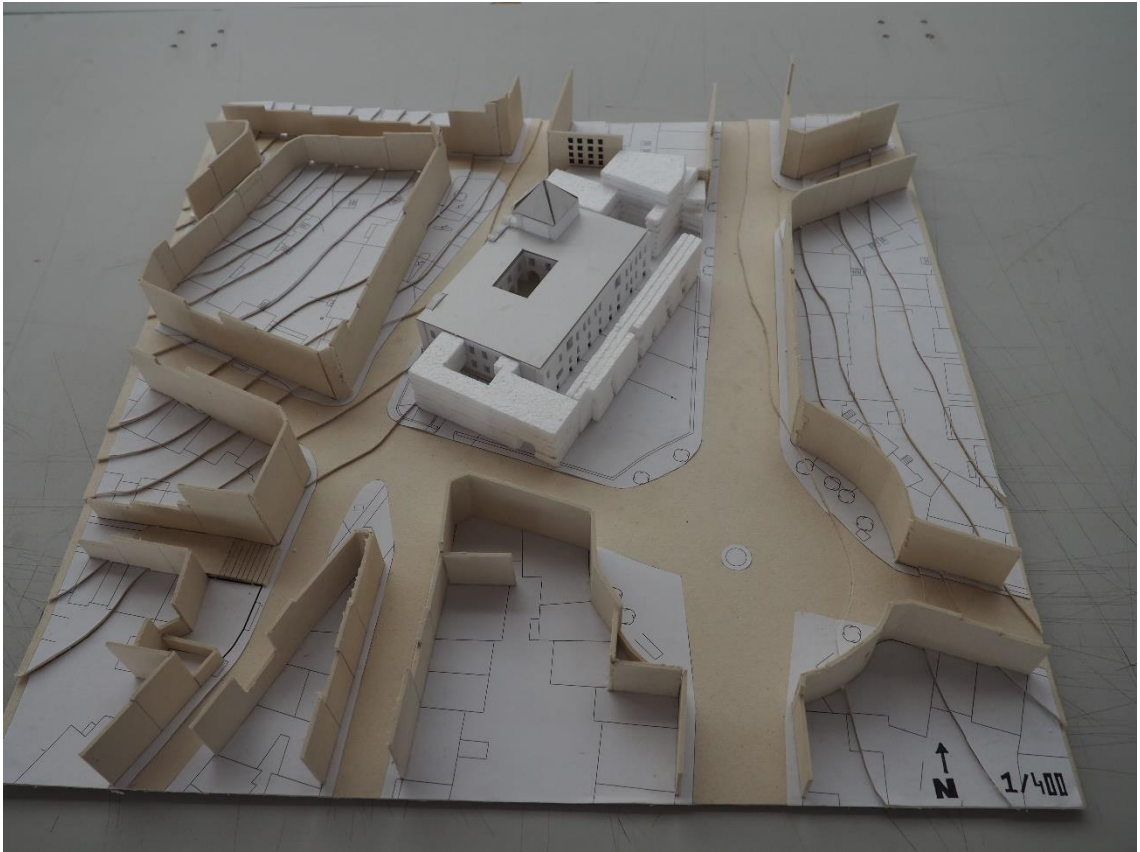
- Processo de Projecto



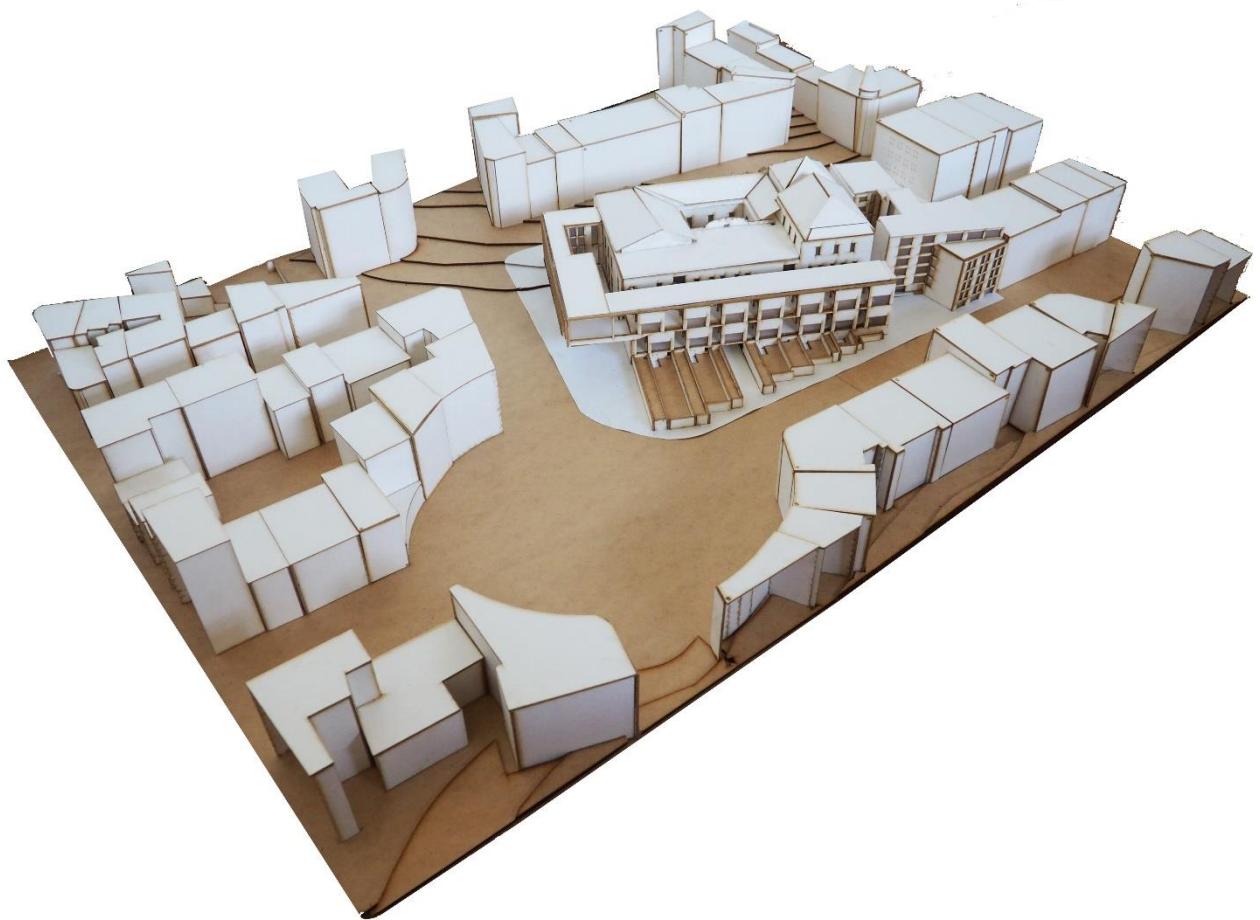
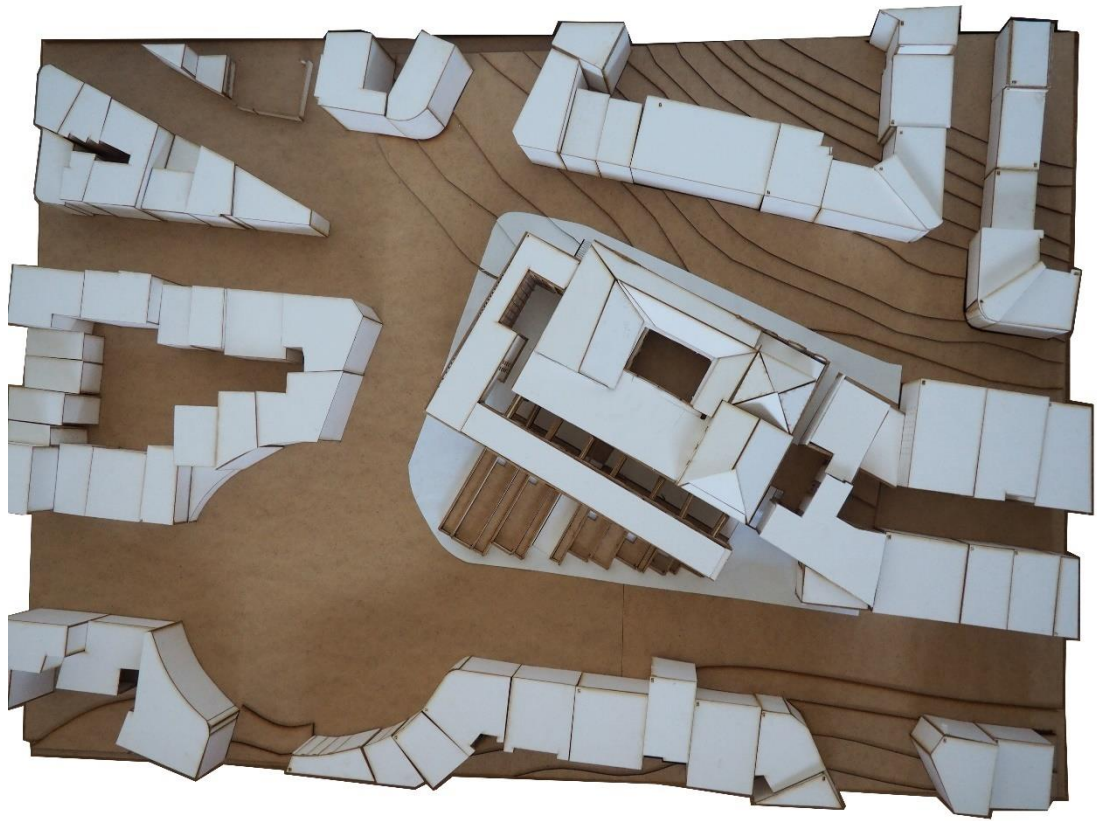


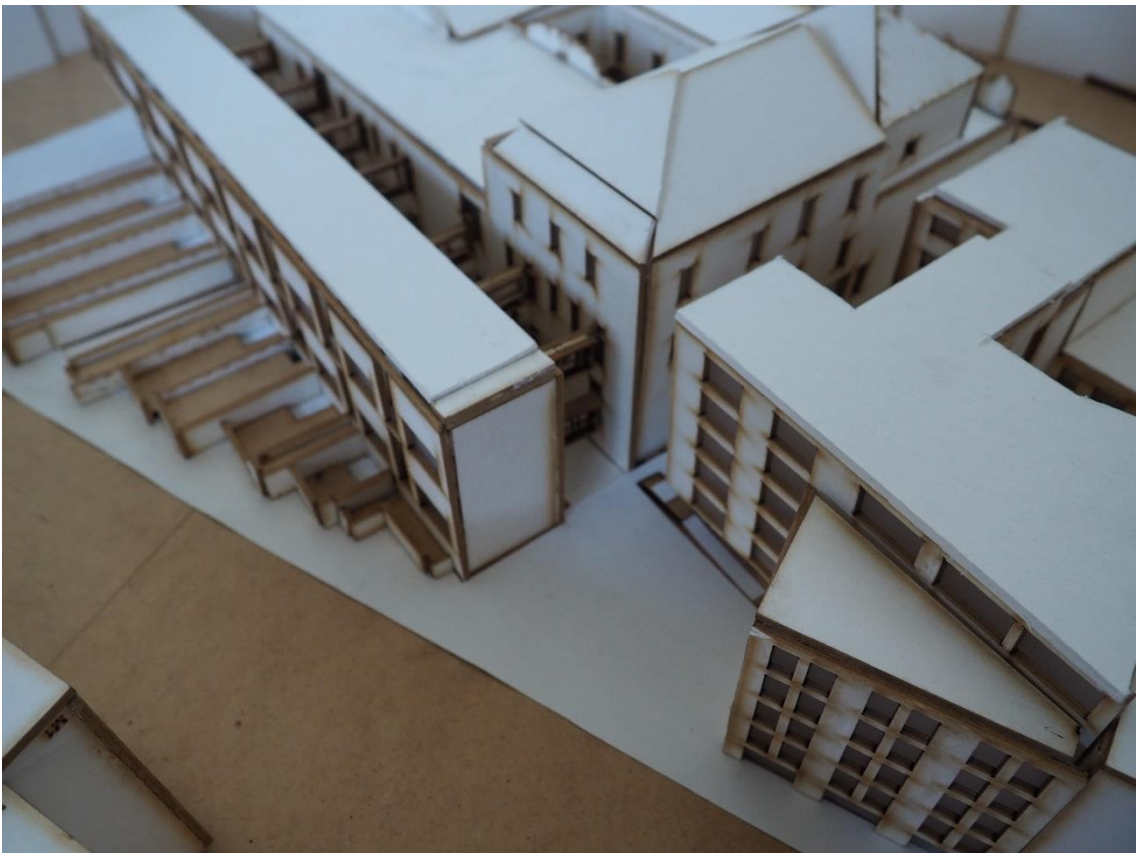


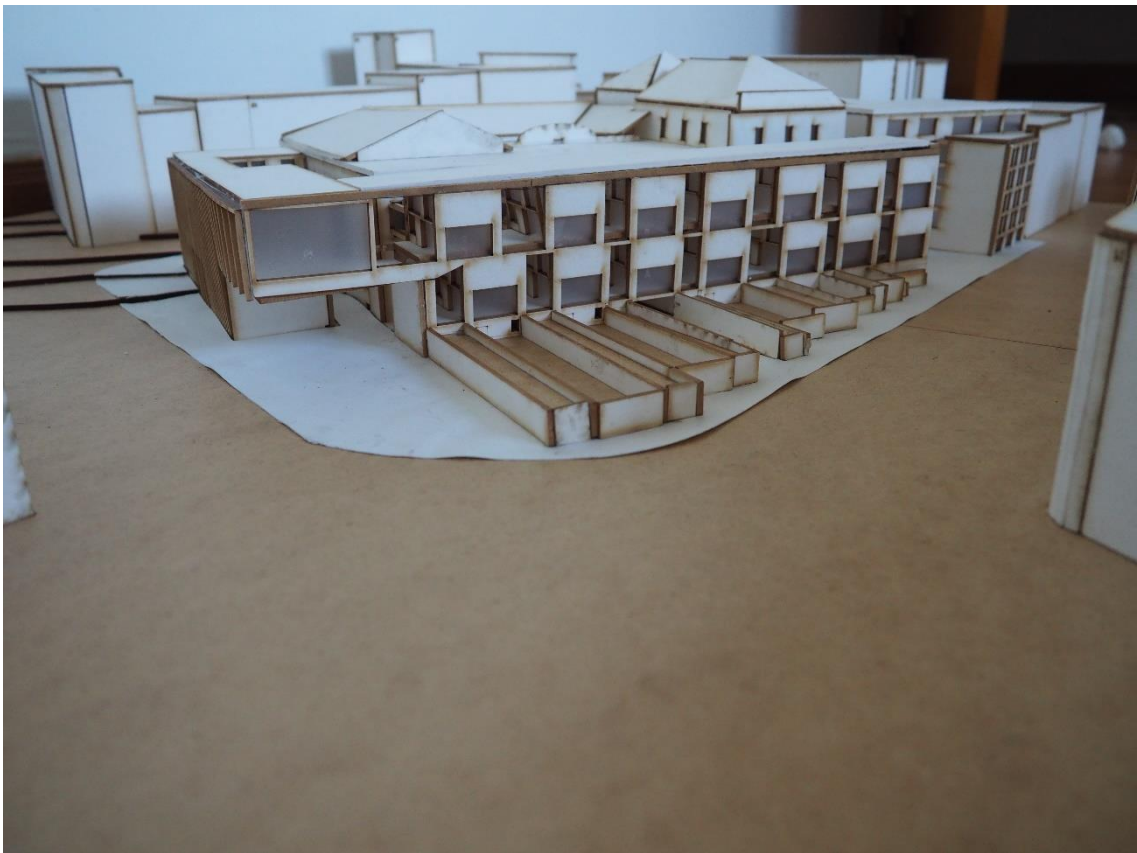
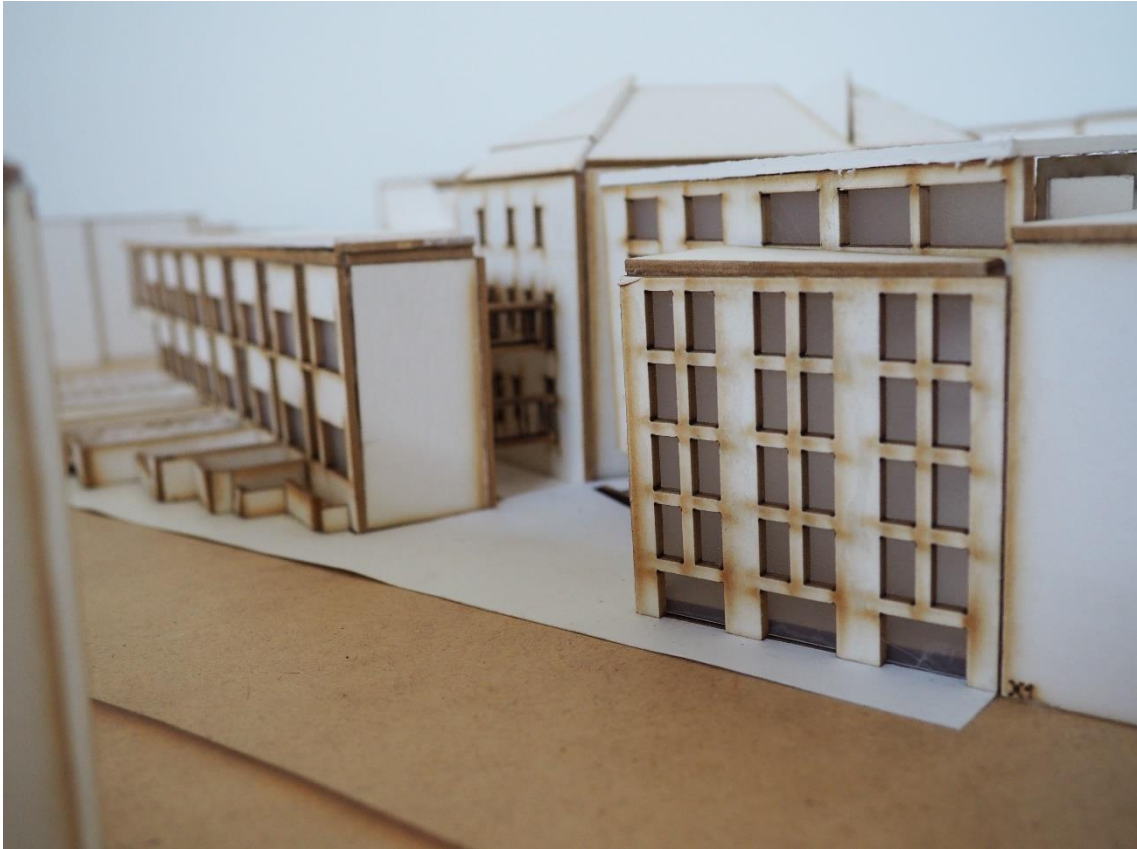


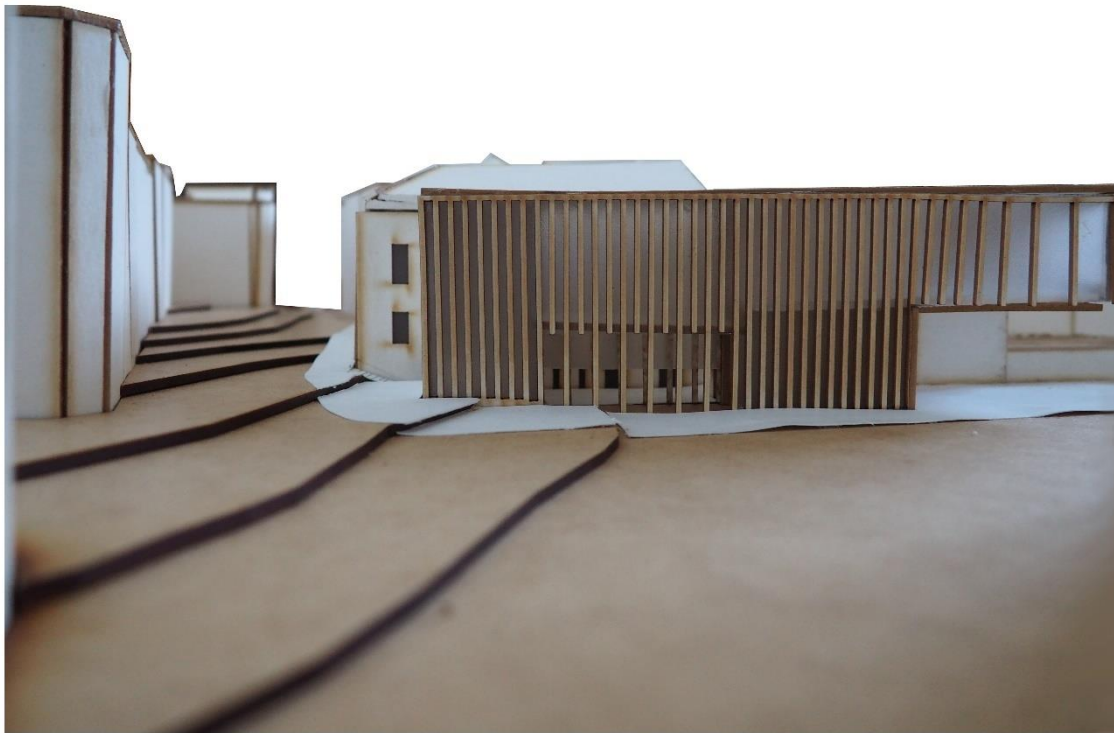
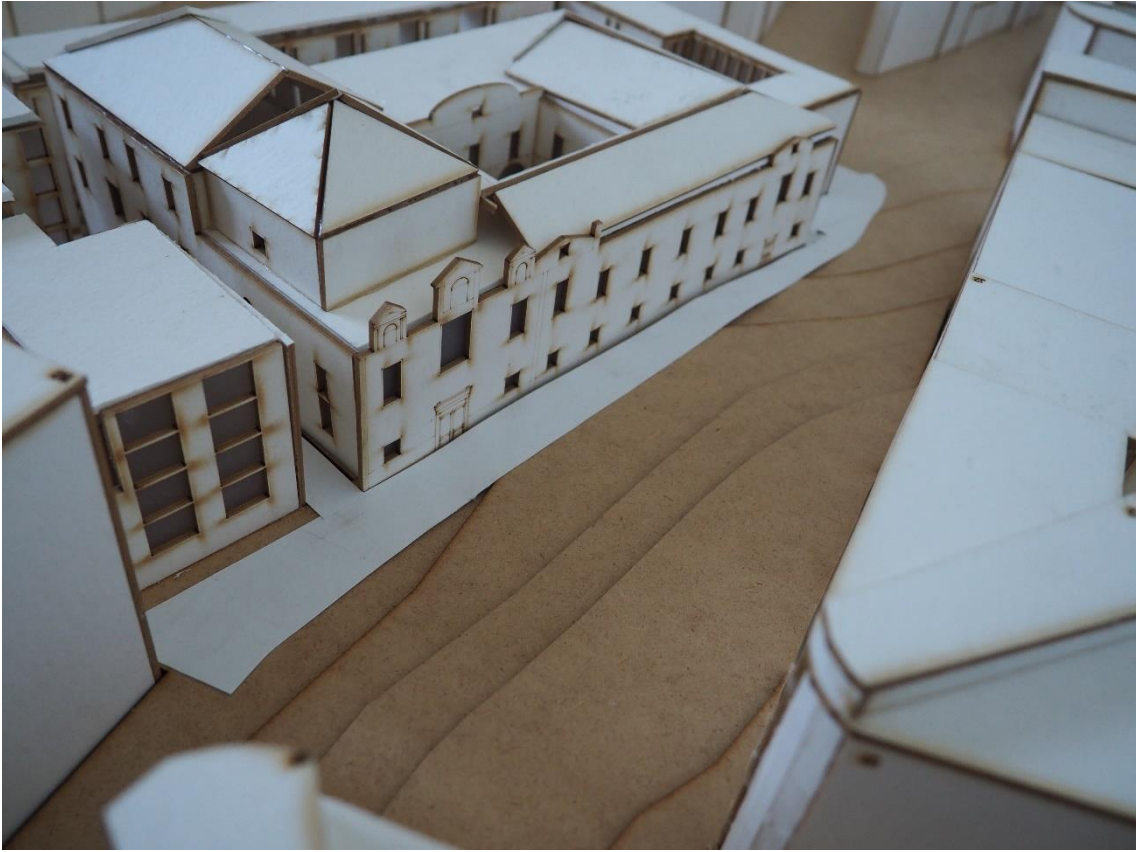


## IIIª Parte – Maquete Final – Escala 1/200











# IVª Parte – Painéis de Apresentação

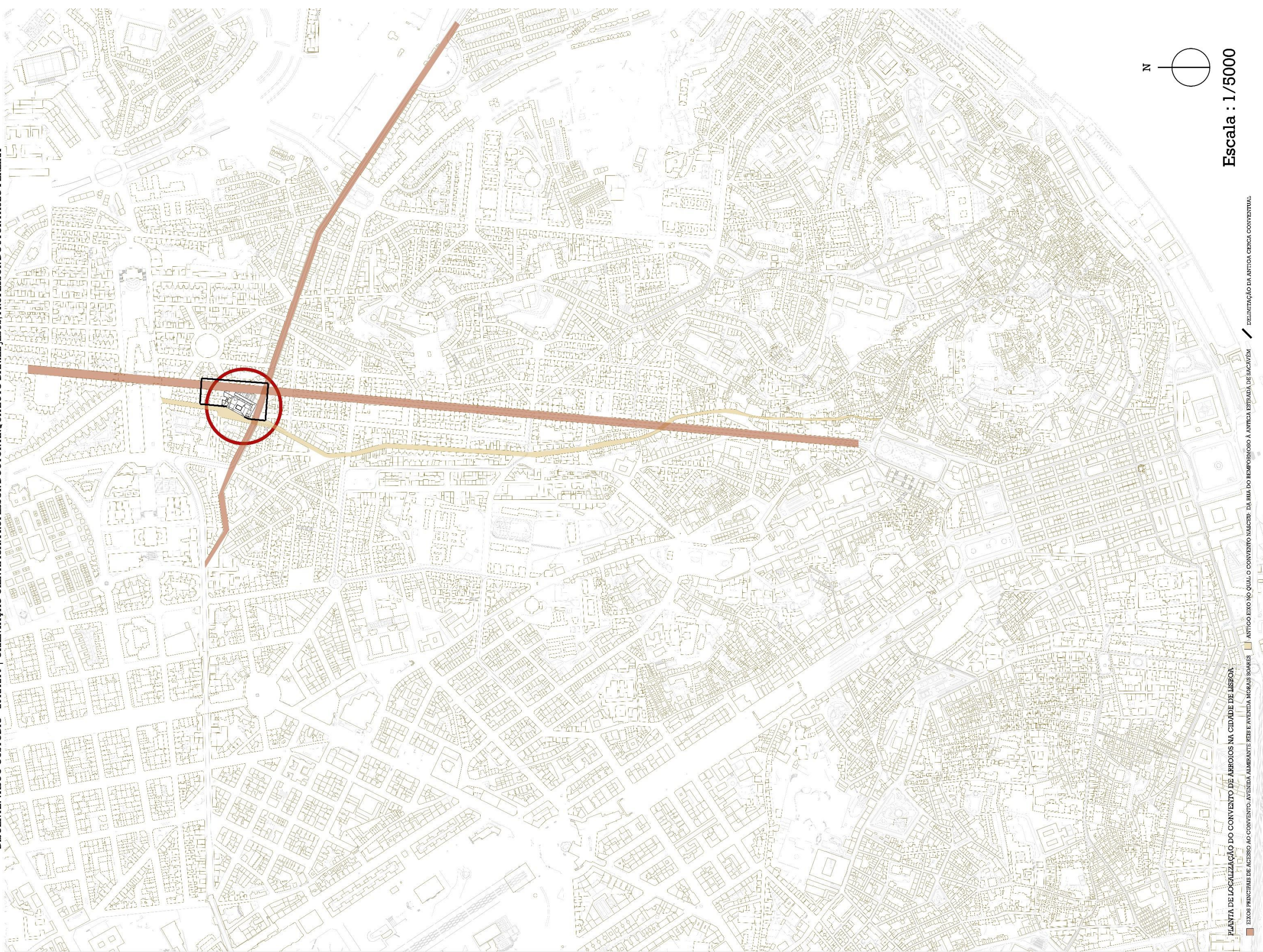
(Formato original em A1)



# DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA I

O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 20121276 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

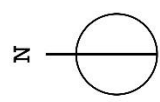


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO DE ARROIOS NA CIDADE DE LISBOA

EXOS PRINCIPAIS DE ACESSO AO CONVENTO: AVENIDA, ALBANTE, REIS E AVENIDA NOVAIS BOMES

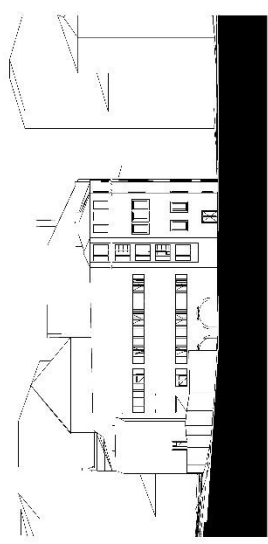
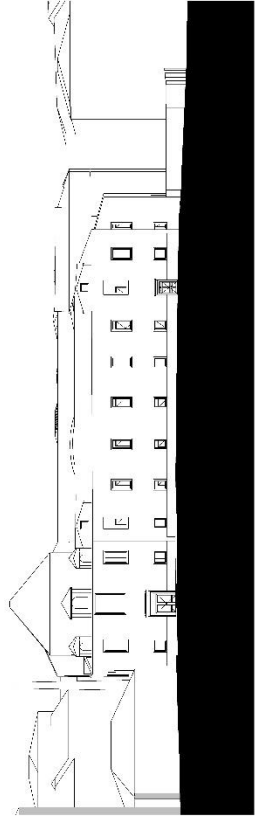
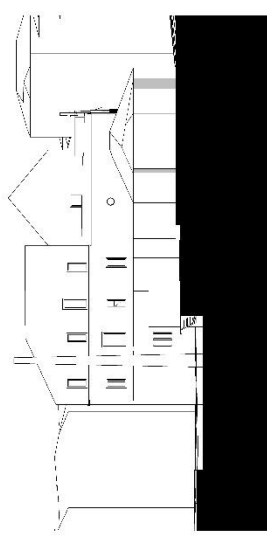
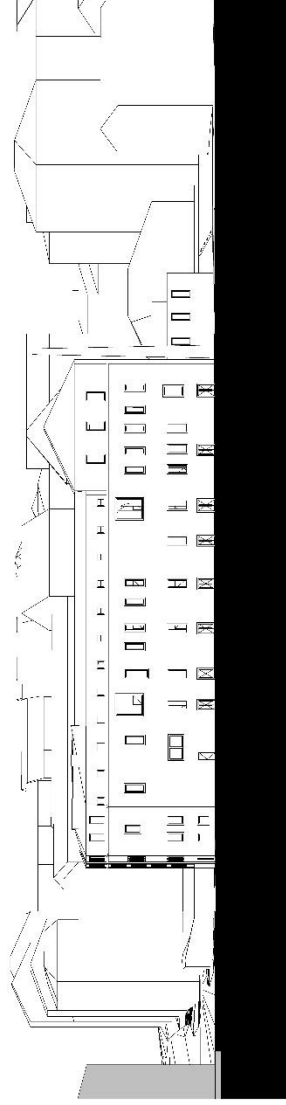
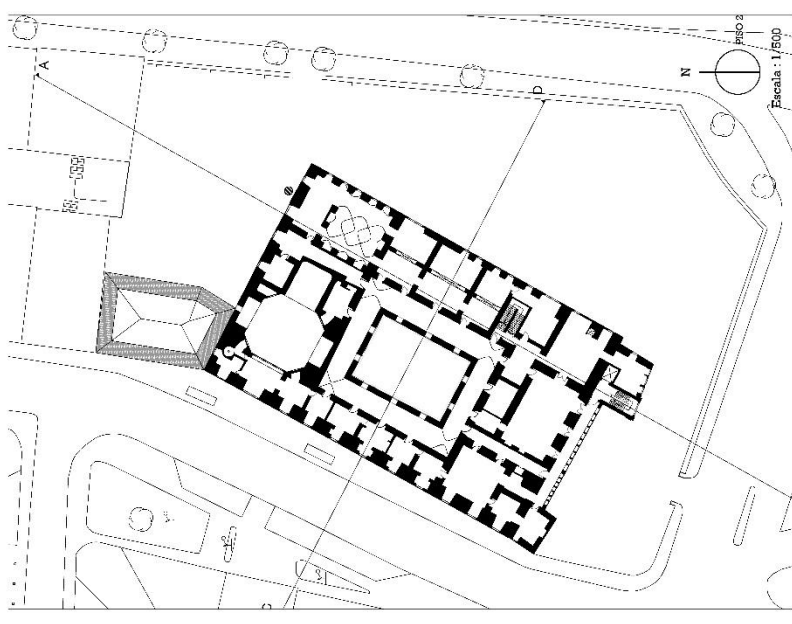
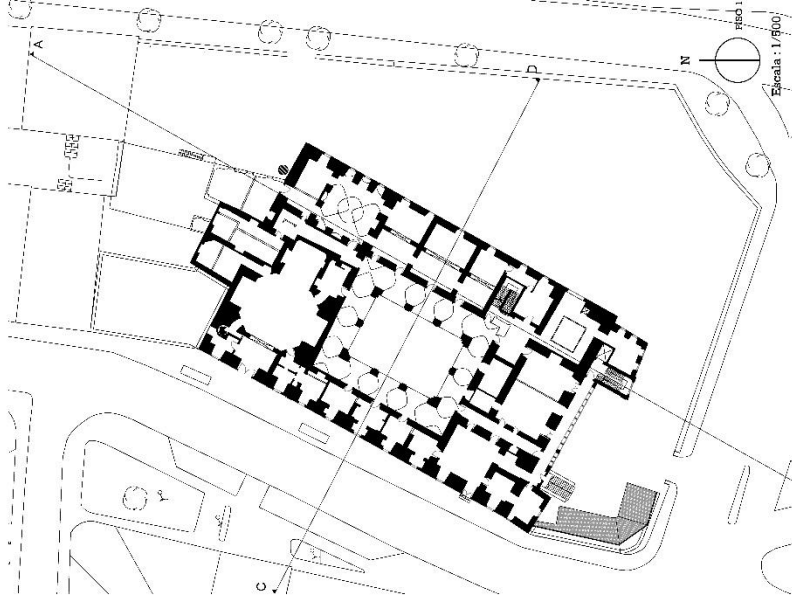
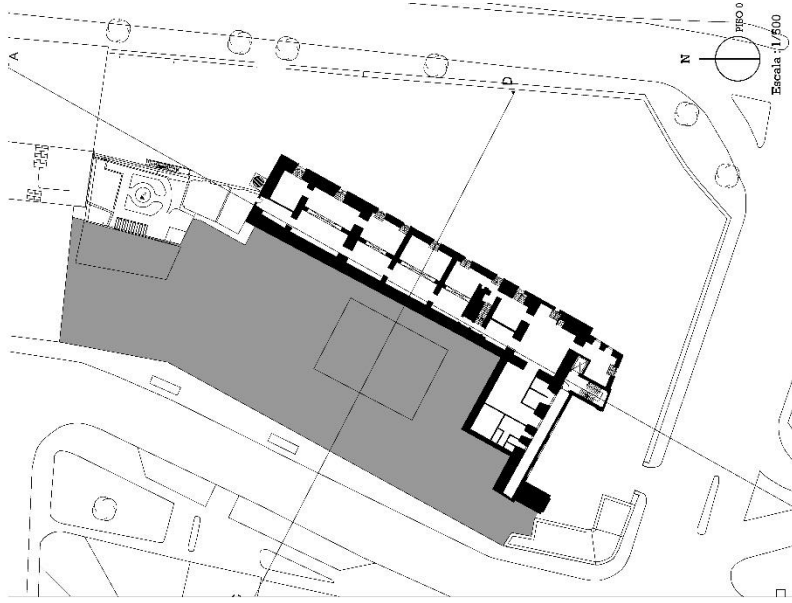
ANTIGO EIXO NO QUAL O CONVENTO NASCEU: DA RUA DO BEMFORMOSO À ANTIGA ESTRADA DE SACAVEM

DELIMITAÇÃO DA ANTIGA CERCA CONVENCIONAL



Escala : 1/5000

#### LEVANTAMENTO DO CONVENTO DE ARROIOS





FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

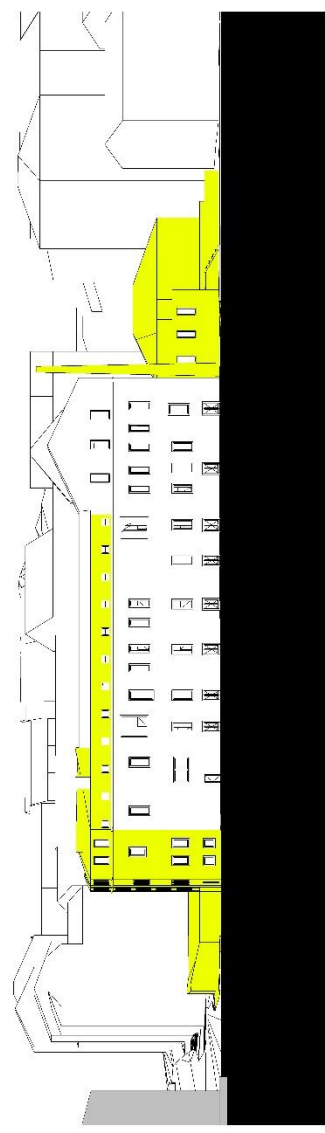
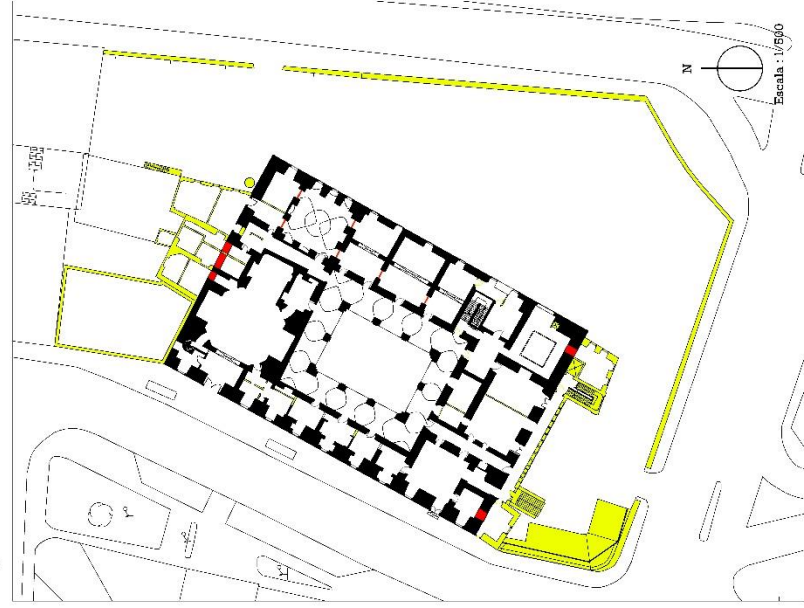
# DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA III

O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 201212176 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR ARQUITECTO DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

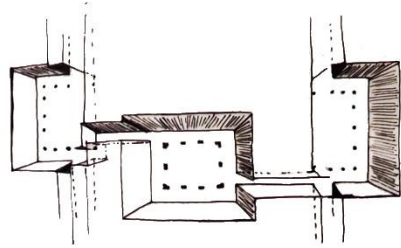
## PREMISSAS PARA A INTERVENÇÃO

DEFINIÇÃO DO QUE SERÁ DEMOLIDO E CONSTRUÍDO

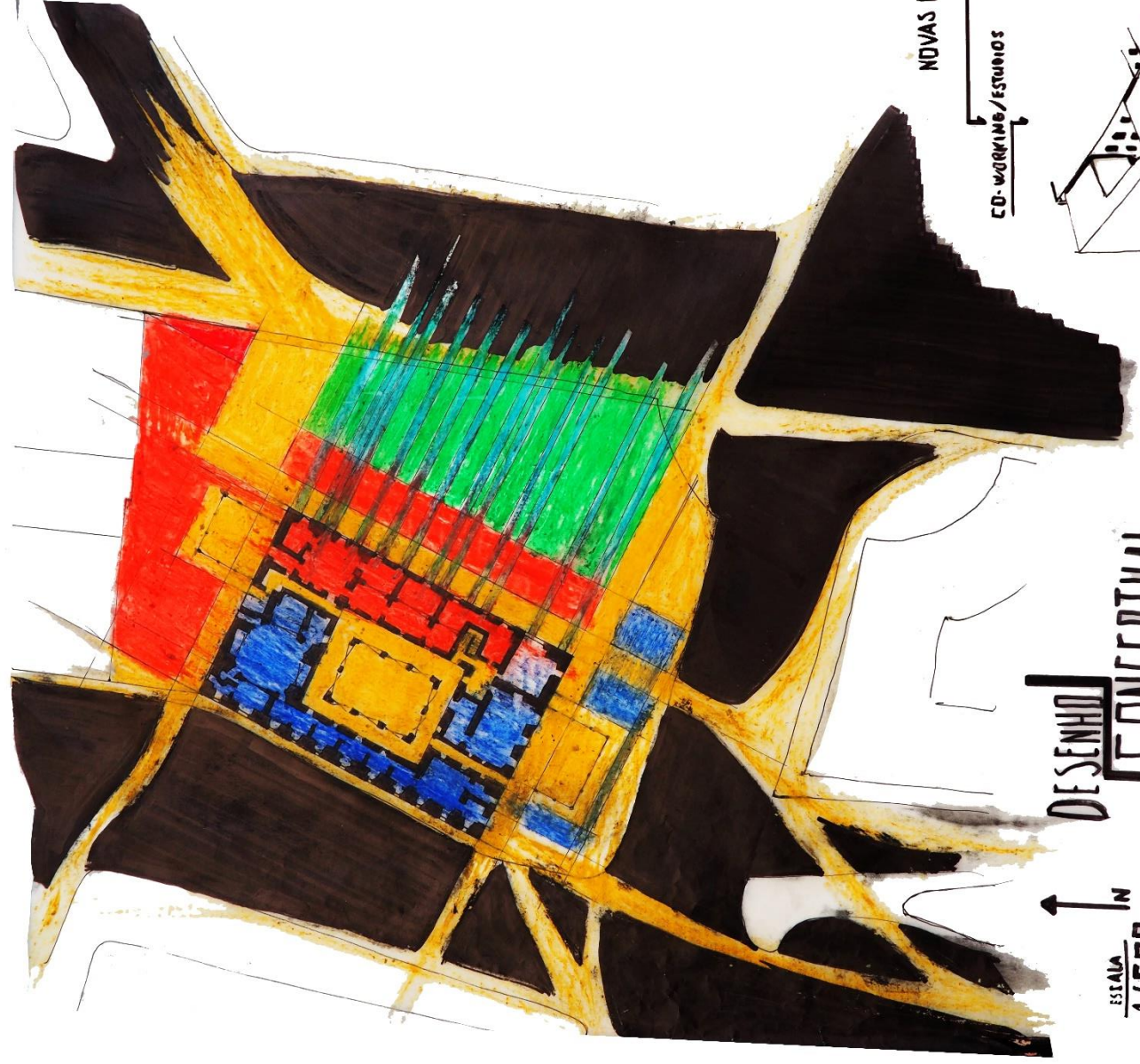


A ESCOTEIRA: "PLANTA DOS VERMELHOS E AMARELOS" INDICANDO O QUE SE PRECISARÁ DEMOLIR E CONSTRUIR DENTRO DO EDIFÍCIO PATRIMONIAL.

EM CIMA: PLACADO ALUNTO DO QUE SERÁ DEMOLIDO NO CONVENTO. O 3º ANDAR DA ERA HOSPITALAR DO QUAL NÃO SE OBSERVE INFORMACÃO REGRESSA. 1/400

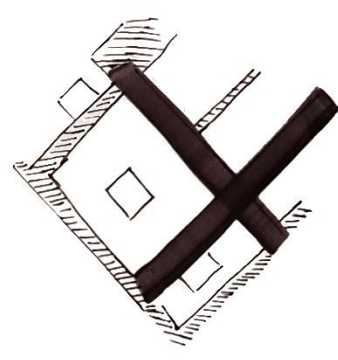


CIRCULAÇÃO PÚBLICA - CLAUSTRO ANTIGO E NOVOS CLAUSTROS COMO ELEMENTOS CATALISADORES DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



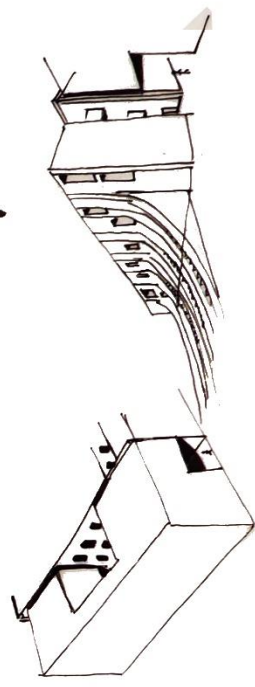
DESENHO CONCEPTUAL

ESCALA 1/500

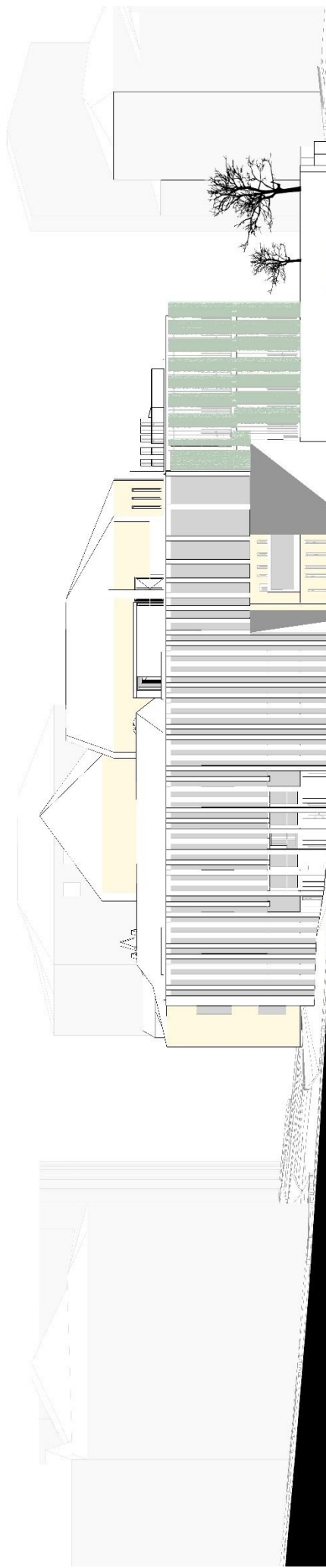
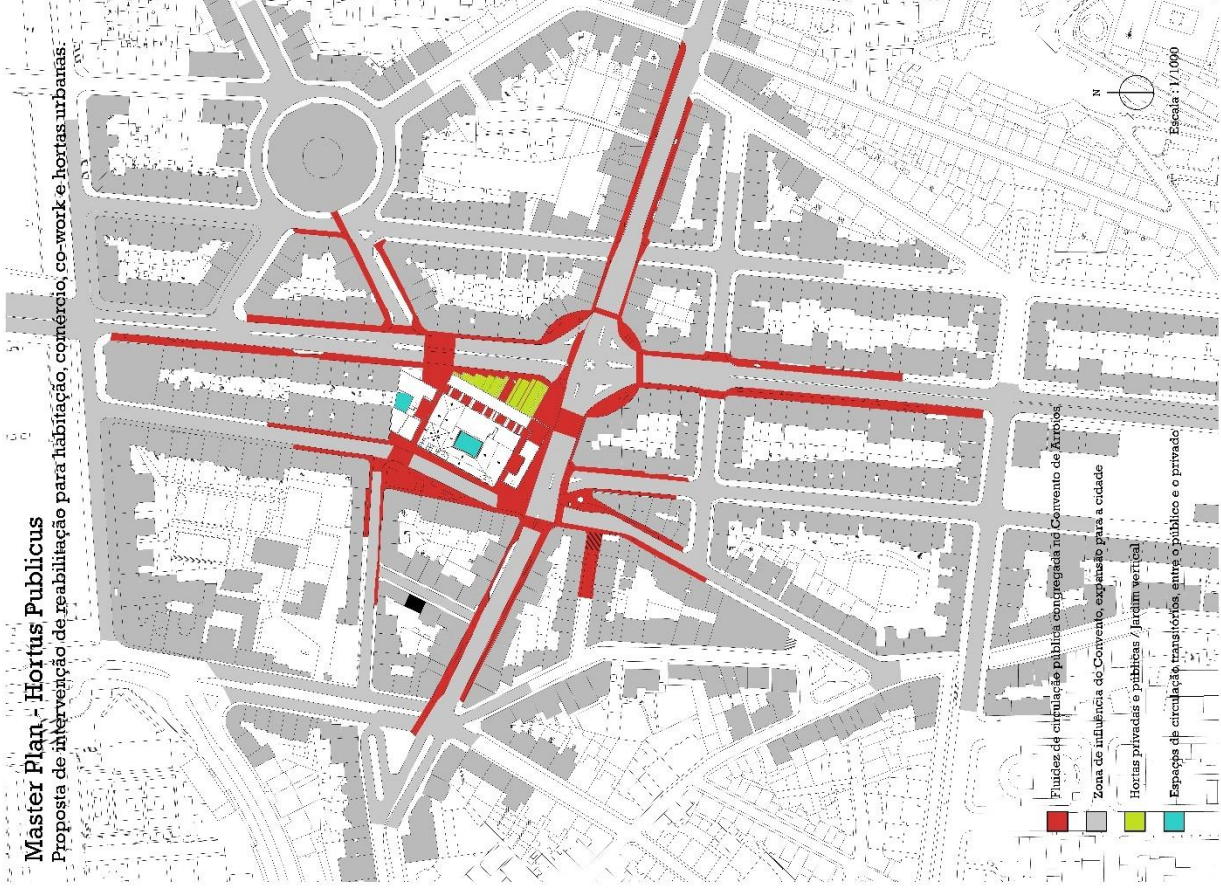
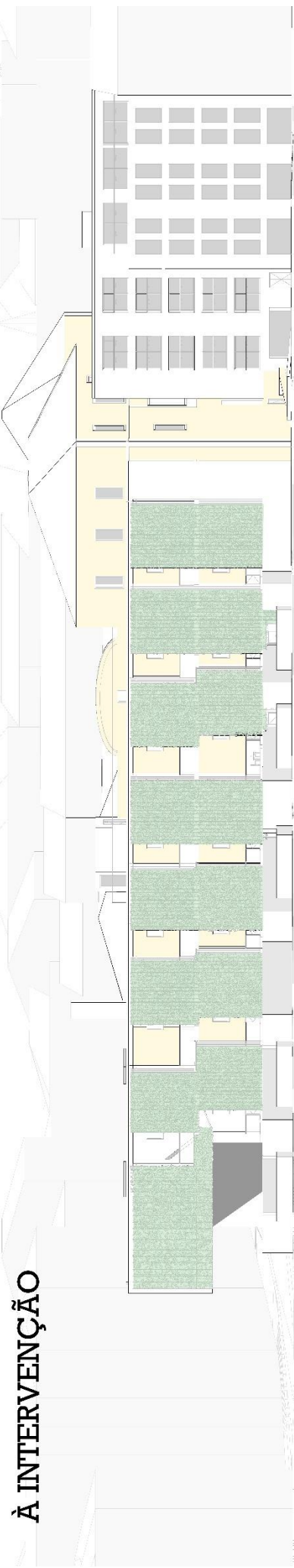


PROPOSTA DE TIPOS ORGANIZACIONAIS DE CIRCULAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO NOVA, O NOVO "CARDO" E "DECUMANE"

NOVAS PELES DO CONVENTO  
CD-WORKING/ESTÚDIOS  
HABITADAÇÃO



## À INTERVENÇÃO





FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE BRAGA

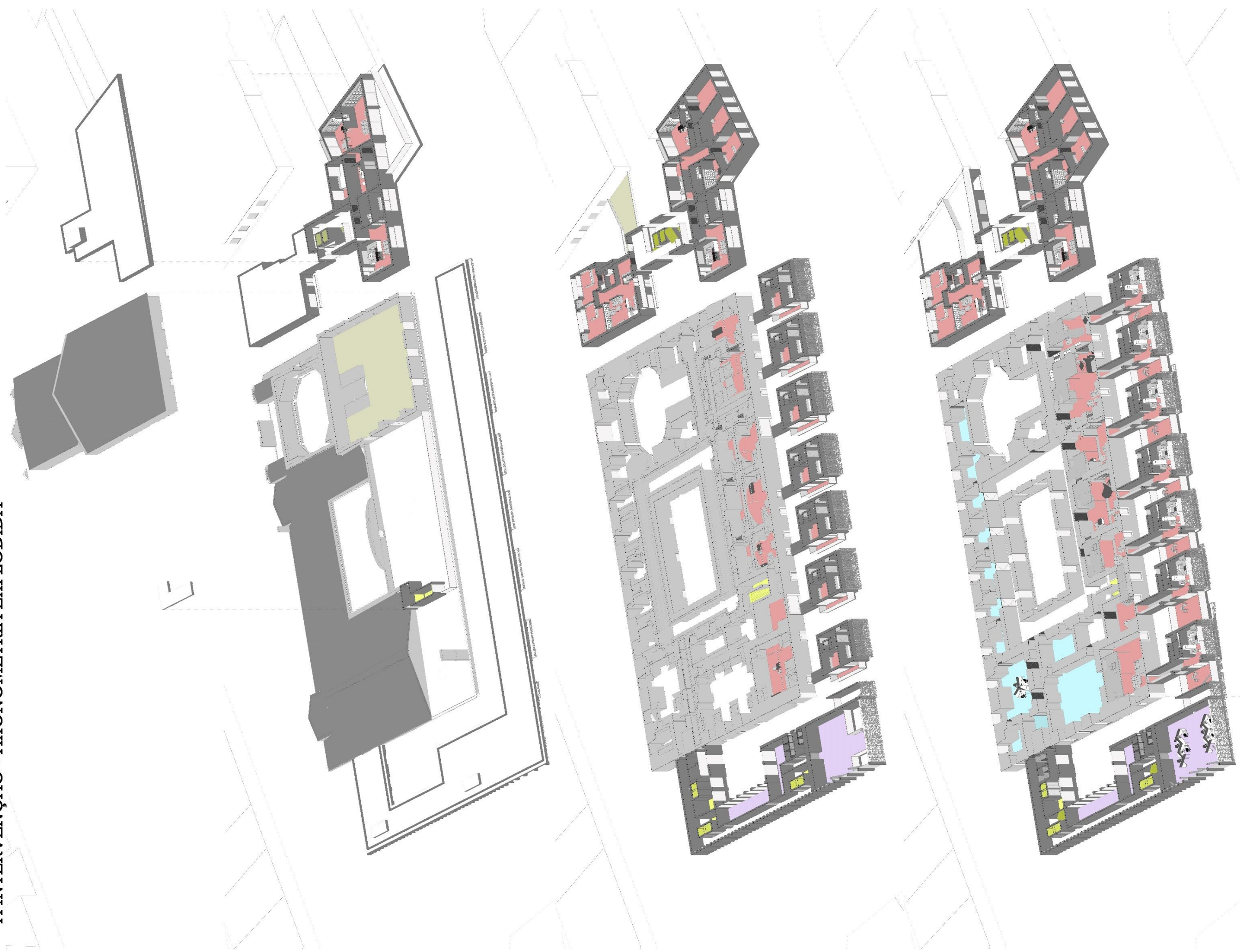
# DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA

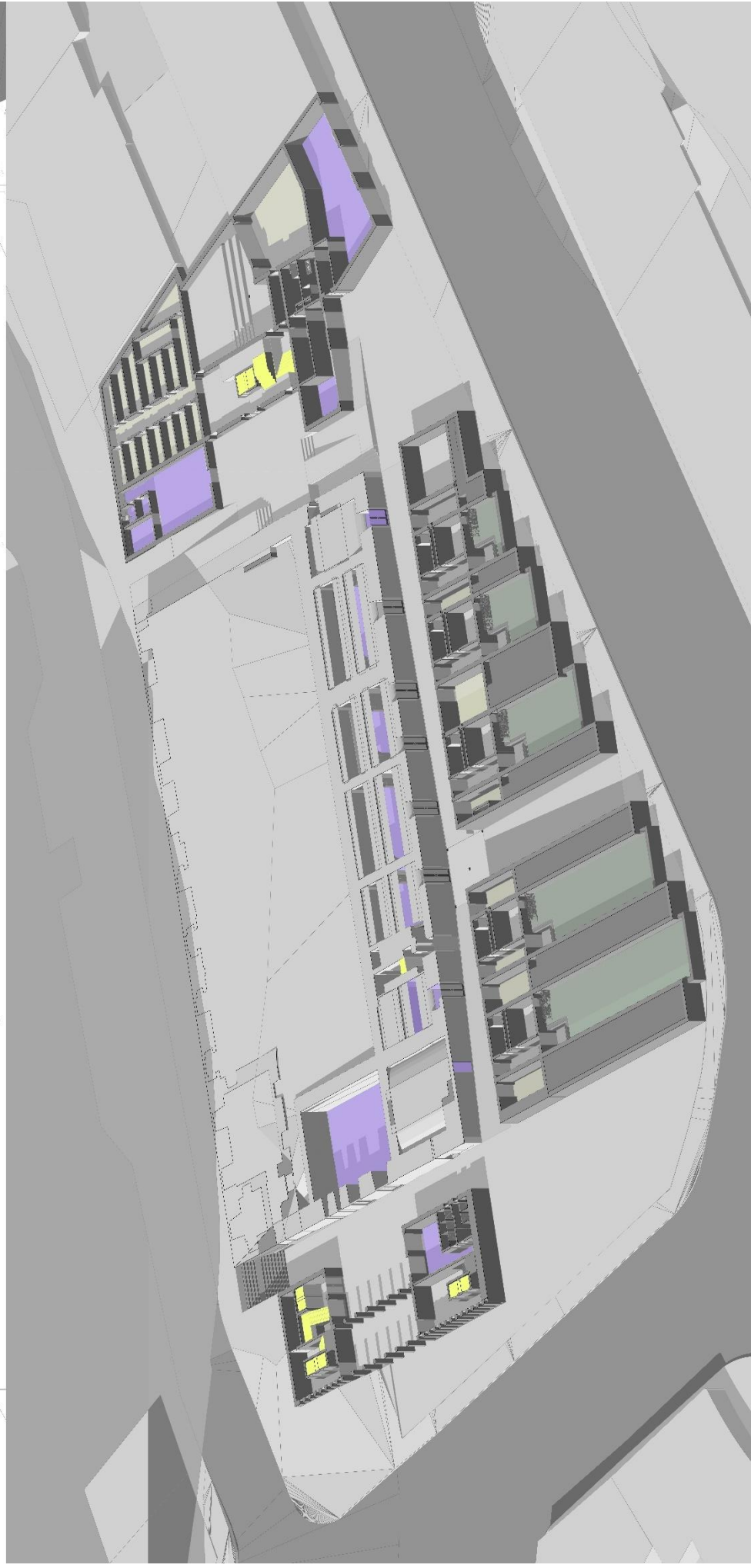
V

O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 20121276 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR ARQUITECTO DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

## À INTERVENÇÃO - AXONOMETRIA EXPLODIDA





- LEGENDA:
- COMÉRCIO
  - HORTAS / ESPAÇO VERDE
  - ESPAÇOS COMUNITÁRIOS - USO RESIDENTES, SALAS COMUNS, ARRECADADORES, ESPAÇOS MULTIFUNSO
  - COMUNICAÇÕES VERTICAIS
  - HABITAÇÕES
  - ESCRITÓRIOS / ATELIEIS
  - CO-WORK

À INTERVENÇÃO - AXONOMETRIA EXPLODIDA

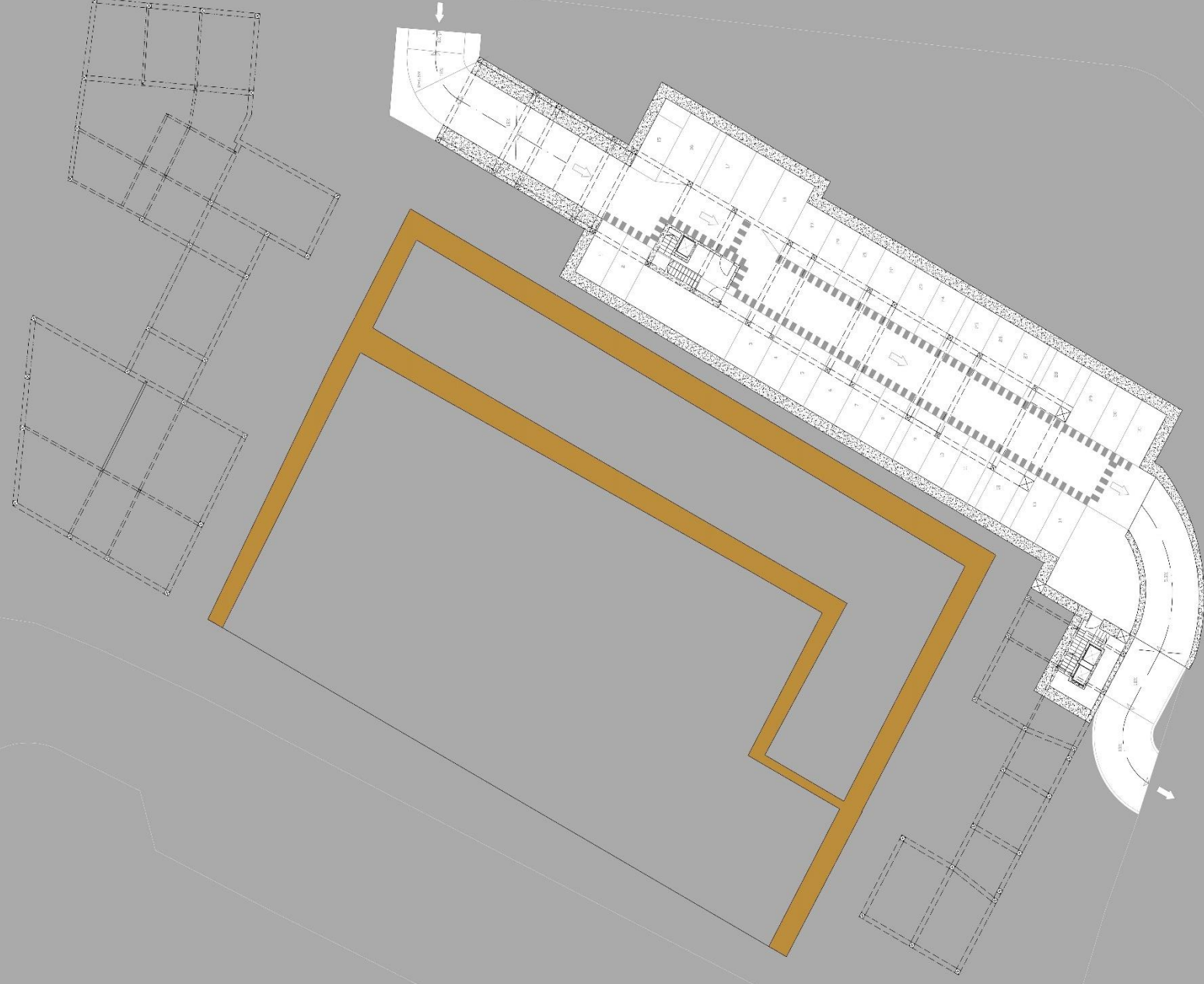


FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

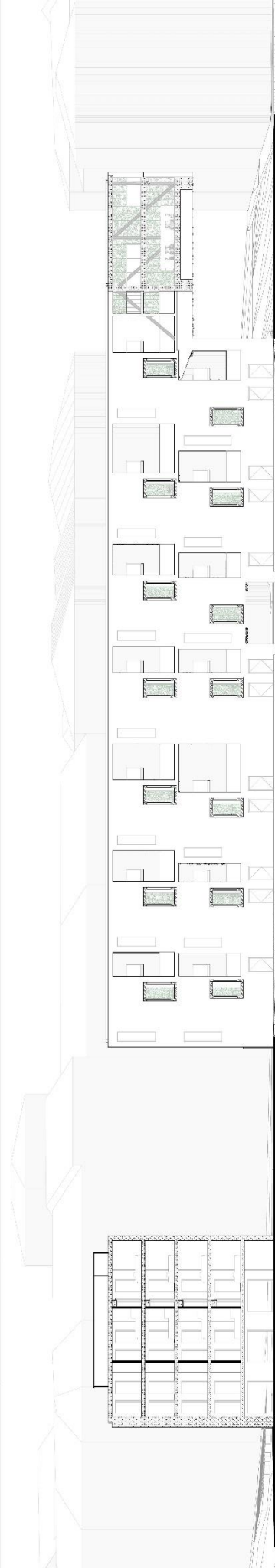
DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA  
O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 20121276 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR ARQUITECTO DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

### À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS



PISO -1 | ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO



À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS





FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA IX

O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

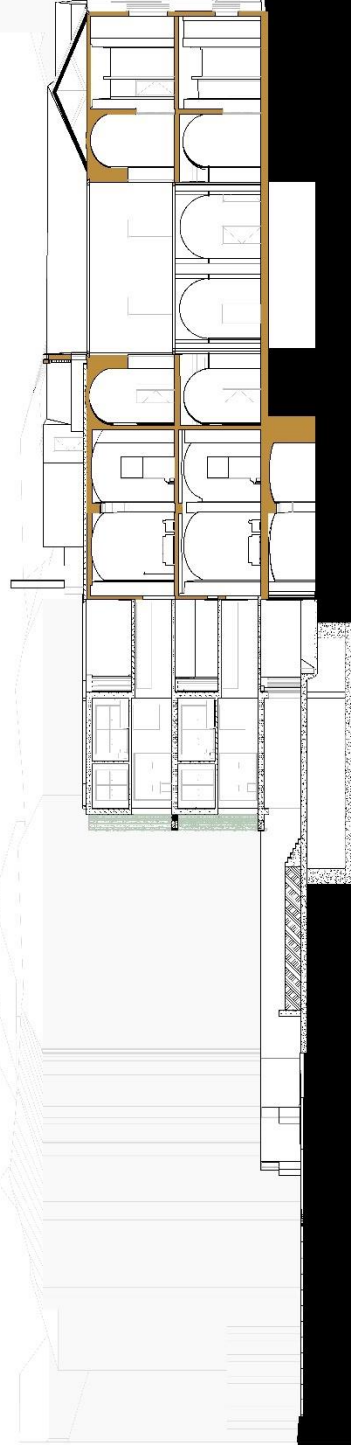
DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 20121276 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

## À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS



PISO 0

Escala : 1/200





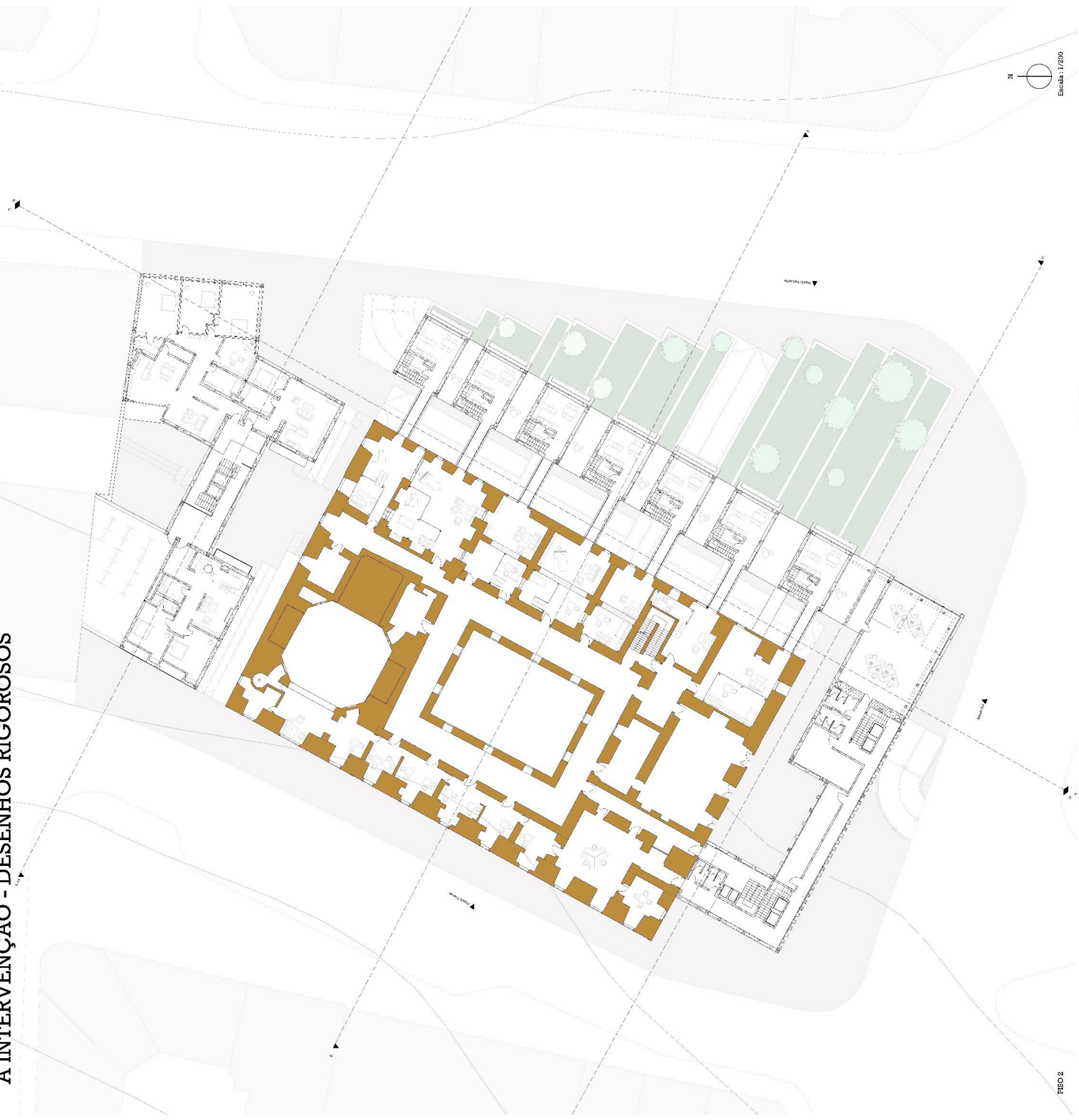
FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# DA DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL À VITALIDADE URBANA X

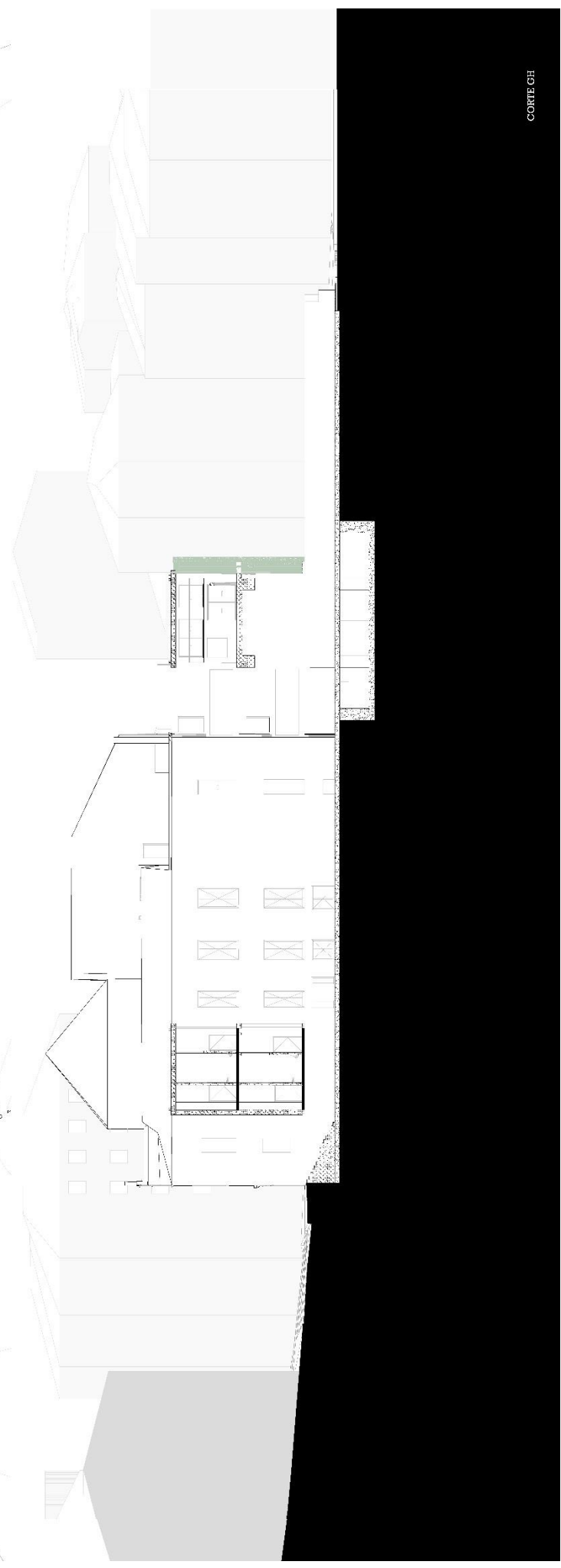
O CONVENTO DE ARROIOS COMO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO REABILITADO E HABITADO

DISCENTE: VASCO CUSTÓDIO - 20121276 | ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: PROFESSOR DOUTOR DANIEL JESUS; PROFESSOR DOUTOR PAULO PEREIRA

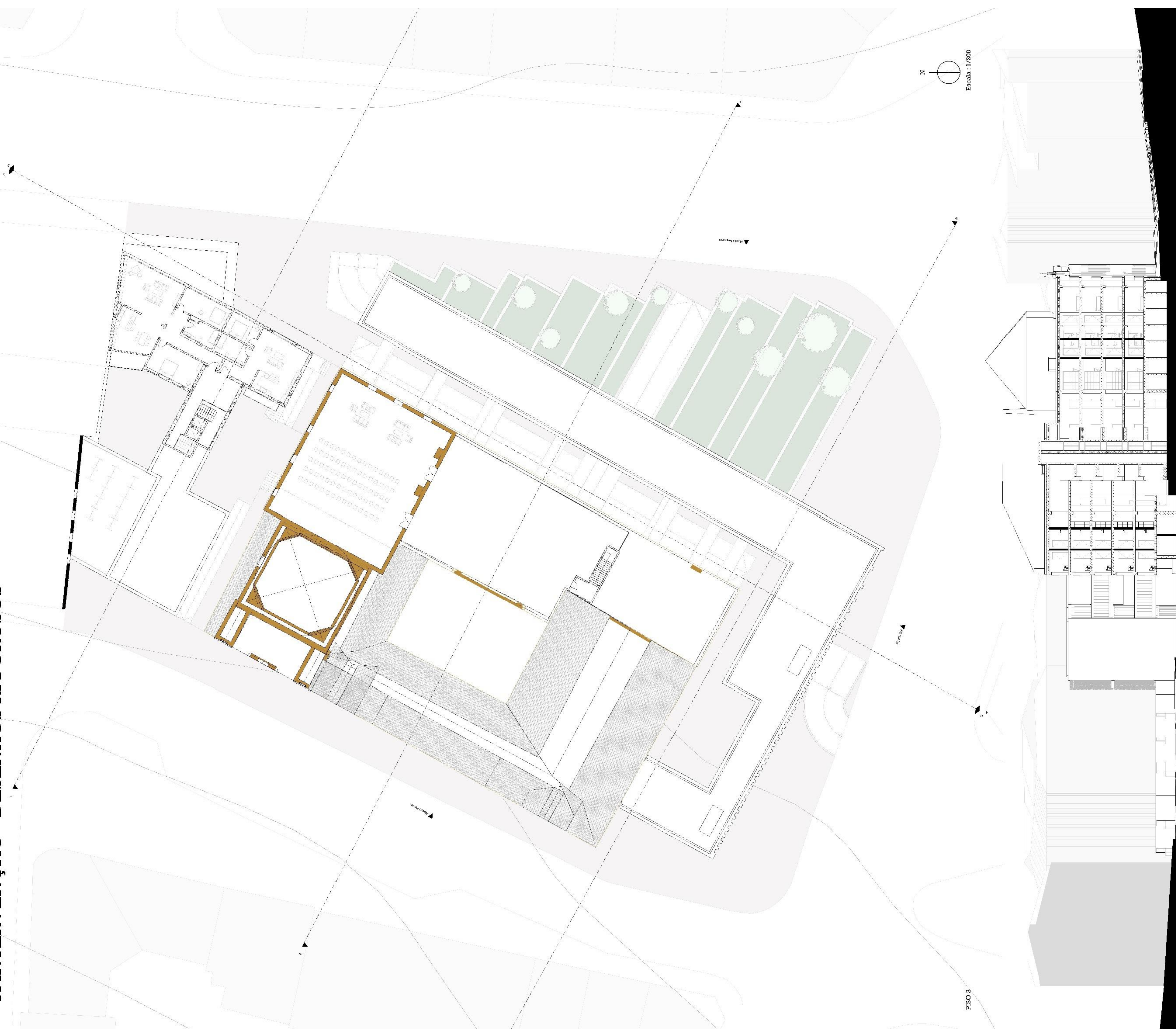
## À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS



FISO 2

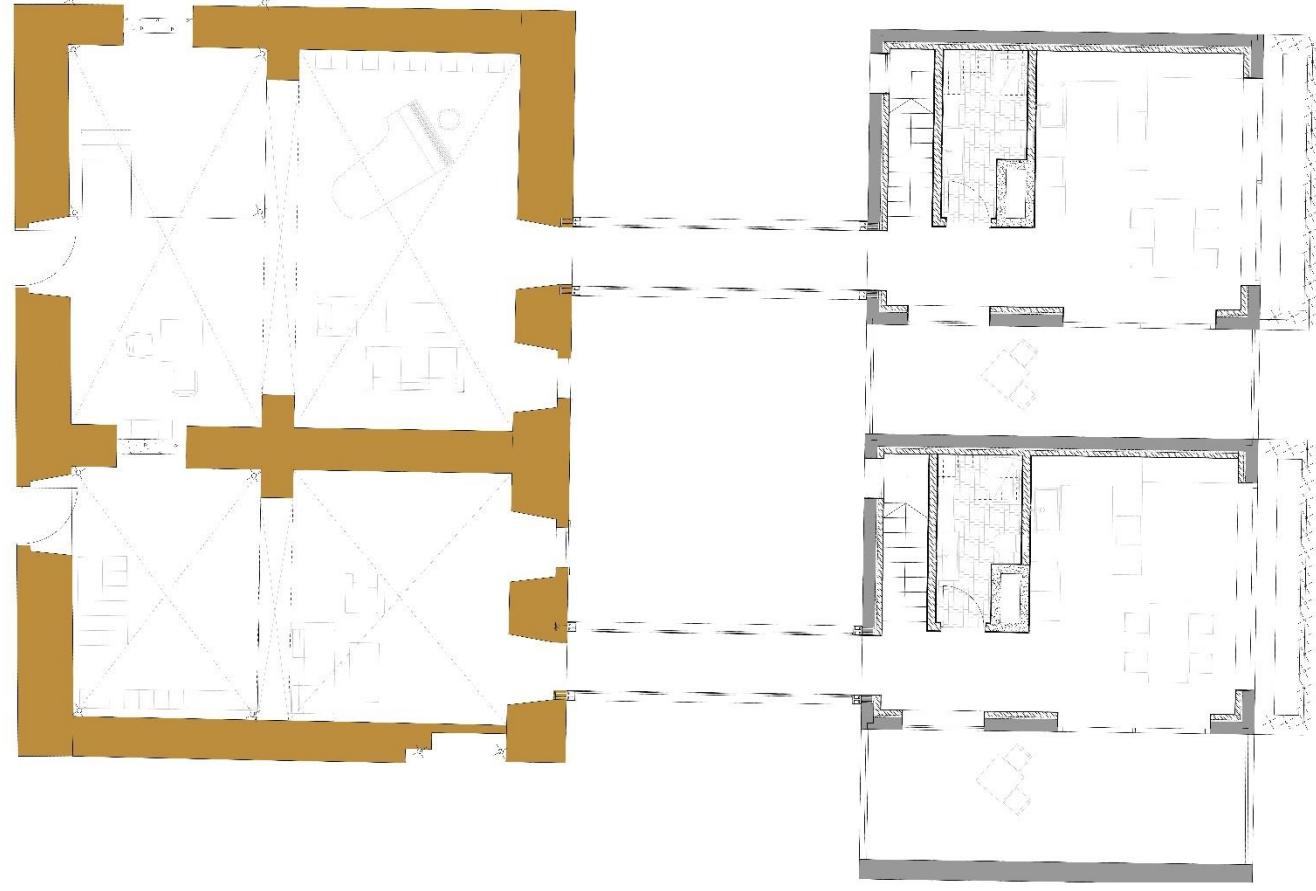


## À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS

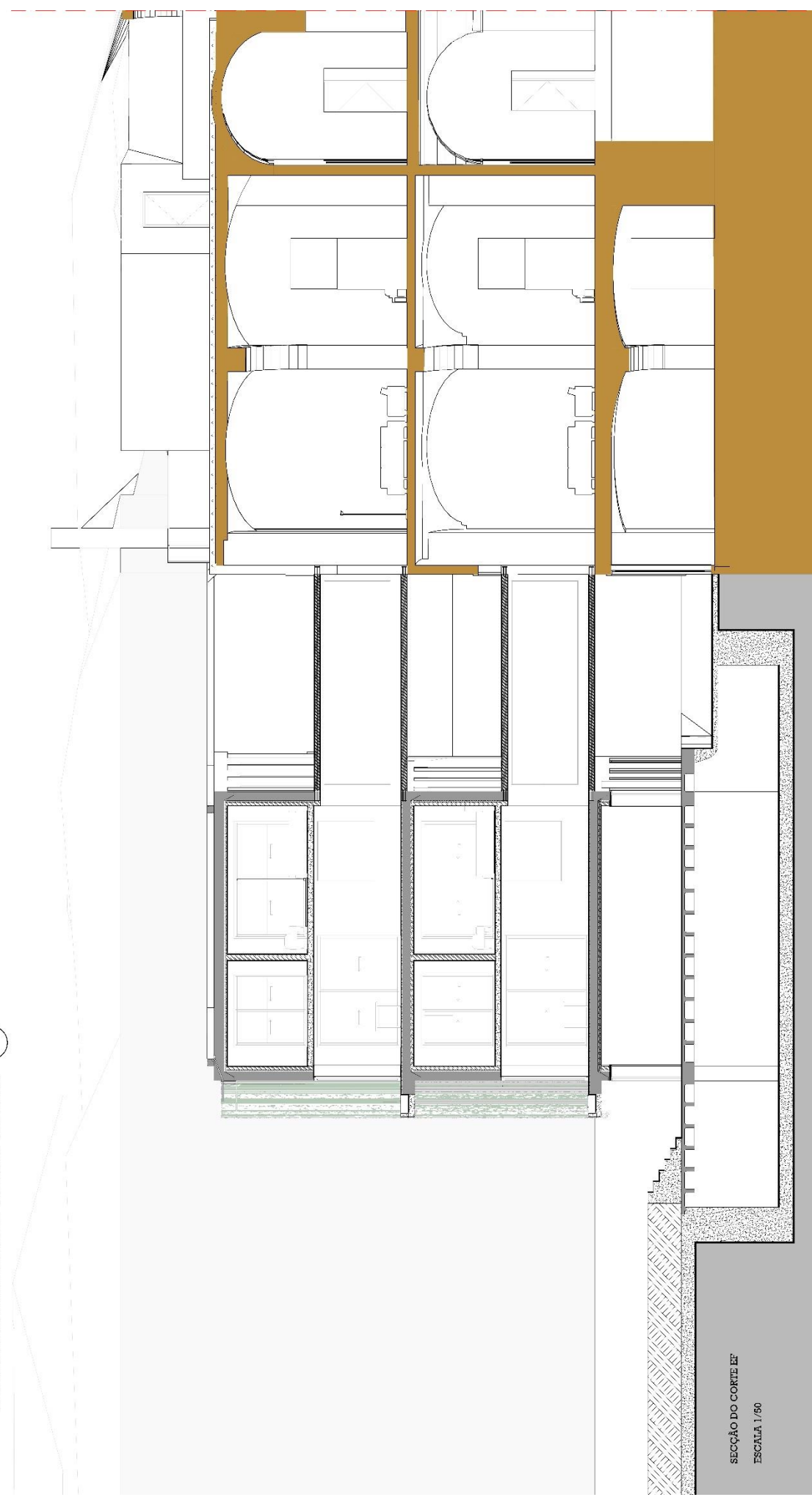


## À INTERVENÇÃO - DESENHOS RIGOROSOS

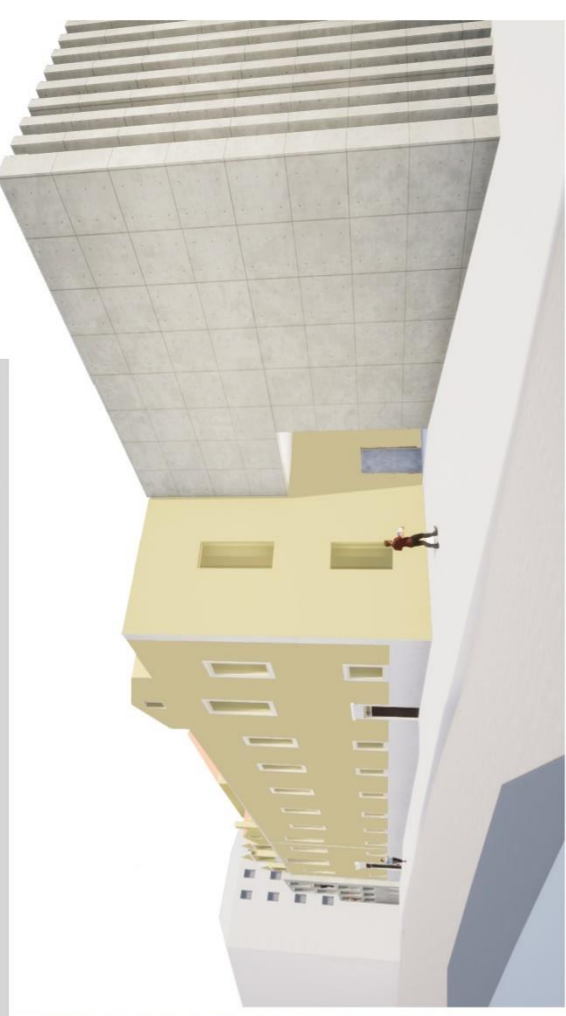
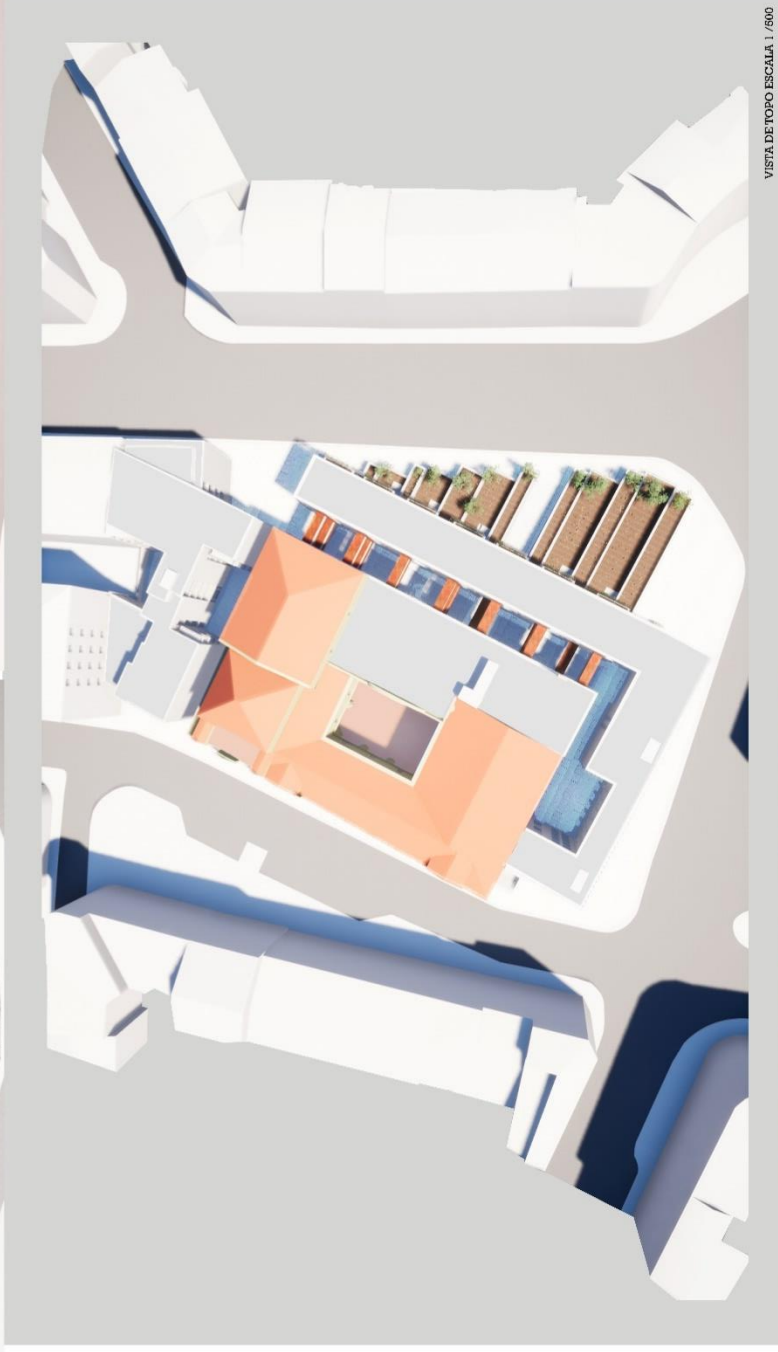
## HABITAÇÃO CONVENTUAL



PLANTAS DE DOIS FOCOS CONVENCIONAIS - 1º E 2º PISOS - ESCALA 1/50



À INTERVENÇÃO - PERSPECTIVAS COMPUTORIZADAS



VISTA DE TOPO ESCALA 1/800

